

O SINDICATO DOS TÊXTEIS EM  
SÃO PAULO : HISTÓRIA (1933-1957)

Márcia Mendes de Almeida

Dissertação de Mestrado

Departamento de Ciências Sociais

FFLCH-USP

1981

Às anônimas tecelãs, combatentes  
no tear, em casa, nos piquetes, e  
lutando contra a vida sem passado  
e sem futuro.

para minha filha Joana  
Liana, João Manoel  
Sonia, Maria Hernínia  
e Eunice Ribeiro Durham

"de Getúlio? Gostava e não gostava,  
porque como diz o ditado, Getúlio  
foi o pai dos pobres e a mãe dos  
ricos"

(Antonio José da Silva, pernambucano,  
ex-tecelão, e hoje funcionário do Sin-  
dicato dos Têxteis).

"Porisso se dizia no tempo de  
Getúlio, quando já se falava  
tanto em combater a inflação, que  
ele era o pai dos pobres e a mãe  
dos ricos. Quantas vezes a UDN  
dizia isso"?

(Jarbas Passarinho, Folha de São Paulo, 2.setembro.1981)

"Os sindicatos sō serão fortes quando  
eles crescerem igual rabo de cavalo,  
pra baixo, lá dentro da empresa"

(Antonio Chamorro)

## AGRADECIMENTOS

Devo à minha orientadora Eunice Ribeiro Durham a lição de seriedade, e uma generosidade natural e rara. Além das opiniões rigorosas, e da exposição clara de divergências, que colocaram os parafusos nos devidos lugares, para que o trabalho prosseguisse.

De Liana Maria Aureliano e João Manoel Cardoso de Mello, tive ajuda certa, emocional e intelectual, na hora precisa, de forma discreta, amiga e incondicional. Especialmente Liana, acreditou em mim com doçura e sô eu posso ter certeza quanto isto me valeu. Sonia Draibe, da mesma forma, além da tranquilidade que soube me infundir, corrigiu minhas idiossincrasias mentais, com rigor e bom-senso. Maria Hermínia, como sempre, esteve ao meu lado, firme, e discutiu comigo centenas de vezes e, de fato, é uma espécie de mentora deste trabalho.

Na pesquisa, tive a inestimável ajuda de "la brava Giovanna", que, a esta altura, deve estar no seu país. Recebi também o apoio de Manoel Tosta Berlinck e de Gabriel Bolaffi, que não costumam confundir insegurança com incapacidade. O financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa por dois anos permitiram que eu fizesse uma pesquisa extensa, mas com tranquilidade, e graças a Francisco Correa Weffort.

Marili, Bety, Ana Beluzzo, Albertina Oliveira Costa e Cláudio Vouga, foram solidários e entenderam perfeitamente o que significa fazer uma tese. Elaine Sena Aguiar aguentou o pior e datilografou o melhor que pôde. Tive também anjos-da-guarda, meio à distância - Rômulo F. Aguiar, Davi Capistrano Filho e Célia Carmona Portugal. Joana, minha filha, mesmo sem entender, com justa razão, porque existem teses, fez enormes sacrifícios por conta desse trabalho, que não sei como vou recompensar.

Sem a compreensão de diversas diretorias do Sindicato dos Tra-

balhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de São Paulo - o Sindicato dos Têxteis - teria sido impraticável micro-filmar as atas da entidade, desde a sua fundação até 1965, e que hoje fazem parte do acervo da Universidade de São Paulo - Departamento de História. A todos esses sindicalistas mais uma vez agradeço a ajuda, e sei que ela parte da consciência de que algo a história nos ensina, e de que quem fez história - como os tecelões e tecelãs - queria que o amanhã fosse também seu e de seus filhos.

São Paulo, dezembro de 1981.

## INTRODUÇÃO

Este é um estudo histórico sobre a criação, consolidação e desenvolvimento de um sindicato oficial, dentro do sistema corporativo instituído desde 30: o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo que ao longo do trabalho será chamado Sindicato dos Têxteis.

De antemão, cabe acentuar que não tivemos pretensão de elaborar uma tese sobre o sindicalismo em geral, ou uma espécie de teoria sobre a história de uma organização sindical. Trata-se apenas de mais uma contribuição para a história das classes subalternas no Brasil e de suas organizações. Fui secundada por três trabalhos primorosos do mesmo gênero, e que me serviram de valioso parâmetro: o de Ingrid Sarti (Estivadores de Santos), o de Annez A. Troyano (Químicos de São Paulo) e Letícia Bicalho Cagnedo (Bancários de São Paulo). A estas autoras devo a superação de muitas dificuldades, que elas sim, tiveram que enfrentar sozinhas devido à inexistência de monografias desse tipo em nossa literatura sobre sindicalismo.

É bem verdade que, sem a literatura clássica, sobre a classe operária e o movimento sindical no Brasil ( 1 ), seria impossível analisar e selecionar na trajetória política do Sindicato dos Têxteis, o que consideramos relevante nas várias fases

---

( 1 ) Cito apenas cinco autores pioneiros que, na primeira leitura, me fizeram "descobrir o mundo": SIMÃO, Azis - Sindicato e Estado, 1966; RODRIGUES, José Albertino - Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, 1968; RODRIGUES, Leôncio Martins - Conflito industrial e sindicalismo no Brasil, 1966; FAUSTO, Boris - Trabalho urbano e conflito social, 1976; WEFFORT, Francisco Correa - Estado e Massas no Brasil. REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA 7, 1966.

institucionais vividas por esta organização. Igualmente impraticável teria sido reconstituir as condições de trabalho do operariado textil de São Paulo, sem a literatura disponível sobre a economia brasileira da qual nos valem para tentar estabelecer relações entre a especificidade da industrialização brasileira e o sindicalismo. Estas duas vertentes bibliográficas serão citadas ao longo da monografia, de tal forma que aqui nos sentimos desobrigadas de enunciá-las, e, na medida mesmo em que não faz parte de nosso objetivo apresentar alternativas às teorias já formuladas. Nosso objetivo é tão somente recuperar um pedaço da história, que seguramente corria o risco de ser esquecida.

Ao início da década de setenta, na Universidade de São Paulo e na Universidade Estadual de Campinas começou o estímulo acadêmico a um trabalho de prospecção em águas desconhecidas, como é a documentação existente nos sindicatos.

Um produto desse entusiasmo é esse trabalho, que se concentrou no esforço de reconstituição da história do sindicato têxtil, no período de 1933-1957 e na ordenação de elementos explicativos daquela mesma história: as características da indústria e do patronato (de forma resumida); as condições de trabalho reinantes nessa indústria em São Paulo e especialmente aquelas nascidas da prática social concreta da legislação trabalhista; os efeitos da desqualificação do operariado e da indústria têxtil para um patamar inferior, ou das indústrias tradicionais, na hierarquia industrial urbana do pós-guerra.

O trabalho de reconstituição, como não poderia deixar de ser, suscitou várias questões. Algumas permanecem como tais pois que, sua resolução não é objetivo desta monografia. Entre elas poderíamos destacar: qual setor da classe operária teria vivido realmente a fase do sindicalismo burocrático de massas? Porque no Brasil as massas sō se concretizam em momentos de aguda crise política, e o maior exemplo do que disse ocorreu em agosto de 1954, bem como nas greves gerais. Outra idéia que a pesquisa a todo momento fez surgir é a da profundidade do abismo entre o "país legal" e o "país real", no plano das leis trabalhistas. Estas questões, deixo para outros estudiosos en-

frentarem.

Minha verdadeira ambição (atē agora secreta) era fazer o que Graciliano ensina no final do trecho a seguir, e que no seu conjunto, muito tem a ver com o destino dos sindicatos no Brasil:

"Em 1930 tivemos uma revolução. Faltou aī a figura dum general de prestīgio que, declamando frases convenientes tornasse a luta desnecessāria. Veio a luta, bem dura em alguns pontos, e a muitos o malōgro da tentativa parecia quase certo no comēço: quarenta anos de repūblica haviam dado ao povo a certeza de que o Govēno sempre ganha.

Certamente eram precisos chefes - e estes apareceram, mas ainda sem dragonas. Surgiram no decurso da contenda, foram impostos pelos acontecimentos, quase todos provincianos, civis e militares (...).

Realmente faltava um programa. Como seria possīvel fazer uma revolução sem programa? Derrubar para quē? Conversa fiada, tempo gasto ā toa, perdas de vida e fazenda - e no fim, conquistado o poder, ficarem todos olhando uns para os outros, indecisos (...)

Assim, os revolucionārios deram uma explicação razoāvel ao pūblico: tencionavam firmar-se na realidade brasileira. E como essa realidade tudo podia comportar, houve aqui um saco de gatos: inimigos ferozes se juntaram, idēias contraditōrias tentaram harmonizar-se.

Tudo se separou, naturalmente. A realidade brasileira, badalada em artigo e discurso, virou lugar-comum. É inegāvel, porē, que das fōrmulas de 1930 foi esta a melhor.

Sem mencionā-la, vārias pessoas se ocupam com os problemas nacionais, em estudos sērios que exigem observação e paciēncia". (grifo nosso).

(Graciliano Ramos. Pequena Histōria da Repūblica, IN: Alexandre e outros herōis).

Como porém ambição não é próprio para uma introdução de tese tomo de empréstimo a observação de Darci Ribeiro, acadêmico por rêm cidadã-do-mundo: a de que a Sociologia é capaz de fazer estudos perfeitos sobre o irrelevante, e a reconverte. Espero ter feito um estudo imperfeito sobre um tema relevante: a história da organização de um segmento da classe operária.

Não poderia agora deixar de esclarecer os métodos de pesquisa utilizados. Minha fonte principal foram as Atas de Assembléias Gerais e Atas de Reunião de Diretoria, manuscritas, o que me causou vários problemas, tais como uma quantidade razoável de nomes com grafia discrepante e outros indecifráveis. Afora os poucos exemplares do jornal do Sindicato dos Têxteis, O Trabalhador Têxtil, utilizei vários outros jornais - A Platêa, Diário de São Paulo, Folha da Manhã, Última Hora, etc. Esse material foi preenchendo os vazios deixados pelas Atas. Para o levantamento das condições de trabalho do operariado têxtil utilizei periódicos econômicos - Conjuntura Econômica, O Observador Econômico e Financeiro, entre outros - fontes estatísticas oficiais, a documentação valiosa disponível no DIEESE e os Recursos de Dissídios Individuais e Dissídios Coletivos julgados no TRT (Tribunal Regional do Trabalho) em São Paulo, em período mais abrangente que aquele fixado para o trabalho. A maior dificuldade encontrada foi no fichário de associados do sindicato (arquivo morto) cujo critério nem mesmo antigos sindicalistas puderam me explicar. Ficou assim prejudicada a minha intenção primeira, de descobrir as características da base sindical. Realizei também dezenas de entrevistas, a maior parte das quais não foram aproveitadas, infelizmente, devido à minha inexperiência na época em que as realizei, e a desconexão cronológica de fatos relatados, o que as tornavam material caótico, do ponto de vista da reconstituição histórica. Findas estas explicações, creio não restarem mais elementos de orientação a serem apresentados para a leitura desse trabalho.



## ÍNDICE

### INTRODUÇÃO

I

### CAPÍTULO I - ESTADO E SINDICATO CORPORATIVO (1930-1950)

#### 1. ASPECTOS GERAIS

1.1. - Histórico da indústria têxtil em São Paulo.. 1

#### 2. A MONTAGEM DA ESTRUTURA SINDICAL

2.1. - A criação do Sindicato dos Têxteis e as organizações pré e coexistentes (1930-1937)..... 24

2.2. - Breve histórico das greves da categoria (1930-1935)..... 48

2.3. - O Sindicato dos Têxteis durante o Estado Novo e após a introdução do Imposto Sindical (1937-1944)..... 58

2.4. - O interregno democrático (1945-1947)..... 88

2.5. - A intervenção no Sindicato de 1947 a 1950...129

### CAPÍTULO II - RELAÇÕES DE TRABALHO E SINDICATO

#### 1. A ORGANIZAÇÃO INTERNA DA EMPRESA FAMILIAR (1940-1964)

1.1 - Os encargos trabalhistas e a modernização da indústria têxtil em São Paulo .....151

#### 2. A SITUAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA TÊXTIL EM SÃO PAULO

2.1. - O desemprego e a evolução do salário médio na indústria têxtil de São Paulo..... 174

### CAPÍTULO III - O MOVIMENTO SINDICAL EM SÃO PAULO E O SINDICATO DOS TÊXTEIS (1951-1957)

#### 1. O MOVIMENTO SINDICAL EM SÃO PAULO(1951-1957)

1.1. - Introdução ..... 191

1.2. - Os movimentos grevistas da categoria e o papel do sindicato nas greves de 1953 e 1957. 219

1.3. - Relações de acordo e confronto entre membros da direção (1951-1957)..... 240

BIBLIOGRAFIA ..... 254

## CAPÍTULO I - ESTADO E SINDICATO CORPORATIVO (1930-1950)

### 1. ASPECTOS GERAIS

#### 1.1. Histórico da indústria têxtil em São Paulo

Podemos inicialmente observar que o período de rápida expansão da indústria têxtil no estado de São Paulo se concentra nas duas primeiras décadas deste século. O que não significa que até os anos sessenta não tenha se registrado um aumento mais ou menos constante da produção, exceção feita para o período de crise prolongada, no período que vai de 1926 a 1932, isto é, antes e durante a Grande Depressão.

Entre 1900 e 1915, por exemplo, a produção do principal setor do ramo têxtil no estado - o de tecidos de algodão - quadruplicou ( 1 ). Mas dentre as estatísticas de crescimento da indústria têxtil no Brasil, a que se segue merece ser reproduzida pelo fato de indicar um dos padrões de crescimento mais salientes desse ramo, isto é, a concentração no estado de São Paulo.

Ver QUADRO I, p.2.

QUADRO 1

CRESCIMENTO DAS FÁBRICAS DE TECIDOS DE ALGODÃO (1905 - 1921)						
Ânos	1905		1915		1921	
Área	nº fábricas	nº operários	nº fábricas	nº operários	nº fábricas	nº operários
BRASIL	110	39.159	240	82.257	242	108.960
Distrito Federal.....	10	8.216	23	16.045	14	19.000
São Paulo (estado).....	18	6.269	51	18.338	55	25.000
Minas Gerais .....	30	3.098	53	9.028	60	18.000
TOTAL	58	17.583	127	43.411	129	62.000

FONTE: STEIN, Stanley J. - *The Brazilian Cotton Manufacture. Textile Enterprise in a Underdeveloped Area (1850-1950)*.  
 Cambridge, Harvard University Press, 1957, p. 101,  
 Tabela 9 (reprodução parcial).

Pelo quadro anterior podemos ver que o estado de São Paulo ultrapassou as outras unidades produtoras em 1921. Muito embora se saiba que o têxtil é um dos ramos menos tendentes à concentração regional ( 2 ), no processo de industrialização pensado em seu conjunto, não deixa de ser significativo, para a posterior evolução da indústria têxtil em São Paulo, constatar-se que em 1910 já se notava a concentração - principalmente em capacidade instalada - não somente no então Distrito Federal e em São Paulo, mas também em poucas fábricas nas duas áreas, como assinala Stanley Stein, acrescentando: " em 1910 onze fábricas (oito no sul e três no nordeste) dominavam a indústria" ( 3 ). Nesse sentido, mais verdadeira para indústria têxtil paulista é a observação de Warren Dean: "nos anos anteriores de 1906 São Paulo era um mercado à disposição do Rio (...) entre 1906 e 1914 São Paulo se tornou independente, (...) depois de 1914 São Paulo principiou a invadir o mercado da capital" ( 4 ).

Note-se que a primeira Guerra Mundial acentua o movimento de conquista de mercado para os tecidos de São Paulo. Dentre os bens de consumo importados por este estado durante a guerra, os tecidos de algodão sofreram um declínio de 62% ( 5 ). Ao mesmo tempo, a produção local cresceu gradualmente entre 1915 e 1920. Tanto que São Paulo, no fim da guerra, exportou tecidos para a Argentina e Uruguai. Como sua indústria de tecidos dispunha de capacidade instalada superior à do Rio de Janeiro, pôde vender sua produção inclusive no mercado do Distrito Federal e áreas vizinhas ( 6 ). Dessa forma, se os anos de guerra reduziram as facilidades de crédito e o nível de investimentos, o funcionamento acelerado do equipamento existente indica que, pelo menos, ampliou-se consideravelmente a procura de artigos nacionais, cuja produção, pela primeira vez, foi considerada "patriótica" ( 7 ).

Já na década de vinte, o ritmo de desenvolvimento industrial no seu conjunto foi mais lento, comparado ao das duas décadas anteriores ( 8 ), principalmente devido ao fatores depressivos que já começaram a se esboçar em 1926. No estado de São Paulo a produção de tecidos de algodão acusou um declínio de 20% nos dois anos seguintes ( 9 ). Apenas os tecidos de seda registraram aumento significativo de produção, mas, ao lado da juta e de lã, eram artigos de menor ponderação no total da indústria no estado ( 10 ).

Recapitulando os antecedentes da crise que se inicia em 1926, se em 1921 e no ano seguinte grandes fábricas de tecidos de São Paulo e do Rio de Janeiro chegaram a exportar tecidos para o Uruguai e Argentina, em 1924 esta pequena exportação cessou diante da entrada naqueles mercados de artigos ingleses e americanos mais baratos. Além disso, no mesmo ano aumentou a importação local de tecidos ingleses ( 11 ), que só foi drasticamente reduzida em 1929.

No, entanto, no biênio 24-26, a estabilização da taxa cambial, barateando os equipamentos, estimulou sua importação. De fato, entre 1921 e 1928, a indústria têxtil como um todo se reequi-

pou nos grandes centros urbanos ( 12 ). Ao mesmo tempo, nas zonas rurais multiplicaram-se as fabriquetas produzindo algodão grosseiro, com mercados protegidos da concorrência com as grandes unidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, devido ao alto custo dos transportes. O padrão contrário à concentração regional da indústria têxtil aparece pois nesta época. Esta heterogeneidade da estrutura industrial seria a base, durante a década de 30, dos conflitos entre indústrias do centro-sul e do nordeste, de um lado e, de outro, entre pequenas fábricas nas zonas rurais e grandes unidades nos centros urbanos, que passaram a produzir algodão de melhor qualidade( 13 )

Entre 1928 e 1930 a indústria têxtil no estado de São Paulo foi o ramo mais afetado pela depressão. A produção diminuiu 30% somente nos anos 29 e 30, e reduziu-se 43,4% em relação ao nível que atingira em 1926 ( 14 ). A jornada de trabalho foi reduzindo desde 1929 e as fábricas passaram a funcionar apenas três dias por semana, com menos teares em operação( 15 ) Ainda em 1932 a indústria têxtil paulista não alcançaria os níveis de produção anteriores à depressão, e o número de operários baixou 14% em relação à cifra de 1928 ( 16 ).

Por outro lado, nos anos 20 manifestou-se de forma acentuada a ambígua relação entre a burguesia industrial e a burguesia cafeeira, fundada na particularidade mesma da acumulação de capital de uma economia capitalista exportadora. Ambigüidade que, reiteradas vezes, impediu a burguesia industrial de constituir-se como setor de classe independente, capaz de defender junto ao Estado uma clara política industrializante, limitando-se a solicitar dos órgãos estatais medidas no que dizia respeito à proteção tarifária ( 17 ).

É nesse contexto que compreendemos a campanha liderada pelos industriais paulistas em 1928 e que resultou na revisão tarifária no ano seguinte. O Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo (CIFTSP) e a associação congênere no Rio de Janeiro (Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Algodão do Rio de Janeiro - CIFTA-RJ) argumentaram que o

dumping de tecidos ingleses era a causa da crise em que se debatia a indústria têxtil, e pleitearam uma proteção efetiva, através da revisão da tarifa de 1900. O êxito destas pressões interessava principalmente a São Paulo, onde as importações de panos de algodão de melhor qualidade concorrendo com os artigos das maiores fábricas locais, tinham quadruplicado entre 1922 e 1926 ( 18 ). Durante a campanha, os jornais que representavam os interesses de comerciantes e da classe média (Jornal do Comércio, O Estado de São Paulo, Correio da Manhã, Diário Carioca) não pouparam ataques aos industriais ( os "tu barões", os "barões salteadores"). Mas não conseguiram abalar sua influência política, ainda mais que para reforçá-la, foi criada em 1928 o CIESP, presidido por Francisco Matarazzo, e fruto de uma cisão Associação Comercial de São Paulo, controlada por importadores ( 19 ).

Tornou-se praxe desde então usar as associações de classe como instrumento de preservação dos interesses das maiores fábricas do centro-sul ( 20 ). Devem ser encarados nessa perspectiva os esforços dos industriais paulistas para conseguir auto-suficiência no suprimento de algodão bruto. A cultura comercial do algodão fôra estimulada durante a primeira guerra, e em 1919 (um ano após a grande geada do café) este produto foi exportado. Em 1925 a safra de algodão considerada excedente foi de novo exportada, obrigando os fabricantes paulistas a importar algodão do nordeste. Deste ano até 1952 a produção de algodão diminuiu constantemente, aumentando a dependência do fornecimento de algodão nordestino ( 21 ). Foi exatamente nesta época que industriais do Rio e de São Paulo começaram a se movimentar contra os intermediários de algodão do nordeste, pois, afirmavam, vinham pagando 60% a mais do que os importadores estrangeiros ( 22 ). Por outro lado, desde 1923 o CIFTSP empenhou-se na questão do suprimento de matéria-prima, propondo ao governo fórmulas para incentivar a produção no estado ( 23 ). No mesmo ano, o Instituto Agrônomo de Campinas iniciou pesquisas que permitiriam a obtenção de fibras mais resistentes e sementes selecionadas, as quais foram distribuídas em grande quantidade pela Secretaria da Agri

cultura em 1931 ( 24 ).

Outro traço relevante da indústria têxtil em São Paulo refere-se ao controle familiar na gestão das empresas. Modelo estabelecido desde o início do século, foi, na verdade, reforçado nos anos de depressão. Como notou Warren Dean, na metade dos anos 20 e no após-30 não houve no ramo têxtil sequer uma tentativa de concentração ou organização de cartéis ( 25 ). A proposta de cartelização da indústria têxtil, lançada em fevereiro de 1930 por José Haydú, que incluía a estandarização da produção, a fusão das indústrias, a coordenação do suprimento de matérias-primas e materiais auxiliares, e a consequente redução de custos e preços, era uma alternativa totalmente fora de cogitação ( 26 ). O padrão de controle familiar das empresas não só impedia sua conversão em sociedades anônimas, como também implicava em métodos tradicionais contábeis e financeiros - custos e preços especiais em cada empresa, regras tácitas de especulação e manobras fiscais. O recurso a sucessivos expedientes para eliminar a concorrência, até mesmo via manipulação dos favores oficiais foram o método pelo qual as empresas familiares puderam prescindir da venda de ações e das fusões.

Graças à utilização intensiva do equipamento instalado, a indústria têxtil superou a depressão a partir de 1933. Mas no final da década, era em grande parte responsável pelo desenvolvimento desequilibrado da indústria no estado. A produção industrial de São Paulo, entre 1933 e 1939, cresceu anualmente a uma taxa de 14% (devido às altas porcentagens de crescimento das indústrias básicas), ultrapassando a taxa anual de crescimento no Brasil (11,2%) ( 27 ). Mas no caso da indústria têxtil a relação inverteu-se: o crescimento no Brasil registrou uma taxa anual de 11,2% no período, ao passo que o ramo têxtil paulista cresceu a uma taxa anual de 6,5% ( 28 ). Ainda assim, gerada em 1939 51,6% do valor adicionado da indústria brasileira ( 29 ), embora só em 1937 atingisse nível de produção superior ao de 1926, ponto máximo da década de 20 ( 30 ).

Estes resultados têm muito a ver com o pragmatismo da política econômica do Governo Provisório. Numa conjuntura de crise, Vargas sob pressão dos industriais têxteis, assinou o decreto nº 19.739 em março de 1931, proibindo a importação de equipamentos de fiação e tecelagem por três anos. Em novembro de 1933, pelo decreto nº 23.486, o governo renovou os termos do decreto anterior, estendendo as restrições para importar até março de 1937, considerando ainda válidas as alegações de superprodução dos industriais do Rio de Janeiro e de São Paulo ( 31 ).

Para os grandes fabricantes do centro-sul era indispensável manter o status quo tecnológico, impedindo a instalação de novas unidades e a modernização das pequenas empresas, tanto das zonas rurais, como do nordeste. Garantiam assim mercados forçados a pagar altos preços, optando pois pelas intervenções governamentais que viessem bloquear a concorrência.

Nesse sentido, e a respeito do "projeto de industrialização" dos industriais de tecidos do Rio de Janeiro e São Paulo, é válido transcrever um comentário crítico que apareceu em 1938:

"No Brasil (...) é a própria iniciativa privada que se apega às intervenções do Estado, pedindo a sua proteção, rogando a sua tutela, amarrando-se cegamente à máquina administrativa. Quando determinado ramo da indústria nacional termina seu primeiro impulso de ascensão, sente-se sem forças para ampliar seus quadros, desenvolver seus negócios, criar novos mercados (grifo nosso), aprofundar os existentes. Recorre então ao governo, não para pedir-lhe crédito, nem fretes baixos mas para pedir-lhe (...) que limite a produção, que transforme em mediocre monopólio (grifo nosso) aquela força que poderia ser (...) um fator de nosso desenvolvimento industrial " ( 32 ).

Cabe recapitular alguns episódios dessa política de medíocres monopólios, defendida pelas entidades patronais do Rio e São Paulo. Dois meses após entrar em vigência o primeiro decreto restringindo importações, os sindicatos patronais têxteis do Rio e de São Paulo passaram a pressionar o governo para que também fosse proibida a fabricação de teares nacionais ( 33 ). Mas suas pretensões não foram aprovadas. Prova disso é que o



estado de São Paulo operava com 4.055 teares em 1934, três anos depois estavam funcionando cerca de 6.000, sem contar os teares fabricados em São Paulo e vendidos às fabriquetas de zonas de Minas e do Nordeste ( 34 ).

Mas de qualquer forma, os decretos restringindo importações em 31 e 33 claramente mantiveram a superioridade técnica das unidades maiores do centro-sul que tinham se reequipado em muito maior escala na década de vinte. As pequenas fábricas foram obrigadas por lei a só produzir, algodão grosseiro, já que não podiam importar equipamentos de fiação para obter fios mais longos, ampliando a produção de algodão de melhor qualidade. Não obstante o estado oficial de superprodução em que se encontrou a indústria têxtil durante seis anos, as jornadas de trabalho mínimas eram de dez horas ou variavam entre 10 e 24 horas em pequenas fábricas, que passaram a operar em dois ou três turnos diários ( 35 ).

Entre 1931 e 1937 alguns empresários puderam se dar ao luxo de vender a preços razoáveis equipamentos de segunda-mão para fábricas de zonas rurais. Apesar dos esforços do CIFTA-RJ e do Sindicato Patronal as Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo (SPIFTESP) para restringir a produção, esta cresceu em todo Brasil e provocou demanda ainda maior de fios. A carência dessa matéria-prima foi tal que o governo em 1934 suspendeu as restrições quanto aos equipamentos preparatórios de fios, cuja importação aumentou constantemente até 1936 ( 36 ).

Já em julho de 1936, faltando ainda nove meses para expirarem as restrições para importar, o SPIFTESP começou articular formas de impedir a revogação. A argumentação usada era sintomática: os preços dos tecidos em São Paulo estavam em declínio porque os produtores de outros estados tinham invadido o mercado local e, portanto, isso bastava como indício de superprodução em todo território nacional ( 37 ). Mas não é demais lembrar que os outros estados representavam apenas uma ameaça potencial. Tanto assim que as exportações de tecidos de algodão

de São Paulo aumentaram constantemente entre 1937 e 1941, passando de 9.700 582K para 12.938.008K, e nestes anos já tinham cessado as restrições para importação. Ao passo que São Paulo absorveu de outros estados volumes bem menores de tecidos naqueles anos, isto é, 3.857.080K em 1937, 4.561.399K em 1941 ( 38 ).

O Ministério do Trabalho, em fins de 1936, baixou uma portaria regulando as futuras importações de fusos. Nesta ocasião o CIFTA-RJ, o SPIFTESP e o Sindicato Patronal de Juiz de Fora apresentaram ao governo contrapropostas onde pleiteavam: prorogação dos dispositivos dos decreto de 1933, a proibição de instalações de teares nacionais; uma quota de importação de novos fusos não superior a 5% dos instalados no país, justificando que a porcentagem proposta pelo governo (15%) resultaria numa "superprodução ruínosa de fios, com reflexo imediato e fatal sobre a produção de tecidos" ( 39 ). Além disso, propunham a limitação de jornada de trabalho em todo território nacional de 10 horas (60 horas semanais). Alegavam ser esta a opinião da "maioria". Nesta não estava incluída, por exemplo, o sindicato patronal de Pernambuco e os irmãos Lundgreen, da Companhia de Tecidos Paulista, a maior empresa do Nordeste.

Em março de 1937 cessaram todas as restrições para importar. Mas as associações patronais do Rio e de São Paulo voltaram à carga, reivindicando no Congresso a fixação de um teto de 48 horas para a semana de trabalho nas tecelagens nacionais. No Estado Novo, o problema foi confiado ao Conselho Técnico de Economia e Finanças, que encarregou o Departamento Nacional de Indústria e Comércio (vinculado ao Ministério do Trabalho) de realizar em 1938 um inquérito a respeito do chamado estado de superprodução na indústria têxtil ( 40 ). As conclusões do inquérito foram entregues a Vargas em fins de 1938. Seu relator negava categoricamente o estado de superprodução e propunha como solução para o caso a promulgação do salário-mínimo nacional. Aconselhava ainda a fixação da semana de 48 horas apenas nos estados do centro-sul, isentando-se assim as

fábricas do nordeste de cumprir determinação legal deste tipo ( 41 ).

Na mesma época, a Campanha de Tecidos Paulista (irmãos Lundgreen), em carta ao Diretor do Conselho Técnico de Economia e Finanças, acusava três empresas - Confiança Industrial do Rio de Janeiro, e as firmas Matarazzo e Crespi de São Paulo - de tentar destruir as indústrias do nordeste, ao defender a necessidade de limitar jornadas de trabalho. Impugnava ainda sua representatividade, tanto entre os empresários têxteis do Brasil, como no estado de São Paulo, onde o capital das duas últimas não correspondia nem a 20% do capital total das 118 indústrias do estado ( 42 ). Portanto, no jogo de pressões que se desenvolveram em 1938, o governo parecia arbitrar em favor dos Lundgreen, não dando margens para que se ampliasse o debate sobre as jornadas de trabalho.

Outros setores não afinados com as posições do SPITESP e do CIFTA do Rio de Janeiro expuseram seus argumentos na revista O Observador Econômico e Financeiro. Apontaram como principal problema da indústria têxtil o sub-consumo, frisando que a produção nacional estava longe de satisfazer às necessidades da maioria da população ( 43 ) e que as medidas propostas por aquelas entidades só resultariam no aumento do preço dos tecidos e na impossibilidade de sua compra, "num país cujos consumidores vestem-se pouco e mal" ( 44 ). E advertiam: "Impõe-se portanto, o desenvolvimento do mercado interno" ( 45 ), questão que ainda hoje está em aberto.

Encontrando resistência, as associações representantes dos industriais de São Paulo e Rio mudaram a tônica de seus apelos ao governo, reconhecendo a urgência da instituição do salário-mínimo, que afinal foi legalizado em 1940, que acabou promovendo maior concentração de capital e beneficiando as empresas mais modernas.

As maiores empresas têxteis nem eram modernas, como demonstra

vam Annibal V. Villela e Wilson Suzigan. Pois segundo o censo de 1940, no total da indústria têxtil do estado de São Paulo, 74,6% das máquinas tinham mais de dez anos ou idade desconhecida, e a situação era ainda mais precária na tecelagem de algodão, onde 97,1% dos equipamentos tinham mais de dez anos de uso ( 46 ).

Durante a Segunda Guerra a indústria têxtil entraria numa fase de prosperidade, devida à rápida conquista de mercados externos. O boom da exportação nacional de tecidos começou já em 1939, com o aumento de 800% em relação ao total do ano anterior ( 47 ). A produção em metros passou de 840.168.000 m em 1940, para mais de um bilhão em 1945. Bem mais notável foi o crescimento das exportações, que em 1941 totalizaram 92.379.320 m, atingindo em 1943 o nível máximo do período, isto é, 263 milhões de metros ( 48 ).

Os industriais têxteis, durante o conflito, deram outras tantas provas de sua capacidade para encarar os problemas da indústria têxtil a médio prazo. As práticas especulativas sob o beneplácito do governo, a compulsão de explorar condições técnicas precárias e a força de trabalho, foram seus métodos preferidos, e justificados em nome dos "elevados interesses da indústria nacional" ( 49 ).

No final da guerra o Brasil começou a perder terreno no mercado externo. A União Sul Africana, grande compradora, reduziu o nível de importação de tecidos brasileiros em 1943. O mercado latinoamericano também não oferecia perspectivas melhores no fim do conflito. A Argentina, desde o início, considerou perigosa a invasão de tecidos brasileiros em seu mercado e, de modo geral, todos os países da América Latina que compraram tecidos do Brasil na época, estabeleceram conjuntamente em 1945, na Conferência Inter-Americana dos Problemas da Guerra e da Paz (realizada no México), que no pós-guerra se daria prioridade ao reequipamento de suas indústrias têxteis, para evitar a importação de tecidos brasileiros ( 50 ).

Em 1943, ano em que começou a declinar a produção têxtil brasileira, e particularmente a do estado de São Paulo, a situação dos consumidores nacionais, sub-abastecidos e pagando altos preços, determinou a execução de um acordo entre industriais e governo - o Convênio Têxtil. Foi estipulado que 10% da produção anual de todas as fábricas seria colocada sob controle de preços, produção esta que se restringia aos chamados tecidos populares. Por outro lado, face à escassez mundial de tecidos, o Brasil assumiu o compromisso, pelo Acordo Têxtil de Washington (1943) de produzir 90 milhões de jardas, a ser distribuída pelo UNRRA. Além disso, o Conselho Francês de Aprovisionamento, fez também outra volumosa encomenda, e ambos organismos estipularam padrões de qualidade, preços e prazos de entrega, que aliás, só puderam ser cumpridos em parte pelas fábricas brasileiras ( 51 ).

Para coordenar esta produção foi criada a CETEX - Comissão Executiva Têxtil - presidida por um industrial do Rio de Janeiro, Guilherme da Silveira Filho, e formada por mais sete representantes da indústria e cinco do governo ( 52 ).

Ao mesmo tempo, pela lei de Mobilização Industrial (1944) as indústrias têxteis foram enquadradas no regime de guerra, que suspendeu os direitos trabalhistas. A CETEX tinha, entre outras, a atribuição de supervisionar os movimentos de trabalhadores, suspender férias e o pagamento de horas extras, e permitir o trabalho noturno de mulheres ( 53 ). Observaria mais tarde o presidente da CETEX: " a Lei de Mobilização Industrial veio apenas legislar sobre uma situação já existente" ( 54 ). Com efeito, um inquérito realizado pela CETEX em 1944 revelou que entre as jornadas médias, de trabalho nas fábricas têxteis, São Paulo registrava as mais altas. Estas eram respectivamente: 21 horas nas seções de cardas (contra a média de 14,55hs no Brasil), 16,58 hs. nas seções de fiação (contra 15,30 hs no Brasil) e 13,30 hs nas seções de tecelagem (contra 12,20 hs no Brasil) ( 55 ). Em resumo os trabalhadores têxteis foram submetidos a um regime de super-exploração. Aliás, a falta de documentação sobre o cumprimento da legislação trabalhista durante a guerra é curiosa. O Sindicato das Indústrias em Fiação e Tecelagem em Geral de São Paulo talvez não por acaso, fez uma

vaga alusão à reação dos trabalhadores têxteis, durante o regime de guerra:

" Todavia, registrou-se entre os trabalhadores um movimento de desgosto em face das restrições que a Lei de mobilização da indústria têxtil viera criar. Estavam eles impossibilitados de se transferir livremente para outras atividades, em face do que dispunha a legislação (...) Contudo, numa compreensão bastante humana (...) quase todos os empregadores, salvo casos excepcionais, não tiveram objeções de conceder as competentes liberações pedidas por seus operários, todos visivelmente interessados em ingressar nos quadros de outras indústrias (...) cujos salários, em virtude das contradições criadas pela guerra, atingiram níveis bastante expressivos ( 56 ).

Não obstante todas as facilidades que tiveram os empresários têxteis para aumentar a produção, de forma a suprir o mercado interno e externo, a CETEX foi obrigada a suspender as exportações em março de 1946 por noventa dias. Guilherme da Silveira Filho justificou a medida alegando que, do contrário, o mercado interno seria totalmente desabastecido ( 57 ). São vários os antecedentes desta suspensão. Após a queda de Getúlio - que em setembro de 1945 tinha estabelecido um congelamento adicional de preços dos tecidos no mercado interno - foi estimulada a exportação ( 58 ). Embora a produção total tenha declinado 24% entre 1943 e 1945, resultando na diminuição do volume de exportações em 1944, somente em 1945 houve uma elevação de 93% nas exportações, em realação ao total de 1943, ano em que se registrara o mais alto nível. A CETEX suspendeu assim as remessas para o exterior de 1946, com base em estimativas de que a média dos preços internos aumentara em 1944-1945 mais do que a média dos preços de exportação ( 59 ). Além disso, já em 1945 houve um déficit no abastecimento interno de 291.270.000 metros ( 60 ), e segundo os cálculos do presidente da CETEX, haveria em 1946 uma exportação (sem a suspensão) de 700 milhões de metros aproximadamente, restando para o consumo interno 100 milhões de metros, ou seja, menos de 10% do consumo total ( 61 ). De fato, seria o completo desabastecimento. Esta situação devia ser evitada, já que, restaurada a democracia, os órgãos técnicos do governo já não poderiam permanecer irresponsáveis diante da opinião pública.

O presidente da CETEX tomou decisão, não obstante os veementes protestos dos membros da CETEX. A suspensão foi renovada em julho de 1946 por mais noventa dias e tornou-se definitiva por decreto presidencial ainda em 1946. O mercado interno continua va sub-abastecido segundo as declarações oficiais ( 62 ), a imprensa acusava os "tubarões" de naquele ano terem retirado tecidos do mercado, para vendê-los a preços altos quando expirassem as duas suspensões. Apesar das acusações da imprensa, os representantes da indústria têxtil voltaram a proclamar a "crise de super-produção" ( 63 ).

Como observa Stanley Stein, os argumentos dos industriais têxteis do Rio de Janeiro e de São Paulo mudaram pouco, em questão de conteúdo, entre 1946 e 1950. Insistiam nos custos crescentes da produção, quando, na verdade, as empresas não fixavam os preços de acordo com cálculos de custos, e sim através de operações contábeis tradicionais ( 64 ). Reivindicavam o patrocínio governamental das exportações como única solução para absorver um excedente anual de produção estimado em 30% do total. Assim, num artigo do Diário de São Paulo, resumindo as discussões de uma assembléia geral do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem em Geral de São Paulo, reaparece também o velho problema da concorrência que outros estados faziam à indústria paulista:

"São Paulo está na contingência, além de enfrentar a competição de mercados supridores internacionais, de ajustar o seu trabalho à posição dos demais estados produtores do país, os quais se acham favorecidos pelo mais baixo preço da mão-de-obra" ( 65 ).

A análise sobre os problemas da indústria têxtil na época pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) observa que a persistência da organização tradicional do trabalho nas empresas têxteis - principal fator da baixa produtividade no conjunto da indústria têxtil brasileira - era devidamente, à abundância de mão-de-obra e a seu baixo preço generalizado, se comparado aos preços dos artigos manufaturados por aquela indústria. Quanto às fiações e tecelagens modernas de São Paulo, o estudo chegou à conclusão que seu único problema de produtividade residia no excesso de operários em - decor

rência também dos baixos níveis salariais vigentes nesse setor - e, por outro lado, devido ao fato dos empresários insistirem no uso intensivo de seus equipamentos modernos, às custas do trabalho operário mal adestrados ( 66 ). Observou-se ainda que o reequipamento da maioria das fábricas mais modernas não se acompanhou da modernização das práticas administrativas e da organização racional do trabalho ( 67 ).

Resta assinalar outra faceta da mentalidade empresarial. Como observou Warren Dean, a elite industrial de São Paulo demonstrou nas décadas de 20 e 30 "um robusto interesse pelas variedades de fascismo europeu" ( 68 ). Assim, a doutrina corporativista, que tinha em Oscar Pupo Nogueira (secretário geral do Sindicato Patronal das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo - SPIFTESP) um dos seus mais sólidos adeptos, mesclou-se ao "paternalismo autoconsciente" aplicado por um Jorge Street na década de 20 em São Paulo ( 69 ).

Consoante com estas tendências autoritárias, os empresários reagiram prontamente frente aos decretos regulando as condições de trabalho do operariado em 1931 e 1932, revelando que não tinham a mais leve intenção de admitir as negociações com o operariado como mecanismo institucional normal no sistema capitalista.

Oscar Pupo Nogueira definiu como "furor legislante" dos revolucionários de 1950 os decretos assinados nos anos seguintes. Assim se pronunciou a respeito do estabelecimento da jornada de trabalho de 8 horas, declarando que suas alegações reproduziam os pontos de vista da maioria dos empresários, consultados, a respeito, através de um inquérito:

"Como baixar o custo da produção brasileira? (...)  
Intensificando-a (...) Ora, para intensificá-la mister se faz dar ao operário a faculdade de trabalhar intensamente. Isto reverte em seu benefício, pois quanto maior for a sua atividade, tanto maior serão os seus proventos. Ora, não se conseguirá este fim com o regime de 8 horas" ( 70 ).



Este era um dos motivos pelos quais "o trabalho no regime de 8 horas é inadmissível entre nós" ( 71 ), pois de acordo com a mentalidade vigente, esta fórmula simples de "intensificar a produção" (ou seja, extrair mais-valia aumentando a jornada de trabalho) era a única maneira concebível de elevar a produção na indústria. Além disso, ponderava o secretário do SPIFTESP:

"todo e qualquer sistema de distribuição ou de organização científica do trabalho se torna impossível para os industriais" ( 72 ).

A razão disso, para os patrões, residia no fato de terem os industriais que enfrentar a instabilidade profissional do operário brasileiro "um nômade do trabalho" cuja preocupação central era:

"auferir a maior soma possível de proventos, em troca da menor soma possível de esforços" ( 73 ).

Já que eram escassos os "operários legítimos e laboriosos", Oscar Pupo Nogueira, em nome de sua classe, pronunciou-se contra a Lei de Férias que, a seu ver, resultaria na "perda irremediável de grandes somas e [na] dissolução do caráter do trabalhador" ( 74 ) que seria atraído para a vagabundagem. O operário brasileiro, sustentava Pupo Nogueira, não era capaz de ver esta lei como "lei higiênica, mas sim como fonte de proventos" ( 75 ).

Embora protestasse contra a Lei do Dois-Terços, Oscar Pupo Nogueira não deixou de observar que emigração trouxera para o Brasil:

"o rebotalho humano que outras nações repudiam como perigos para o futuro das raças e como dissolventes da ordem social" ( 76 ).

A legislação regulando os contratos de trabalho, segundo este representante dos empresários têxteis, não considerava as situações em que os industriais "[são] compelido[s] a despedir par-

te de seu operariado ou seu operariado em bloco" [e] entre as causas justas para a despedida não figuram as greves tão comuns nos últimos tempos" ( 77 ).

Referindo-se ao programa da Aliança Liberal, Oscar Pupo Nogueira pretendia demonstrar que:

"Houvesse ou não ideologia, fosse ela qual fosse, um fato que não admite contestações é o cortejo às massas (...) E foi porque desejassem este apoio que os invasores de São Paulo em 1930 antes de qualquer outra cogitação de ordem econômica, política, ou simplesmente militar, (...) impuseram às indústrias paulistas, (...) a semana de 40 horas, um acréscimo de 5% nos salários e deram plena liberdade de pensamento (grifo nosso), sinão de ação aos partidos extremistas" ( 78 ).

Após 1946, restaurada a democracia, as posições do sindicato patronal da indústria têxtil não divergiam muito das anteriores, embora adotando rótulos pseudo-científicos. Mencionando os movimentos grevistas de 1945, 1946 Antonio S. Victor resumiu a nova visão dos empresários a respeito da questão social:

"Inexistindo por parte do governo de Vargas qualquer interesse em aplicar medidas restringindo as agitações políticas, pois elas também lhe interessavam, restava às classes produtoras a iniciativa de combater a evolução do mal, utilizando um programa racional de valorização do indivíduo" ( 79 ).

Dessa maneira foi formada a Comissão de Orientação Social, integrada por industriais, a que através de estudos especializados iria promover a "verdadeira conciliação entre as forças do Capital e do Trabalho" ( 80 ). Ao que parece foi instaurada a política de relações humanas nas indústrias têxteis paulistas, para solucionar problemas tais como o da "alimentação" dos trabalhadores, fator de rendimento no trabalho ( 81 ). Este era um problema realmente mais premente do que a questão salarial. Porque era especificidade do

Brasil "a inconpreensão quanto ao verdadeiro valor econômico de um aumento de salário (...); temos visto que a cada novo aumento de salários, resulta um decrêscimo na produção de tecidos" ( 82 ).

Em conclusão, o conservantismo desse e de outros setores do empresariado nacional frente à participação das classes populares no processo de desenvolvimento, constituiria elemento a mais a inibir qualquer projeto de hegemonia política. O empresariado têxtil constitui assim um caso exemplar da fragilidade da burguesia industrial brasileira. Fragilidade que marcou a sua história, seja no que diz respeito às sistemáticas formas de super-exploração da classe operária, seja no que diz respeito ao caráter estreito de suas reivindicações junto ao Estado.

## NOTAS

CAPÍTULO I

## 1.1. Histórico da indústria têxtil em São Paulo.

- ( 1 ) Ver VILLELA, Annibal Villanova & SUZIGAN, Wilson - Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira (1889-1945) Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973, p. 356.
- ( 2 ) Ver SINGER, Paul I. - Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana, São Paulo. Ed. Nacional, 1968 p.53.
- ( 3 ) Ver STEIN, Stanley J. - The Brazilian Cotton Manufacture Textil Enterprise in a Underdeveloped Area (1850-1950). Cambridge Harvard University Press, 1957, pp. 103, 104. Em capacidade instalada, as cinco maiores eram: Aliança, Confiança Industrial, Cia Progresso Industrial do Brasil (no Rio de Janeiro) e Fábrika de Tecidos Mariângela S.A., Indústrias Votorantim ( no estado de São Paulo). Idem, Ibidem., p.104. Padrão semelhante se verificava em 1945, quando a CETEX (Comissão Executiva Têxtil) realizou pesquisas sobre a indústria têxtil algodoeira. O levantamento registrou apenas 24 empresas com mais de 2000 operários no Brasil. Havia 5 empregando entre 3 e 5000 operários, 4 das quais se localizavam em São Paulo (capital) e eram respectivamente: S.A. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, S.A.. Moinho Santista I.G., Cotonifício Rodolfo Crespi, Fiação e Tecelagem Estamparia Ypiranga-Jafet S.A. Finalmente 6 empresas empregavam mais de 5000 operários. Dentre elas duas estavam instaladas no estado de São Paulo, e eram: S.A. Indústrias Votorantim e Cia Nacional de Estamparia. Por tanto, igualmente em 1945 11 fábricas dominavam a indústria têxtil no Brasil: as 6 citadas em São Paulo, 3 no Nordeste e 2 no Rio de Janeiro. Ver BRASIL MINISTÉRIO DO TRABALHO; INDÚSTRIA E COMÉRCIO - CETEX (COMISSÃO EXECUTIVA TÊXTIL). Indústria Têxtil Algodoeira. MTIC, 1946.
- ( 4 ) Ver DEAN, Warren K. - A industrialização de São Paulo. São Paulo, DIFEL e Ed. da USP, 1971 p. 106.
- ( 5 ) Idem, Ibidem., p.98, Tabela VI-3.
- ( 6 ) Idem, Ibidem., p. 105; ver também CANO, Wilson - Raízes da concentração, industrial em São Paulo. Rio de Janeiro - São Paulo, DIFEL, 1977, pp. 156-158, e especialmente, pp. 232-242.
- ( 7 ) Idem, Ibidem, p.107.
- ( 8 ) Ver VILLELA, Annibal Villanova & SUZIGAN, Wilson - op.cit., p.358. Como assinalam os autores, os índices da produção industrial nacional acompanhavam o índice da indústria têxtil, a mais importante do país. Assim, a taxa anual de crescimento da indústria têxtil que entre 1911 e 1919 atingiu, 3,7%, caiu para 1,9% entre 1919 e 1928 Idem, Ibidem, pp.172 e 173.
- ( 9 ) Idem, Ibidem, p. 359.
- ( 10 ) Idem, Ibidem, p. 357, 359.

- ( 11 ) Ver STEIN, Stanley J. - op.cit., pp. 115,116.
- ( 12 ) Ver VILLELA, Annibal Villanova & SUZIGAN, Wilson - op.cit., pp.85,216,217. LIMA, Heitor Ferreira - A indústria têxtil no Brasil. O Observador Economico e Financeiro, 9 (122) mar. 1946: pp.58,59; e STEIN, Stanley J. - op.cit., pp. 110,111.
- ( 13 ) Ver STEIN, Stanley J. - op.cit., pp.112, 113 e o OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO - Super-produção industrial ? OEF, (14) mar. 1937: pp. 91,92; ver também AURELIANO, Liana Maria - No limiar da industrialização. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981, pp.37-44, onde se compõe o quadro das relações entre a modernização da indústria têxtil e a questão da concorrência inter-regional.
- ( 14 ) Ver VILLELA, Annibal Villanova & SUZIGAN, Wilson - op.cit., p.363.
- ( 15 ) Idem,Ibidem, p. 363; e STEIN, Stanley J. - op.cit., p.129.
- ( 16 ) Ver VILLELA, Annibal Villanova & SUZIGAN, Wilson - op.cit., p. 365.
- ( 17 ) Ver CARDOSO DE MELLO, João Manuel - O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. Campinas, Tese de Doutorado - DEPE-IFCH da UNICAMP, 1975 (mimeo), pp. 132 e sgts.
- ( 18 ) Ver STEIN, Stanley J. - op.cit., pp. 123, 124; ver também AURELIANO, Liana Maria - op.cit., pp. 37-38.
- ( 19 ) Idem,Ibidem, pp. 124-128, p. 247 notas (47)e (53);e também DEAN, Warren K. - op.cit., pp. 133,134,152, 153.
- ( 20 ) Ver BRANDÃO LOPES, Juarez Rubens - Desenvolvimento e Mudanças Social, 2<sup>a</sup> ed. São Paulo, Ed. Nacional 1970, pp. 152, 153.
- ( 21 ) Ver DEAN, Warren K. - op.cit., pp. 142, 143, 144.
- ( 22 ) Ver STEIN, Stanley J. - op.cit., pp. 118,119.
- ( 23 ) Ver DEAN, Warren K. - op.cit., p. 144.
- ( 24 ) Ver VILLELA, Annibal Villanova & SUZIGAN, Wilson - op.cit., p. 202.
- ( 25 ) Ver DEAN, Warren K. - op.cit., pp.128, 129.
- ( 26 ) HAYDU, José Silva - Em prol das industrias têxteis Diário de São Paulo, São Paulo, 3 de fevereiro de 1937.
- ( 27 ) VILLELA, Annibal Villanova & SUZIGAN, Wilson, - op.cit., p.367.
- ( 28 ) Idem,Ibidem, p. 312, (Tabela VI. 8), e p. 367.

- ( 29 ) Idem, Ibidem, p. 371.
- ( 30 ) Idem, Ibidem, p. 371.
- ( 31 ) Idem, Ibidem, p. 367.
- ( 32 ) O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO - Superprodução de Tecidos OEF.3 (35) dez. 1938: p. 107.
- ( 33 ) Ver STEIN, Stanley J. - op.cit., p.144 e DEAN, Warren K. - op.cit., p. 158.
- ( 34 ) Ver O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO - Superprodução industrial?, OEF, 2 (14) mar. 1937: p.102.
- ( 35 ) Ver STEIN, Stanley J. - op.cit., p. 146.
- ( 36 ) Idem, Ibidem, p. 147, 148.
- ( 37 ) Idem, Ibidem, p. 149.
- ( 38 ) Ver o OBSERVADOR ECONOMICO E FINANCEIRO - Indústria do Algodão, OEF, 7 (81) out. 1942: p.83.
- ( 39 ) O OBSERVADOR ECONOMICO E FINANCEIRO - Superprodução industrial ? OEF, 2 (14) mar. 1937: p. 96.
- ( 40 ) Ver STEIN, Stanley J. - op.cit., p. 154.
- ( 41 ) Idem, Ibidem, p. 155.
- ( 42 ) Idem, Ibidem, p. 158 e o OBSERVADOR ECONOMICO E FINANCEIRO Superprodução de tecidos. OEF, 3 (35) dez. 1958: p. 112.
- ( 43 ) Ver O OBSERVADOR ECONOMICO E FINANCEIRO - Superprodução de tecidos: p. 119.
- ( 44 ) Idem, Ibidem, p. 124.
- ( 45 ) Idem, Ibidem, p. 124.
- ( 46 ) Ver VILLELA, Annibal Villanova & SUZIGAN, Wilson - op.cit., p. 372.
- ( 47 ) Ver BRASIL-MTIC-CETEX. - Indústria Têxtil Algodoeira. MTIC, 1946, p. 223.
- ( 48 ) Ver STEIN, Stanley J. - op.cit., p. 166; e BRASIL-MTIC-CETEX op.cit., p. 58.
- ( 49 ) Ver CARDOSO, Fernando Henrique - Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico. São Paulo, DIFEL, 1964 p. 104 e BRANDÃO LOPES, Juarez R. - op.cit., pp. 148, 149.
- ( 50 ) Ver STEIN, Stanley J. - op.cit., p. 170.
- ( 51 ) Idem, Ibidem, p. 169.
- ( 52 ) Ver DEAN, Warren K. - op.cit., p. 240.
- ( 53 ) Ver DEAN, Warren K. - op.cit., p. 240.
- ( 54 ) SILVEIRA FILHO, Guilherme da - Memória sobre a Situação da Indústria Têxtil Brasileira. Rio de Janeiro, Muniz, 1947, p. 23.

- ( 55 ) BRASIL-MTIC-CETEX - op.cit., p. 118.
- ( 56 ) VICTOR, Antonio da Silva - Política Social da Indústria Têxtil. São Paulo, Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral de São Paulo, 1949, pp. 62,63. Sobre as condições de trabalho há décadas reinantes na indústria têxtil paulista, ver PINHEIRO, Paulo Sérgio  
2 HALL, Michael M. (comps.) - A Classe Operária no Brasil (1889-1930)- Documentos, vol. II - Condições de vida e de trabalho, relações com os Empresarios e o Estado . São Paulo, Ed. Brasiliense - FUNCAMP, 1981, pp. 127-135. Sobre o regime de guerra, ver o Decreto-Lei nº 6.688 - 13.07.1944 (Declara de interesse nacional e mobilizadas as indústrias que especificar e dá outras providências).
- ( 57 ) Ver STEIN, Stanley J. - op.cit., p. 168.
- ( 58 ) Idem,Ibidem, p. 172.
- ( 59 ) Idem,Ibidem, p. 172.
- ( 60 ) Idem,Ibidem, p. 174 (Tabela 20)
- ( 61 ) Ver SILVEIRA FILHO, Guilherme da - op.cit., p. 123.
- ( 62 ) Ver STEIN, Stanley J. - op.cit., p. 175.
- ( 63 ) Idem,Ibidem, pp. 175, 177.
- ( 64 ) Idem,Ibidem, p.180.
- ( 65 ) ATINGIU o mais alto nível em 1949. (Exposição do Sr. Humberto Costa na reunião do SIFTGSP) Diário de São Paulo, São Paulo, 18 de março de 1950.
- ( 66 ) O.N.U. - Comissão Economica para a América Latina (CEPAL) Productividad de la mano de obra en la industria textil algodонера de cinco países latinoamericanos. Nueva Yorque, 1951, pp. 20,21.
- ( 67 ) O.N.U. - CEPAL - op.cit., p. 12.
- ( 68 ) Ver DEAN, Warren K. - op.cit., p. 184.
- ( 69 ) Idem,Ibidem, p. 168.
- ( 70 ) NOGUEIRA, Oscar Pupo - A indústria em face das Leis do Trabalho, São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas , 1935, p. 183.
- ( 71 ) Idem,Ibidem, p. 185.
- ( 72 ) Idem,Ibidem, p. 39.
- ( 73 ) Idem,Ibidem, p. 40.
- ( 74 ) Idem,Ibidem, p. 42.
- ( 75 ) Idem,Ibidem, p.43.
- ( 76 ) Idem,Ibidem, p. 48.

- ( 77 ) Idem, Ibidem, p. 219.
- ( 78 ) Idem, Ibidem, p. 34.
- ( 79 ) VICTOR, Antonio da Silva - op.cit., p. 70.
- ( 80 ) Idem, Ibidem, p. 71.
- ( 81 ) Idem, Ibidem, p. 79.
- ( 82 ) Idem, Ibidem, p. 60.



## CAPÍTULO I - ESTADO E SINDICATO CORPORATIVO

### 2. A MONTAGEM DA ESTRUTURA SINDICAL

#### 2.1. A criação do Sindicato dos Têxteis e as organizações pré e coexistentes (1930-1937)

Algumas considerações de ordem geral se fazem necessárias para delinear a conjuntura política, mais ampla que se desenrola paralelamente à criação dos sindicatos oficiais - como é o caso do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo ( 1 ). A década de 30 assistiu à problemática rearticulação das classes sociais no plano político, da qual resultou após novembro de 37, a emergência de um novo Estado, em moldes corporativistas.

Durante o Governo Provisório primeiros passos foram dados nesse sentido. Através das interventorias, criaram-se os alicerces de uma nova estrutura política, capaz de neutralizar as pretensões de poder das oligarquias regionais ( 2 ). Ao mesmo tempo, respondendo à crise econômica, o poder central ampliou sua área de controle com a criação de órgãos estatais especializados, que passaram a centralizar as decisões econômico-financeiras, ( 3 ) e a rearticular os setores básicos da economia. Ampliando desde então sua margem de manobra frente à todas as facções das classes dominantes, o Estado foi assumindo o papel de árbitro dos interesses divergentes que, na época, impossibilitavam o predomínio de qualquer uma das frações de classe sobre o conjunto da nação, configurando-se a crise de hegemonia ( 4 ).

Outra preocupação básica do Governo Provisório foi institucionalizar a questão social, tendo em mente o controle político do Estado sobre a classe operária urbana. Foi possível, nessa área e mais cedo, preparar o terreno para a criação de um arcabouço institucional corporativista. Com este objetivo, foi instalado o MTIC e regulamentada a organização sindical. Era também necessário conter a luta de classes, um fator a mais de ameaça potencial ao precário equilíbrio político. Esta urgência determinou, entre outras medidas, a regulamentação das condições de trabalho urbano e a organização do sistema de previdência social no setor de serviços ( 5 ).

Esta política social acabou constando na mitologia trabalhista como doação generosa da Revolução de 30 aos assalariados, e não como uma conquista dos trabalhadores. No terreno concreto da prática social porém, multiplicam-se os fatos provando que a questão social por algum tempo ainda foi tratada como caso de polícia. Os estudos recentes sobre a classe operária na década de trinta demonstram que as leis sociais no pós-30 eram bem mais a reatualização e a extensão para todas as categorias de trabalhadores urbanos da legislação promulgada desde 1917, exceção feita à lei do salário-mínimo, à lei dos Dois-Terços, e ao enquadramento sindical. Além disso, muito discutível foi a eficácia daquelas leis, cuja implementação foi adiada até meados da década de 40 ( 6 ). Menos verdade ainda é que a classe operária não lutou arduamente para ver respeitados pelo menos dois dos mais elementares direitos: a jornada de oito horas e as férias. De 1930 a 1935 estas foram as reivindicações mais frequentes, afora as de salário, das greves em São Paulo ( 7 ). Difícil não supor que na ausência dessas greves a vigência da legislação trabalhista teria se retardado ainda mais. De 1930 a 1935 os representantes do recém-criado Ministério do Trabalho na prática alternavam a interferência conciliatória em greves com a repressão policial para eliminar lideranças radicais do movimento operário ( 8 ).

No período constitucional coube aos sindicatos oficiais cumprir nova tarefa política. A representação classista foi o instrumento usado por Vargas para contrabalançar a esperada união de bancadas anti-governistas estaduais no Congresso ( 9 ). O método de eleição dos representantes dos empregados refletiu mais ainda o processo de cooptação política de lideranças operárias começado em 1931. Expedientes como reconhecimento de sindicatos de carimbo, assegurando ao Ministério do Trabalho maioria a seu favor, multiplicaram por sua vez o número de entidades. O sindicalismo oficial se estrutura pois em 1933, já de início, por obra do casuísta manipulador do governo ( 10 ). Em troca de uma política social ainda não executável, pseudo-dirigentes da classe operária representaram-na como aliados menores de Vargas, descartáveis a qualquer momento.

A feição social-democrata da Constituição de 34, afirmando a pluralidade e autonomia sindical, não impediu que o reconhecimento de sindicatos continuasse subordinado ao Ministério do Trabalho. São aos sindicalizados era garantido o gozo de férias e preferência na abertura de reclamações nas Juntas de Conciliação e Julgamento, não obstante o dispositivo constitucional que proclamava os mesmos direitos a todos os operários ( 11 ). Com efeito, em 1934 prosperou o controle do governo sobre os sindicatos, ainda mais levando-se em conta, no fim da década de 30, a classe operária carecia até mesmo regionalmente de organizações tendo à frente lideranças representativas do conjunto dos trabalhadores. Em 1934 os sindicatos livres ainda em formação ou reconstituídos, embora reunissem os quadros mais combativos, que tentaram coordenar as greves desde 30, tampouco constituíam a direção política da classe operária ( 12 ). O sindicalismo oficial foi se tornando realidade não apenas em função da legislação promulgada e do reconhecimento acelerado de entidades, mas também porque umas tantas entidades livres passaram a buscar reconhecimento oficial, outras foram se extinguindo por conta de suas próprias debilidades e da repressão policial, fatos que já são sintomas a mais da ausência de organização autônoma e da disponibilidade política em que se encontravam os trabalhadores urbanos ( 13 ).

O hiato de "liberalização" sindical e política de 1934 até meados de 1935 permitiu porém o desenvolvimento de frentes sindicais, partidos operários e de classe média. Estas formações, de cunho regional e curta duração, nada mais foram que expressões da inexistência de qualquer força política apta de fato a dirigir o movimento de massas ( 14 ). Não obstante, dias após a fundação da ANL, governo e oposição oligárquica no Congresso formaram uma santa aliança para, antes de mais nada, reprimir o movimento operário, da qual resultou a Lei de Segurança Nacional ( 15 ), usada imediatamente contra líderes radicais que controlavam alguns sindicatos. Nos meses seguintes, aprofundou-se a radicalização da classe média e de setores populares, acentuando a polarização ideológica entre a ANL e integralistas. A pressão de massas exercida pela ANL, em nome da luta contra o fascismo, na defesa das liberdades democráticas e do nacionalismo, bem como a

amplitude que adquiriu esse movimento, consolidaram ainda mais a aliança entre governo e grupos oligárquicos que, por via das dúvidas, apoiaram decididamente as medidas repressivas subsequentes ( 16 ). Os setores do movimento operário que integraram a ANL foram recrutados basicamente por um dos componentes da frente, os comunistas. Porém as reivindicações operárias dos aliancistas ( 17 ) foram subordinadas à constituição de uma aliança de classe, onde os itens nacionalistas e a defesa das liberdades democráticas eram centrais. De qualquer maneira, a insurreição de novembro de 1935 foi excelente pretexto para que o governo tivesse condições de suprimir todas as organizações políticas e tendências de esquerda atuantes nos sindicatos e fora deles ( 18 ).

As vicissitudes da organização sindical têxtil, no período 1930-1937 refletem a natureza conturbada desta fase em que, emergindo inúmeros elementos institucionalmente novos na cena política, não estavam ainda definidas as regras do novo jogo que se iniciara em 1930.

Reconstituímos a seguir os passos da criação do sindicato oficial têxtil, disputando espaço junto com organizações pré-existentes, cooptando os quadros que viriam formar uma nova realidade sindical e, ao mesmo tempo, neutralizando o que restava das lideranças operárias em São Paulo.

A hostilidade ao sindicato oficial é bastante explícita nos seus primeiros tempos:

"A pedido de vários operários não sindicalizados foi convocada uma assembléia. O presidente abre a sessão e convida os presentes a assinarem o livro de presença, o que os presentes não aceitaram, recusando-se a assinar o livro, alegando que o sindicato era uma tapeação, uma organização amarela. Ante essa atitude hostil, o presidente dá por encerrada a reunião. 1º secretário: Hilário Gomes" ( 19 ).

Parecia ser este o conceito desfrutado pelo Sindicato dos Operários em Fiação e Tecelagem de São Paulo ( 20 ) junto as parcelas do operariado têxtil de São Paulo.

Assinala Annez Andraus Troyano que para a consolidação do sindicalismo oficial a legislação e as medidas concretas do Estado foram condições necessárias porém insuficientes. A tolerância do patronato, e a orientação das lideranças sindicais completam essas condições ( 21 ). No caso do Sindicato dos Têxteis não há notícias comprovando resistência explícita do CIFTSP ( 22 ) ao sindicalismo corporativo, não obstante a precariedade dos dados disponíveis. Ao contrário, a oposição cerrada que os industriais têxteis faziam à União dos Operários em Fábricas de Tecidos - UOFT - já em 1919, e que prosseguiu no início dos anos 30, elimina esta hipótese ( 23 ). Poucas dúvidas restaram porém de que o declínio da UOFT, provavelmente em meados de 1933, foi decisivo para que o Sindicato dos Têxteis se apresentasse como mediador por ocasião de greves nas empresas têxteis, mesmo desprestigiado.

A UOFT foi uma organização que surgiu duas vezes - em 1917 e em 1930 em função do ascenso dos movimentos grevistas em São Paulo, embora a primeira referência sobre ela date de 1907 ( 24 ). Note-se que a atuação da UOFT, restrita à determinados períodos, pode ser creditada à sua fraqueza orgânica. Como argumenta Boris Fausto: " (...) A explosividade e o baixo grau organizatório dos têxteis se interrelacionam. Se a primeira tem origem nas más condições de trabalho, nos salários insignificantes, na solidariedade impulsionada pela concentração industrial, vincula-se também à inexistência de núcleos sindicais ou à sua capacidade de exercer apenas funções de mobilização e não de controle" ( 25 ). Ainda assim, a UOFT, fundada em maio de 1919, foi até 1921 - quando então já estava desbaratada pela repressão - uma organização bastante representativa da categoria: tinha sede própria no Bráz, sucursais em bairros e exercia sua influência sobre comissões de fábrica implantadas em várias empresas. Suas posições políticas foram classificadas como moderadas, embora mantivesse vínculos com os círculos anarquistas e contasse com apoio deles em momentos de tensão grevista ( 26 ). Posições que ressurgiram - ainda um tanto obscuras - em 1930, dentro do espectro ideológico que compunha o movimento sindical da época, descrito de forma simplista por um dirigente comunista:

"Os amarelos - os pelegos - eram os líderes sindicais como Luiz Oliveira. Os róseos eram os 'socialistas' como Agripino Nazareth. E os rabanetes . vermelhos por fora e brancos por dentro - eram os ex-anarquistas como Carlos Dias. Uniram-se todos contra o Partido Comunista" ( 27 ).

Em 1930, o representante mais conhecido da UOFT era José Righetti que também na primeira fase da organização foi seu dirigente. Era amigo de Miguel Costa, o chefe das Legiões Revolucionárias em São Paulo ( 28 ). Durante o levante de 1942 em São Paulo, e já não tão próximo dos anarquistas, Righetti protestou solidariedade aos revolucionários, juntamente com outros líderes operários. Em 30 Righetti parecia não deter o controle absoluto sobre as orientações da UOFT, muito embora combatesse os comunistas dentro da entidade. Em 1931, a mesma UOFT se via forçada a divulgar pela imprensa sua equidistância em relação aos anarquistas, comunistas e tenentistas, e sua independência em relação a todo e qualquer partido político ( 29 ). Esse apoliticismo radical aproximava essa organização das correntes que Boris Fausto qualifica como "trabalhista" e socialistas reformistas, cujas diferenças na atuação prática é difícil discernir. Segundo o mesmo autor, os "trabalhistas" pretendiam "tão somente a conquista de alguns direitos operários, sem pôr em questão os fundamentos do sistema social, inclinándose a incentivar implicitamente a heteronomia sindical" ( 30 ). À primeira vista, poderia parecer que os dirigentes da UOFT, porque próximos em características aos "trabalhistas", eram uma corrente potencialmente amarela. Mas não: a combatividade de seus quadros durante greves em 31 e 32, parece, tornou inviável tanto os entendimentos com o DET, com vistas ao reconhecimento futuro da entidade, como a concordância do CIFT-SP quanto à sua legalização ( 31 ). Em 1931 a UOFT tinha novamente sucursais em vários bairros de São Paulo - Ipiranga, Brãz, Mooca - além de sede no Belémzinho e, ainda que organização ilegal, era chamada a representar os operários têxteis nas negociações de greves ( 32 ). Aparentemente, a entidade não mais intervinha em greves e já não existia em 1934. Seu destino não foi portanto igual ao dos sindicatos que pleitearam e obtiveram reconhecimento do Ministério do Trabalho, tais como o dos Estivadores e Bancários, ainda que a

série de leis de enquadramento sindical e as intervenções até 1939 tenha obrigado aqueles sindicatos a sucessivas readaptações ( 33 ). Nem se tem notícia que a UOFT tenha, como a UTG-SP - União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo - optado pela legalização em 1934 ( 34 ).

A criação dos Sindicato dos Têxteis mais se assemelha ao processo descrito por Annez A. Troyano quando historia a fundação do Sindicato dos Químicos de São Paulo. O Sindicato dos Têxteis, como o dos Químicos, é expressão do que acertadamente a mesma autora designa de corrente amarela ou ministerialista dos anos 30. Mas, até 1939, houve espaço na entidade para atuação de uma corrente progressista ( 35 ), é bem verdade que muito limitada em seus passos, sob estrito controle do DET e entrando em frequentes atritos com a corrente amarela. Ambas porém acertaram os termos de uma composição que permitiu uma divisão de tarefas tal que aos ministerialistas reservaram-se os cargos importantes. O PCB era, entre as organizações de esquerda do imediato pós-30, quem tinha a orientação mais definida, a de atuar dentro dos sindicatos oficiais, com a finalidade de obter o controle dessas entidades ( 36 ). Esta diretriz não aparece de forma inequívoca no Sindicato dos Têxteis e, na medida em que a corrente progressista funciona como grupo de pressão difuso, o contingente e a extração política de seus elementos não é facilmente identificável, através da documentação disponível ( 37 ).

O Sindicato dos Têxteis foi instalado em janeiro de 1933, na gestão de Salgado Filho no Ministério do Trabalho, época em que o governo federal entrou em acordo com o DET para reforçar o cumprimento da legislação trabalhista em São Paulo e estimular a criação dos sindicatos oficiais ( 38 ), em função da representação classista a ser eleita para a Assembléia Nacional Constituinte. Dominado por sindicalistas ministeriais, foi, a rigor um sindicato de carimbo até meados de 1937. Sua representatividade era nula, tendo em vista que a categoria formava o maior contingente de trabalhadores de São Paulo,

seja comparando-se seu número de filiados com o número de sócios de outros sindicatos fundados na mesma época, seja cotejando-se o número de associados presentes em assembléias da entidade com o contingente da categoria têxtil em São Paulo.

Os quadros seguintes revelam este baixo grau de representatividade:



QUADRO II

SINDICATOS OFICIAIS ESTADO DE SÃO PAULO	DATA Instalação	DATA Reconhecimento	ASSOCIADOS					
			1931	1932	1933	1934	1935	1936
Sindicato dos Operários em Fiação e Tecelagem de São Paulo.....	08.01.1933	19.05.1934	-	-	140	-	4.600 (*)	-
Sindicato dos Operários em Fiação e Tecelagem de Juta - SP.....	15.11.1934	25.02.1935	-	-	-	-	217	-
Associação dos Bancários de São Paulo .....	16.04.1923	12.08.1931	1219	1057	1732	2.006	1.895	1.059
Sindicato dos Operários na Fabricação de Gãz .....	22.01.1933	27.06.1933	-	-	72	108	-	-
Centro dos Estivadores de Santos .....	01.12.1930	07.02.1933	-	-	1.057	-	-	-
União Beneficente dos Operários da Cia. Docas de Santos.....	14.02.1931	20.08.1931	-	-	3.670	-	-	-
Sindicato dos Ferroviários da Cia. Mogiana.....	09.01.1927	24.02.1932	-	2.336	2.358	2.194	-	-
Sindicato dos Ferroviários da Sorocabana...	26.12.1932	14.06.1933	-	1.206	3.318	-	-	-
União dos Trabalhadores da Light.....	12.06.1934	22.09.1934	-	-	-	1.724	-	-
Sindicato dos Operários em Tração, Luz e Força .....	08.06.1933	26.05.1934	-	-	906	1.047	-	-

OBSERVAÇÃO: A finalidade da elaboração deste quadro foi comparar a representatividade dos Sindicatos dos Têxteis com, a dos sindicatos cuja história foi levantada (Bancários, Estivadores, Químicos), e com aqueles possuindo maior contingente de associados, segundo a principal fonte utilizada.

FONTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - "O sindicalismo no Estado de São Paulo". BOLETIM DO MTIC. Rio de Janeiro (15) novembro 1935: 365-368.

(\*) Esta cifra aparece em Ata de Reunião de Diretoria - 15.02.1935. Mas deve ser aceita com reservas, pois em 1935 os números de comparecimento as assembléias gerais não perfazem nem 10% desta cifra, e em 1941, o número de sócios em condições de votar era de 1.324, votando efetivamente apenas 70 associados. Ata de Assembléia Geral - 28.09.1941.

(\*\*) O número de associados bancários desta entidade foi retirado de CANEDO, Letícia Bicalho - op.cit., pp. 114, 116 e 121 (quadro X-1, X-2, X-8)

QUADRO III												
SÃO PAULO (CAPITAL)	1 9 3 4				1 9 3 5						1 9 3 7	
ASSOCIADOS PRESENTES EM ASSEMBLÉIAS GERAIS DO SOFT-SP	43	53	47	32	34	131	48	70	28	48	122	
NÚMERO DE OPERÁRIOS EM FIAÇÕES E TECELAGENS DE ALGODÃO	19.648				22.156						24.721	
NÚMERO DE OPERÁRIOS EM TODOS OS TIPOS DE FIAÇÕES E TECELAGENS	40.829				43.086						49.035	

FONTES: Registro de presença de sócios nas Atas de Assembléias Gerais - 1934, 1935, 1937 - SOFT-SP  
SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - Estatística Industrial  
do Estado de São Paulo. São Paulo, 1929-1938.

Corretamente Maria Hermínia T. de Almeida assinala: "O SOFT parece ter sido um exemplo limite das manobras do Ministério do Trabalho. De fato, a referida entidade foi reconhecida apesar de sua situação totalmente irregular. Não congregava o número mínimo de associados exigidos por lei e além do mais, era dirigida por um elemento, Mário Rotta que não pertencia à categoria têxtil, mas era dono de pensão (...) além de membro de uma associação fascista" ( 39 ). Não há notícias de que Mário Rotta, presidente do Sindicato de 1933 a 1937, ou outros membros ministerialistas da direção tivessem ligações diretas com a polícia, como ocorria no Sindicato do Gás (Químicos) ( 40 ). Mas eram sem dúvida elementos de absoluta confiança tanto do DET como do Ministério do Trabalho. Inclusive por esse motivo o Sindicato só sofreu intervenção mais tarde, em janeiro de 37 ( 41 ). A Junta Governativa que passou a dirigir a entidade procedeu a eleições já em maio do mesmo ano. A Comissão Executiva então eleita não tomou posse mas seus membros decisivos, a saber, Melchíades dos Santos e Joaquim Teixeira, foram nomeados interventores da mesma Junta Governativa - substituindo dois demissionários - e, em 1938, eleitos respectivamente presidente e diretor de Imprensa e Propaganda do sindicato. O primeiro se eternizou desde então como presidente do Sindicato dos Têxteis até 1945, e foi interventor entre 1947 e 1950. O segundo exerceu diversos cargos de importância crescente nos mesmos períodos e foi eleito presidente em 1950. ( 42 ).

Mesmo no Sindicato dos Têxteis, um aparelho sem vida, mantido graças ao beneplácito oficial, a liderança de um elemento como Mário Rotta foi contestada continuamente. Membros do sindicato questionaram inclusive o seu direito de ingressar na entidade, já que não pertencia à classe ( 43 ). As contestações partiam de ativistas que se intitulavam oposição sindical e que concorreram nesta qualidade às eleições no início de 1935 para renovação da diretoria. A oposição ganhou por reduzida margem de votos e o DET anulou as eleições, reconduzindo Mário Rotta e Melchíades dos Santos para a presidência e vice-presidência. Sem demora, os elementos mais ativos

da oposição, incluindo duas operárias, foram expulsos do sindicato. A sucursal do Belém, onde atuavam, foi fechada provavelmente por pressão do DOPS, pois a diretoria tinha ciência de que a polícia espionava aquela sucursal, obtendo de forma não explicada a informação de que "a maioria da propaganda contra o bom nome do sindicato partia daquela sucursal" ( 44 ). Este expediente de expulsão precedeu ou foi paralelo às intervenções nos sindicatos a partir de 1935. No caso do Sindicato dos Bancários, foi utilizado em perfeita consonância com diretrizes do DOPS ( 45 ). Os sócios indesejáveis ao DET, que funcionou, como o Ministério do Trabalho, sempre em perfeita comunhão com a Ordem Política e Social, eram privados de seus direitos em virtude de suas convicções políticas sobretudo, sob a justificativa formal de estarem em desacordo com os estatutos da organização.

Nas discussões em assembléias sobre os estatutos do Sindicato um protesto que se repetia, partindo invariavelmente da oposição, é o de que a lei sindical de 1931 (decreto-lei nº 19.770) bloqueava a participação de estrangeiros na direção dos sindicatos. É sabido que os têxteis em São Paulo eram uma categoria com altas porcentagens de estrangeiros ou naturalizados há pouco tempo. Os decretos 19.770 de 19.03.1931, mais claramente e o 26.624 de 14.07.1934 tinham, como a Lei dos Dois-Terços, o mesmo objetivo político repressivo, inarredável, desmobilizador das antigas lideranças, favorecendo, particularmente no setor industrial paulista, a rápida ascensão de dirigentes amarelos, a maioria deles brasileiros por coincidência ( 46 ). Assim, o começo da exemplar carreira ministerialista de Diocleciano de Holanda Cavalcanti teve lugar no Sindicato dos Têxteis. Em 1935 Diocleciano participava discretamente das atividades do sindicato, ( 47 ). Era também cobrador de mensalidades do sindicato, mas foi demitido do cargo em 1936 porque já então praticava a pequena corrupção. Em 1937 atendia em dias determinados em escritório na rua do Carmo nº 8, e não consta nas Atas que tenha prestado contas ou pago as inscrições de associados que devia ao Sindicato dos Têxteis ( 48 ), que, até a instituição do imposto sindical, viveu em permanente dificuldade financeira. Os associados não pagavam as mensalidades, segundo declarou um associado em assembléia, em virtude da desconfiança que inspirava a então diretoria ( 49 ). Além

de remunerar um membro da diretoria e dois funcionários, o sindicato ainda subvencionava inúmeras viagens do presidente ao Rio de Janeiro, pagava ajudas de custo e gratificações a diretores, e ainda prestava auxílio eventual a grevistas e associados ( 50 ).

Em termos gerais, 1934, a conduta da direção no que diz respeito a outros sindicatos e organizações da sociedade civil, só corrobora o formato amarelo do Sindicato dos Têxteis em seus primeiros anos de vida ( 51 ). Houve muita resistência por parte da diretoria do SOFT em aderir às campanhas contra o fascismo, que ganharam amplitude em São Paulo a partir de setembro daquele ano, e que culminaram com a formação da Comissão Política e Popular de Inquérito, considerada o embrião da ANL. Os ministerialistas pura e simplesmente não cumpriam resoluções de assembléia, qual seja, prestar solidariedade àquela comissão. Foi necessário, nesse caso, desmascarar a manobra em nova assembléia, para que a oposição pudesse arrancar um telegrama de solidariedade e dinheiro ( 52 ). Por outro lado, o sindicato não manteve relações com as organizações que atuavam no movimento operário, tais como: Federação Operária de São Paulo (anarquista), Federação Sindical Regional de São Paulo (controlada pelo PCB), e a Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo, embora se saiba que a oposição no Sindicato dos Têxteis colaborasse com esta última ( 53 ). Em 1935, porque livre das pressões da oposição, o SOFT recusou-se a ingressar na Frente Única Sindical de São Paulo, e nem se filiou à moderada e "apolítica" União dos Sindicatos Proletários de São Paulo ( 54 ). Pelo mesmo motivo, negou-se a participar naquele ano em frente única com outras organizações, de atos contra a promulgação da Lei de Segurança Nacional, bem como a dar apoio à ANL, não havendo contestações internas ao argumento do presidente Mário Rotta, de que estas atividades iriam atrair a repressão policial sobre a classe ( 55 ). O Sindicato dos Têxteis, ao contrário, vinculou-se às associações relâmpago, fundadas entre 1934 e 1937 pela burocracia do Ministério do Trabalho, num primeiro momento para contrapor-se às frentes intersindicais de esquerda. Assim, aderiu à Federação Sindical Proletária das Indústrias do Estado de São Paulo em 1935, e à União dos Sindicatos de Trabalhadores de São Paulo em 1937 ( 56 ).

Se é fato que a Lei de Férias levou quinze anos para ter uma efetiva fiscalização, em 1934 os sindicatos oficiais baseavam toda a sua propaganda no argumento de que só a sindicalização e a carteira profissional garantiriam ao operário suas férias. Mas as próprias Atas do Sindicato dos Têxteis se encarregam de contradizer a eficácia desta vantagem duvidosa, privilégio dos sindicatos oficiais. Como afirma Annez A. Troyano: "Na medida em que o Decreto de 1934 delimita o usufruto das férias aos sindicalizados, a luta do patronato pela não concessão das férias se transforma em disputa contra a existência do próprio órgão de classe, voltando-se contra a sindicalização dos trabalhadores" ( 57 ). O patronato têxtil pagava férias sem exigir dos operários comprovantes de sindicalização, e por vezes as pagava em dinheiro, como formas de desmoralizar tanto os sindicatos como a própria lei. Em abril de 1935, Mário Rotta, o presidente do Sindicato dos Têxteis instava junto ao Ministério do Trabalho para que a lei de férias fosse respeitada. De resto, o SOFT resumiu-se à mediação apaziguadora entre operários e patroões para forçar o cumprimento principalmente da lei de férias, através do envio de circulares às empresas, memoriais ao DET, e da abertura de processos contra algumas fábricas ( 58 ). Cabe assinalar que apenas em 1935 o SOFT cedeu suas instalações para assembleias convocadas por grevistas, com o fim de tratar dos rumos daqueles movimentos ( 59 ). Nesse mesmo ano, uma modalidade inédita de assembleias foi realizada duas vezes: para eleição e organização de uma comissão de fábrica, tendo em vista melhorias das condições de trabalho (forma de pagamento, uniformes) de uma empresa. Note-se que as comissões de fábrica eram uma forma de organização comum entre os têxteis desde 1919, na primeira fase da UOFT. Mas suas atribuições variaram muito em função da política levada pelo sindicato que as representasse. Sua existência nunca foi entre os têxteis garantia por si só de uma real organização pela base, muito embora os dirigentes ministerialistas jamais se empenhassem em sua disseminação ( 60 ).

De maneira geral, o Sindicato dos Têxteis cumpriu suas funções de forma ineficiente, mesmo do ponto de vista da proposta corporativista. Em junho de 1936 os diretores foram presionados, talvez por esse motivo, a assinar um contrato, pelo prazo de quatro anos, com um órgão especializado, a Organização Sindical Paulista ( 61 ), que se reservaria o direito de: 1. organizar os serviços administrativos (secretaria e tesouraria) e aqueles de assistência médica e hospitalar; 2. promover a propaganda sindical, conferências e cursos para "educação social" dos operários; 3. organizar a biblioteca de legislação trabalhista e uma agência (dentro da sede) de colocação para associados, que facilitaria a obtenção de carteiras profissionais; 4. encarregar-se da cobrança de mensalidades. Apesar dos apelos do presidente Mário Rotta, argumentando que a recusa dessa assistência "técnica" acarretaria represálias do DET, a diretoria rejeitou o contrato, o que em parte parece ter determinado a intervenção no sindicato em janeiro de 1937 ( 62 ).

A disputa entre membros da diretoria em 1935 culminou no fim deste mesmo ano com a demissão de dois membros - Melchíades dos Santos e Joaquim Teixeira - que seriam depois nomeados membros da Junta Governativa que tomou posse em janeiro de 1937. Com o afastamento desses dois elementos, o sindicato se propôs a participar de comícios anti-fascistas e a colaborar com o Partido Socialista ( 63 ). Em 36, os dois demissionários tentaram sem êxito imediato afastar Mário Rotta, acusando-o de desviar fundos destinados a sustentar a greve da Tecelagem Ítalo-Brasileira, no ano anterior ( 64 ). Na troca de acusações mútuas, acabou constando nas Atas que Melchíades dos Santos, como Mário Rotta, também não era tecelão. O clima de golpes e contra-golpes de gabinete só tendia a prosperar, na conjuntura que se iniciou em fins de 35, de intensa repressão sobre os sindicatos. O Sindicato recebia intimações para o comparecimento da diretoria ao DOPS, semanalmente, em outubro de 1935 ( 65 ). A Junta Governativa que assumiu em janeiro de 1937, por uma lógica de poder não muito compreensível, resolveu anistiar os membros da oposição sumariamente expulsos do sindicato em

março de 1935 ( 66 ), ao mesmo tempo em que, para a realização de uma assemblêia de eleição da Comissão Executiva - que afinal não tomou posse - era obrigada a ter permissão expressa do DET e do DOPS ( 67 ).

A partir de 1936, contradizendo aparentemente o processo de esvaziamento sindical que no mesmo ano ocorria no então Distrito Federal ( 68 ), o SOFT, se não cresceu em número de filiados, o que não é possível verificar, pelo menos expandiu suas atividades recreativas, ampliou o auxílio monetário prestado a associados, e o trabalho de propaganda. Em 1937, cumprindo instruções do DET baixadas no ano anterior, o Sindicato dos Têxteis era obrigado a s̄o atender operários sindicalizados, o que indica que mesmo antes da introdução do Imposto Sindical, os sindicatos oficiais já funcionavam como agências públicas de auxílio social e jurídico ao trabalhador ( 69 ).

Em conclusão, o Sindicato dos Têxteis expressou de maneira exemplar, aquele momento da história do movimento sindical: o do início dos mecanismos de controle do Estado sobre as organizações sindicais. O período 1930-1937 pode pois ser visto como a etapa mesma da constituição da ossatura e da engrenagem de funcionamento de um sindicalismo tutelado pelo Estado.



## N O T A S

CAPÍTULO I

## 2.1. A criação do Sindicato dos Têxteis e as organizações pré e coexistentes ( 1930 - 1937 )

( 1 ) A denominação Sindicato dos Têxteis será a abreviação empregada nesta monografia, para evitar tanto o uso do nome completo do sindicato, como sua sigla, ambos muito extensos.

( 2 ) Ver ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - Estado e classes trabalhadoras no Brasil (1930-1945). São Paulo, Tese de Doutorado, FFCL-USP, 1978, (mimeo), p. 28.

( 3 ) Ver ROWLAND, Robert - Classe operária e Estado de Compromisso (Origens estruturais da legislação trabalhista e sindical). ESTUDOS CEBRAP 8. São Paulo, CEBRAP, abril-maio-junho 1974: 7-40, pp.7, 17; FAUSTO, Boris - Pequenos Ensaios de História da República (1889 - 1945). Cadernos CEBRAP 10. São Paulo, CEBRAP, 1972, pp. 51,52.

( 4 ) Ver a respeito WEFFORT, Francisco Correa - Estado e Massas no Brasil. REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, I (7) maio 1966: 137-158, pp. 142-144; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., pp. 13-17, 24-28. Note-se que esta autora confere à burocracia estatal um papel transformador mais destacado no pós-trinta. Interpretações diversas são as de VIANNA, Luiz Jorge Werneck - Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p.35 e ROWLAND, Robert - op.cit., ESTUDOS CEBRAP 8, pp. 16,17,36. Os dois últimos autores enfatizam a ausência das classes subalternas no compromisso firmado entre Estado e frações das classes dominantes.

( 5 ) CANO, Wilson & CINTRA, Luiz Carlos - Algumas Medidas de política econômica relacionada à industrialização brasileira (1874-1940). Campinas, IFCH-DEPE, 1975 (mimeo), pp. 135-144, APUD ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., pp. 173-174, nota (2), na qual estão arroladas de forma concisa todas as leis sociais do Governo Provisório. e ROWLAND, Robert - op.cit., ESTUDOS CEBRAP 8. pp.25, 28 e 34.

( 6 ) Ver VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., pp. 31-34, 175-177; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., pp. 166-168, 214-217; TROYANO, Annez Andraus - Estado e Sindicalismo. São Paulo, Símbolo, 1978, pp.48-49, onde a autora assinala que a fiscalização da lei de férias só foi regulamentada pelo Decreto-Lei 19.993 de 31.01.1940, o que não implicou necessariamente na sua universalização; LEVINE, Robert M. - O regime de Vargas. Os anos críticos (1934-1938). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, pp. 255,256.

- ( 7 ) Ver ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., pp. 187-190, 218-219; CARONE, Edgard - A República Nova (1930-1937) São Paulo, DIFEL, 1974, pp. 106-122.
- ( 8 ) Ver VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., p.142; CARONE, Edgard - op.cit., pp.142-144, onde se descreve a expulsão de estrangeiros que continuou se processando, ao mesmo tempo em que era aplicada a Lei dos Dois-Terços, e a deportação de militantes comunistas; HARDING, Timothy F. - Political History of Organized Labor in Brazil . Michigan, University Microfilms Ltd., Ann Arbor, 1973, p.81.
- ( 9 ) Ver ROWLAND, Robert - op.cit., ESTUDOS CEBRAP 8, p. 39, nota (34).
- ( 10 ) Ver CANEDO, Letícia Bicalho - O sindicalismo bancário em São Paulo (no período 1923-1944: seu significado político). São Paulo, Símbolo, 1978, pp.144,145, nota (20) e 159; VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., pp. 144-145; TROYANO, Annez Andraus - op.cit., pp.36-38.
- ( 11 ) Ver TROYANO, Annez Andraus - op.cit., pp. 38,39, 49; VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., p. 147; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., p.211.
- ( 12 ) Ver ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., pp. 170, 171, 193, 194; HARDING, Timothy F. - op.cit., pp. 110,111.
- ( 13 ) Ver ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., pp. 219-222.
- ( 14 ) Idem,Ibidem, pp. 228-230.
- ( 15 ) Ver HARDING, Timothy F. - op.cit., p.115.
- ( 16 ) Ver CARONE, Edgard - op.cit., pp. 259-260; FAUSTO, Boris - op.cit., pp.76,77.
- ( 17 ) Ver LEVINE, Robert M. - op.cit., p.114; HARDING, Timothy F. - op.cit., pp. 115,116.
- ( 18 ) Ver FAUSTO, Boris - op.cit., p.73; HARDING, Timothy F. - op.cit., pp.120-121.
- ( 19 ) Atas de Assembléias Gerais - 17.julho. 1934 - Assembléia ordinária realizada a pedido dos operários em greve da fábrica Mariângela.
- ( 20 ) O nome completo do Sindicato dos Têxteis nessa época varia tanto em fontes primárias como em fontes impressas: na própria ata de fundação da entidade aparecem os nomes Sindicato dos Operários em Fiação e Tecelagem de São Paulo (SOFT) e Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem de São Paulo(STFT). Usaremos a sigla SOFT por ser a mais corrente nas fontes impressas da década de 30.
- ( 21 ) Ver TROYANO, Annez Andraus - op.cit., p. 45.

( 22 ) Centro dos Industriais em Fiação e Tecelagem de São Paulo, fundado em 1919, que após 1930 passou a chamar-se Sindicato Patronal das Indústrias Têxteis do Estado de São Paulo - SPITESP - e, finalmente Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado de São Paulo (SIFTG-ESP).

( 23 ) "A União dos Operários em Fábricas de Tecidos jamais quiz enquadrar-se na Lei de Sindicalização, cuja finalidade é arregimentar os membros da mesma classe do trabalho, policiando por assim dizer os sindicatos formados, e não havia que tratar diretamente com uma entidade que, sobre não representar a classe operária têxtil, ainda foge à órbita de uma lei de alta finalidade social " CIFT-SP - Breve Relatório (Anexo à Circular nº 1099 - "Confidencial"). São Paulo, 27/07/1931, fl. 4. APUD MENDES JR, Antonio & MARANHÃO, Ricardo (orgs). Brasil História Texto & Consulta - Era de Vargas. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981, vol. 4, p.103.

( 24 ) "Em São Paulo, A União dos Operários em Fábricas de Tecidos, cuja primeira notícia data de 1907, teve uma vida vegetativa". Cf. FAUSTO, Boris - Trabalho urbano e conflito social. São Paulo - Rio de Janeiro, DIFEL, 1976, p. 127.

( 25 ) Cf. Idem, Ibidem, p. 128. O autor refere-se aos operários têxteis de São Paulo e Rio de Janeiro do início do século até 1920. Acredito porém que estas características se mantêm em parte até meados da década de 50.

( 26 ) Idem, Ibidem, pp. 96, 188-190; "É significativo observar que já nesta época despontava no sindicalismo têxtil paulista uma forte tendência favorável a um 'trade unionismo' militante. A direção da UOFT sob a presidência de um elemento jovem (Angelo Viale) distanciava-se ideologicamente dos anarquistas mas não rompia suas pontes com eles, combatendo ao mesmo tempo a tentativa da Igreja, com apoio patronal, de criação de centros operários católicos. A greve têxtil de 1920 recebeu amplo apoio da corrente libertária" Cf. Idem, Ibidem, p. 188, nota (22).

( 27 ) Cf. BRANDÃO, Otávio - Combates da classe operária. REVISTA BRASILIENSE (46) São Paulo, março-abril 1963: 62-81, p.66.

( 28 ) Miguel Costa foi comandante da Força Pública e secretário da Segurança Pública até julho de 1931. Através das Legiões Revolucionárias tentou estabelecer uma aliança entre organizações operárias e tenetistas para ampliar sua base social de apoio e em função de conflitos com o interventor João Alberto. Ajudou ostensivamente a funda-

ção do Sindicato dos Estivadores de Santos. Ver SARTI, Ingrid - Porto Vermelho: os Estivadores Santistas no Sindicato e na Política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 181, pp. 91-95.

( 29 ) Ver DULLES, John W.F. - Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975, pp.198, 371, 379, 398, 409; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., pp.189 - 190.

( 30 ) Cf. FAUSTO, Boris - Trabalho urbano e conflito social, p. 41. Este autor usa a expressão moderados ao referir-se em outras passagens ao "trabalhistas". Adotamos este sinônimo na mesma acepção. Segundo B. Fausto ainda: " A política dos moderados só poderia frutificar a partir de dois fatores: a existência de uma classe média com suficiente autonomia para buscar uma aliança com os setores populares; a presença no nível do Estado de grupos interessados em cumprir o papel de mediadores da colaboração de classes"; tudo isso numa "conjuntura de indefinição do Estado". Cf. Idem, Ibidem, pp. 58,59. Miguel Costa tentou confusamente servir de mediador particularmente com os estivadores de Santos, que, por sua ligação com miguelistas são classificados por I. Sarti como socialistas, designação esta vaga o suficiente - mas nem por isto incorreta - para também poder aplicar-se aos dirigentes da UOFT, na década de 30. Ver SARTI, Ingrid - op.cit., pp.92-95.

( 31 ) A UOFT, além de suas ligações com Miguel Costa através de seu secretário-geral José Righetti, não era totalmente infensa ao diálogo com o governo. Em maio de 1931 o Ministro do Trabalho compareceu à sede da entidade para proferir palestra. A PLATEA. 28. maio. 1931. Assembléias da UOFT foram realizadas com a presença de funcionários do DET. Na greve de julho de 1931, o CIFT-SP recusou-se a negociar com a UOFT e até mesmo a reconhecer a existência de movimento grevista. Ver a Circular nº 1099 do CIFT-SP, muito explícita a respeito, na nota (23) deste item, p. 42. Ver também ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., pp. 187-188; CARONE, Edgard - op.cit., p.112. Em maio de 1932 o reconhecimento da UOFT e das comissões de fábrica eram reivindicações da categoria e não foram atendidas. Ver DULLES, John F. - op.cit., pp. 397, 398.

( 32 ) A participação da UOFT nas greves da década de 30 será examinada no item seguinte desta monografia.

( 33 ) Ver SARTI, Ingrid - op.cit., pp. 95-96 e CANEDO, Letícia Bicalho - op.cit., pp. 52-53,66-67.

( 34 ) Ver ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., pp. 220-221 e Quadro VII, nas pags. sgts. Nem mesmo a aceitação do enquadramento corporativo era suficiente, em 1934, para o reconhecimento de sindicatos, mormente aqueles com tradição de luta e representatividade. A UTG não foi oficializada, segundo o quadro já citado.

( 35 ) Ver TROYANO, Annez Andraus - op.cit., pp. 36 nota (6), 42. Cabe transcrever aqui como a autora delimita a corrente progressista no sindicalismo pós-30, porque utilizaremos esta acepção para caracterizar a oposição dentro do Sindicato: " A segunda corrente, oposta à corrente conservadora, procura, inicialmente, manter-se independente do enquadramento sindical, sendo responsável pelas greves do período. Ao declínio de sua influência a partir de 1935, segue-se sua ascensão na segunda metade da década de 1940 e no período de 1956 a 1964". Cf. Idem, Ibidem, p. 43. No caso dos têxteis, esta corrente não foi responsável pela maioria das greves até 1935, até porque era ainda inexpressiva nos meios operários.

( 36 ) Ver PINHEIRO, Paulo Sérgio & HALL, Michael M. (comps) A Classe Operária no Brasil - Documentos (1889-1930). vol. I - O Movimento Operário. São Paulo, Ed. Alfa-Omega. 1979, pp. 288-289; DULLES, John W. Forster - op.cit., p. 417 e FAUSTO, Boris - Pequenos Ensaios de História da República. Cadernos CEBRAP 10. p. 69.

( 37 ) Basicamente as Atas de Reunião de Diretoria e Atas de Assembléias Gerais (1933-1939). ATAS DE ASSEMBLÉIAS GERAIS. São Paulo, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo, 1933-1957 (manuscrito); ATAS DE REUNIÃO DE DIRETORIA. São Paulo, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo, 1934-1957 (manuscrito).

( 38 ) Ver HARDING, Timothy F - op.cit., pp. 86-87.

( 39 ) Cf. A PLATEÁ. São Paulo, 18. julho de 1934; 19. julho 1934; 21. julho.1934; 10. setembro.1934, APUD ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., p. 222, nota 19.

( 40 ) Ver TROYANO, Annez Andraus - op.cit., pp. 55-60.

( 41 ) O Sindicato dos Bancários sofreu intervenção em fevereiro de 1936 e o Sindicato dos Estivadores em 1935 e 1937. Ver CANEDO, Letícia Bicalho - op.cit., p. 102, e SARTI, Ingrid - op.cit., pp. 96-97. Só o Sindicato dos Químicos, tão inexpressivo e ministerialista como o dos Têxteis, não sofreu intervenção, também porque fechou. Ver TROYANO, Annez Andraus - op.cit., pp.47,52. Ver Ata de Assembléia Geral - 24.01.1937 (doravante citadas como A.A.G.).

( 42 ) Ver A.A.G. - 2. 05. 1937; Ata de Reunião de Diretoria - 4.07.1937; 26.10.1938; 14.12.1938 (doravante citadas como A.R.D.)

( 43 ) A.A.G. - 8.07.1934; 2.09.1934; 6.01.1935; 13.01.1935 O DET manteve Mário Rotta, não obstante os protestos de associados que inclusive apontaram outro impedimento: sua nacionalidade italiana.

( 44 ) Ver A.R.D. - 8.03.1935 e A.A.G. - 3.02.1935; 7.04. 1935. As atividades de propaganda nas sucursais e as festas de Sindicato eram assumidas pela oposição. Mário Rotta, ao contrário, se dispunha sempre a viajar para o Rio de Janeiro, para tratar diretamente com o Ministro do Trabalho e resolver burocraticamente reivindicações da classe e pendências de greves. Maria Hermínia Tavares de Almeida afirma que a participação de correntes antiministerialistas nos sindicatos reconhecidos é indício de que o sindicalismo oficial não representava a perda automática de autonomia para a classe operária, reconhecendo porém a liquidação prematura de tendências políticas atuando nos mesmos. Esta assertiva se aplica ao Sindicato dos Bancários, onde, de fato, uma diretoria combativa dirigiu a entidade de 1933 a 1935. Nos outros sindicatos, cuja história foi levantada - Químicos, Estivadores - ou a oposição não existiu, ou foi esmagada antes mesmo de desencadear-se em fins de 1935, a repressão generalizada contra sindicatos e organizações políticas. Ver ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., pp.195,224; CANEDO, Letícia Bicalho - op.cit., pp. 55-64; TROYANO, Annez Andraus - op.cit., p. 47; SARTI, Ingrid - op.cit., pp. 95-97.

( 45 ) CANEDO, Letícia Bicalho - op.cit., pp. 66-67.

( 46 ) Ver SARTI, Ingrid - op.cit., pp.45-46; VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., pp. 146-147 e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., p. 179 nota (8); A.A.G. - 13.05.1934; 23.12.1934; 6.01. 1935; e A.R.D. - 23.12.1934. Quando o DET achava necessário decapitava inclusive ministerialistas, com alegação de nacionalidade. Foi o que ocorreu quando da destituição de Mário Rotta da presidência, em assembléia e aclamação de uma Junta Governativa. Só então o DET tirou de

sua cartola um parecer: "Parecer esse que apresenta como alegação, entre outras, a de ser atual presidente do sindicato estrangeiro, não exercer a profissão de tecelão há vários anos, alegação que por si só coloca o sindicato em risco de perder a sua carta de reconhecimento (...) " Cf. A.A.G. - 24.01.1937.

( 47 ) A.A.G. - 3.02.1935 e 13.08.1935.

( 48 ) Ver A.R.D. - 27.03. 1936; 8.05.1936 e 12.03.1937. A partir de então mudou de ramo, segundo seu próprio depoimento: "Diocleciano era violinista. Dizem que muito bom. Convidado, era o 'fecho-de-ouro' das festas que a Companhia Antárctica organizava para seus empregados. A cada festa, o dono da Antárctica mais simpatizava com êle. Até que um dia Diocleciano sofreu um acidente de automóvel. Abriu o braço esquerdo de cima a baixo. Não podia mais tocar violino. O dono da Antárctica arranhou-lhe um emprego na fábrica. Depois apoiou-o no sindicato e até o ajudou a fundar a Federação dos Trabalhadores em Indústrias Alimentícias de São Paulo. Assim nasceu Diocleciano". Neste mesmo depoimento Diocleciano afirmou que era "uma espécie de assessor do meu sindicato". Cf. AMORIM, Paulo Henrique - Sua Excelência, o Pelego. REVISTA REALIDADE. São Paulo, Ed. Abril Ltda, (24) março 1968: 153-160, p. 159.

( 49 ) A.A.G. - 22.09.1935; A.R.D. - 7.07.1937.

( 50 ) A.A.G. - 7.10.1934; 13.01.1935; 18.06.1935; 2.09.1935; A.R.D. - 15.05.1936; 21.06.1935; 18.10.1936; 5.02.1937.

( 51 ) Ver TROYANO, Annez Andraus - op.cit., p. 55.

( 52 ) Ver FAUSTO, Boris - Pequenos Ensaios de História da República. Cadernos CEBRAP 10, p. 71; A.R.D. - 23.11.1934; A.A.G. - 6.01.1935 e 13.01.1935.

( 53 ) Ver ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., p. 224. Ver sobre a Coligação dos Sindicatos Proletários, CANÊDO, Letícia Bicalho - op.cit., pp. 143-145.

( 54 ) Segundo Letícia B. Canêdo, a FUS "pretendia unir a Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo, a CGT do Brasil e sindicatos avulsos numa frente única antifascista". Cf. CANÊDO, Letícia Bicalho - op.cit., p. 146. Sobre a União dos Sindicatos Proletários de São Paulo ver Idem, Ibidem, p. 148; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., pp. 226-228; MENDES JR, Antonio & MARANHÃO, Ricardo (orgs.) ET ALII - op.cit., p. 111.

( 55 ) Ver A.R.D. - 18.02.1935; 31.05.1935.

( 56 ) Ver A.R.D. - 15.02.1935; 22.03.1935; A.A.G. - 7.04.1935; 24.01.1937. Ver CANÊDO, Letícia Bicalho - op.cit., p. 148 e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., p. 225.

- ( 57 ) Cf. TROYANO, Annez Andraus - op.cit., pp.49-50.  
 Note-se que a carteira profissional era encarada nos meios operários como uma medida policalesca, o que afastava muitos trabalhadores dos sindicatos oficiais. Muitas greves até 1932, como veremos adiante, continham em seu rol de reivindicações a sua abolição.
- ( 58 ) A.A.G. - 30.04.1934; 11.11.1934; 7.04.1935; A.R.D. - 26.04.1935; 23.04.1937.
- ( 59 ) A.A.G. - 7.06.1935; 10.06.1935; 18.06.1935.
- ( 60 ) A.A.G. - 10.11.1935; 23.11.1935.
- ( 61 ) O Sindicato dos Químicos, também um sindicato sem a menor capacidade de mobilizar a categoria firmou em 1937 contrato com esta organização. Ver TROYANO, Annez Andraus - op.cit., pp. 60-61.
- ( 62 ) A.R.D. - 5.06.1936; 18.10.1936; A.A.G. - 24.01.1937
- ( 63 ) A.R.D. - 20.09.1935; 27.09.1935; 4.10.1935; 11.11.1935.  
 Ver CARONE, Edgard - op.cit., pp.128,129.
- ( 64 ) A.R.D. - 15.05.1936.
- ( 65 ) A.R.D. - 2.08.1935; 4.10.1935. Em outubro entraria em vigor o estado de sítio e o estado de guerra.
- ( 66 ) Dentre os quais Roque Trevisan que em 1947 seria eleito deputado estadual pela legenda do PCB. Ver CHILCOTE, Ronald H. - The Brazilian Communist Party - Conflict and Integration (1922-1972). New York, Oxford University Press, 1974, Apêndice A, p. 231.
- ( 67 ) A.R.D. - 23.04.1936.
- ( 68 ) Ver VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., pp.227-232.  
 O Sindicato dos Têxteis do Rio de Janeiro teve um decréscimo de cerca de 50% em número de associados.
- ( 69 ) A.R.D. - 27.03.1936; 12.02.1937; 26.02.1937; 23.04.1937; 21.07.1937.



## CAPÍTULO I - ESTADO E SINDICATO CORPORATIVO

### 2. A MONTAGEM DA ESTRUTURA SINDICAL

#### 2.2. Breve histórico das greves da categoria (1930-1935)

Estudiosos do movimento operário no Brasil apontaram algumas características do operariado têxtil em São Paulo e no Rio de Janeiro na Primeira República, que achamos conveniente reter, partindo do pressuposto que tais características se mantiveram no tempo, e mais especialmente na década de 30. Sheldon L. Maram afirma que há uma correlação quase direta entre o êxito de organização dos operários têxteis e a força do movimento operário como um todo ( 1 ). Um dos meios de aferir a força real de um movimento são os processos grevistas, que pretendemos historiar. Boris Fausto observou, antes de 30, dois grandes traços definidores do operariado têxtil: a explosividade e a fraqueza de organização. Acrescenta o autor que a história dos movimentos grevistas dos têxteis, tanto do Rio de Janeiro como em São Paulo, é uma sucessão de derrotas, devidas à articulação maior dos empresários têxteis e às condições do mercado-de-trabalho têxtil, onde tradicionalmente forte é a presença de mulheres e menores, de um grande exército de reserva. Definindo melhor a questão da participação feminina no movimento operário, acrescenta: "Como grupo apto a mobilizar-se, nada indica que as mulheres estivessem em plano inferior aos homens. Há constantes referências à sua destacada presença nas greves e, por vezes, à sua maior propensão a protestar. Da menor continuidade no trabalho - resultante do papel de complementação do salário familiar - e sobretudo da condição geral da mulher decorreu porém uma barreira ao exercício de uma atividade organizatória formal. Por isso as figuras femininas deixaram traços anônimos nas ações coletivas, estando quase ausentes do rol dos organizadores" ( 2 ).

Há finalmente, outra característica das greves do operariado têxtil em São Paulo, antes de 30 e que, a nosso ver, perdeu: a presença e a capacidade de mobilização das comissões de fábrica nas greves. Porém a intermitência desta forma orgânica era sobretudo expressão de debilidade, pois que estas comissões de fábrica mantinham laços muito frouxos com os sin-

dicatos como, por exemplo, em São Paulo, com a UOFT. A força desta última entidade parecia derivar das greves e da intensa mobilização efetuada pelas comissões de fábrica durante os conflitos, e não o contrário. Finalmente, é necessário não perder de vista que greves são por empresa, por maior que sejam em número, representam o refluxo dos movimentos grevistas, atestando igualmente as debilidades organizatórias do movimento operário ( 3 ). Todos esses elementos se apresentam no surto grevista que se iniciou em São Paulo em 1930 e se estendeu até 1935, e mais um fato, que talvez esteja na base da explicação de porque a UOFT desapareceu novamente em 1934. Não há informações de que na década de 20, nos meios proletários têxteis de São Paulo, alguma corrente de esquerda tivesse influência duradoura, e portanto estavam todas ausentes na categoria que, na época, era o eixo do movimento operário. A exceção foram os comunistas que tentaram ganhar espaço tanto na UOFT como no Sindicato dos Têxteis, mas sua presença continuou incipiente.

Assim, no pós-30, o maior contingente fabril de São Paulo era órfão de ideologia, passível portanto de mais cedo ou mais tarde, adaptar-se às regras do jogo do sindicalismo oficial, inclusive por absoluta falta de alternativa.

É necessário não perder de vista que embora descontínuas e impessoais, as comissões de fábrica coordenadas em parte pela UOFT foram responsáveis pelas três mais importantes greves de São Paulo em 1930, 1931 e 1932. Após 1932, houve apenas uma greve englobando mais fábricas, sem grande repercussão. O quadro a seguir resume as greves do operariado têxtil de São Paulo de 1930 a 1935.

GREVES DO OPERARIADO TEXTIL		1930-1935		SÃO PAULO (Canital)		QUADRO <i>TV</i>	
	1930	Nº de greves	1931	Nº de greves	1932	Nº de greves	
Nº de greves por empresa	18 (1.8. - 10.12.1930)		5 (1.6. - 30.12.1931)		5 (19.2 - 18.12.1932)		-
Resultados	positivos negativos	7 1 10	positivos	3 2	positivos		4 1
Motivos recorrentes (+ de uma vez)	Salário: contra redução salarial	13	Condições de trabalho: várias	3	Jornada de 8 horas Salário: redução salarial		3 2
Outros motivos	Abusos de um contra-mestre Salário: atrasos de pagamento; diminuição dos dias de trabalho; aumento da jornada sem compensação salarial.		Salário: redução salarial; forma de pagamento; aumento salarial reconhecimento das comissões internas.	-	Salário: aumento salarial; pagamento quinzenal 20% de aumento nas horas-extras. Férias: pagamento.		-
Nº de operários (total ou parcial)	7544 (total)	-	-	-	2000 (parcial)		1
Duração máxima	± 15 dias	3	± 15 dias	2	1 mês		1
Organismos atuantes	UOFT/comissões	1	UOFT/comissões	3	UOFT/comissões		3
Nº de greves em várias empresas	1	-	1	-	1		-
Resultados	Positivo ( em geral )		-	-	Concessões parciais por empresa		-
Motivos	Salário: cumprimento do reajuste decretado por João Alberto e reivindicações específicas várias.		Jornada de 8 horas. Contra caderneta de trabalho. Condições de trabalho (1 tear para cada tecelão). Contra trabalho noturno de mulheres e menores. Tabela de salários para têxteis Reconhecimento das comissões internas. Indenização para desempregados.		Jornada de 8 horas: 20% de reajuste salarial; abolição das horas-extras, salário igual para trabalho igual; preferência pelo trabalhador masculino; aplicação do Código de Menores; cumprimento da Lei de Férias, abolição da caderneta de trabalho; reconhecimento da UOFT e das comissões de fábrica; horário de descanso e remuneração para trabalho noturno; indenização para desempregados; pagamento dos dias de greve.		
Nº de operários	10.000		+ de 30.000	-	15.000		
Duração	± 7 dias		± 15 dias	-	± 10 dias		
Organismos atuantes	Comissões, mediação do governo estadual		UOFT, Miguel Costa, João Alberto comissões, MTIC.		UOFT, comissões		
Nº de greves de todas as categorias no ESP	25 (1.8. - 19.12.1930)		8 (7.1. - 30.12.1931)		18 (1.2. - 18.12.1932)		
	1933	Nº de greves	1934	Nº de greves	1935	Nº de greves	
Nº de greves por empresa	-	-	3 (7.01 - 5.10.1934)	-	5 ( 15.05 - 27.08.1935)		
Resultados	-	-	positivo parcialmente positivo	1 1	negativo		1 4
Motivos recorrentes (+ de uma vez)	-	-	Salários: aumento salarial Férias	2	Salários: redução salarial Jornada de 8 horas		2 2
Outros motivos (1 vez)	-	-	Suspensão de multas Salários: pagamento quinzenal	-	Salários: aumento salarial pagamento de horas-extras. atraso no pagamento. Demissões de operários e horário de trabalho.		-
Nº de operários (total ou parcial)	-	-	3.100 (parcial)	2	1.609 (parcial)		2
Duração máxima	-	-	12 dias	1	50 dias		
Organismos atuantes	-	-	Coligação dos Sindicatos Prletários DET - comissões	1	comissões/ SOFT		3
Nº de greves em várias empresas	-	-	-	-	2		-
Resultados	-	-	-	-	-		-
Motivos	-	-	-	-	Protesto contra Lei de Segurança Nacional aparentemente relacionado ao fechamento da ANL		-
Nº de operários	-	-	-	-	-		-
Duração	-	-	-	-	-		-
Organismos atuantes	-	-	-	-	-		-
Nº de greves de todas as categorias no ESP	5 (11.1 - 1.12.1933)	-	24 (19.01. - 27.12.1934)	-	19 (12.01 - 09.10.1935)		-

## FONTES:

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - 00.511. - Tabela de greves  
1930-1935 Anexo I -  
A PLATEA, 1930-1932

Podemos observar em 1930 um grande número de conflitos nos quais o proletariado têxtil, aproveitando o sopro de liberdade trazido pela Revolução de 30 tentou, através das greves, recuperar pelo menos em parte, seu poder aquisitivo. A maioria das greves daquele ano trataram de frear a redução dos salários ( 4 ). As inúmeras paredes por empresa desembocaram na greve que atingiu todas as fábricas da Moóca e do Bráz, por volta de 24 de novembro, e que garantiu o pagamento do reajuste de 5%, decretado pelo interventor João Alberto, e mais 10% por conta da redução de 20%, generalizada nos salários da indústria têxtil. Com exceção de uma, todas as greves tiveram êxito, o que é, na história dos processos grevistas dos operários têxteis em São Paulo, fato absolutamente inédito ( 5 ).

No ano de 1931 o número de paredes decresce consideravelmente mas o leque de reivindicações se amplia, e se objetiva, como é o caso da primeira greve de 1931, a da Fábrica Brasileira de Sedas, cujos operários representaram quatro itens muito concretos: 1º) volta à tabela de salários anteriormente em vigor, com pagamento por metro de pano; 2º) dispensa de um mestre; 3º) apenas um tear por tecelão; 4º) reconhecimento das comissões internas. O desfecho dessa greve não é conhecido, mas dificilmente foi vitorioso, dado que seus objetivos eram extremamente avançados e democráticos. A greve de julho de 1931, que englobou outras categorias além dos têxteis, foi marcada por escaramuças que comprovam quão autônomas eram as comissões de fábrica, tendentes a tomar atitudes espontâneas, como ocorreu nessa parede em que quatro fábricas têxteis foram invadidas pelos operários, aparentemente sem o aval da UOFT ( 6 ). Esta foi uma greve em que as tentativas de manipular o protesto operário, e usá-lo em função de interesses políticos locais, ficaram claras, com os ruidosos membros da Legião Revolucionária misturando-se aos operários nos comícios ( 7 ). Os operários estavam mais interessados em conquistas como a jornada de 8 horas, um tear para cada tecelão, reconhecimento das comissões internas e outras já arroladas, do que no interventor a tomar posse. O CIFTSP recusou-se nessa ocasião a negociar com a UOFT. Os grevistas conseguiram porém vitórias parciais em cada empresa, e o compromisso formal dos industriais de não demití-los, após negociações como MTIC. Mas a UOFT, que em 1918 e 1919 era tácitamente reconhecida pelos

empresários como interlocutora válida ( 8 ) teve sua função coordenadora esvaziada, e não é demais supor que por iniciativa do MTIC, muito embora tenha representado os têxteis em negociações tripartites em 1931.

O ano de 1932 foi o último em que os operários têxteis conseguiram realizar uma greve da categoria em que o rol de reivindicações em grande parte reclama a efetiva aplicação da legislação social já tornada lei ou prometida, batendo ainda na tecla do reconhecimento da UOFT e das comissões de fábrica. Como se sabe, quanto às leis sociais, sua vigência efetiva, a rigor, se consumaria apenas no pós-guerra. Quanto ao reconhecimento das comissões de fábrica, eis uma reivindicação que atualmente tem outro nome - delegado sindical - mas que demanda um grau de cidadania para a classe operária ainda hoje quimérica. A UOFT parece ter sucumbido após essa greve. Todas as outras paredes de 1932 circunscreveram-se a uma empresa, e o único fato digno de nota é que em sua maioria tiveram resultados positivos, o que não fazia parte, como já dissemos anteriormente, da tradição grevista dos têxteis em São Paulo.

Em 1933 não se registrou uma só greve dos têxteis na capital, e em todo o estado ocorreram apenas cinco ( 9 ) duas das quais no mais importante centro têxtil do interior na época - Sorocaba - por efeito retardado, como ocorre geralmente nas regiões industriais periféricas. Aparentemente vários fatores concorreram para tão brusco movimento de refluxo entre os quais, o controle entre o já citado alto grau de mobilização dos operários têxteis, não tributável a nenhuma das forças tradicionais de esquerda, e uma persistente descontinuidade organizatória. Em 1933 a indústria têxtil paulista retomou, em termos de emprego, os níveis de 1928 ( 10 ); a repressão sobre o movimento operário autônomo continuou através de, entre outros expedientes, expulsões de estrangeiros ( 11 ). e o Ministério do Trabalho empenhou-se na proliferação de sindicatos oficiais.

Em 1934 registraram-se apenas quatro greves, cada qual de uma empresa e nada indica que as reivindicações presentes nas greves da categoria em anos anteriores, mormente as já tornadas lei, com a jornada de 8 horas, a regulamentação do trabalho fe

minino e infantil, as férias, os desníveis salariais entre homens e mulheres, fossem direitos adquiridos, efetivamente cumpridos ( 12 ). Portanto motivos suficientes para greves não faltavam. Faltavam organizações coordenadoras. Na única greve em que se comprovou atuação da Coligação dos Sindicatos Proletários, de orientação trotsquista ( 13 ), os grevistas apelaram inicialmente para o Sindicato dos Têxteis que resolveu ignorar o conflito pelos dados constantes nas atas da entidade, ( 14 ). O desfecho das paredes já não foram tão satisfatórios e as reivindicações se resumiram a aumentos salariais e férias, indicando desmobilização do operariado têxtil.

No ano de 1935, último ano de relativa liberdade para o movimento operário, predominam as greves (poucas) por empresas e as reivindicações sumárias, salariais e referentes à jornada de trabalho, com resultados negativos ou não noticiados. Nesse ano ocorreram greves apresentando palavras-de-ordem democráticas claras, como a que protestou contra a Lei de Segurança Nacional, mas esses movimentos não tiveram envergadura para atestar um fortalecimento orgânico do movimento operário que se movia dentro ou por fora dos sindicatos oficiais. De uma maneira geral, o refluxo da mobilização do proletariado têxtil de São Paulo, era, desde 1933, um sintoma de esmorecimento do movimento operário como um todo, se levarmos em conta que representavam o eixo daquela conjuntura grevista, no setor urbano industrial. Outra expressão de fraqueza do movimento operário, foi a intervenção do Sindicato dos Têxteis nas greves da categoria em 1935. O proletariado têxtil era força do a recorrer ao SOFT, cujo presidente Mário Rotta, a cada greve, conseguia obter apenas unânimes ataques por parte da imprensa popular. Também membros da diretoria denunciaram a política amarela do presidente durante a longa greve (em 1935) da Tecelagem de Sedas Ítalo-Brasileira, a saber: ignorar a Comissão de Greve, negar-se a convocar assembléia geral dos tecelões à certa altura, alegando estar o movimento grevista "infiltrado de elementos estranhos à classe" ( 15 ). Com o fracasso da greve, Mário Rotta se limitou a solicitar ao ministro do trabalho a readmissão de operários despedidos. Em parte a um membro da diretoria que criticou os rumos escolhidos pelo SOFT durante o conflito, o presidente objetou, lavando as mãos, que a parede fracassara por causa de fura-gre

ves ( 16 ). Em 1936 a conduta de Rotta durante essa greve ainda rendia denúncias: êle foi acusado de forjar notas de despesas daquele movimento. Nada foi investigado ou apurado, e o caso foi classificado como boato, e como tal encerrado, segundo as atas ( 17 ). Nas mesmas atas constam que duas greves, a da Fábrica de Meias Mousseline e a do Cotonifício Rodolfo Crespi - ambas em junho de 1935 - foram vitoriosas graças à intervenção do Sindicato. Esta versão não aparece na imprensa da época ( 18 ). Aliás, basta transcrever outra versão, a de Diocleciano de Holanda Cavalcanti, sobre a greve na fábrica de Meias Mousseline, para se ter uma idéia dos métodos ministerialistas de tratar as greves, e atestar como o "pelego" escamoteia fatos: "Diocleciano faz um esforço de memória (...) A fábrica estava quase falindo, veio o Matarazzo e comprou. Os negócios melhoraram, mas êle resolveu reduzir os salários dos empregados. De 5 até 50%. Foi uma confusão. Na época, eu era uma espécie de assessor do meu sindicato. Reuniu-se uma comissão de greve e saiu a palavra de ordem: 'Vamos parar'. Paramos. Greve de 30 dias. Mas a situação começou a ficar insuportável. Até que chegaram os comunistas. Estava, tramando uma greve geral, de todas as fábricas de meia. Senti que o negócio ia ficar feio. Sem que ninguém soubesse, fui ao palácio do governador. Não fiquei cinco minutos na sala de espera. O governador Armando de Sales Oliveira veio receber-me. 'Governador, esta é a situação. Coloco o destino dessa greve em suas mãos', eu disse. Ali mesmo, na minha frente, êle chamou o Matarazzo ao palácio. Eu falei com o conde. De igual para igual. Êle aceitou fixar as reduções salariais em 5%. Voltei para a fábrica. Pensei que tinha ganho a questão. Que nada! Os comunistas recusaram a proposta e mantiveram a greve. Veio a polícia, todo mundo voltou ao trabalho e as reduções, todas, subiram para 50%" ( 19 ). Este relato desmente a vitória que consta nas atas e mistifica o papel do dirigente sindical, o todo poderoso, e que numa conversa de gabinete com as autoridades, tudo consegue.

Encerrado em 35 o ciclo grevista da década, mesmo na fase de feroz repressão ao movimento operário, o Sindicato dos Têxteis esteve às voltas com uma greve no Moinho Santista, em agosto

de 1937 ( 20 ), numa demonstração de que mesmo com os sindicatos funcionando em perfeita integração com o DOPS, uma greve ou outra escapava pelo ladrão.

Resumidamente, entre os anos 1930 e 1935, como tentamos mostrar, observa-se tendência declinante na mobilização do operariado têxtil, expressa basicamente pela diminuição do número de greves e pelo elenco reduzido de reivindicações no final do período. A nosso ver, isto se deve a múltiplos fatores, tais como: a ausência de organização fortemente enraizada no meio operário têxtil, a continuidade ainda que disfarçada da repressão; a institucionalização do Sindicato dos Têxteis, inibindo ações grevistas e, finalmente, o crescimento do emprego e do salário real decorrente da recuperação da economia, que se processa a partir de 1933.



## NOTAS

CAPÍTULO I

## 2.2. Breve histórico das greves da categoria (1930-1935)

- ( 1 ) Ver MARAM, Sheldon Leslie - Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 56.
- ( 2 ) Cf. FAUSTO, Boris - Trabalho urbano e conflito social, pp. 127-129, 185-190.
- ( 3 ) Ver Idem, Ibidem, pp. 152-153, 163 e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., p. 219.
- ( 4 ) O ano de 30 foi o pior ano da conjuntura de crise que se instaurou em 1929. Em termos de emprego temos os seguintes números Índices para a indústria têxtil e de vestuário na cidade de São Paulo: (1928=100) 1929:83,5; 1930:78,9; 1931:89,9; 1932:100,1; 1933:103,5; 1934:111,2; 1935:114,1. Em termos de salários reais, os operários de fábrica apresentaram os seguintes Índices: (1928=100) 1929:96,4; 1930:85,9; 1931:88,4; 1932:85; 1933:122,4; 1934:108,7. - Ver ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., pp.181, Quadro II e 182, Quadro III.
- ( 5 ) Idem, Ibidem, pp.186-187.
- ( 6 ) A PLATEÁ. São Paulo, 18. julho. 1931.
- ( 7 ) Ver ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., pp.188.
- ( 8 ) Ver FAUSTO, Boris - Trabalho urbano e conflito social, p. 188, 223.
- ( 9 ) Ver ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., Anexo I.
- ( 10 ) Idem, Ibidem, p. 181, Quadro II.
- ( 11 ) A PLATEÁ. São Paulo, 19. maio. 1932, que nos dá notícia da expulsão de estrangeiros supostamente envolvidos na greve têxtil em maio de 1932, APUD CARONE, Edgard - op.cit., p. 144, e DULLES, John Forster - op.cit., p. 398.
- ( 12 ) A PLATEÁ. São Paulo, 7.setembro, 1934, APUD ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., pp. 215,216,descrevendo as condições de trabalho de diversas indústrias de São Paulo.
- ( 13 ) Ver MENDES JR, Antonio & MARANHÃO, Ricardo (orgs.) ET ALII - op.cit., p. 111.
- ( 14 ) Ver A.A.G. - 17.07.1934, cujo texto integral já foi citado no item 2.1. deste capítulo e 7.10.1934, quando um membro da oposição acusa o presidente, Mário Rotta, de ter se recusado a convocar assembléia, por ocasião da greve.
- ( 15 ) Ver A.R.D. - 29.06.1935; 26.07.1935. A greve teve o

apoio da ANL. As atas de Assembléias Gerais sō registraram duas assembléias desta greve que se arrastou por quase dois meses. Ver A.A.G. - 7.06.1935; 10.06.1935.

( 16 ) Ver A.R.D. - 2.08.1935.

( 17 ) Ver A.R.D. - 15.05.1936; 19.05.1936.

( 18 ) Ver A.R.D. - 21.06.1935.

( 19 ) Cf. AMORIM, Paulo Henrique - op.cit., REVISTA REALIDADE, p. 159. Diocleciano trabalhou na fábrika de Meias Mousseline até por volta de 1936.

( 20 ) A.R.D. - 18.08.1937.

## CAPÍTULO I - ESTADO E SINDICATO CORPORATIVO (1930-1950)

### 2. A MONTAGEM DA ESTRUTURA SINDICAL

#### 2.3. O Sindicato dos Têxteis durante o Estado Novo e após a introdução do imposto sindical (1937-1944)

Como observaram diversos estudiosos, o Estado Novo começou em 1935 para a classe operária ( 1 ), Mas, a rigor, todos os segmentos de oposição estavam ameaçados com a promulgação da Lei de Segurança Nacional em abril de 1935, apenas um mês depois da fundação da ANL. Após o levante de novembro, o espantanto do comunismo serviu de pretexto para que o Legislativo, Forças Armadas e governo apoiassem a caça às bruxas sob a orientação do chefe de Polícia, Filinto Muller e do Ministro da Justiça, Vicente Rao, que redundou na prisão indiscriminada de comunistas, socialistas, liberais, parlamentares ou não, durante o ano de 1936. Além, é claro, de invasões e intervenções em sindicatos, prisões e desaparecimento de operários ( 2 ). Outros setores da sociedade civil como a Igreja Católica, integralistas e parte da grande imprensa da época também faziam coro contra o perigo bolchevista, gerando-se um clima assim definido: "todos os membros da oposição já foram excomungados e devem ser sujeitos, se se movem, a vexames, se agem, à censura, se permanecem em suas casas, à espionagem, e se procuram defender os companheiros à inculpação" ( 3 ). Em 1937 a caça aos comunistas, supervisionada por membros militares da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, passou a apertar o cerco nos estados oposicionistas (Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco e Bahia), partindo do princípio que todos e tudo que não fosse publicamente anticomunista era, por definição, comunista. Por exemplo: a maçonaria foi posta fora da lei como bolchevista, e os centros espíritas do Rio de Janeiro foram fechados pela polícia a pedido da Igreja Católica, que também alertava seus fiéis contra as ameaças comunistas ( 4 ). Também em 1936, com o Estado de Guerra quatro vezes prorrogado, e em 1937 outras tantas vezes concedido pelo Congresso, o governo, apoiando-se cada vez mais na cúpula das Forças Armadas e azeitando o aparato repressivo policial, atou as mãos do Legislativo. A tarefa de liquidar simultaneamente os focos de oposição nos estados foi facilitada pela divisão interna das oligarquias paulista e gaúcha,

que já fornecera ao governo todas as armas de repressão ( 5 ). Vargas contava, além do mais com elementos dispostos, a em troca de sua reabilitação política no plano local, acomodar-se e aceitar a supressão da autonomia estadual, caso do PRP ( 6 ).

Desta forma, o Estado Novo manteve-se até 1944 principalmente como apoio das Forças Armadas, da polícia de Vargas e por obra da desorganização e desmoralização das correntes de oposição ( 7 ). A elite civil e militar que articulou o golpe de novembro estava interessada em manter a estabilidade, a ordem e promover o desenvolvimento econômico do país. O controle do Estado sobre a classe operária visava satisfazer essas exigências, e mais, a do exercício de um governo verdadeiramente nacional. As palavras do então Ministro do Trabalho Agamenon Magalhães ainda em 1936 não deixam margem de dúvida:

"A sindicalização oferece dois aspectos interessantes, um econômico e outro político (...)  
O aspecto político despercebido ainda e que eu senti - se desenhando bem nitido no Norte - assume uma feição relevante. As classes patronais e operárias, tendo como motivo de organização o fato econômico, não se subordinam a interesses regionais ou particularistas, atuam sempre sobre o signo das necessidades nacionais. A Federação Brasileira tem, pois, na organização sindical, novos métodos de unidade"  
( 8 ).

Os imperativos de unidade nacional foram realizados primeiro com a transferência para a esfera federal das funções antes privativas dos governos estaduais e municipais, em áreas tais como educação e trabalho. As Forças Armadas se transformaram em força nacional com poder político incontestável, através do desarmamento dos estados, cujas forças públicas foram cuidadosamente desmontadas ( 9 ). O Estado criou sua própria burocracia que levou a cabo uma crescente intervenção federal, assumindo a direção de inúmeros órgãos destinados a racionalizar a economia e a administração, e também aqueles criados para exercer funções de repressão e de formação de opinião pública ( 10 ).

Nesse contexto, a política trabalhista implementada no Estado Novo teve um importante papel no fortalecimento do novo regime. O aparato sindical e judiciário corporativo, e órgãos ligados ao Ministério do Trabalho, tais como os Institutos de Previdência, tornaram-se fontes de novas rendas cujas transferências eram supervisionadas pelo governo federal e aumentaram a capacidade de empreguismo do Estado ( 11 ). Além de fornecerem os quadros que, ao lado da restante burocracia civil e militar, deveriam formar a coalisão básica de apoio ao Estado Novo.

Mas a classe operária não entrou nessa coalisão, nem jamais mobilizou-se espontaneamente em apoio ao governo. Não se pode confundir a retórica estadonovista e a liturgia do facismo caboclo ( 12 ). Com a efetiva garantia e ampliação dos direitos sociais. A eficácia de conquistas novas como o salário-mínimo, a estabilidade, as leis de aposentadoria e pensões não foi comprovada após 1937, e menos ainda a vigência das leis de proteção ao trabalho ( 13 ). Evaristo de Moraes observou com clareza : "De tanto ouvir dizer que o fascismo é contra trabalhadores, muitos pensam que o facismo não cortava os operários e não procurava cercá-los de 'benefícios' para melhor conter suas justas aspirações e lançá-los contra outras camadas da população, criando assim a fraqueza de opinião pública, a debilidade da consciência nacional, e, desse modo, assegurar a ditadura sobre essas classes divididas e inertes. O contrário no entanto, é que é verdade" ( 14 ). Este era um dos poucos aspectos do Estado Novo a guardar semelhança com o fascismo( 15 ). Este processo, mais de controle e menos feliz na cooptação, resultou não apenas da lei sindical de 1939, subordinando os sindicatos a diversos mecanismos de dependência e a constantes intervenções, como também, da organização da Justiça do Trabalho no início dos anos 40. ( 16 ). A arbitragem compulsória que se instaurou retirava dos sindicatos a possibilidade de barganha no referente às condições de trabalho e iria impedir o desenvolvimento de conflitos dentro da empresa, já bloqueados pela proibição de greves. Além disso, a regulamentação dos contratos coletivos de trabalho condicionou sua assinatura à aprovação do Ministério do Trabalho, desvalorizando ainda mais o papel dos sindicatos. Acrescente-se a esse rolo compressor, algumas leis tran-

sitórias ainda mais coercitivas, tais como o Decreto Lei 4.637 de 31.08.1942 e o Decreto Lei nº 5.821 de 16.09.1943, que invocando o estado de guerra institucionalizaram um controle ainda mais rígrado sobre os sindicatos, e praticamente suprimiram a instauração de dissídios coletivos ( 17 ). A instituição do imposto sindical em 1940 tornou o sindicato um órgão paralelo ao sistema previdenciário e educacional, criando as condições para a formação de uma burocracia estável e submissa. Esta mesma burocracia foi recrutada para representar operários na Justiça do Trabalho, nos Institutos de Previdência, em outras entidades (federações e confederações), e entrincheirou-se nestes órgãos desde então, dispondo-se a invariavelmente acatar os pontos de vista patronais ( 18 ).

Antes e logo após a regulamentação do imposto sindical, verificou-se que o controle dos sindicatos não garantia o controle da massa de assalariados. Ao contrário, os sindicatos oficiais desde a sua proliferação em 1933 não se prestavam à organização das massas, e mesmo a mobilização de operários para dentro dos sindicatos, em troca da prestação de serviços assistenciais, de real interesse para os assalariados, era ameaça para os "pelegos", que viam em novos associados um potencial perigo para reeleição, o que de fato se concretizou a partir de 1944. Desta forma, os assalariados financiavam instituições - os sindicatos e a Previdência Social - que além de privá-los de autonomia, ainda dificultavam o usufruto de benefícios reais ( 19 ). Durante todo o Estado Novo a realidade dos sindicatos foi a quase generalizada absoluta subserviência às autoridades e a próspera corrupção, mormente em torno das verbas do imposto sindical.

Com efeito, a montagem do aparato corporativo - sindical, judiciário e previdenciário - a partir de 1939, não poderia de organizar classes trabalhadoras que não eram autônomas porque não estavam organizadas, a não ser em alguns setores que não constituíam, como os têxteis, o proletariado fabril típico ( 20 ). Porém, com o indispensável concurso da polícia de Vargas, a estrutura corporativa foi extremamente eficaz na tarefa de retardar e truncar a organização das classes trabalhadoras. Porisso mesmo, desde o Estado Novo, o sistema trabalhista vem servindo aos interesses de todos os governos no

poder, e atravessou quase intacto todos períodos constitucionais ( 21 ).

Do ponto de vista econômico, dois elementos da política trabalhista do Estado Novo asseguravam, ao lado da repressão policial pura e simples, a docilidade do operariado. De um lado, no período 1939-1945 em que o aumento da produção - devido em parte às dificuldades para importar equipamentos - passou a depender substancialmente da exploração mais intensiva da força-de-trabalho, a proibição de greves tinha em mente a continuidade do processo produtivo, indispensável na medida em que o governo passou a promover a industrialização do país de forma mais consciente. Por outro lado, a decretação do salário-mínimo em 1940 obrigaria os sindicatos a pressionar diretamente o governo para obter aumentos salariais ( 22 ). Por fim, a ampliação dos direitos sociais, garantidos por lei, foi prejudicada no Estado Novo, para permitir o desenvolvimento econômico associado à segurança nacional, atendendo antes de mais nada aos interesses dos núcleos mais poderosos da burguesia industrial, que nunca deixou de pressionar o governo a rever a maioria das leis de proteção ao trabalho. ( 23 ).

Vejam<sup>os</sup> agora de que forma a estrutura e dinâmica do Sindicato dos Têxteis reflete a nova conjuntura político-econômica que se abriu em 1937, com a emergência do Estado Novo. Viveu-se, como veremos, a consolidação do poder dos ministerialistas - a constituição enfim da burocracia sindical - e a progressiva convergência entre os interesses sindicais e os interesses patronais.

"(...) O presidente representou o sindicato numa solenidade em homenagem ao fundador do sindicato patronal, Pereira Inácio, [e] teve a honra de descobrir o pano do retrato de Pereira Inácio e fez um bellissimo discurso de improviso, assegurando aos presentes que este sindicato fazia o possível para a melhor colab<sup>o</sup>ração entre capital e trabalho (...)" ( 24 ).

Para que os laços entre a direção do Sindicato dos Têxteis e o patronato de São Paulo se estreitassem a tal ponto, em 1942, foram necessárias muitas medidas de controle policial sobre os mínimos detalhes das atividades do sindicato, e que corresponderam ao fortalecimento paulatino da posição de Melchíades dos Santos e Joaquim Teixeira. Em 1937, convém repetir, eles foram nomeados membros da Junta Governativa, no ano seguinte eleitos, respectivamente, presidente e diretor da Imprensa e Propaganda da Comissão Executiva que dirigiu o sindicato de 1939 a 1941. Neste ano, novas eleições se realizaram e com 70 votos Melchíades dos Santos foi reconduzido à presidência, Joaquim Teixeira promovido a primeiro-tesoureiro, sendo que já vinha exercendo a segunda-tesouraria desde 1940 e a direção do jornal do sindicato. O mandato desta diretoria estendeu-se até junho de 1945. Para a realização de eleições e assembléias era obrigatória a permissão do DOPS e do DET ( 25 ). Nas assembléias realizadas entre 1941 e 1944, em todas, a mesa era composta por um ou dois investigadores do DOPS, com a eventual ausência de representantes do DET ( 26 ).

Em 1939 e 1940 a preocupação central do presidente foi expurgar da diretoria os elementos divergentes, tais como Roque Trevisan, readmitido no quadro de associados em 1937, ainda no mandato da Junta Governativa, e primeiro-secretário da Comissão Executiva eleita para o período 1939-1941. Os métodos de pressão sobre rivais que transparece nas atas variavam na proporção direta do tipo de divergência. As discordâncias entre o presidente Melchíades dos Santos e o primeiro-secretário eram de cunho político. Contra o último o presidente faz uso de métodos policiais sistemáticos. Após entrar em contato com o DOPS e o DET, argumentou primeiro que, sendo obrigatório que todos os membros da diretoria do sindicato tirassem atestado de antecedentes do DOPS, seria conveniente o primeiro-secretário afastar-se do cargo. Derrotado, insistiu durante todo o ano de 1939 para que esta formalidade fosse cumprida ( 27 ). Por coincidência, a cabeça do primeiro-secretário foi pedida após ter ele reunido a diretoria para revezamento de cargos, por eleição, para o período de 1940, segundo o sistema de rodízio previsto nos estatutos. O presidente Melchíades dos Santos e seu aliado Joaquim Teixeira se ausentaram precisamente no dia que se procedeu à escolha de novo presidente ( 28 ).



Logo em seguida a eleição foi anulada, por interferência do DET. Roque Trevisan foi fulminado: simultaneamente foi destituído de seu cargo tanto pelo DET como pela Inspetoria Regional do Trabalho, que na época disputavam espaço no controle do movimento sindical, e novamente eliminado do sindicato ( 29 ). O primeiro-secretário tinha uma conduta menos subserviente ao patronato. Em fevereiro de 1939 enviou ao Ministério do Trabalho e ao DET uma exposição de motivos protestando contra as manobras dos industriais que, através do Conselho de Expansão Econômica do Estado, pretendiam obter do governo federal a legalização das 60 horas semanais na indústria têxtil, pretextando crise de super-produção e ser a jornada de 10 horas o único mecanismo barateador dos custos produtivos. Esta iniciativa foi tomada à revelia do presidente Melchíades dos Santos ( 30 ).

Outro oponente afastado por método semelhante foi o então diretor técnico Natalino Forli, eleito presidente pelo sistema de rodízio para o ano de 1940 e que, diante das pressões do DET ainda tentou um acordo, que se consubstanciaria com a idêntica renúncia de seu rival, Melchíades dos Santos, nada conseguindo. Natalino Forli era elemento indesejável também porque durante o ano de 1939 reunira provas do desvio de verbas e balancetes forjados, dívidas pessoais, dentre as quais a mais elevada era de Melchíades dos Santos, no período da Junta Governativa - 1937-1938 - época em que este último era tesoureiro. As discussões em torno de quem deveria pagar, e de que maneira, se arrastaram desde março de 1939 até que a questão saiu da pauta das reuniões de diretoria quando os dois tesoueiros da então equipe dirigente de 1940 se demitiram, e Joaquim Teixeira assumiu neste momento o cargo de segundo-tesoureiro exigindo ajuda de custo para exercer suas novas tarefas( 31 ). No auge da crise que culminou com a eliminação de Roque Trevisan, Natalino Forli foi preso por investigadores do DOPS, onde permaneceu oito dias, "sem ter sido interrogado, ignorando completamente o motivo de sua prisão e lamentando que certos indivíduos tenham feito grande alarde, com o fim talvez de prejudicar sua pessoa e o sindicato" segundo as Atas, que reproduzem palavras suas ( 32 ). Afinal concordou em afastar-se da diretoria "por sugestão do presidente", tornando-se funcionário efetivo do sindicato, encerrando-se

dessa forma a crise interna. Sobre expedientes semelhantes, com a indispensável orientação do DOPS, há notícias na história do Sindicato dos Bancários ( 33 ).

O período 1939-1941 correspondeu ainda a uma fase de transição, em que a diretoria se adaptava às regras de funcionamento do aparato sindical getulista, em via de organizar-se definitivamente ( 34 ). Mesmo antes da promulgação da lei sindical de 1939, Melchíades dos Santos empenhava-se na fusão de vários sindicatos da categoria. Além do Sindicato dos Têxteis existiam mais quatro sindicatos, também de carimbo: Sindicato dos Operários em Tecido de Seda, Sindicato dos Operários em Tecidos de Algodão, Sindicato dos Operários em Malharia, cuja atuação é desconhecida. Apenas o primeiro sabe-se que foi reconhecido em 1935 ( 35 ). O zelo burocrático do presidente foi incansável nesse aspecto, a começar pela aproximação do Sindicato dos Têxteis com a Inspetoria Regional do Trabalho, uma cunha federal em São Paulo, concorrente do DET (a partir de 1939) no controle dos sindicatos, no encaminhamento de processos trabalhistas, ampliando sempre mais sua área de competência. Assim, Joaquim Pimenta, representando a Inspetoria Regional do Trabalho, forneceu todas as diretrizes ao presidente Melchíades dos Santos para a fusão dos vários sindicatos da categoria, que a princípio tentaram não ser absorvidos. O processo de fusão beneficiando o Sindicato dos Têxteis, porque incluiu acréscimo de patrimônio, completou-se em agosto de 1941, quando também a entidade foi reconhecida segundo o Decreto Lei nº 1402 de 05.07.1939, e adotou o nome de Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo ( 36 ).

A título de comparação, o reconhecimento do Sindicato dos Bancários e o processo de fusão de duas associações concorrentes na categoria deu margem à prorrogação de mandatos e à "homologação" de chapa única com pouco mais de uma centena de filiados, num sindicato muito mais representativo, como era o caso da entidade bancária em São Paulo. Também no Sindicato dos Têxteis a Comissão Executiva foi praticamente homologada em 1941 com 70 votos e seu mandato prorrogado até 1945, muito

embora a lei determinasse o máximo de dois anos para cada diretoria ( 37 ). Como assinalou Werneck Vianna, a partir de 1935 os sindicatos além de regidos pelo Decreto-Lei 24.694 de 1934, foram controlados de fato pela polícia e pelo Ministério do Trabalho e por isso mesmo o novo reconhecimento segundo o Decreto-Lei 1402 de 1939 podia ser protelado, como aconteceu no Sindicato dos Têxteis, pois os mecanismos de repressão eram eficientes ( 38 ).

Quanto às eleições sindicais, Melchíades dos Santos, lutou para controlar o Sindicato dos Têxteis como chefe de uma oligarquia, pressionando o Ministério do Trabalho para tornar extensivo aos Sindicatos de Trabalhadores o direito de reeleição de um terço dos membros de diretoria, com o argumento de que isso era permitido nos sindicatos patronais. Juntamente com outros sindicatos, o Sindicato dos Têxteis reivindicou até mais, isto é, a reeleição de dois terços dos membros de diretoria. A reeleição é um dos mecanismos fundamentais de continuísmo, também para dirigentes ministerialistas ( 39 ). As pressões exercidas nesse sentido vieram a surtir efeito no governo Dutra, com o Decreto-Lei nº 9.675 de 29.08.1946 que alterou o parágrafo único do artigo 530 da CLT, por sua vez correspondente ao parágrafo único do artigo 19 do Decreto-Lei 1402 de 05.07.1939, vedando a reeleição para período imediato, de qualquer membro de diretorias ou conselhos fiscais de sindicatos. O artigo 530 da CLT passou então a facultar uma reeleição, para período imediato, de um terço dos membros de diretorias, conselhos fiscais, conselhos de representantes de associações sindicais de qualquer grau ( 40 ).

Em 1942 foi criada a Federação da categoria no estado, entidade reconhecida no ano seguinte. Tanto o presidente do Sindicato dos Têxteis, como outro membro da diretoria, Herotildes G. Tubbs foram os principais responsáveis pela sua organização. Este último foi eleito representante do sindicato naquela entidade, depois confirmado no posto, ficando estabelecido mediante critérios não explicados que não era necessário proceder a novas eleições de representantes e, finalmente, foi eleito presidente da federação ( 41 ). Como se sabe, as

federações e os sindicatos pequenos se tornariam os reservatórios do peleguismo, em épocas de "vacas magras", ou seja, principalmente após 1950, quando as eleições sindicais se democratizaram, passando a refletir diferentes tendências políticas ( 42 ).

Merecem histórico os sucessivos cargos exercidos por Joaquim Teixeira durante o Estado Novo. Foram as suas credenciais ministerialistas que iriam qualificá-lo para substituir em 1950, Melchíades dos Santos na presidência do sindicato. Seus primeiros postos, a saber: membro do Conselho Fiscal (1934-1936), secretário da Junta Governativa (1937-1938), diretor de imprensa e propaganda e tesoureiro (1939-1941), e primeiro-tesoureiro (1942-1945) já mostravam sua aptidão de, burocraticamente, conquistar cargos de maior importância. Mas acumulou com algumas dessas funções aquelas também expressivas do curriculum vitae "pelego". Foi nomeado por decreto presidencial para exercer o cargo de vogal nas Juntas de Conciliação e Julgamento, quando estas mal funcionavam, em 1941, e dois anos depois, bastaram 56 votos para torná-lo apto a concorrer ao posto de vogal. Não sendo o escolhido da lista triplíce, tinha ainda como recurso o cargo de delegado-eleitor para o Conselho Fiscal do IAPI. Em 1941, com 30 votos fôra eleito para esta função. Em 1944 foi reconduzido ao cargo com 64 votos, num momento em que a diretoria recém-eleita, e que tomaria posse em 1945, por força de lei e da nova conjuntura política, excluiu na sua composição todos os membros das diretorias do Estado Novo ( 43 ). A trincheira do IAPI não era uma posição desprezível na carreira burocrática dentro da estrutura corporativista, embora significando o afastamento da vida interna do Sindicato. O IAPI longe estava de ter a significação que para os bancários tinha o IAPB, segundo Letícia B. Canêdo "praticamente a única brecha de ação deixada pelo Estado Novo aos Sindicatos". ( 44 ). Ao contrário, o Sindicato dos Têxteis e dos Bancários ilustram perfeitamente bem as observações a seguir de Amelia Cohn: "Ineficiência sindical soma-se à ineficiência previdenciária, no que diz respeito aos assalariados. Isso se vê, por exemplo, no confronto entre o sindicato dos bancários, de certa forma a vanguarda do movimento sindical, que consegue que o IAPB desde o início preste boa assistência médica a seus associados, e o IAPI, que, destinado a

atender a categoria profissional altamente diferenciada e heterogênea iniciará seus serviços de assistência médica somente no início da década de 50". Dai estabelecer a autora "uma relação bastante estreita entre sindicato politizado e atuante - portanto de cunho menos assistencialista e previdência social eficiente, de um lado, e entre sindicatos de cunho mais assistencialista e previdência social ineficiente de outro". ( 45 ). O IAPI nesta época não fornecia assistência médica aos segurados, mas já então era fonte de poder político dentro do esquema varguista pois os representantes dos empregados participavam da gerência dos fundos previdenciários ( 46 ). O Sindicato dos Têxteis antes mesmo da introdução do Imposto Sindical era uma opção para as necessidades de saúde mais imediatas da categoria. Tanto assim que em 1939 pagava consultas grátis aos associados ( 47 ). O assistencialismo era, aliás, o apanágio dos sindicatos representativos e bem organizados, os quais por esse motivo sempre procuravam dispor de serviços mais eficientes, como também obtinham dos ôrgãos de previdência maiores concessões. O Sindicato dos Bancários, desde 1926, oferecia serviços médicos-hospitalares, jurídicos, recreativos, educacionais, o que tornou os dirigentes bancários mais aptos a controlar a administração do IAPB, criado em 1934 após uma greve nacional de categoria cujas reivindicações eram todas previdenciais ( 48 ). Após a introdução do imposto sindical, os trabalhadores tiveram pelo menos um motivo para frequentar os sindicatos e usufruir dos serviços prestados, já que pagavam por eles. Os serviços de natureza jurídica e médica eram, para os têxteis, da maior importância, na medida em que as empresas do setor não cumpriam a lei em larga escala e, particularmente em São Paulo, tinham abandonado o paternalismo do sistema fábrica-vila operária, muito comum no interior e na Primeira República ( 49 ). Além disso, orientações expressas do Ministério do Trabalho afirmavam ser urgente aumentar a produtividade do trabalho, melhorando as condições de saúde dos trabalhadores. Para alguns autores, a prestação de serviços assistenciais pelos sindicatos auxiliava a reprodução do capital, com despesas mínimas para a empresa privada ( 50 ).

Em meados de 1941 o Sindicato dos Têxteis passou a contar com as verbas do imposto sindical, e deixou de ser com efeito um sindicato de carimbo, pois a prestação de serviços assistenciais conferiu um mínimo de representatividade ao órgão, em termos quantitativos, pois estimulou a associação de trabalhadores têxteis. Guardadas as devidas proporções da época, o Sindicato dos Têxteis passou a contar com uma infraestrutura material comparável talvez àquela dos sindicatos mais bem organizados, o que por si só era fonte de poder político ( 51 ). Uma cronologia sucinta mostra a rápida expansão dos serviços e do patrimônio da entidade ( 52 ):

- julho-agosto, 1942: reforma da sede; compra de equipamentos e instalações do ambulatório médico e do gabinete dentário; contratação de médicos e de um dentista.
- setembro, 1942: liberação de empréstimo do Sindicato para constituição do capital da Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores de São Paulo, cuja sede foi instalada no próprio prédio da entidade ( 53 ).
- outubro-dezembro, 1942: instalação de farmácia no Sindicato e compra de terreno em Santos para futura construção de uma colônia de férias; inauguração do ambulatório e dos consultórios médicos.
- junho, 1943: contratação de advogados fixo para a entidade; inauguração do Departamento Recreativo, após abaixo-assinado de associados, dirigido por um Conselho Deliberativo eleito em assembléia, e que organizou um time de futebol regular, colocou à disposição bilhar, pin-pong, xadrez e jogos afins, responsabilizando-se igualmente pelos bailes e apresentações do grupo cênico do sindicato (os festivais dramático-dançantes).
- agosto, 1943: compra de automóvel para uso da diretoria.

- março, 1944: contratação de um treinador para o time de futebol, reforma do estádio Maria Zélia, cedido ao Sindicato dos Têxteis pelo IAPI.
- abril-maio, 1944: obtenção de financiamento do IAPI para construção da colônia de férias em Santos; contratação de dois cirurgiões a serviço da entidade.
- junho, 1944: o Sindicato dos Têxteis tinha a seu serviço oito médicos, um dentista e um farmacêutico.
- setembro, 1944: ampliação do serviço de atendimento dentário.
- novembro, 1944: inauguração do campo de futebol - estádio Maria Zélia - após reformas. ( 54 ).

Após 1941 foi organizada a biblioteca do Sindicato mas, sua existência jamais foi citada em atas, apesar de existir o cargo de bibliotecário na diretoria e o item biblioteca nos orçamentos. No período 1939-1941 foi criado um Departamento Feminino, dirigido por Sebastiana Monteiro, que jamais abriu a boca em reuniões de diretoria ou assembleias. A diretoria eleita em 1941 aboliu aquele departamento. Diga-se de passagem, a maioria das atividades do Departamento Recreativo giravam em torno do time de futebol, o que concretamente excluía as mulheres do lazer que o sindicato poderia proporcionar ( 55 ). Nas assembleias de 1941 a 1944 nenhuma associada pediu a palavra ou se pronunciou, e uma vez uma mulher foi escolhida como escrutinadora. Aparentemente pois o Sindicato dos Têxteis era um Sindicato de e para homens, que aceitava mulheres como associadas. Os menores só podiam ser sócios mediante autorização expressa do DET.

Associar-se ao Sindicato dos Têxteis não assegurava o acesso automático dos serviços assistenciais. O primeiro regulamento de assistência médica foi aprovado em junho de 1942. A partir de então foi modificado permanentemente ao sabor de critérios não muito convincentes, segundo as atas. Em 1943 o auxílio-funeral prestado aos sócios foi reduzido. Neste mesmo ano foi convocada assembleia especial para redistribuir o excesso de receita, o que levou um dos médicos do sindicato dos Têxteis

a propor prestação de alguns serviços grátis a trabalhadores não associados, como forma de atraí-los para dentro do sindicato, o que foi aprovado ( 56 ). Porém no orçamento exposto na supracitada assembléia e acrescido de arrecadação suplementar, os itens assistência hospitalar, assistência-maternidade e assistência jurídica, somados, perfaziam menos de 10% do total, sendo que pouco mais de 50% destinavam-se ao Fundo Social Sindical, à Federação da categoria e à rubrica "departamentos" ( 57 ). Em 1944 a diretoria resolveu suspender o fornecimento de remédios e fixar uma quantia fixa para o auxílio-maternidade, sob alegação de que o aumento de pedidos colocava estas despesas fora do orçamento. Mas uma assembléia com 38 votantes já tinha aprovado uma verba extraordinária para a reforma do estádio Maria Zélia, equivalente ao dobro da quantia orçada no ano anterior para aquisição de imóveis ( 58 ). Além disso, a diretoria do sindicato se permitia a distribuição entre a sua clientela de assistência médica privilegiada ( 59 ). Em 1944 sócios do sindicato começavam a contestar nos seguintes termos os critérios da diretoria ao fornecer os serviços da entidade: "Pede a palavra o associado Joaquim José Rodrigues para pedir esclarecimentos sobre a verba destinada a finalidades esportivas (...) pois acha que a verba para esse fim (...) não tinha necessidade de ser, pois não é justo que apenas 22 associados se divirtam com esse dinheiro (...). Sendo que também não é justo (...) que o sindicato pague com essa verba horas de serviço que os jogadores perdem para treinar". O presidente, Melchades dos Santos, defendeu as horas pagas aos jogadores e acrescentou: "E quanto ao clube ter 22 associados que se divertem, culpa alguma não nos cabe, pois são escolhidos os melhores, e se o companheiro se acha apto a integrar um dos quadros, poderá fazê-lo e terá todas as regalias (...) como alias tem todos os associados" ( 60 ). Com essa retórica o assunto foi encerrado. Mas a questão da assistência social fez o presidente perder, pela primeira vez, votação em assembléia. Sua proposta de aumentar as mensalidades para melhorar a assistência aos sócios do sindicato foi rejeitada por aclamação, e de nada adiantou seu dramático apelo: "Como se arranjará o sindicato se der auxílio desse jaez a oitenta mil trabalhadores?" ( 61 ). Excessivamente demagógica foi esta exortação, pois nas assembléias do Sin-



dicato dos Têxteis durante o Estado Novo o comparecimento era irrisório.

Das vinte assembléias realizadas entre 1941 e 1944, dezessete se fizeram em segunda ou terceira convocação, e pois, no "vale-tudo" em materia de quorum. Infelizmente não tivemos acesso a estimativas confiáveis quanto ao número de sócios do sindicato no período, mas mesmo comprovando-se que o número de votantes em assembléias era muito semelhante aquele do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e do Sindicato dos Bancários, na mesma época, deve-se levar em conta que em 1944 a categoria têxtil (no município de São Paulo) era estimada em setenta e cinco mil trabalhadores ( 62 ). O quadro a seguir indica como tão poucos decidiam por tantos na fase estadonovista dos sindicatos corporativos:

Sindicato dos Têxteis 1941 - 1944

QUADRO-V

ASSEMBLÉIAS

A N O S	Número	Número de sócios presentes (mínimo e máximo)	Número de sócios votantes (mínimo e máximo)
1 9 4 1	5	30/343	30/343
1 9 4 2	5	32/110	32/110
1 9 4 3	4	50/114	48/114
1 9 4 4	6	38/174	37/174

FONTE: A.A.G. - 1941 - 1944.

É possível que a presença permanente de investigadores do DOPS nas assembléias dissuadisse os sôcios de nelas comparecer. Também antes de 1943 não se registrou nenhuma iniciativa de recrutamento de novos sôcios. Ao contrário, o Sindicato dos Têxteis perdia antigos associados, obrigando os dirigentes a anistiar os sôcios com pagamentos atrasados ( 63 ). Em 1942 alguns sôcios saíram do sindicato porque o desconto em folha de suas mensalidades os indentificava como sindicalizados e a diretoria do sindicato não exercia nenhuma espécie de pressão junto ao patronato ou ao DET para mudar essa situação. Ao contrário, excluía os trabalhadores da seguinte forma: "Hã muitos associados que se demitem por causa do desconto em folha das mensalidades. Foi proposto que todo associado que pedir demissão por causa do desconto em folha seja eliminado e se quiser reingressar tem que por em dia seu débito". Esta proposta foi aprovada ( 64 ). Não entrando em outras e várias razões políticas que levaram o governo a estimular a incorporação em massa de trabalhadores aos sindicatos ( 65 ), a realidade acima descrita obrigou o Ministério do Trabalho a organizar diretamente a campanha de sindicalização de 1943, dado que os líderes sindicais oficialistas sô garantiam sindicatos vazios ( 66 ). Assim, ordens superiores conseguiram que, a partir de, junho de 1943 entrassem para o Sindicato dos Têxteis cem operários por mês, em média ( 67 ). Esta afluência inusitada preocupou seriamente o presidente, Melchíades dos Santos. Quando as novas filiações não escapavam do controle da diretoria, tudo era possível, como se pode observar: "Altruda diz que foi procurado pelo contramestre Pedro Silvestrini que pediu 50 propostas de sindicalização em branco, dizendo que iria sindicalizar os operários de sua fãbrica, mas queria em troca uma pequena gratificação. Ficou resolvido dar 50 centavos por cada proposta assinada" ( 68 ). Quando porêm se representavam antigos sôcios pedindo reingresso no sindicato a diretoria fazia triagem política: "Altruda fala da situação de Bruno Mencarini perante a Polícia. Acha que devíamos consultar as autoridades a respeito. Foi resolvido readimiti-lo porque o associado disse não ter respondi-

do processo algum" ( 69 ). A distribuição de papéis para associação era também seletiva: sō os associados que se responsabilizassem pelos sōcios recebiam propostas em branco ( 70 ).

O jornal do sindicato - O Trabalhador Têxtil - foi criado em 1938. Desde o inīcio seu redator-chefe foi Joaquim Teixeira, que nāo obstante possuir credenciais oficialistas acima de qualquer suspeita, era chamado ā polīcia para ser advertido de que o jornal do sindicato estava proibido de publicar artigos sobre a questāo siderúrgica e a indústria pesada ( 71 ).

Em matēria de controles adicionais sobre os sindicatos e de uma forma extra pela qual o Sindicato dos Têxteis excluía outra parcela ponderável dos trabalhadores tēxteis, a questāo dos estrangeiros ē exemplar. Os entāo chamados sūditos do eixo foram, proibidos de comparecer ā assemblēias, reuniōes sindicais, de frequentar as sedes dos sindicatos, e suspensos estavam seus direitos eleitorais ( 72 ). Estrangeiros e principalmente de nacionalidade italiana eram contingentes ponderáveis da categoria. Porisso mesmo, desde 1939, um dos serviços normalmente prestados pelo Sindidacto dos Têxteis era encaminhar a legalizaçāo de estrangeiros atravēs de advogados, alēm de solicitar ao Ministro do Trabalho benefīcios previdenciários para operários italianos ( 73 ).

O presidente do Sindicato dos Têxteis, Melchīades dos Santos, esteve sempre mais empenhado em mostrar sua adesāo ā nova ordem, registrando-se sempre sua presença nas festas rituais que reuniam a burocracia do Estado Novo e suas claques: na " recepçāo ao Ministro do Trabalho", na "grande manifestaçāo ao Sr. Ademar de Barros", nas "homenagens ao presidente". O sindicato colaborava na construçāo de "obelisco em homenagem ao chefe da Naçāo", comparecia em "comemoraçāo do 49 aniversário do Estado Novo", em "banquete oferecido ao superintendente da Ordem Polītica e Social" ( 74 ). O Decreto-Lei n9 4.637 de 31 de agosto de 1942 arrolava ainda outras atribuiçōes sindicais, em nome do estado de guerra, ās

quais Melchíades dos Santos não se furtava, e dentre as quais duas merecem destaque:

" art. 6º - As entidades sindicais de empregadores manterão recíproca correspondência e articulação constante, no sentido de imprimirem um solucionalmente conciliatório a todos os dissídios, decorrentes de contrato de trabalho, que surjam entre elementos integrantes das respectivas categorias representadas.

(...)

art. 11º - Os sindicatos de empregados desenvolverão todas as diligências tendentes a criar no espírito de seus associados, uma mentalidade de devotamento à Pátria pela consideração de que todos os esforços consagrados ao trabalho assíduo e eficiente resultarão na maior defesa da nacionalidade" ( 75 ).

Todas estas especificações na verdade respondiam não apenas às necessidades criadas pela guerra, como também preveniam conflitos latentes, que aliás não cessaram nas fábricas têxteis de São Paulo. Em 1939 e 1940 o sindicato e o DET foram intermediários em duas greves, uma nas Indústrias Têxteis Calfat S.A., organizada por uma comissão de fábrica, e outra na Cia. Paulista de Aniagens ( 76 ). Entre 1938 e 1940, o presidente do sindicato, refletindo pressões exercidas por membros de categoria, sob forma não explicitadas, mandava ofícios e memoriais às empresas, ao sindicato patronal, ao Ministério do Trabalho "pedindo providências", ao interventor estadual, na medida em que se ampliava o desemprego, a redução salarial e da jornada de trabalho na indústria têxtil ( 77 ). Em 1939 a diretoria, agindo através da invariável fórmula dos "ofícios às autoridades", ou ainda memoriais e telegramas, reivindicava vagamente o "estudo especial de um salário mínimo para a categoria têxtil, devido ao sistema de trabalho por tarefa", além propugnar pela undécima vez a reivindicação eterna dos têxteis: a tabela única para cada categoria de tecidos, a ser adotada por todas as empresas ( 78 ). Em 1941, o Sindicato dos Têxteis

subscreeveu telegrama, juntamente com outras entidades, ao presidente, pedindo urgência no funcionamento das Juntas de Conciliação e Julgamento. No ano seguinte, participou da entrega de memoriais ao ministro do trabalho, no 1º de maio, pleiteando aumento de salário. Em 1943 a diretoria recebia denúncia sobre infrações da legislação trabalhista, mas aparentemente não iniciava processos na Justiça do Trabalho, diante dos fatos apresentados ( 79 ). Mal ou bem o Sindicato dos Têxteis se via obrigado a desenvolver pressões burocráticas genéricas em favor da categoria, mas as compensava procurando ao mesmo tempo cumprir à risca o artigo 6º do Decreto-Lei 4.637 já citado, ao registrar em ata qual o seu papel nas quatro revisões do salário-mínimo decretados em 1943:

- . "Nós iniciamos o movimento e este, para nossa felicidade, teve pronto eco e uma franca acolhida por parte do sindicato patronal. Grande foi o mérito do representante do Ministério do Trabalho em São Paulo, Gilberto Crockatt de Sã. Os patrões também sempre se mostraram amigos leais e compreensivos quanto às aspirações dos trabalhadores. Souberam mais uma vez se mostrar dignos da política de harmonia e aproximação que a nossa legislação tem em mira" ( 80 ).

A majoração do salário-mínimo em 1943 foi iniciativa do governo, e encontrou receptividade junto ao patronato têxtil de São Paulo, em função de velhas disputas interregionais. A capacidade de pressão dos sindicatos é débil nos estudos que acompanham os reajustes do salário-mínimo durante o Estado Novo. Maria Hermínia T. de Almeida corretamente assevera, a respeito dos sindicalismos oficialista:

- "(...)o governo Vargas não logrou contrair lideranças trabalhadoras de sua inteira confiança, não formou um movimento varguista (...). Para transformar os pelegos em dirigentes reconhecidos pelas massas como seus dirigentes, teria sido preciso que sob sua gestão os sindicatos se houvessem revelado instrumentos poderosos e eficazes de reivindicação e de conquista de vantagens materiais palpáveis. Tal não ocorreu. As vantagens foram magras e obtidas sem interferência significativa das direções sindicais apelegadas" ( 81 ).

Nas eleições para renovação da diretoria do Sindicato dos Têxteis realizadas em abril de 1944, apresentaram-se pela primeira vez, após 1937, duas chapas. A chapa derrotada tentou impugnar o resultado do pleito junto ao DET, sem êxito. A chapa vencedora, eleita com 145 votos, era formada em sua maioria por membros do Departamento Recreativo e do Conselho Fiscal de gestões anteriores, porém seu presidente - Domingos Mano - demonstraria inclinações mais de acordo com a fase de redemocratização que se abriu em 1945. Mesmo com esta composição moderada, os novos dirigentes sô tomaram posse em junho de 1945. Aproveitando a disposição dos órgãos de cúpula do Ministério do Trabalho tais como o DNT - dirigido por Segadas Vianna de adiar ao máximo a chancela legal da nova situação de fato que viviam os sindicatos, o presidente Melchíades dos Santos providenciou a posse dos eleitos sô em março de 1945. ( 82 ).

A nosso ver, durante o período estadonovista ocorreu a consolidação da burocracia sindical no setor têxtil em São Paulo. Consolidação essa que significou, de um lado, ampliação material dos recursos enfeixados nas mãos da diretoria: a montagem dos serviços assistenciais (médico-odontológicos, jurídicos, recreativos), a criação e o controle do jornal de sindicato, o acréscimo de patrimônio com a fusão de vários sindicatos de trabalhadores, assim como a defesa, em patamares mínimos, dos interesses do operariado - encaminhamento de processos trabalhistas, reivindicações e apelos às autoridades ministeriais. Dessa forma, foi posta em funcionamento a engrenagem de perpetuação da burocracia ministerialista, e, para isto, a instituição do Imposto Sindical foi decisiva. Mas foram tais mecanismos que envolveram indubitavelmente, um processo de legitimação deste processo foi claramente policialesca, com o intuito de impedir a renovação do poder e a simples presença de associados que fizessem qualquer forma de crítica à quase "vitalícia" administração do presidente Melchíades dos Santos, que, desde 1936 ocupou postos fundamentais em sucessivas gestões. Finalmente, se a ampliação das bases materiais do sindicato constituíam estímulo ao aumento de filiados, percebe-se a política de obstar novas filiações por parte da diretoria pós-instituição do imposto sindical,

recurso para garantir o controle da entidade nas mesmas mãos. Assim, até mesmo o acréscimo do quadro de associados deve ser creditado à campanha de sindicalização e mobilização da classe trabalhadora desencadeada pelo ministério do Trabalho a partir de 1943, de claro cunho político-partidário, com a finalidade de arregimentar as bases do PTB, como veremos no item subsequente deste capítulo.

## NOTAS

CAPÍTULO I

## 2.3. O Sindicato dos Têxteis durante o Estado Novo e após a introdução do imposto sindical ( 1937 - 1944 )

( 1 ) Ver CARONE, Edgard - op.cit.; p.123, HARDING, Timothy F. - op.cit., p. 122, VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., p. 223, ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., p. 196.

( 2 ) Ver CARONE, Edgard - op.cit., pp. 332-335, 343-348, LEVINE, Robert M. - op.cit., pp. 205-210 onde se descrevem, passo a passo, as perseguições sofridas por Pedro Ernesto e Anísio Teixeira, devido ao "comunismo latente" revelado pelo primeiro, à frente da prefeitura do então Distrito Federal. A Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo que acusou Pedro Ernesto de subversão, estava subordinada desde fevereiro de 1936 ao Ministério da Justiça e tinha entre outras finalidades, as de: 1. "propor ao governo federal o afastamento provisório dos respectivos cargos ou funções de quaisquer funcionários civis ou militares, da União ou do Distrito Federal, bem como sua prisão ou detenção"; 2. "propor a prisão ou detenção de qualquer pessoa cuja atividade seja reputada prejudicial às instituições políticas e sociais"; 3. "organizar, quanto antes, um plano tendente a uniformizar em todo país as medidas de repressão ao comunismo". Cf. Documento 36.01.18 de 18.02.1936, Instruções do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Vicente Rao - CPDOC - Serviço de Documentação da Fundação Getúlio Vargas, APUD VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., p. 202.

( 3 ) Carta de Virgílio de Melo Franco a Getúlio Vargas CPDOC - Arquivo Getúlio Vargas (11.maio.1936) APUD MENDES JR, Antonio & MARANHÃO, Ricardo (orgs.) ET ALII - op.cit., p. 153.

( 4 ) Ver LEVINE, Robert M. - op.cit., pp. 223-225.

( 5 ) Ver FAUSTO, Boris - Pequenos Ensaios de História da República . Cadernos CEBRAP 10, pp. 76,77.

( 6 ) Ver ROWLAND, R. - op.cit., Estudos Cebrap nº 8, p.38, nota (8).

( 7 ) Ver SKIDMORE, Thomas - Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). 6ª ed., Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1979, p. 53.



- ( 8 ) Cf. JORNAL DO COMÉRCIO. 4.janeiro.1936, APUD CARONE, Edgard - op.cit., p. 137; Ver HARDING, Timothy F. - op.cit., p.125.
- ( 9 ) Ver SKIDMORE, Thomas - op.cit., p.55 e LEVINE, Robert M. - op.cit., pp. 238-239,274.
- ( 10 ) Ver FAUSTO, Boris - Pequenos Ensaios de Historia da República. Cadernos CEBRAP 10, p. 90; DRAIBE, Sonia Miriam - Rumos e metamorfoses - Um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização brasileira (1930-1960). São Paulo, Tese de Doutorado, FFCL-USP, 1978, (mimeo), capítulo I , parte 1.
- ( 11 ) Ver SKIDMORE, Thomas - op.cit., p. 56-57; LEVINE, Robert M. - op.cit., p. 259; ERICKSON, Kenneth Paul - Sindicalismo no Processo Político no Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979, pp.26,57, 102-103, e HARDING, Timothy F. - op.cit., p. 151.
- ( 12 ) Sobre a retórica e a liturgia do Estado Novo, basta reproduzir o que observou com precisão L.Sola, ao se referir à gestão no Ministério do Trabalho de Alexandre Marcondes Filho: "Sua atividade propriamente inovadora consistiu na introdução de novas técnicas de propaganda e de manipulação das massas, a que se deu o nome de 'trabalhismo'. Todas elas convergiam no sentido de reforçar as identificações emocionais entre os trabalhadores e Vargas: as grandes demonstrações públicas de 10 de março, para as quais o Presidente reservava a proclamação de novas concessões, as falas especiais de Marcondes Filho e de Vargas, na 'Hora do Brasil'. Tomava corpo, assim, a relação personalista entre Vargas e o povo, de efeitos políticos duradouros; o populismo passaria a ser uma constante da vida nacional e se desdobraria mais tarde em múltiplas variantes". Cf. SOLA, Lourdes - " O golpe de 37 e o Estado Novo" IN MOTA, Carlos Guilherme (org.) - Brasil em Perspectiva - 2ª ed. São Paulo, DIFEL, 1969: 257-284, p.280, e VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., p.235.
- ( 13 ) A respeito, ver ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., p. 265; LEVINE, Robert M. - op.cit., p. 256; CARONE, Edgard - O Estado Novo (1937-1945), Rio de Janeiro - São Paulo, DIFEL, 1976, pp. 70-71, 122-123, 135-137 e HARDING, Timothy F. - op.cit., pp.141,142 e 150.
- ( 14 ) Cf. MORAES FILHO, Evaristo de - O problema do Sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos. 2ª ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1978, p. 244 nota (248).

- ( 15 ) Muitos são os autores a destacar as importantes diferenças entre o corporativismo do Estado Novo e o fascismo, dentre os quais: HARDING, Timothy F. - op.cit., p. 124 nota (2); SOLA, Lourdes - op.cit., IN Brasil em Perspectiva, p. 259 e SKIDMORE, Thomas - op.cit., pp.54,62.
- ( 16 ) Ver VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., pp.223-225; HARDING, Timothy F. - op.cit., pp. 137, 139.
- ( 17 ) Ver ROWLAND, Robert - op.cit., Estudos CEBRAP nº 8, p.32; HARDING, Timothy F. - op.cit., pp. 133,134; ver VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., p. 226 e CARONE, Edgard - O Estado Novo (1937-1945), pp.136-137, CANEDO, Letícia Bicalho - op.cit., p.110.
- ( 18 ) Já o Decreto-Lei nº 1402 de 5.07.1939 reservava aos sindicatos atribuições a saber: "a) colaborar com os poderes públicos no sentido do desenvolvimento da solidariedade das classes produtoras e da harmonização de seus interesses; b) promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito; c) manter serviços de assistência judiciária para os associados; d) fundar e manter escolas, especialmente de aprendizagem, hospitais e outras instituições de assistência social; e) promover a conciliação prévia nos dissídios de trabalho". A regulamentação do Imposto Sindical (Decreto-Lei nº 4.298 de 14.05.1942) estipulava a sua aplicação tendo em vista tornar viáveis as finalidades acima arroladas, acrescentando apenas as atividades recreativas. Cf. VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., pp. 225,233; HARDING, Timothy F. - op.cit., pp. 160-161.
- ( 19 ) Ver ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., p. 261-263. A autora assinala que, em 1944, 233 votos elegeram a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Para a diretoria eleita (triênio 1942-1945) do Sindicato dos Têxteis, bastaram 70 votos, num total de 1.324 associados em condições de votar: A.A.G. 21.09.1941; 28.09.1941; VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., pp. 227-229.
- ( 20 ) Refiro-me aos ferroviários, portuários e em certa medida aos bancários, categorias com uma tradição sindical muito específica.
- ( 21 ) Ver ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., pp. 260,264 e ERICKSON, Kenneth Paul - op.cit., p. 79.
- ( 22 ) Ver ROWLAND, Robert - op.cit., Estudos CEBRAP nº 8, pp. 29,32.

- ( 23 ) Ver CARONE, Edgard - O Estado Novo (1937-1945), pp. 70-71; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., pp. 238,268. O longo processo de proteções que tiveram fim em 1940 com a decretação do salário-mínimo, ilustram sobejamente o quanto a decantada igualdade inerente à representação paritária corporativista se traduziu na maior capacidade de pressão do empresariado. Ver Idem, Ibidem, pp. 238-243.
- ( 24 ) Cf. A.R.D. - 17.08.1942 - O conde Antonio Pereira Inácio foi o primeiro presidente do CIFT-SP (Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo) fundado em 1919, cuja importância foi destacada por Boris Fausto, não perdendo as características por ele apontadas nem na década de 30, nem na de 40, isto é, tanto o CIFTA no Rio de Janeiro, como o seu congênere de São Paulo funcionaram como lobbies industriais, e os mais fortes, tanto na Primeira República, como no Estado Novo. Ver FAUSTO, Boris - Trabalho urbano e conflito social, pp. 149, 186,188,222 e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., pp. 239-250.
- ( 25 ) A.R.D. - 4.07.1937; 4.12.1938; 4.05.1938; 1.01.1939; 11.04.1940; 1.06.1945 e A.A.G. - 28.09.1941.
- ( 26 ) A.R.D. - 26.10.1938 e A.A.G. - 1941-1944.
- ( 27 ) A.R.D. - 12.02.1937; 3.02.1939; 30.03.1939; 28.12.1939; 7.12.1939; 28.12.1939.
- ( 28 ) A.R.D. - 21.12.1939; 11.10.1940.
- ( 29 ) A.R.D. - 22.01.1940; 22.02.1940.
- ( 30 ) Ver CARONE, Edgard - O Estado Novo (1937-1945), pp. 122-123 e A.R.D. - 24.02.1939.
- ( 31 ) A.R.D. - 22.01.1940; 10.03.1939; 3.06.1939, 2.11.1939, 4.11.1939, 30.11.1939, 4.04.1940, 11.04.1940.
- ( 32 ) A.R.D. - 7.03.1940.
- ( 33 ) A.R.D. 2.11.1940. Ver CANEDO, Letícia Bicalho - op.cit., pp. 66-67. Quanto ao Sindicato dos Químicos e dos Estivadores não constam relatos desse gênero. Ver TROYANO, Annez Andraus - op.cit., e SARTI, Ingrid - op.cit.. J.Albertino Rodrigues definiu muito bem o comportamento padrão do "pelego", exemplificado por Melchíades dos Santos: "Com relação aos seus companheiros de Diretoria procura escolher aqueles a quem possa facilmente dominar e evitar que tomem iniciativas divergentes. Assim, o 'pelego' não forma equipe e tende a monopolizar todas as funções importantes, motivo pelo qual demonstra uma eficiência surpreendente na forma de agir". Cf. RODRIGUES, José Albertino - Sindicato e Desenvolvimento no Brasil. São Paulo, DIFEL, 1968, p. 153.

- ( 34 ) Ver ERICKSON, Kenneth P. - op.cit., pp. 45,46.
- ( 35 ) A.R.D. - 3.08.1938; 5.08.1939. Ver Quadro II do Ítem 2.1. desta monografia, onde o nome do Sindicato da Juta está registrado de forma diferente do que consta nas atas. De qualquer forma, não importa qual fosse o nome de cada um desses sindicatos, pois desaparecem como se verá mais adiante.
- ( 36 ) A.R.D. - 21.07.1939; 5.08.1939; 20.09.1940; 15.10.1940; 2.01.1941; 27.03.1941; 6.08.1941.
- ( 37 ) Ver CANEDO, Letícia Bicalho - op.cit., pp.67,73,74, 105-108. Ver A.A.G. - 28.09.1941; A.R.D. - 9.12.1944; 4.06.1945.
- ( 38 ) Ver VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., p. 223.
- ( 39 ) A.R.D. - 19.07.1934; 06.08.1943 e 21.12.1944.
- ( 40 ) Ver VIANNA, Francisco José de Oliveira - Problemas de Direito Sindical. Rio de Janeiro, Max Limonad Ltda, 1944, pp. 254-257, onde se encontra a discussão entre a CNI (Confederação Nacional da Indústria) e o autor sobre a conveniência de reeleição de um terço só para sindicatos de empregadores. Ver também ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., p. 258 e ERICKSON, Kenneth Paul. - op.cit., p.68.
- ( 41 ) Ver A.A.G. - 15.03.1942; A.R.D.- 26.10.1943; 14.03.1944 e 28.03.1944.
- ( 42 ) Ver RODRIGUES, José Albertino - op.cit., pp. 108, 109, 153, 154.
- ( 43 ) A.R.D. - 15.05.1941; 19.04.1943; 09.12.1944 ; A.A.G. -6.04.1943; 10.10.1944. Sobre a praxe dos vogais representantes dos empregados na Justiça do Trabalho, ver RODRIGUES, José Albertino - op.cit., p. 152.
- ( 44 ) Cf. CANEDO, Letícia Bicalho - op.cit., p.73. Ver ainda quanto à importância política específica do IAPB na história do Sindicato dos Bancários, totalmente atípica em nossa opinião: pp.161, 162, 163.
- ( 45 ) Cf. COHN, Amélia - Previdência Social e processo político no Brasil. São Paulo, Ed. Moderna, 1980,pp. 28, 29.
- ( 46 ) Ver MALLOY, James M. - Previdência social e classe operária no Brasil (uma nota de pesquisa). Estudos CEBRAP nº 15, jan/fev/março 1976: 117-131. São Paulo, Ed. Brasileira de Ciências Ltda, 1976, p. 125. O mesmo autor especifica a função política inicial de institutos como o IAPI: " 1) especialmente nos primeiros anos, proporcionaram importante fonte de inversões; 2) os institutos geraram número

crescente de empregos, em consequência, tornaram-se fonte importante de proteção; finalmente, a possibilidade de controlar a distribuição dos benefícios criava uma base para formar clientelas entre os beneficiados. Por isso os políticos e líderes sindicais criados no sistema de Vargas mobilizaram enormes interesses, daí o desejo de manter um sistema múltiplo de fundos, através do qual garantiam o acesso a importantes meios para dispor de uma clientela, e com isso, de poder e influência". Cf. Idem, Ibidem, p. 126. Ver Também ERICKSON, Kenneth P. - op.cit., p. 57.

( 47 ) A.R.D. - 22.11.1939; 28.12.1939.

( 48 ) Ver COHN, Amélia - op.cit., p. 28; CANEDO, Letícia Bicalho - op.cit., pp. 50-52,77, 109. Quanto à greve de 1934, que culminou na criação do IAPB, ver pp. 158-163.

( 49 ) Ver FAUSTO, Boris - Trabalho urbano e conflito social, pp. 116 e 117 e LOPES, José Sergio Leite - Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa. São Paulo, CEDEC - IIº Seminário de Relações de Trabalho e Movimentos Sociais, 26-28 abril 1978, (mimeo) pp. 25, 54-60.

( 50 ) Ver TROYANO, Annez Andraus - op.cit., p. 32 e CARONE, Edgard - O Estado Novo (1937-1945), pp. 138, 139.

( 51 ) Refiro-me à categorias especiais de sindicatos, tais como os da zona portuária, os de ferroviários, e o Sindicato dos Bancários de São Paulo, excepcionalmente bem organizado. Ver CANEDO, Letícia Bicalho - op.cit., pp. 51, 52,77,98, 100-101,109, 158-163. Ver também TROYANO, Annez Andraus.- op.cit., p.65.

( 52 ) Este arrolamento não inclui a contratação de funcionários administrativos, tais como auxiliares de escritório, porteiros, motoristas e outros, por não constar das atas esse tipo de informação de maneira sistemática.

( 53 ) Outros sindicatos não nomeados desembolsaram quantias bem menores alegando arrecadar menos imposto sindical. Ver A.A.G. - 20.09.1942.

( 54 ) A.R.D. e A.A.G. - 1941-1944.

( 55 ) A.R.D. 1.01.1939; A.A.G. - 28.09.1941; 21.11.1943 e ATAS DO DEPARTAMENTO RECREATIVO. São Paulo, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo, 1943-1945 (manuscrito).

( 56 ) Ver A.R.D. - 10.01.1943; 26.10.1943; A. A.G. - 21.11.1943.

- ( 57 ) A.R.D. - 21.11.1943. As quantias reservadas ao Fundo Social Sindical e à Federação da categoria superam, no orçamento apresentado, e aprovado, as porcentagens fixadas em lei, ou seja, 20% e 15%. Ver RODRIGUES, José Albertino - op.cit., p. 111 e ERICKSON, Kenneth P. - op.cit., pp. 61-62.
- ( 58 ) A.R.D. - 4.04.1944; 09.05.1944 e A.A.G. - 26.03.1944.
- ( 59 ) "Altruda pede pagamento integral de hospitalização de seu filho. Sabe que o regulamento se dispõe a pagar sô 50% das despesas, mas sabe também que a diretoria paga a muitos integralmente. Aprovada proposta". Cf. A.R.D. - 4.07.1944.
- ( 60 ) Cf. A.A.G. - 18.06.1944.
- ( 61 ) Cf. A.A.G. - 16.07.1944.
- ( 62 ) Em 1944, 233 votos elegeram a sexta diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Ver ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., p.261, nota (22). Levantamento feito pelo Ministério do Trabalho aponta 2.234 sindicalizados têxteis em 1940, na cidade de São Paulo. Mas os vários sindicatos têxteis não tinham completado o processo de fusão, ocorrido em 1941, de tal forma que esta cifra pode corresponder à soma dos associados de pelo menos cinco sindicatos têxteis. O mesmo levantamento assinala apenas 319 bancários sindicalizados em 1940, ao passo que a primorosa história do Sindicato dos Bancários de Letícia B. Canêdo registra para o mesmo ano 2.838 associados. Ver Idem, Ibidem, pp.262-263. Ver também CANÊDO, Letícia Bicalho, Ibidem, p. 121 com o detalhado movimento de sôcios do Sindicato dos Bancários de 1935 a 1945 (Quadro X-8) e pp. 110, 133 (ANEXO III).
- ( 63 ) A.R.D. - 6.01.1939; 17.08.1942. Em 1938, o Sindicato dos Têxteis tinha, aproximadamente, 500 sôcios (A.R.D. - 26.01.1938, 9.03.1938). Em 1941, consta nas atas de assemblêias o registro de 1.324 sôcios em condições de votar, e, em seguida, a cifra de 343 sôcios representando mais de dois-terços dos sôcios nas mesmas condições. Ver A.A.G. - 21.09.1941 e 16.11.1941. Com informações tão díspares é impraticável fazer qualquer estimativa do movimento de sôcios da entidade durante o Estado Novo.
- ( 64 ) Cf. A.R.D. - 14.09.1942; 17.08.1942.
- ( 65 ) Ver ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., pp. 268-274 e HARDING, Timothy F. - op.cit., pp. 144, 166-167; MORAES FILHO, Evaristo de - op.cit., pp. 256-257.
- ( 66 ) Ver VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., pp. 234,235.
- ( 67 ) A.R.D. - 6.08.1943 e 18.01.1944.
- ( 68 ) Cf. A.R.D. - 30.05.1944. Emílio Altruda era 1º secretário da diretoria 1942-1945.
- ( 69 ) Cf. A.R.D. - 8.08.1944; 20.06.1944.

- ( 70 ) A.R.D. - 3.10.1944.
- ( 71 ) A.R.D. - 4.05.1938; 18.08.1939. Nos arquivos do Sindicato dos Têxteis sã foram guardados números de 1956 a 1958. Não é possível avaliar a função educativa do jornal da entidade nessa época, como é o caso do jornal Vida Bancária, órgão do Sindicato dos Bancários, que inclusive é uma das principais fontes utilizadas pela autora da história daquela entidade. Ver CANEDO, Letícia Bicalho - op.cit., pp. 98, 100-101, 105.
- ( 72 ) Ver Decreto-Lei nº 4.637 - 31 agosto 1942, art. 8º, e TROYANO, Annez A. - op.cit., pp. 67,68.
- ( 73 ) A.R.D. - 5.05.1939; 13.06.1944. Para se ter uma páli da idéia de quantos filhos de estrangeiros ou naturalizados compunham a classe, basta citar ao acaso listas parciais de sócios admitidos no sindicato: Erick Wuchvifenig, Elisa Pavono Longuini, Julio Hatz, Walter Bacciotti, Alekus Nadolekis, Sporenis Tarorac, Giacomo Bellotto, Carmem Melendes Portillo, Piedade Hernandez, Wanda Petri, Cristina Varruch, Inez Savoldi Bertalozzi. Os sobrenomes de origem italiana e espanhola, em todas as listagens da época, são a maioria . A.R.D. - 6.08.1943 a 18.01.1944.
- ( 74 ) A.R.D. - 25.05.1938; 2.11.1940; 15.05.1941; 6.11.1941; 8.01.1942; 14.05.1942; 2.07.1942; A.A.G. - 30.05.1942; 21.06.1942. Ver descrição semelhantes em CANEDO, Letícia Bicalho - op.cit., p. 78 e TROYANO, Annez A. - op.cit., p. 68.
- ( 75 ) Além das prescrições deste decreto, o Decreto-Lei 5.821 de 16 de setembro de 1943 praticamente aboliria a reivindicação de reajuste salarial através da abertura de dissídios coletivos. Ver ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., p. 271, TROYANO, Annez A. - op.cit., p. 69.
- ( 76 ) A.R.D. - 3.01.1939; 27.01.1939; 22.02.1940.
- ( 77 ) Para se ter uma idéia da moderação dos dirigentes do Sindicato dos Têxteis no tocante às reivindicações salariais, basta saber que em março de 1938 foi resolvido em reunião de diretoria "enviar ofício ao sindicato patronal reiterando nosso pedido de aumento de salã rios feito a 15 de abril de 1937". Cf. A.R.D. - 30.03.1938. Quanto à crise na indústria têxtil, constam dados em A.R.D. - 3.06.1939; 7.06.1940.
- ( 78 ) A.R.D. - 20.05.1939.
- ( 79 ) A.R.D. - 9.07.1941; 14.05.1942; 21.05.1943.

( 80 ) Cf. A.R.D. - 7.12.1943.

( 81 ) Cf. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., pp. 272-273. Ver também pp. 242-257, 264, 262-271, e VIANNA, Luiz Jorge Werneck- op.cit., pp. 235-240.

( 82 ) A.R.D. - 11.07.1944; 20.03.1945; 24.04.1945; A.A.G. - 16.04.1944.



## CAPÍTULO I - ESTADO E SINDICATO CORPORATIVO (1930-1950)

### 2. A MONTAGEM DA ESTRUTURA SINDICAL

#### 2.4. O Interregno Democrático (1945-1947)

A partir de 1943 as pressões da sociedade civil pela redemocratização foram se avolumando, no ano seguinte aprofundaram-se as dissensões dentro do círculo governamental ( 1 ), e a nova conjuntura forçou a liberalização da vida sindical, mesmo que sob o controle do Ministério do Trabalho ( 2 ). Vargas, ao criar uma base de sustentação própria no movimento operário articulando o PTB, viu-se ainda na contingência de ter que aceitar reivindicações salariais, e obrigado a anistiar comunistas, neles reconhecendo uma força política indispensável para mobilizar os sindicatos oficiais ( 3 ). Mostraram-se insuficientes os esforços do governo no final do Estado Novo para obter apoio da classe operária porque eram poucas as concessões reais que oferecia ( 4 ). Até outubro de 1945, quando um golpe militar inaugura a democracia suportável para os chefes das Forças Armadas, o presidente cedeu aos sindicatos liberdade de ação. Em fevereiro de 1945 foi liberada a abertura de dissídios coletivos, praticamente impossível durante o Estado Novo, e em outubro, para a posse de diretorias nos sindicatos foi dispensada autorização ministerial ( 5 ). Além disso, tendo em vista a formação de uma frente nacional de apoio popular, Vargas não obistou a legalização do PCB e a formação do MUT, o mais importante organismo horizontal da conjuntura, unificando várias categorias. Essas medidas, entre outras, desembocaram no quererismo. Este, a primeira manifestação de um movimento de massas getulista, foi o agente catalizadoador da imediata coessão dos liberais da UDN, das Forças Armadas, dos estadonovistas reunidos no PSD e até mesmo no PTB( 6 ). Sintomaticamente uma das primeiras medidas do governo transitório de José Linhares foi instituir o pluralismo sindical, como forma de neutralizar a influência crescente do PTB e do PCB nos sindicatos, como esclarecem corretamente vários estudiosos ( 7 ).

É lícito nos determos na atuação tanto do MUT, quanto dos dois partidos que se apresentavam na Constituinte como representantes da classe operária (o PTB e o PCB), pois que foram nessa

conjuntura os organismos da sociedade civil a competir com o governo dentro dos sindicatos.

O MUT realizou basicamente a política sindical do PCB, com apoio de dirigentes sindicais filiados ao PTB e independentes, dentro da linha de "ordem e tranquilidade", coordenando a criação das Uniões Sindicais municipais e estaduais que, ao lado das greves, deram grande vitalidade ao movimento operário. Foi também responsável pelos congressos sindicais estaduais que iriam desembocar no Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, no qual foi criada a CGTB (Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil), o esforço máximo dos comunistas para criar uma estrutura horizontal e nacional para os sindicatos ( 8 ). As propostas do MUT continham quatro itens, a saber: autonomia sindical, rearticulação horizontal das entidades sindicais, direito de greve, extensão da sindicalização e da legislação social aos trabalhadores do campo, se tornados lei, abalariam os alicerces da estrutura corporativa consolidada durante o Estado Novo. Por outro lado, transigiam no que se refere ao imposto sindical, à organização da Justiça do Trabalho e da Previdência Social. Mas em congressos regionais, nos quais predominavam os comunistas, venciam as propostas de completa liberdade na administração das verbas daquele imposto, bem como a efetiva participação dos trabalhadores na distribuição e aplicação dos fundos de órgãos da Previdência Social, a ainda a eleição direta de representantes dos trabalhadores na Justiça do Trabalho ( 9 ).

O PCB, através de seus membros no MUT, realmente era, mas não "se declarava incapaz de organizar a classe operária de maneira autônoma, ou seja, (...) incapaz de competir com o prestígio difuso de Vargas junto às massas" ( 10 ). Aqui não se trata de propor vilões recônditos da história ou a sua reabilitação. Vilões, por sinal, implacavelmente derrotados como foram na conjuntura de 45 o MUT, a natimorta CGTB e o PCB. Mais rico pode se questionar por que os organismos em tese representativos da sociedade civil, supostamente de caráter autônomo e público - tais como os novos partidos - criados para dar outro estatuto jurídico às instituições do país e exercerem o poder legislativo, na verdade reafirmaram a centrali

zação de poderes no Executivo. A máquina política estadonovista, no que tinha de essencial, não foi desmantelada. Melhor dizendo, não houve ruptura na institucionalização da atuação direta de interesses econômicos e políticos junto à burocracia estatal, cujo poder decisório permaneceu intocado( 11 ).

Importantes argumentos de Maria do Carmo C. de Souza demonstraram a continuidade institucional entre o Estado Novo e a democracia corporativa que foi a sua imediata sequência. Corporativismo consagrado não na sua totalidade em texto constitucional, mas, como assinala a autora, através da legislação realmente substancial, que "continuou a ser produzida sob a forma de portarias, regulamentos, decretos e instruções" ( 12 ). O primeiro ano do governo Dutra, transcorreu, até setembro de 1946 quando foi promulgada a nova Constituição, sob a égide da Carta de 1937 ( 13 ). Como acentuou Werneck Vianna: "Enquanto a Constituinte legisla idealmente (...) o poder executivo legislava de fato" ( 14 ). O depoimento a seguir confirma que a questão social, as regras eleitorais e a organização social, além de continuarem atribuição do Estado, foram pelo menos amplamente ignoradas, se é que não tiveram sua discussão conscientemente obstruída:

"Não houve na Assembléia Constituinte um grande confronto ideológico: puseram apenas pequenos divisores de águas, em torno de questões menores, de interesses secundário. A maioria, do PSD, era rigorosamente governista; o PTB, com menor rigor, também se somava à situação; a UDN e seus agregados desempenharam a princípio um papel oposicionista à linha de Dutra, mas acabaram compondo-se com o governo, sob a tese da 'união nacional'. Do contra diz Prudente - era a pequena bancada do PC, pela primeira vez representada num parlamento federal, e sempre pronta a enfrentar qualquer tese e qualquer adversário, por mais complexa ou mais capaz que fossem uma ou outra" ( 15 ).

Difícil concordar com a seguinte assertiva de Wernck Vianna: " Não foi no 'terreno pratico', em razão das alianças realizadas ao final do governo de Vargas, que se impuseram os condicionamentos que preservavam os princípios sindicais da CLT. Essa foi uma opção da Constituinte sob Dutra, e que contou com a oposição dos petebistas egressos do 'queremismo' e da esquerda operária" ( 16 ). O mesmo autor afirma, em parte se contradizendo, que a Constituinte sob Dutra legislava idealmente e o Executivo o fazia de fato, o que aqui já foi as sinalado ( 17 ). Assim como o sistema corporativo - sin dical, judiciário e previdenciário - montado em 1939 colocou obstáculos sobretudo para organização das classes trabalhadoras e pois para sua autonomia, também as regras do jogo eleitoral estabelecidas ainda em 1945, e completadas na Constitui ção de 46, como observa Maria do Carmo C. de Souza, conseguiram "dificultar ao máximo a estruturação partidária das opo sições" ( 18 ), e subrepresentar os eleitores dos grandes centros urbanos e industrializados no Parlamento ( 19 ). Desta forma, a representação dos interesses das classes trabalhadoras através da via partidária igualmente foi dificultada.

O PCB, um partido emergindo da clandestinidade, não obstante o seu dinamismo orgânico, com o qual não contavam as forças do status quo - UDN, PSD, PTB em parte, Forças Armadas - ( 20 ), era do grupo dos "de fora" embora reabilitado por sua identificação com a União Soviética, uma das responsáveis pela derrota do nazismo na Europa. Era um parti do que não tinha lugar na democracia baseada sobretudo na maioria absoluta do PSD na Constituinte. Democracia esta que também não fertilizou nenhum partido socialista importante( 21 ). Segundo Maria do Carmo C. de Souza os comunistas enunciaram com maior clareza a significação do novo Parlamento, os artifícios e manobras nas votações da Constituição de 46 e, inclusive, o monopólio do poder outorgado ao Executivo ( 22 ). Assim, o fascínio que a ideologia dominante ("ideologia de Es tado") teria exercido sobre os quadros do PCB, não impedia paralelamente intuições corretas a respeito das classes dominantes, como se pode observar a seguir, a título de exemplo, em trechos do discurso do então deputado Jover Telles, na Assem bléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em defesa do CGTB, em

que, após citar a "eterna canção que acalenta a miséria de nossa vida política: a ameaça comunista", prosegue:

"Não me venham dizer que a autonomia dos sindicatos, por exemplo é um perigo para as instituições democráticas e um caldo de cultura para o bolchevismo. Não o é na conservadora Inglaterra. Não o é nos Estados Unidos, (...) não o é, finalmente, em nação alguma civilizada. O sindicato livre nunca foi, aliás, uma invenção de Lénin, como talvez supunha o ministro do Trabalho. É um princípio consagrado pela Rerum Novarum e Quadragésimo Ano, as duas famosas encíclicas (...). Igualmente a CGT brasileira não faria balançar, levemente sequer, o trono em que assentam as nossas democráticas potestades. Confederações do Trabalho existem por toda parte, menos - é claro - onde campeiam a ignorância, a burrice, a estupidez, e incompreensão de classes dirigentes lideradas por espíritos retrógados" ( 23 ).

Tanto na questão da autonomia sindical quanto na questões eleitorais, o PSD, detentor da maioria absoluta na Constituinte, assegurou o substancial, não para a redação dos artigos da Constituição pertinentes àquelas matérias, mas para a "forma que a lei estabelecer", conforme o disposto principalmente nos artigos 58, 159 e 134 da Constituição de 1946 ( 24 ). Assim sendo, a legislação corporativa não foi revogada reservando-se ao poder constituinte, tornado Legislativo, a sua hipotética reforma, e atribuindo-se ao Executivo e aos órgãos judiciários competentes o poder normativo de regulamentar a lei, desde que não conflitando com o espírito da Carta de 46, o que traduzia a disposição de nada mudar ( 25 ). Não foi portanto apenas na Constituinte, onde de resto os defensores do status quo eram a maioria esmagadora - PSD, UDN e parte do PTB - que os princípios sindicais da CLT foram reafirmados. Foi no terreno concreto das alianças interpartidárias e, de antemão, através das manobras legiferantes do Executivo elaboradas em 1945, ainda com Vargas na presidência, e em 1946,

no início do governo Dutra. A Constituinte apenas deu legitimidade. ã cartas marcadas fora do Legislativo ( 26 ).

O PTB, com quem o PCB manteve uma aliança problemática após principalmente a queda de Vargas, contava com a clientela urbana e pois com o voto operário através do controle que detinha sobre as organizações previdenciárias e a estrutura sindical corporativa ( 27 ). A competição entre os dois partidos para ganhar terreno junto ã classe operária, tanto dentro da estrutura sindical como nas eleições para a Assembléia Constituinte em 45, nas eleições estaduais de 1947 e municipais de novembro de 1947, acabaram por tornar o PCB incômodo. Sem os esquemas institucionais do PTB, ganhava o PCB terreno reservado aos petebistas nos sindicatos, no Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, e junto ao eleitorado operário. O PCB, por sua vez, sustentou o mais que pode esta aliança porque dela dependia para afirmar sua importância no sistema político, através de sua presença nos sindicatos e no Legislativo( 28 ). Mas era um partido nacional, que escapava ao controle do governo, além de abocanhar fatias de poder que Getúlio Vargas gostaria que fossem privativas do PTB ( 29 ). Em março de 1946 os mais "fisiológicos" petebistas iniciaram o processo de degola do PCB, por meio de uma denúncia ao Tribunal Superior Eleitoral. Em março de 1946 foram suspensas as eleições sindicais e prorrogadas por um ano o mandato das diretorias mantendo-se os dirigentes ligados ao PTB ( 30 ). Em julho e agosto de 1946 mais dois decretos-lei, o 9.502 de 23.07.1946 e o 9.675 de 29.08.1946 exaustivamente restringiram a liberdade de ação sã do PCB. O primeiro (9.502) proibia as atividades político-partidárias dentro dos sindicatos e a cessão gratuita ou não das sedes sindicais para aquelas atividades ( 31 ). O segundo (9.675) prorrogou, ao que tudo indica novamente, mandatos de diretorias sindicais, ficando o Ministro do Trabalho encarregado de baixar novas instruções sobre as próximas (e não marcadas) eleições ( 32 ). Em março-abril de 1946 começaram as restrições governamentais ao funcionamento do MUT, e em julho foi restabelecida a exigência de atestado de ideo-

logia para concorrer a postos sindicais. Sem nos determos no processo que cancelou o registro do PCB e cassou os mandatos parlamentares dos comunistas ( 33 ), em março de 1946 também foi promulgado o Decreto-Lei 9070, restringido o direito de greve ( 34 ). Em maio de 1947, o cêrco se completou com o Decreto-Lei nº 23.046 de 7.05.1947, que declarou extinta a CGTB e as uniões sindicais estaduais. No mesmo dia, o TSE cancelava o registro do PCB ( 35 ). O governo Dutra cassou os mandatos dos parlamentares comunistas em janeiro de 1948, mas sō apōs as eleições de janeiro e novembro de 1947. O espaço criado com a "vacância" dos postos antes ocupados por comunistas em janeiro de 1948 beneficiou principalmente o PTB ( 36 ). Serviço inestimável também prestaram ao PTB as intervenções sindicais a partir de maio de 1947, e que prosseguiram em 1948, somando 207 intervenções em sindicatos e 4 em federações ( 37 ). Tanto o ministro Negrão de Lima como o seu sucessor, Morvan Dias de Figueiredo, que tomou posse em outubro de 1946, não deixaram de recompensar os ministerialistas, que equivaliam ao que de pior tinha o PTB, no estilo e prática de parte de sua cúpula. A pedido dos "pelegos" derrotados no Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, o novo ministro do Trabalho reconheceu oficialmente a também natimorta CNT (Confederação Nacional dos Trabalhadores) em novembro de 1946. Um mês depois do órgão extinguiu-se, pois seus fundadores se desinteressaram. Mais tarde seria incentivada a criação da CNTI, ainda no governo Dutra ( 38 ). Um dos métodos que desenbocariam na CNTI, foi lembrado por Diocleciano de Holanda Cavalcanti:

"Os comunistas organizaram um congresso para criar uma central sindical, uma espécie de CGT. Vim representando a Federação dos Trabalhadores em Indústrias Alimentícias de São Paulo. Tiveram o azar de me dar a presidência de uma das sessões. Quando eu vi que a tal central sindical ia ser aprovada, tomei a palavra e deixei o tempo passar. O congresso era no campo do Vasco e ainda não existiam refletores. O tempo foi passando e escurecendo. Quando ninguém enxergava mais nada, suspendi a sessão. Segui imediatamente para o Ministério do Trabalho e expliquei a situação ao Ministro Otacílio

Negrão de Lima, o mesmo que instituiu o atestado de ideologia (...). Ele acabou com o congresso. Por causa desta atitude obtive a criação da CNTI, o primeiro ôrgão nacional de cúpula sindical, e me tornei seu presidente. Depois disso sempre fui chamado de "pelego" ( 39 ).

Em resumo, tivesse ou não contido as reivindicações econômicas dos trabalhadores, o fato é que o PC incomodava a muitos e escapava ao controle da cúpula das Forças Armadas que afastou Getúlio Vargas, o ditador, a quem tinham sustentado contra tudo e contra todos, de 1935 a 1945.

Agora é momento de reconstituir o surto grevista do período, procurando as implicações que teve no precário equilíbrio democrático de forças sustentado até 1947. Do ponto de vista do operariado têxtil, nos cabe distinguir o papel então desempenhado pela categoria no movimento operário como um todo em São Paulo, bem como pelo seu sindicato.

É Francisco C. Weffort quem assinala a ocorrência de poucas greves entre abril e outubro de 1945, em função também da eficiência do PCB em exortar os operários para que apertassem o cinto ( 40 ). Sem descartar os inglórios apelos comunistas igualando as greves a provocações, suponho que bem maior foi a presteza do governo, particularmente de Segadas Vianna ( 41 ) para estancá-las em 1945. Não faltavam razões para greves. As estimativas mais pessimistas calculam um aumento do custo-de-vida de 120% entre 1939 a 1943, os salários não acompanhando nem de longe esta elevação ( 42 ). Não obstante o aumento do salário-mínimo em 1943 que em São Paulo foi de 63,27%, o salário-mínimo real na indústria brasileira como um todo teve uma queda contínua ( 43 ), não podendo a indústria paulista estar fora desta tendência. Suponho que as greves teriam saído, com ou sem apelos do PCB, ainda pouco representado dentro dos sindicatos em março-abril de 1945. Há algumas exceções, tais como o Sindicato dos Bancários de São Paulo, onde a categoria, que tinha influência do



PCB e era a mais organizada em São Paulo, fez apenas uma pequena greve em agosto de 1945, mas apelando inicialmente - junto com os comerciários - para o dissídio coletivo, que arbitrou aumentos de 45% (para os salários inferiores) até 15% (para os superiores) em junho de 1945 ( 44 ). No caso dos metalúrgicos, greves foram evitadas devido à rápida instauração de dissídio coletivo. Quanto à outras categorias, e no caso do Rio de Janeiro, a intervenção mediadora de Segadas Vianna, do Chefe de Polícia João Alberto e do Iº Exército foi direta e complacente com as reivindicações salariais de várias categorias ( 45 ).

No Sindicato dos Têxteis de São Paulo, em abril de 1945, Herotildes Guilherme Tubbs, presidente da Federação dos Têxteis, correu ao Rio de Janeiro com um memorial tratando de greves que já estavam ocorrendo. As atas assim resumem a reação de Segadas Vianna e do ministro do Trabalho: "Segadas não gostou da parte que falava em greves, aconselhando que fizessemos dissídio coletivo, garantindo que em trinta dias o mesmo seria solucionado (...) o ministro não gostou também da parte [do memorial] que se fala em greves e recomendou também dissídio coletivo" ( 46 ). Ainda estavam à frente do sindicato Melchíades dos Santos e Joaquim Teixeira, pois a nova diretoria, eleita em abril de 1944, só obteve chancela ministerial para ser empossada em junho de 1945. Mas Segadas Vianna cumpriu o prometido, com imediata rapidez: em 30 de maio de 1945 foi homologado o dissídio coletivo do Sindicato dos Têxteis contra os sindicatos patronais das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo, das Indústrias de Malharia e Meias de São Paulo, das Indústrias de Cordoalha e Estopa de São Paulo, das Indústrias de Especialistas Têxteis, extensivo à categoria têxtil de Santo André. Os termos do acordo eram flexíveis o suficiente para, em parágrafo único, deixar a cargo de cada empresa - com salários por tarefa ou peça - o cálculo de percentagem de aumento do dissídio "de acordo com o sistema adotado pela empresa, em cada classe de tarefeiro", o que daria margem aos rotineiros esbulhos praticados pelos empresários, através das tabelas salariais diferentes e mutáveis em cada empresa. O acordo rezava ainda que: "os aumentos ora estabe-

lecionados têm o caráter de abono, não podendo porém ser reduzidos ou retirados", e deveriam ser computados nos próximos aumentos salariais. Os aumentos variavam de 40% a 20% nas quatro principais classes de salários em ordem crescente, e teriam vigor a partir de 1º de maio de 1945 ( 47 ). Como se pode perceber, quem mais viabilizou uma solução de emergência, para impedir que greves se alastrassem, foi a burocracia sindical, a aquela do Ministério e Justiça do Trabalho. As greves têxteis de abril e maio de 1945 foram mediadas pelo MUT, que ainda não tinha porém representantes de peso atuando no sindicato, e a greve da categoria em outubro de 1945, exigindo aumento salarial, foi organizada pelo próprio Sindicato dos Têxteis. Mas já então, Roque Trevisan, velho militante de entidade, coordenava a atividade do Sindicato, sem ter porém nenhum cargo formal na diretoria ( 48 ), e pois seguindo o método descrito por Timothy Harding, aquele específico do PCB de, mesmo na oposição, controlar assembléias e forçar as diretorias a seguir sua política ( 49 ).

Ricardo Maranhão contrapõe nas greves de 1946, aquelas organizadas pelos sindicatos, as greves irrompidas sem o aval dos sindicatos, e finalmente as organizadas por comissões de fábrica, sendo que as paredes organizadas fora dos sindicatos tenderiam a ter como base de sustentação as comissões de fábrica ( 50 ). Mas o mesmo autor assinala mais adiante que, no Sindicato dos Têxteis, foi construída uma sólida relação orgânica entre comissões de fábrica e a entidade ( 51 ), solidez algo superestimada, porque com base em levantamentos de greves e no depoimento de um militante sindical apenas. Note-se que, sem desqualificar esse importante depoimento, nos parece lícito afirmar que um único testemunho é frágil para asseverar que as comissões de fábrica, disseminadas nas fábricas têxteis, explicariam como fácil foi, no caso, "ganhar e manter o sindicato sob uma direção de 'esquerda'" ( 52 ). Operários pertencentes ao PCB, entre eles militantes sindicais desde a fundação do Sindicato dos Têxteis, como Roque Trevisan, não ganharam nem mantiveram o sindicato, cuja direção até 1947 não era esquerda, nem com aspas, nem sem aspas, contendo, na melhor das hipóteses, elementos do PTB, e que não obstavam a movimentação comunista dentro do Sindicato, nas

greves, no MUT, no Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil. Por outro lado, discordamos de Ricardo Maranhão também quando afirma que as comissões de fábrica eram o "organismo construtor de forças do sindicato (como ocorria na prática dos têxteis)" ( 53 ); quando propõe que as comissões de fábrica "foram um elemento crucial nos conflitos de trabalho do período", pois a manutenção delas foi importante posteriormente; e quando afirma que, na conjuntura, quem se pretendesse partido de classe operária, poderia "canalizar essa capacidade de direção pela base na sua estratégia sindical" ( 54 ). Foi aliás, o que o PCB fez, em muitos sindicatos. Discordamos pois, isso não era bastante, não era a panacéia de todos os males do movimento operário, tanto do ponto de vista político, como sob o aspecto da organização. As comissões de fábrica, penhor da "organização pela base", podem servir à qualquer política sindical. Sua presença constante nos surtos grevistas dos têxteis e sua intermitência também recorrente era, já nos idos de 1907, nos períodos grevistas de 1917-1920, 1930-1935, sintomas antes de fragilidade que de força, na medida em que suas ligações com os sindicatos era débeis. Estas comissões, entre os têxteis, tradicionalmente organizavam sobre tudo greves e as sustentavam, mais até que os sindicatos que as deviam representar - antes e após 30 - mas não permaneceram como o substrato da força dos sindicatos, pois desapareciam a cada fluxo grevista ( 55 ). Nas grandes greves têxteis de 1931 e 1932, o reconhecimento das comissões de fábrica era uma das reivindicações, o que não ocorreu em greve alguma do período 1945-1947. Está é uma questão ainda na ordem - do dia do movimento sindical. ( 56 ). Não é porém descartável a afirmação de Ricardo Maranhão de que no Sindicato dos Têxteis as comissões, a partir de 1945, passariam a ser o substrato da força do sindicato. Mas deveríamos acrescentar que tais organismos de base, não sendo por si sós garantia de um "sindicalismo democrático", eram a base da força, nem sempre do Sindicato dos Têxteis, mas da política sindical do PCB levada dentro da entidade. Esta política sindical do PCB, dentro do Sindicato dos Têxteis, constituiu-se como oposição tolerada (não sem restrições), como oposição proibida (no período de 1947-1950), e, após 1950, como situação, ainda que em postos secundários, até 1957. ( 57 ).

O quadro a seguir, com detalhes sobre as greves do operariado têxtil em 1945-1947, mostra que não obstante a presença das comissões de fábrica, as reivindicações são sumárias (aumento salarial e abono de Natal), e as greves por empresa, ou de poucas empresas - expressão de fragilidade orgânica - ainda são predominantes ( 58 ).

QUADRO <i>V</i>	GREVES DO OPERARIADO TÊXTIL			1945 - 1947			São Paulo (Capital)		
		1945	1946	1947					
Número de greves por empresa	1	4	2						
Motivos recorrentes	aumento salarial	aumento salarial	aumento salarial						
Outros Motivos	-	abono de Natal (1 greve)	-						
Nº de operários (total ou parcial)	-	-	-						
Duração máxima	-	-	-						
Organismos atuantes	Comissão (provavelmente) mediação do MUT	Comissão (1 greve) Sindicato dos Têxteis (2 greves)	-						
Nº de greves em várias empresas	1	3	1						
Motivos	aumento salarial	aumento salarial	demissão de operário						
Nº de operários (total ou parcial)	-	± 50.000 (1 greve)	-						
Organismos atuantes	Comissões (provavelmente) Sindicato dos Têxteis	Comissões e mediação do Sindicato dos Têxteis (1 greve) Comissões (1 greve)	-						
Duração máxima	± 5 dias	± 10 dias	-						
Nº de greves de todas as categorias em São Paulo (capital)	8	39	7						

Fontes: WEFORT, Francisco Correa - Sindicatos e Política - São Paulo, Tese de Livre - Docência, FFCL-USP, 1972, (mimeo), Anexo Greves 1945-1963: A.1 - A.64, A.3 -11; MARANHÃO, Ricardo - op.cit. pp. 43,44,48-50,54-57,65,66,67 e A.R.D. - 30.03.1946.

O quadro seguinte, que compara as greves de categoria profissionais em tres períodos grevistas: 1917-1920; 1930-1935; 1945-1947, indica que os têxteis deixaram de representar o eixo da conjuntura grevista no último período, em São Paulo, tanto pelo número de greves, em que são superados pelos metalúrgicos, como pela qualidade das greves por categoria, onde os bancários estão à frente de todos, tanto pelo âmbito nacional de sua greve em 1946, como pelo elenco de reivindicações. Os bancários já tinham, aliás, como precedente a greve nacional de 1934 ( 59 ).

QUADRO VII

Greves de Categorias Profissionais: São Paulo (Capital) e São Paulo (Estado)  
1917-1920; 1930-1935; 1945-1947

CATEGORIAS	Seção de Empresa	EMPRESA	RAMO ou + de 5 empresas/nacionais	TOTAL
1917 - 1920 :                      São Paulo                      (Capital)                      (I)				
Têxteis	5	25	1	31
Gráficos	-	12	-	12
Metalúrgicos	2	5	1	8
Ferroviários	-	2	1	3
TOTAL (várias categorias SP)	11	85	16	112
1930 - 1935 :                      São Paulo                      CAPITAL = SP ESTADO = ESP				
Têxteis (SP)	-	36	5	41
Metalúrgicos (SP)	-	8	1	9
Ferroviários (SP/ESP)	-	7	-	7
Bancários (SP/ESP)	-	-	2 (II)	2
TOTAL (várias categorias ESP)	-	66	33 (III)	99
1945 - 1947 :                      São Paulo                      CAPITAL = SP ESTADO = ESP				
Têxteis (SP)	-	7	5	12
Metalúrgicos (SP)	-	18	1	19
Ferroviários (SP/ESP)	-	10	-	10
Bancários (SP/ESP)	-	2	1 (IV)	1
TOTAL (várias categorias ESP)	-	75	12 (V)	87

FONTES: 1917-1920: FAUSTO, Boris - Trabalho urbano e conflito social, p.182  
 1930-1935: ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., Tabela de Greves 1930-1935, ANEXO I. 1945-1947: WEFFORT, Francisco Correa Sindicatos e Política. São Paulo, Tese de Livre Docência, FFCL-USP, 1972, (mimeo), Anexo - Greves 1945-1963: A.1 - A.64, A.3-A.11;  
 MARANHÃO, Ricardo - op.cit., pp. 43,44,50; CARONE, Edgard - O Estado Novo (1937-1945), pp. 129-132

Observação: As greves de 1930 e 1935 não conferem com o levantamento efetuado por SIMÃO, Asis - Sindicato e Estado. São Paulo, Dominus Ed. - Ed. da USP, 1966, p. 154 (Greves por categorias profissionais 1930-1940)

- (I) Exclusive as greves gerais de julho de 1917 e maio de 1919. As categorias aqui selecionadas seguem o critério de importância numérica e sindical neste período e nos subsequentes.
- (II) As duas greves bancárias do período são qualitativamente diferenciadas daquelas que ocorreram na indústria e nos setores de serviços. A primeira, iniciada em 19.04.1932, atingiu todos os bancos de Santos, mas foi organizada pela Associação dos Bancários de São Paulo. A segunda, teve início em 6.07.1934 estendeu-se aproximadamente até 9.07.1934. Foi, porém, nacional, abarcando 8 dos 10 sindicatos bancários do país. Ver, a respeito - CANEDO, Letícia Bicalho - op.cit., pp. 158-161 e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., Anexo I, greves 1934.
- (III) Esta cifra não discrimina greves gerais por ramo, aquelas abrangendo mais de 5 empresas e mesmo algumas nacionais, como a dos Marítimos (6.07.1934) e Telegrafistas (12.07.1934). A maioria são greves parciais por ramo, e em menor proporção, as greves gerais por ramo municipais, e as gerais por ramo em duas cidades do Estado de São Paulo. Está incluída a greve geral - nacional dos bancários, selecionada no item (II) anterior.

- (IV) Estã greve dos bancãrios ẽ tambẽ qualitativamente diferente das demais: teve ˆmbito nacional (muitas capitais) e no estado de Sˆo Paulo atingiu: ABC, Santos, Sorocaba, Araraquara, Bauru, Campinas, Ribeirˆo Preto, Sˆo Carlos. Foi portanto tambẽ uma greve estadual. Ver detalhes desta greve em SPINDEL, Arnaldo - op.cit., Anexo II, pp. 103-107.
- (V) Esta cifra segue os mesmos critẽrios de indiscriminaçˆo indicados acima - item (III) - pelas mesmas razˆes. Estã incluıda a greve geral-nacional dos bancãrios, selecionada no ıtem (IV) anterior.

Cabe retormar um argumento desenvolvido por Ingrid Sarti:

" O nũmero de movimentos grevistas costuma ser indicador frequentemente usado para avaliar grau de atuaçˆo de um setor (...). No caso de estiva, a relaçˆo ẽ inversa: serˆ o menor nũmero de greves, comparativamente, um indicador do poder de pressˆo da categoria" ( 60 ). Esta mesma relaçˆo poderia aplicar-se aos bancãrios que, como os estivadores, nˆo pertencem ao setor industrial, e cuja tradiçˆo sindical ẽ diferenciada. Mas ainda assim, entre bancãrios e estivadores, as comissˆes de fˆbrica nˆo tiveram o condˆo de preparar greves nacionais, se ẽ que existiam nos bancos e no porto de Santos ( 61 ). Poder-se-ia replicar que tanto bancãrios quanto estivadores compˆem um sindicalismo atıptico. Porẽm, o que era importante tanto entre os bancãrios em 1946 - como entre os estivadores - a partir de 1959 era a sua real organizaçˆo e capacidade de mobilizar-se a nıvel nacional, dentro mesmo da estrutura sindical corporativa. Eram "maus exemplos", que foram por esta razˆo, implacavelmente combatidos ( 62 ).

Procuramos atẽ aqui recompor o significado do perıodo democrˆtico que se abre em 1945, para o movimento sindical; reconstruindo os passos das principais organizaçˆes disputando hegemonia nos sindicatos, e as limitaçˆes de fundo de uma democracia acoplada a um sistema trabalhista corporativo, e incapaz de incorporar todos os partidos. Tambẽm nos pareceu importante fazer um balanço ainda que sumˆrio das greves do perıodo e comparˆ-las com surtos grevistas anteriores, tentando demonstrar que a categoria tẽxtil perdeu importˆncia sindical jˆ em 1945. Nossa tarefa agora ẽ reconstituir as mudanças ocorridas



na vida interna do Sindicato no curto hiato democrático entre 1945 e 1947.

Pela primeira vez, desde 1935, houve um certo espaço para a crítica da estrutura sindical estadonovista nas assembléias, como a que se segue:

"Pede a palavra o Sr. Augusto Pinto de Moraes, o qual pede a diretoria do sindicato para pleitear, perante as autoridades e ao IAPI, mais amparo à classe têxtil (...) dizendo ainda que o sindicato não é uma sociedade beneficente, e sim um órgão de classe, para defesa de questões trabalhistas"  
( 63 ).

O clima de relativa liberdade desfrutado pelos sindicatos até fins de 46 criou condições para que o Sindicato dos Têxteis deixasse de ser uma repartição pública, ou melhor, uma espécie de clube fechado de sempre amigos leais do ministro do Trabalho. A nova diretoria, que só tomou posse em junho de 1945, se preocupou mais com o recrutamento de novos associados. Antes dessa data, o então presidente - Melchíades dos Santos - não obstante a orientação expressa da burocracia do Ministério do Trabalho pró expansão da sindicalização, como de hábito, procurava dificultar a sindicalização de novos operários. Quando em abril de 1945 a Delegacia Regional do Trabalho encaminhou operários dispensados de empresas ao sindicato, o presidente determinou que qualquer operário demitido deveria pagar adiantado seis meses de mensalidade do Sindicato para ter direito de abrir reclamação trabalhista ( 64 ). So após junho de 1945 é que a sindicalização foi incentivada pela nova diretoria, através da distribuição de quotas em dinheiro aos membros do sindicato que sindicalizassem durante um mês vinte novos sócios ( 65 ).

Embora nesse período o comparecimento às assembléias não fosse maior do que o registrado durante o Estado Novo ( 66 ), as atas registram, após anos de cediça unanimidade quase absoluta, muitas divergências colocadas em assembléia, e fora,

portanto, do círculo restrito da diretoria. Isso porque em março de 1945 atuava o MUT como oposição, e após a posse da nova diretoria - em junho - membros do MUT eram uma espécie de oposição tolerada (com restrições) e um ou outro eram eminências pardas, mas sem cargo algum de importância, como já foi neste item salientado ( 67 ). Havia um grupo que expunha sempre muito claramente suas posições, não tão governistas e obedientes às regras do jogo do sindicalismo oficial ( 68 ). Em assembléia ainda em março de 1945, o associado Luiz Massaro ( 69 ), por exemplo, depois de insistir junto ao presidente, Melchíades dos Santos, para que explicasse aos presentes o que vinha fazendo para que os operários têxteis tivessem aumento de salário, e o que pretendia fazer em futuro próximo, esgotou sua paciência:

"Mais uma vez com a palavra o sr. Luiz Massaro e pergunta qual é o custo de vida percebido individualmente, ajudas de custo, pelos companheiros presidente, secretário e tesoureiro. O presidente responde que, na qualidade de presidente percebe mensalmente uma ajuda de custos de 1000 cruzeiros, o secretário de 900 cruzeiros e o tesoureiro 800 cruzeiros". ( 70 ).

Naquele ano o salário médio na indústria com base na contribuição do IAPI em julho era de Cr\$ 475,70 ( 71 ). Portanto, ser dirigente sindical sempre foi bom negócio, arrumava a vida de uns poucos. Para Melchíades dos Santos, e em resposta à interpelação de Luiz Massaro: "os empregadores não são obrigados a aumentarem compulsoriamente seus empregados, pois não há lei que os obrigue a isso" e mais, que cabia ao futuro candidato à presidência da República "deliberar sobre o caso em apreço" ( 72 ). Mas, o mês seguinte, frente às greves da categoria e a "apoplexia" dos ministerialistas diante dessa subversão, o Ministério do Trabalho deu instruções para que se instaurassem rapidamente dissídios coletivos. Mas, o mesmo não ocorria em se tratando de salários de diretores do sindicato e de funcionários da entidade em geral. Desde sempre, aumentos, gratificações, abonos de Natal eram ajustados

sem qualquer discussão ( 73 ).

Na já citada assembléia de março de 1945 outros sócios apontaram claramente o abuso de poder do presidente, ao gastar uma enorme quantia excedente, para construir a praça de esportes do Sindicato (estádio Maria Zélia) cedida pelo IAPI, sem abrir concorrência, nem consultar assembléia ( 74 ). A partir da posse de nova diretoria, presidida por Domingos Mano, e outros elementos antes pertencentes ao Departamento Recreativo do Sindicato ou a anteriores Conselhos Fiscais, mudaram os próprios critérios de administração do sindicato. Membros da diretoria tentaram comprar uma sub-sede no Ipiranga, bairro com maior número de associados ( 75 ), sem êxito, porque prevaleceu em assembléia a recusa de vender um terreno em São Vicente para construção de uma colônia de férias, de propriedade do Sindicato, cujo produto de venda serviria para pelo menos duas finalidades mais democráticas, a saber: construir no estádio Maria Zélia salão de festas (e de assembléias), comprar sub-sedes no Ipiranga. Os sócios a favor da venda do terreno para colônia de férias, alegaram por exemplo, que a colônia de férias em projeto deveria ser menor e menos luxuosa ( 76 ). Em outra assembléia foi proposta a compra de uma fazenda para colônia de férias. A oposição reagiu nos seguintes termos:

"Com a palavra o sr. Joaquim José Rodrigues que reforça as palavras do sr. Roque Trevisan quanto [à conveniência da compra de] sub-sedes para os associados do sindicato em bairros como Lapa, Ipiranga, Penha e Santo Amaro. Quanto à fazendas (...) ainda não é útil aos trabalhadores, isto porque suas férias são gozadas trabalhando e nunca em descanso" ( 77 ).

Afinal essa compra foi desaprovada e, finalmente em 1947, a Federação da categoria ofereceu um empréstimo ao Sindicato dos Têxteis para reforma de sua sede, o que também permitiria melhor atendimento aos associados, e que era objetivo proposto pela

anterior diretoria, como alternativa, na impossibilidade de compra de sub-sedes ( 78 ). Nas questões assistenciais e recreativas a diretoria se preocupou mais efetivamente com o conjunto dos associados, e não apenas com a clientela mais próxima. Os serviços de assistência médica e dentária foram estendidos às famílias dos sindicalizados. Foi necessário desalojar o Sr. Melchĩades dos Santos que ocupava uma casa pertencente e vizinha ao sindicato, para que pudessem ser apliadas as instalações de assistência, como de fato foram, com a compra de mais um gabinete dentário e de equipamentos para o campo de futebol, que serviriam para assembléias e bailes, tais como microfones, autofalantes. Finalmente, sob alegação de que os advogados a serviço do sindicato eram insuficientes, foi contratado mais um profissional ( 79 ) para atender à crescentes demandas de novos associados. Quanto à parte recreativa, a redação de um regulamento para campeonato inter-fábricas é idicativa da movimentação social em torno do campo de futebol, bem como os protestos de associados contra a inclusão no time do Sindicato dos Têxteis de operários não sindicalizados ( 80 ).

Outro indício de um certo impulso democrático na vida interna do sindicato foi a presença feminina, não mais meramente decorativa. Mulheres foram chamadas a fiscalizar a escrutinar eleições, e, pela primeira vez, desde a fundação do Sindicato, faziam intervenções em assembléias, não em defesa de seus direitos específicos, mas em nome da categoria ( 81 ). No Iº Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo foi apresentada uma tese individual - "O trabalho da mulher" - por Celeste Viana Barbosa da Silva, que porêm não é citada nas atas e talvez não fosse da categoria. Mas havia espaço para esta discussão, de qualquer forma ( 82 ). Entre os delegados eleitos para representar o Sindicato dos Têxteis neste Congresso, na União Sindical dos Trabalhadores do Município de São Paulo, constavam delegadas. Quando uma candidata à delegada ao Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, renunciou em favor de Roque Trevisan, houve até um associado que defendeu o ponto de vista de que caberia a uma operária defender teses sobre o trabalho feminino ( 83 ).

O mais significativo porém, nesta época, foi a formação de uma Comissão de Mulheres Associadas reivindicando a criação, junto à diretoria, de um departamento feminino. A idéia não prosperou, nem a diretoria tomou qualquer iniciativa positiva nesse sentido não convocando a reunião pedida para tratar desse assunto ( 84 ). Outro exemplo de ensaio de autonomia realizado pelo sindicato no período foram os 1º de maio independentes dos órgãos do Ministério do Trabalho e sindicatos patronais, um promovido pelo Sindicato dos Têxteis em 1946, no estádio Maria Zélia, e o de 1947, no qual o Sindicato resolveu participar da concentração no Vale do Anhangabaú, ao lado de outros sindicatos ( 85 ).

A oposição atuante no Sindicato dos Têxteis, coordenada por Roque Trevisan, apoiou informalmente a multiplicação das comissões de fábrica, e a diretoria também o fez. O sindicato cedia sua sede para reunião dessas comissões, que em pelo menos quatro empresas pareciam ter uma certa estabilidade ( 86 ). Uma delas, por sinal, teve sua formação solicitada pelo empregador, como "comissão interna de prevenção contra acidentes" cujos membros deveriam ser indicados pelo sindicato ( 87 ). Como já foi argumentado aqui, as comissões de fábrica não eram, entre os têxteis de São Paulo, propriamente uma invenção de pólvora, eram um pouco mais antigas e serviam a variados fins, pois foram bem toleradas por alguns patrões como foram talvez de controle mais eficiente dentro da fábrica. É bem verdade que a maioria do patronato têxtil combatia esses organismos. O sindicato recebeu um ofício do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem em Geral de São Paulo, que, fazendo referência às comissões, proibia os patrões de reconhecê-las dentro das fábricas de tecidos ( 88 ). No depoimento citado por Ricardo Maranhão para ilustrar a formação de uma Comissão de Salários no Lanifício Varam, o autor não se deteve em vários detalhes contados pelo mesmo depoente sobre a comissão em questão:

"Tinha gente lá que empurrava isso com quem não queria nada. Esse era um velho membro do PCB (...). Quando íamos reclamar questões de trabalho o gerente sempre dizia que era preciso ter uma comissão definitiva (...) Como o trabalho dessa comissão eu

sindicalizei 400 operários (...)"

Acrescenta o depoente que também recrutou para o PCB outros tantos operários a partir do trabalho dessa comissão, e que organizar comissões, "essa é a nossa normalmente e não é qualquer fábrica não, mas sim as grandes indústrias". A observação principal do mesmo depoente, a nosso ver, é a de que com o trabalho das comissões "se fazia uma misturada desgraçada entre a organização do Partido e a organização dos sem partido, por simples reivindicações econômicas (...) mas deu grande força de baixo para cima" ( 89 ). Portanto, há indícios de que as comissões de fábrica, mesmo aquelas organizadas por militantes do PCB e que vitalizaram a política sindical deste partido nos sindicatos, eram organismos vulneráveis e que continuariam a ser mais efetivos só por ocasião de greves, ainda que muitas dessas comissões mantivessem estreitos laços orgânicos, em diversas fases após 1945, ou com o PCB, ou com esta organização e o Sindicato dos Têxteis ao mesmo tempo, ou apenas com o sindicato. No ano de 1947, antes mesmo da intervenção na entidade, as comissões não mais atuavam abertamente.

O Sindicato dos Têxteis manteve uma certa distância em relação às greves que eclodiram entre meados de 1945 e o primeiro trimestre de 1946, não constando porém as atas de assembleia nenhuma espécie de apelo, de elementos ligados ou não ao PCB, demonstrando trabalhadores de realizar greves. Pelas atas não transpira solidariedade explícita a esses movimentos, mas apenas pressões, junto ao sindicato patronal, para obtenção, por exemplo, do abono de Natal em dezembro de 1945, acompanhando a movimentação iniciada nas fábricas ( 90 ). Em janeiro e fevereiro de 46, o Sindicato dos Têxteis instaurou dissídios coletivos contra algumas empresas, não ficando claro se por pressão das greves, que estavam sendo negociadas diretamente com o patronato através das comissões internas ( 91 ), ou se por iniciativa própria ( 92 ). O fato concreto é que o Conselho Regional do Trabalho (atual Delegacia Regional do Trabalho) comunicou ao presidente do sindicato, em fevereiro, que iria encaminhar um Dissídio Coletivo geral do setor (e por aumento de salário) para pôr fim à "confusão" que estava sendo criada nas fábricas. Dias depois se iniciou uma parede em

dez empresas têxteis, organizada por fora do Sindicato dos Têxteis, o que indica a preocupação dos órgãos do Ministério do Trabalho em abortar greves através do dissídio e o quanto as comissões de fábrica possivelmente impeliram nessa greve os relutantes dirigentes dos têxteis a defender de fato a classe ( 93 ). Não há nenhuma referência em ata à Coligação Sindical que se formou em fevereiro de 46, reunindo 22 sindicatos e seis federações, para pressionar Dutra a intervir a favor de reivindicações de 30% de aumento salarial, na medida em que as greves eram produto de uma inflação galopante. Está frente única também pressionou o patronato de São Paulo nos mesmos termos ( 94 ). Juntamente com representantes de outros sindicatos, um dos membros da diretoria foi ao Distrito Federal para tratar pessoalmente com Dutra e com o ministro do Trabalho a questão das greves, mas apenas este último se dispôs a vir a São Paulo e intervir, caso não se chegasse a um acordo direto entre empregados e patrões ( 95 ). No setor têxtil as greves prosseguiram em março de 46, estendendo-se às malharias, nove das quais paralizaram, e o Sindicato dos Têxteis continuou acompanhando dissídios contra empresas, não cessando as greves pelo fato de terem os dissídios coletivos se tornado rotina ( 96 ).

O Sindicato dos Têxteis, na época, manteve relações constantes com os organismos horizontais então criados - MUT e União Sindical dos Trabalhadores do Município de São Paulo - devido, principalmente à influência que Roque Trevisan, membro do MUT em São Paulo, exerceria no Sindicato, principalmente, após junho de 1946. Em setembro de 1945 os têxteis levaram seu time para um torneio de futebol cuja renda seria doada ao MUT ( 97 ). O Sindicato participou com muitos membros e teses do Iº Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, bem como a Federação da categoria, presidida por Herotildes Guilherme Tubbs ( 98 ). As teses apresentadas pelo Sindicato dos Têxteis sobre previdência social foram aprovadas e provavelmente incorporadas, na forma das seguintes resoluções do congresso, de interesse aliás crucial para os têxteis: a) participação dos trabalhadores na administração

dos institutos; b) recolhimento aos institutos da parte devida pelo governo; c) diminuição da taxa previdenciária cobrada dos trabalhadores; d) simplificação para o recebimento de benefícios; e) aplicação do Fundo Social Sindical na construção de casas para sindicalizados; f) melhoria das aposentadorias e pensões e g) assistência médica e hospitalar eficiente ( 99 ).

A partir desse Congresso foi criada a União Sindical dos Trabalhadores do Município de São Paulo, e o sindicato nela se fez representar por uma delegada - Yolanda Picigher (ou Pilsingher) - cuja escolha foi contestada, por não estar a mesma exercendo a profissão, mas seu nome acabou sendo referendado, ao lado de outros representantes, em assembléia. Esta assembléia, por sua vez, além de ratificar a adesão à União Sindical e os delegados têxteis, concordou em destinar a esta organização 2% de rendas próprias do Sindicato ( 100 ). Na fase de preparação do Congresso Nacional dos Trabalhadores do Brasil, que se iniciou em julho de 1946, o Sindicato era "cercado" de todos os lados, possivelmente porque as forças que competiam para ganhar a maioria dos delegados - MUT e ministerialistas - tentavam avaliar suas possibilidades. Assim, o ministro do Trabalho pedia informes sobre o andamento do Congresso e, igualmente, duas comissões se formaram, seguramente de procedência oposta: Comissão Estadual pró-Congresso Nacional dos Trabalhadores do Brasil e Comissão Organizadora do Congresso Nacional Sindical ( 101 ). Para representar os têxteis de São Paulo nesse conclave foi escolhido Roque Trevisan, e antes da eleição um associado se pronunciou, pedindo a quem fosse eleito, que defendesse a tese de liberdade sindical, talvez para advertir que ela não existia, e o pouco que se respirava estava ameaçado ( 102 ). A diretoria por sua vez, indicou outro elemento, o primeiro-tesoureiro (Otávio de Castro Soares) para representar o Sindicato dos Têxteis no mesmo congresso. Portanto, enviaram-se dois naipes de baralho ( 103 ). A corrente que sustentava o ministro Otácilio Negrão de Lima foi momentaneamente derrotada no congresso. Em assembléia posterior à realização do mesmo, Roque Trevisan defendeu as posições dos que fundaram a CGTB, discretamente secundado pelo delegado Otávio Soares, de tal sorte que a assembléia elegeu dois delegados do sindicato para o Conselho de Representantes da CGTB e apro



vou uma contribuição mensal para aquela entidade nacional ( 104 ).

Algumas observações merecem ser feitas sobre Roque Trevisan, antítese de Melchíades dos Santos e de Joaquim Teixeira na história do Sindicato dos Têxteis. Era um militante de grande prestígio pessoal ( 105 ) na categoria, e de invejável paciência na atuação sindical, na luta contra os amarelos dentro da entidade. Passou a ser convidado para a mesa em assembléia de julho de 46, tornando-se eminência parda publicamente. Nessa reunião, estabeleceu-se um certo tumulto em torno do orçamento de 1947 e de sua distribuição por diversas rubricas, e Roque Trevisan acabou com a algaravia com uma proposta política:

"Com a palavra o sr, Roque Trevisan, diz que a confusão que está se generalizando é devido ao fato de que as leis do trabalho obrigam o sindicato a usar um padrão (...) para apresentação de verbas (...) convidando a seguir os associados presentes a solicitarem outra assembléia não para distribuir a diretoria do sindicato, porque são honestos (...) mas para discutirem e pleitearem (...) modificações na consolidação das leis trabalhistas" ( 106 ).

Não era positivamente tarefa fácil afastar os ministerialistas do sindicato. Melchíades dos Santos morava, aparentemente sem pagar aluguel, em casa vizinha e pertencente ao sindicato, e foi pressionado como vários a desocupar o imóvel. O sindicato parecia ser, pelas suas atitudes uma dependência de sua casa e vice-versa ( 107 ). Parecia pensar que o sindicato era patrimônio privado seu, de tal sorte que numa assembléia em que foi proposta a venda de um terreno em São Vicente para construção de colônia de férias, cujo produto serviria para compra de outros imóveis, Melchíades dos Santos, brandindo os estatutos da entidade, perguntou ao presidente, Domingos Mano, se o Ministério do Trabalho autorizava essa venda. O presidente res

pondeu que a assemblêia decidiria a questão por escrutínio secreto. Nesta assemblêia secundava Melchĩades dos Santos, o inseparãvel Joaquim Teixeira ( 108 ). Sempre que se tratasse dos imõveis do sindicato, lã estava o "sõcio benemêrito" Melchĩades dos Santos, a favor, no caso, da compra de uma fazenda para instalar colõnia de fêrias, proposta essa recusada ( 109 ). Mais perto da êpoca em que ocorreu intervenção do sindicato, Melchĩades dos Santos, passou a se interessar pela legalidade. Na assemblêia imediante posterior àquelas que confirmaram o apoio do Sindicato dos Têxteis à União Sindical, e à CGTB, Melchĩades dos Santos, guardião-mãximo da lei, perguntou ao presidente se os estatutos do sindicato ainda estavam de pẽ. Em caso contrãrio, a diretoria devia modificã-los, alegou, em resposta a Otãvio Soares que tinha replicado: "(...) os estatutos não pertencem mais à êpoca atual, [e] portanto os associados são livres para aprovarem ou não o que bem entenderem". A discussão foi encerrada quando se obteve o consenso que os estatutos deveriam ser modificados e aprovados pela assemblêia ( 110 ). Joaquim Teixeira, comparecendo ainda em 1945 às assemblêias do sindicato, equilibrou seu orçamento familiar e seu prestĩgio, ao ser eleito e reeleito vogal para a Justiça do Trabalho em 1945 e 1947, sendo que neste ano integraria a Junta interventora no sindicato ( 111 ). Em 1945, recusou-se a continuar redigindo o jornal do sindicato pelo fato de não receber nenhum salãrio, insistiu depois em receber um salãrio-mĩnimo, e depois verificou-se que exagerava um pouco no custo do jornal, sonegando pois alguns trocados, diante do que, foi decidido afastã-lo do cargo do jornal ( 112 ). Mas a diretoria era meio lenta para fazer o jornal do sindicato. Sõ em outubro de 1946 foi escolhida em assemblêia uma comissão que se encarregaria de fazê-lo, sem a presença de nenhum membro da diretoria( 113 ).

Em 1947 os mecanismos repressivos que vinham, desde março de 1946, sendo acionados em todas as frentes de poder (aparato governamental e Congresso) se encarregaram de pulverizar o movimento sindical, abrindo caminho para mais um mandato-interventor Melchĩades dos Santos e Joaquim Teixeira. Aliãs, ainda

em 1945, a presença de investigadores do DOPS e funcionários da DRT nas assembléias, "fiscalizando" continuou, não se registrando em 1946 ( 114 ), e até maio de 1947. A repressão em pequenas doses se manifestou até setembro de 1946. No mês de julho começaram as prisões de operários em fábricas têxteis e o Sindicato se obrigou a protestar junto ao ministro do Trabalho contra o fato ( 115 ). No mesmo mês, o DET já mandava ofício ao sindicato proibindo assembléia para tratar do assunto União Sindical, por ser esta ilegal, e estas restrições se repetiriam ( 116 ). A Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS) também em julho de 1946 funcionava em São Paulo, estipulando reuniões quinzenais com dirigentes sindicais, entre os quais o presidente do Sindicato dos Têxteis. Este, de saída, deu a entender aos demais membros da diretoria que se tais reuniões resultassem em algum benefício para a categoria, não deixaria de comparecer. Parece que Domingos Mano, então presidente do sindicato, não se submeteu às decisões tomadas naquele gabinete ( 117 ).

Dentro da própria diretoria de 1945-1947 havia elementos que depois fariam parte da Junta interventora, um como secretário e outro como tesoureiro do Departamento Recreativo. Colocavam a burocracia do Ministério do Trabalho ao par, há indicações, de tudo o que se passava no sindicato. Atilio Piolli, além dos constantes atritos com o presidente e com a oposição, coordenada por Roque Trevisan, foi acusado de passar adiante o que era discutido em reuniões de diretoria ( 118 ). Outro elemento, mais discreto e eficiente era o segundo-secretário Antonio Mendes Brazão, que se manteria em diversos cargos de direção até 1955. Nunca se pronunciava em assembléias e mesmo em reuniões de diretoria, mas não se sentiu obrigado a recusa, em se tratando de cargos, como se pode perceber:

"(...) o companheiro presidente chama a atenção do segundo-secretário, dizendo que foi informado que o mesmo está indicado para a Junta Governativa que irá intervir no Sindicato dentro de alguns dias, sendo seu parecer que o mesmo companheiro não deveria aceitar esta indicação(...). Respondeu o segundo-secretário que até o momento nada sabia sobre o caso, mas

se for indicado como se propala, aceitarã a indicação" ( 119 ).

Dois dias depois, em 19 de maio de 1947, a Junta Governativa foi empossada por um inspetor do DET, tendo como presidente Melchĩades dos Santos, Joaquim Teixeira como tesoureiro, e Antonio Mendes Brazão como secretário. Em reunião de diretoria do mesmo mês de maio. Atílio Piolli voltou ao setor onde iniciara sua carreira, durante o Estado Novo: foi nomeado tesoureiro do Departamento Recreativo ( 120 ).

Procuramos mostrar que no Sindicato dos Têxteis, na primeira fase democrática dos sindicatos corporativos - pós-instituição do imposto sindical - surgem diferenças de atuação, inclusive burocrática, entre os ministerialistas e a diretoria da gestão 1945-1947. Esta diretoria, ao que tudo indica, acatava propostas de militantes sindicais do PCB. Nesse curto hiato democrático vivido pelo movimento sindical, o Sindicato dos Têxteis utilizou todos os recursos legais de atuação sindical, e mesmo aqueles combatidos pela burocracia do ministério do Trabalho desde 1946, quais sejam, o apoio à CGTB e à União Sindical dos Trabalhadores do Município de São Paulo.

Quanto às chamadas comissões de fábrica, acredito ter demonstrado que se tratam de tendências de organização difíceis de reconhecer nessa conjuntura, exatamente por não terem perdido, no meio operário têxtil, sua antiga característica: a intermitência. O que as qualifica na verdade como comissões de greve. Sobre o tema, a história do Sindicato dos Têxteis na década de 50, objeto do capítulo III desta monografia, acrescentará mais indicações, sob o prisma até agora por nós defendido.

O quadro a seguir, com detalhes sobre as greves do operariado têxtil em 1945-1947, mostra que não obstante a presença das comissões de fábrica, as reivindicações são sumárias (aumento salarial e abono de Natal), e as greves por empresa, ou de poucas empresas - expressão de fragilidade orgânica - ainda são predominantes ( 58 ).

## N O T A S

CAPÍTULO I

## 2.4. O interregno democrático (1945 - 1947)

( 1 ) Ver MENDES JR, Antonio & MARANHÃO, Ricardo (orgs) ET ALII op.cit., pp. 201-203; WEFFORT, Francisco Correa - Origens do sindicalismo populista no Brasil (A Conjuntura do após-guerra). ESTUDOS CEBRAP 4. São Paulo, Cebrap, maio-junho 1973: 67-105, pp. 72,73,82,83; SOUZA, Maria do Carmo Campello de - Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo, Alfa-Omega, 1976, pp. 108-110, 113; CARONE, Edgard - O Estado Novo (1937-1945), pp.243-244. Não tivemos acesso à informações, antes de 1945, sobre manifestações de sindicatos pela redemocratização do país com exceção das organizadas pelos bancários, descritas em CANEDO, Letícia Bicalho, op.cit., pp. 149-150. Sobre o fim do Estado Novo ver também SPINDEL, Arnaldo - O Partido Comunista na Gênese do Populismo (Análise de Conjuntura da Redemocratização no Após-Guerra). São Paulo, Ed. Símbolo, 1980, pp. 45-47.

( 2 ) Ver ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., pp. 268, 272 nota (28).

( 3 ) Ver MARANHÃO, Ricardo - Sindicatos e Democratização (Brasil 1945-1950). São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979, pp. 31-33 e SPINDEL, Arnaldo - op.cit., p. 49. Ambos matizam as razões, e no que implicava o reiterado acordo "espúrio" entre o PCB e Vargas em 1945.

( 4 ) Ver ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., pp. 270-271; HARDING, Timothy F. - op.cit., p. 167; ERICKSON, Kenneth Paul - op.cit., pp. 103,106.

( 5 ) Ver MORAES FILHO, Evaristo de - op.cit., pp. 280-281 e WEFFORT, Francisco Correa - Ibidem, ESTUDOS CEBRAP 4, pp. 82, 103. Sobre o golpe militar de 29 de outubro de 1945, Thomas E. Skidmore afirma lucidamente: "Como Góis Monteiro lembraria mais tarde à UND, o ditador foi deposto do cargo, não pelo poder da oposição civil, mas por decisão do Alto Comando do Exército (...). Como havia acontecido nos momentos críticos, em outubro de 1930 e novembro de 1937 foram os militares e não os políticos que se tornaram os imediatos guardiões do poder". Cf. SKIDMORE, Thomas E. - op.cit., p. 78. A respeito, ver também ERICKSON, Kenneth P. - op.cit., p. 70; MENDES JR, Antonio & MARANHÃO, Ricardo(orgs.) ET ALII - op.cit., p.208; HARDING, Timothy F. - op.cit., pp. 167-168.

( 6 ) Arnaldo Spindel qualifica o gueremismo como a mobilização das aspirações e descontentamento dos trabalhadores urbanos, acentuando: "Este movimento não pregava, principalmente a ampliação dos direitos dos trabalhadores, mas, sobretudo a defesa daqueles que haviam sido dados pela legislação trabalhista" Presumia-se que, sem Vargas, alguns direitos de cidadania conferidos durante o Estado Novo estavam ameaçados. Cf. SPINDEL, Arnaldo - op.cit., p.61 e pp. 50-57. Também Maria do Carmo C. de Souza assinala na queda do Estado Novo" a emergência do getulismo como formação ou movimento político organizado ao nível do simbolismo pessoal, condensando e dando forma ativa a suportes de massa até então mais ou menos latentes". Cf. SOUZA, Maria do Carmo Campello de - op.cit., pp. 134-135. Ver também HARDING, Timothy F. - op.cit., pp. 166,167.

( 7 ) Ver HARDING, Timothy F. - op.cit., pp.178-179. VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., p. 250; MARANHÃO, Ricardo - op.cit., p. 45. Ver também MORAES FILHO, Evaristo de - op.cit., p. 319, onde o autor defende doutrinariamente a tese da unidade sindical e aponta a lógica sempre presente do pluralismo sindical, aquela da intolerância confessional ou política.

( 8 ) Sobre o MUT ver MARANHÃO, Ricardo - op.cit., pp. 42-43, 49,61,64,68-69; TELLES, Jover - O movimento sindical no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Vitória, 1962, p. 39; SPINDEL, Arnaldo - op.cit., pp. 73,85; TROYANO, Annez Andraus - op.cit., pp. 72,73 onde há uma sintética e precisa observação sobre o significado do MUT. Sobre o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, ver VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., pp.257-260; TELLES, Jover - Ibidem, pp. 255-272; WEFFORT, Francisco Correa - Ibidem, ESTUDOS CEBRAP 4, p. 100; MENDES JR, Antonio & MARANHÃO, Ricardo (orgs.) ET ALII - op.cit., p.218, nota (21).

( 9 ) Ver Manifesto do MUT, APUD CARONE, Edgard - A Terceira República (1937-1945). São Paulo - Rio de Janeiro, DIFEL, 1976, pp. 532-538; VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., p. 259; MARANHÃO, Ricardo - op.cit., p. 62, 69; HARDING, Timothy F. - op.cit., p. 198; RESOLUÇÕES DO PRIMEIRO CONGRESSO SINDICAL DOS TRABALHADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, janeiro 1946, s.ed., pp. 2,5,12,15.

( 10 ) Cf. WEFFORT, Francisco Correa - Ibidem, ESTUDOS CEBRAP 4, p. 81.

( 11 ) Ver SOUZA, Maria do Carmo Campello de - op.cit., pp. 103, 105, 106, 122.

( 12 ) Cf. Idem, Ibidem, pp. 107, 122, 135. A expressão democracia corporativa é usada por WEFFORT, Francisco Correa - Ibidem, ESTU

DOS CEBRAP 4, p. 81.

( 13 ) Ver MARANHÃO, Ricardo - op.cit., pp. 58,204 e VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., pp. 253-254. Sob a égide da "polaca" e da Lei Constitucional nº 9 (Ato Adicional).

( 14 ) Cf. VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., p. 254; ERICKSON, Kenneth P. - op.cit., pp. 53,54.

( 15 ) Cf. A CONSTITUIÇÃO de 46 - trinta anos depois. O Estado de São Paulo. São Paulo, 19.setembro.1976 (Depoimento de Prudente de Moraes Neto). Ver também VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., pp. 260-267, onde o autor descreve a definição de princípios gerais do PCB e do PTB na Constituinte, no que diz respeito à questão social e à organização sindical; e WEFFORT, Francisco Correa - Ibidem, ESTUDOS CEBRAP 4, pp. 93-100.

( 16 ) Cf. VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., pp. 250-251.

( 17 ) Idem,Ibidem, p. 254 e p. 83 desta monografia.

( 18 ) Cf. SOUZA, Maria do Carmo Campello de - op.cit., p. 116.

( 19 ) Idem,Ibidem, pp. 124, 127, 135.

( 20 ) Sobre o crescimento do PCB em 1946 ver MARANHÃO, Ricardo - op.cit., pp. 72-75, onde estão demonstradas tanto as potencialidades sindicais como eleitorais-urbanas do PCB.

( 21 ) Ver SOUZA, Maria do Carmo Campello de - op.cit., pp. 122-123; SKIDMORE, Thomas E. - op.cit., pp. 87, 89.

( 22 ) O deputado Caires de Brito, do PC denunciou o sistema pelo qual o Senado era eleito (princípio majoritário) fatalmente favorecedor do PSD, ao lado do sistema proporcional de eleição da Câmara dos Deputados. Segundo o mesmo deputado, o Senado em sua ação e relações com a Câmara e mais "seu poder, destinam-se a entravar a marcha de leis progressistas, principalmente quando sua renovação completa se faz ao longo de oito anos". Cf. ANAIS DA CONSTITUINTE, V. XI, p. 16, APUD SOUZA, Maria do Carmo Campello de - op.cit., p. 123. A mesma autora cita palavras de Prestes na Constituinte apontando um "pequeno comitê" que, expressando a orientação do PSD e da UDN, acabou não considerando várias emendas ao projeto da Constituição de 46, em nome da conquista de unidade política. Também Prestes denunciou a centralização do poder nas mãos do Executivo, secundado pelo já citado Caires de Brito que viu na "hipertrofia do Executivo" uma ameaça à soberania do Poder Legislativo, tão iminente como em 1937. ANAIS DA CONSTITUINTE. v. XXI p.78, v. XXII, p. 144, e v.XI, p.16, APUD Idem,Ibidem, pp. 135-136.



( 23 ) Cf. TELLES, Jover - op.cit., p. 267. Ver sobre a "ideologia de Estado" que teria penetrado em todos os partidos, fascinando-os, WEFFORT, Francisco Correa - Ibidem, ESTUDOS CEBRAP 4, pp. 94,98,99.

( 24 ) Ver SOUZA, Maria do Carmo Campello de - op.cit., pp. 120, 122, 123, 135; WEFFORT, Francisco Correa - Ibidem, ESTUDOS CEBRAP 4, pp.97,98; MARANHÃO, Ricardo - op.cit., p. 85; VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., pp. 264-265.

( 25 ) Cf. VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., p.268-270.

( 26 ) Ver SOUZA, Maria do Carmo Campello de - op.cit., pp.103, 122; VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., pp. 250-251. A impressão que fica de todas as leituras, é a de que no Brasil as Constituições passam, mas os decretos-leis, portarias, instruções, ficam e se multiplicam nos momentos decisivos em que a ordem constituída parece estar ameaçada.

( 27 ) Sobre o PTB, Ver SKIDMORE, Thomas E. - op.cit., pp. 82,83,102,103; SPINDEL, Arnaldo - op.cit., pp. 28, 40; SOUZA, Maria do Carmo Campello de - op.cit., pp. 105,106, 115.

( 28 ) Ver MARANHÃO, Ricardo - op.cit., pp. 74-77; SPINDEL, Arnaldo - op.cit., pp. 55,79,80,83,85; SKIDMORE; Thomas E. - op.cit., p.93.

( 29 ) Ricardo Maranhão cita uma afirmação de Prestes indicando que para o PCB, o PTB era inevitável e, apesar de ser um partido "reacionário por sua direção e programa" era o único que arrastava massas operárias. Cf. Informe Político de janeiro de 1946 (PCB), APUD Idem, op.cit., p. 80.

( 30 ) Ver WEFFORT, Francisco Correa - Ibidem. ESTUDOS CEBRAP 4, p. 93; SOUZA, Maria do Carmo Campello de - op.cit., p.118 e MARANHÃO, Ricardo - op.cit., pp. 86-91, onde se historia todos os passos dados para ilegalizar o PCB. Ver também A.R.D. - 11.05.1946, onde se menciona o Decreto-Lei 9.076, de 18.05.1946, prorrogando os mandatos das diretorias sindicais por um ano.

( 31 ) Ver MORAES FILHO, Evaristo de - op.cit., pp. 279, 280; também HARDING, Timothy F. - op.cit., pp. 196,197 e 209.

( 32 ) Idem,Ibidem, pp. 291. Nota-se que a questão crucial, qual seja, as eleições sindicais sō voltaram a ser objeto de Portaria do Ministério do Trabalho (nº 29, de 29.03.1950) quando, em 1950, a conjuntura política voltou a liberalizar a vida sindical. Idem,Ibidem, p. 292.

- ( 33 ) Sobre a repressão ao MUT e o restabelecimento do atestado de ideologia ver HARDING, Timothy F. - op.cit., pp. 193-194, 195; TROYANO, Annez Andraus - op.cit., p. 73, nota (33). Sobre o fechamento do PCB, ver nota (30) deste ítem.
- ( 43 ) Ver HARDING, Timothy F. - Ibidem, pp. 186-193. Trata-se da melhor explicação sobre todas as implicações do Decreto-Lei nº 9.070, e sua relação com a instauração dos dissídios coletivos.
- ( 35 ) Ver TELLES, Jover - op.cit., p. 40; HARDING, Timothy F. - op.cit., pp.223-224; MARANHÃO, Ricardo - op.cit., p. 88.
- ( 36 ) Ver SKIDMORE, Thomas E. - op.cit., pp. 94,103-104; HARDING, Timothy F. - op.cit., pp. 212-219; MARANHÃO, Ricardo - op.cit., pp.89-91; SOUZA, Maria do Carmo Campello de - op.cit., p. 118.
- ( 37 ) Ver ERICKSON, Kenneth P. - op.cit., p. 66. Ricardo Maranhão apresenta outros dados que apenas ampliam o número de intervenções durante todo o período Dutra, a partir de levantamentos de vários estudiosos. Ver MARANHÃO, Ricardo - op.cit., pp. 88,89; TROYANO, Annez Andraus - op.cit., p.74.
- ( 38 ) Ver RODRIGUES, José Albertino - op.cit., p. 163; HARDING, Timothy F. - op.cit., pp. 205,229; TROYANO, Annez Andraus - op.cit., p. 77.
- ( 39 ) Cf. AMORIM, Paulo Henrique - op.cit., REVISTA REALIDADE, p. 60.
- ( 40 ) Ver WEFFORT, Francisco Correa - Ibidem. ESTUDOS CEBRAP 4, pp. 88-89.
- ( 41 ) Figura-chave da Comissão Técnica de Orientação Sindical, criada pelo Decreto-Lei nº 5.199 de 16.01.1943, que comandou a campanha de sindicalização em massa em 1943. Era também diretor do DNT - Departamento Nacional do Trabalho - agência responsável pela organização do PTB, em maio de 1945. Segadas Vianna tornou-se presidente do mesmo partido. Ver VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., pp. 234,235 e HARDING, Timothy F. - op.cit., pp. 167,168.
- ( 42 ) Ver WEFFORT, Francisco Correa - Ibidem. ESTUDOS CEBRAP 4, pp. 104-105, nota (37). Ver MENDES JR, Antonio & MARANHÃO, Ricardo (orgs.) ET ALII - op.cit., p. 177, que assinalam ter o nível de preços aumentado 110% entre 1939 e 1945 e 75% entre 1942 e 1945. Francisco C. Weffort e Timothy Harding. também argumentam com os índices do salário-mínimo real de 1940 a 1943 em São Paulo: 1940=100; 1943=93; 1944=86 e Guanabara 1940=100; 1943=96; 1944=81. Ver WEFFORT, Francisco Correa - O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 161; HARDING, Timothy F - op.cit., p. 162.
- ( 43 ) Maria Hermínia Tavares de Almeida calcula índices de salário médio real na indústria brasileira, revelando que sua fonte

(salário-contribuição do IAPI) superestima a média salarial da indústria. São eles os seguintes: 1938=100; 1939=110; 1940=110; 1941=109; 1942=103; 1943=102,5; 1944=104; 1945=103. Ver ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., pp. 245 (observação ao Quadro IX), 250 (Quadro XI) e p. 266, nota (24); DEAN, Warren - op.cit., 2<sup>a</sup> Ed., p.241.

( 44 ) No Sindicato dos Bancários o grupo ligado ao PCB ganhou as eleições na entidade já em 1943, tomando posse porém só em março de 1945. Os bancários formularam e lutaram de diversas formas por um elenco de reivindicações bastante sofisticado, um indicador a mais de seu grau de organização. Ver CANEDO, Letícia Bocalho - op.cit., pp. 79,112,151-174. Sobre o dissídio coletivo de bancários e comerciários, e a greve de bancários em agosto de 1945, cuja descrição é muito reticente, ver CARONE, Edgard - O Estado Novo (1937-1945), pp. 132,133. São os estivadores, em meados da década de 50 superaram outras categorias bem organizadas, em matéria de extensas e detalhadas reivindicações econômicas, e de condições de trabalho, obtidas com poucas e efetivas greves, até mesmo sem greves. Ver SARTI, Ingrid - op.cit., pp. 57-61, 70-75, 169-173.

( 45 ) Ver, quanto aos aumentos concedidos aos metalúrgicos, HARDING, Timothy F. - op.cit., p. 163; quanto às referências aos têxteis de São Paulo e diversas categorias em São Paulo e Rio de Janeiro., ver CARONE, Edgard - O Estado Novo (1937-1945), pp. 130-133.

( 46 ) Cf. A.R.D. - 24.04.1945.

( 47 ) Cf. Conselho Regional do Trabalho (CRT) - 240/45 Acórdão 204/45 - 30.05.1945 - São Paulo. Mas em 12.04.1946 as cláusulas desse dissídio foram por água-abaixo, pois houve um reajuste geral de salários na base de 25% sobre o salário percebido pela categoria em 31.12.1944, inclusive abonos, mas não fica claro se sobre o salário acrescido do abono concedido em 30.05.1945 (Acórdão 204/45). Portanto ou os abonos não foram computados, ou não foram pagos em maio de 1945. Tribunal Regional do Trabalho (TRT) - 20/48 - Acórdão 900/8 - SP - 2.09.1948.

( 48 ) Roque Trevisan assinou o manifesto, do MUD (Movimento Unitário Democrático), uma espécie de entidade preliminar à organização do PCB, e foi membro destacado do MUT de São Paulo. Manifesto do MUD. Folha da Manhã. 8.abril.1945, APUD CARONE, Edgard - A Terceira República (1937-1945). São Paulo - Rio de Janeiro, DIFEL, 1976, pp. 522-526; Idem,

O Estado Novo (1937-1945) p. 243. Ver também RESOLUÇÕES DO PRIMEIRO CONGRESSO SINDICAL DOS TRABALHADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO, p. 21.  
 ( 49 ) Ver HARDING, Timothy F. - op.cit., p. 210-212; MARANHÃO, Ricardo - op.cit., pp. 76,77. O método de trabalhar nos sindicatos via eminências pardas, seria a fórmula do PCB, no sindicato dos têxteis nesta fase (1944-1947) e na primeira metade da década de 50. Como observa Annez Andraus Troyano, no caso do Sindicato dos Químicos, "o trabalho desenvolvido pelo Sindicato, no que se refere à ampliação dos sindicalizados, maior organização dos trabalhadores através das comissões de fábrica, filiação ao MUT e apoio à CTB, é fruto muito mais de fatores ou posições isoladas que de ação política conjunta da Diretoria, que não se configura com um núcleo homogêneo de organização". Cf. TROYANO, Annez Andraus - op.cit., p.109. O mesmo ocorreu na época no Sindicato dos Têxteis.

( 50 ) Ver MARANHÃO, Ricardo - op.cit., pp.43-44.

( 51 ) Idem, Ibidem, pp. 48,51,54-57.

( 52 ) Idem, Ibidem, p. 56.

( 53 ) Idem, Ibidem, p. 69.

( 54 ) Idem, Ibidem, pp. 67,68.

( 55 ) Ricardo Maranhão não desconhece o fato de as comissões de fábrica serem antigas formas de organização nas fábricas têxteis.

Idem, Ibidem., p. 54. Ver, a respeito das comissões de fábrica, FAUSTO, Boris - Trabalho urbano e conflito social, pp. 187,188, 152-153, 203.

Sobre o papel das comissões de fábrica no surto de 1930-1935, ver itens 2.1 , 2.2 desta monografia (CAPÍTULO I) pp. 37, 48, 48, 50

( 56 ) Ver Quadro IV , item 2.2 desta monografia e pp. 48-50 do mesmo item.

( 57 ) Ver MARANHÃO, Ricardo - op.cit., pp. 68, 69. As comissões de fábrica deram lastro ao trabalho do MUT, das Uniões Sindicais Municipais, dos Congressos Estaduais de preparação para o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil. Para a política de "cúpula" do PCB elas também serviram. Ver TROYANO, Annez Andraus - op.cit., p.74.

( 58 ) Ver FAUSTO, Boris - Trabalho urbano e conflito social pp. 162,163; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., p. 219.

( 59 ) Ver CANEDO, Letícia Bicalho - op.cit., pp. 159-161, e 150, onde a autora noticia a intensa participação dos bancários no MUT, em nível nacional; SPINDEL, Arnaldo - op.cit., Anexo II, pp.103.107.

- ( 60 ) Cf. SARTI, Ingrid - op.cit., p. 67.
- ( 61 ) Ver Idem, Ibidem - op.cit., pp. 49-53, onde se historia um processo infinitamente mais democrático de divisão de trabalho, por exemplo, na estiva santista. Ver também, a significação do IAPB pa-ra o Sindicato dos Bancários em CANEDO, Letícia Bicalho - op.cit., pp. 162-163.
- ( 62 ) Quanto aos estivadores, ver SARTI, Ingrid - op.cit., pp. 164-165.
- ( 63 ) Cf. A.A.G. - 29.07.1945.
- ( 64 ) A.R.D. - 3.10.1944; 17.04.1945. Nesta última reunião de diretoria foi registrado em ata que a CTOS (Comissão Técnica de Orientação Sindical), criada em 1943 para coordenar a sindicalização massiva de operários, e que seria transitória, continuava atuando: " O presiden-te foi chamado pela Comissão Técnica de Orientação Sindical e foi lá informado que, pelas estatísticas, as indústrias Matarazzo tem o menor número de sindicalizados. A comissão diz que vai conseguir pregar na indústria cartazes de propaganda para conseguir mais associados" Cf. A.R.D. - 17.04.1945. Ver VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., pp. 234,235, sobre a CTOS.
- ( 65 ) A.R.D. - 28.07.1945.
- ( 66 ) Das assembléias realizadas entre 25.02.1945 até 10.04.1947, a que registrou maior nº de associados presentes foi a já citada, em 25.02.1945, com 330 sócios presentes e 316 sócios votantes. Numa das primeiras assembléias de diretoria recém-empossada, 19 associa-dos compareceram e votaram o orçamento da entidade para 1946. Ver A.A.G. 24.06.1945. Em 1946, o número de sócios oscilou entre um máximo de 140 sócios presentes e um mínimo de 47, e que votaram pois se tratou de assembléia em segunda convocação. Ver A.A.G. - 24.02.1946; 1.09.1946. Sob esta prisma, o Sindicato dos Têxteis tornou-se menos democrático, pois o número de associados cresceu continuamente a partir de 1944. É verdade que as assembléias com mais de cem associados foram realizadas em salões alugados, pois a sede do sindicato não comportava grande número de pessoas
- ( 67 ) Ver p. 123 , nota (49) e p. 97 deste ítem.
- ( 68 ) Este grupo coordenado por Roque Trevisan, era composto por: Luiz Massaro, Joaquim José Rodrigues, Antonio Aguilar, Isabel Garcia Miranda, Olívia Frase, Yolanda Picigher (ou Pilsingher) Salvador Teixeira, Francisco de Sena, Augusto Pinto de Moraes, Romeu Piva, Maria Gimenez, José Picaço.
- ( 69 ) Luiz Massaro era sócio do sindicato, já em 1935. Em assembléia deste mesmo ano foi eleito membro da comissão interna de Tecelagem Armênia. Em 1939 ainda atuava no sindicato. Ver A.A.G. -

10.11.1935; A.R.D. - 3.02.1939. No Iº Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo apresentou tese individual sobre legislação trabalhista. Ver RESOLUÇÕES DO PRIMEIRO CONGRESSO SINDICAL DOS TRABALHADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO, p. 14.

( 70 ) Cf. A.A.G.- 11.03.1945.

( 71 ) Ver IÓRIO, Oswaldo - "Evolução do salario na indústria". MENSÁRIO/ESTATÍSTICO/ATUARIAL. São Paulo, IAPI, fevereiro 1954: 9-13, p.13; com o salário-médio na indústria em São Paulo, superestimado. APUD ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., pp. 245,266, nota (24).

( 72 ) Cf. A.A.G. - 11.03.1945.

( 73 ) Ver A.R.D. - 24.04.1945, sobre a abertura de dissídio coletivo em abril/maio 1945, já comentada neste ítem, pp. \_\_\_\_\_

Desde logo a distribuição de prebendas prosperou a partir da introdução do imposto sindical, em 1941. Ver A.R.D. - 4.08.1941; 19.03.1942; 14.09.1942; 19.04.1943; 20.06.1944. A repartição de benesses era feita sem nenhuma ressalva. Diga-se de passagem, em períodos "democráticos" a corrupção miúda e individual, transparece menos nas atas.

( 74 ) A.A.G. - 11.03.1945.

( 75 ) A.R.D. - 14.07.1945; 24.08.1945.

( 76 ) A.A.G. - 16.12.1945.

( 77 ) A.A.G. - 11.08.1946. Nesta assembléia, Roque Trevisan sugeriu a compra de sub-sedes, propondo que os presentes votassem contra a compra da fazenda. Vários sócios se pronunciaram contra essa compra, com alegações semelhantes.

( 78 ) A.A.G. - 11.08.1946; A.R.D. - 26.03.1947. Esta verba foi oferecida, mas não é possível saber se o plano foi executado, pois logo em seguida o sindicato sofreu intervenção.

( 79 ) A.R.D. - 11.10.1945; 13.04.1946; 27.04.1946; 8.03.1947.

( 80 ) A.R.D. - 24.08.1945; 30.03.1946.

( 81 ) A.A.G. - 29.07.1945; 16.12.1945; 24.02.1946; 11.08.1946; 1.09.1946.

( 82 ) RESOLUÇÕES DO Iº CONGRESSO SINDICAL DOS TRABALHADORES DE SÃO PAULO, p.6.

( 83 ) Ver A.R.D. - 12.01.1946; 27.04.1946; A.A.G. - 1.09.1946; 22.12.1946. Mulheres também foram escolhidas em assembléia para a Comissão de Propaganda, responsável pelo jornal do sindicato. Ver A.A.G. - 27.10.1946. Não é preciso enfatizar que a maioria delas

estava ligada ou ao MUT ou ao PCB, o único partido que na época, tinha uma política mais ou menos sistemática de incorporação das mulheres e jovens no trabalho partidário e sindical, sem aqui discutirmos o mérito real desse trabalho. No Iº Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, entre os delegados do MUT estavam duas mulheres, Maria Santiago e Yolanda Picingher (ou Pilsingher), a última delegada dos têxteis na União Sindical dos Trabalhadores do Município de São Paulo. Sobre o nome desta união há várias versões. Nas atas há duas: União Geral dos Sindicatos do Estado de São Paulo e União Geral dos Trabalhadores do Município de São Paulo. Ricardo Maranhão usa o nome correto: União Sindical dos Trabalhadores do Município de São Paulo. Ver MARANHÃO, Ricardo - op.cit., pp. 49,64; A.R.D. - 2.03.1946; 27.04.1946; RESOLUÇÕES DO Iº CONGRESSO DOS TRABALHADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO, p.21.

( 84 ) A.R.D. - 28.09.1946. O PCB e o MUT eram as organizações capazes de incentivar a criação dos Departamento Femininos em sindicatos. Na gestão 1939-1941 o Sindicato dos Têxteis teve um Departamento Feminino que foi extinto na gestão seguinte (1942-1945).

( 85 ) A.R.D. - 13.04.1946; 19.04.1946. O 1º de maio de 1946 foi proibido em São Paulo e no Rio de Janeiro. Ver MARANHÃO, Ricardo op.cit., p. 84.

( 86 ) A.R.D. - 17.08.1945; 24.08.1945; 12.01.1946; 7.12.1946.

( 87 ) Cf. A.R.D. - 24.08.1945.

( 88 ) A.R.D. - 11.05.1946.

( 89 ) Ver MARANHÃO, Ricardo - op.cit., pp. 55,56,57. Cf. Depoimento de antigo militante sindical.

( 90 ) A.R.D. - 15.12.1945.

( 91 ) Ver WEFFORT, Francisco Correa - Sindicatos e Política, Anexo, A.3 - A.8.

( 92 ) A.R.D. - 26.01.1946. Dissídios Coletivos instaurados contra o Lanifício Paulista e contra as Indústrias Calfat S.A.

( 93 ) A.R.D. - 9.02.1946 . Ver a greve de 14-22.02. 1946, mediada pelo Sindicato após sua eclosão em WEFFORT, Francisco Correa - Sindicatos e Política, Anexo, A.8, e MARANHÃO, Ricardo - op.cit., pp. 43-44, notas (14) e (16).

( 94 ) Ver HARDING, Timothy F. - op.cit., p. 184.

( 95 ) A.R.D. - 2.03.1946.

- ( 96 ) A.R.D. - 30.03.1946; 18.01.1947; 3.05.1947.
- ( 97 ) A.R.D. - 22.09.1945.
- ( 98 ) A.R.D. - 1.11.1945; 1.12.1945. O sindicato dos Têxteis e a Federação apresentaram teses sobre legislação trabalhista, sobre o IAPI, sobre as casas para operários, e sobre liberdade sindical. RESOLUÇÕES DO Iº CONGRESSO SINDICAL DOS TRABALHADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO, pp. 11,14,16,18,19,20,21,24.
- ( 99 ) Ver RESOLUÇÕES DO Iº CONGRESSO SINDICAL DOS TRABALHADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO, p. 5.
- ( 100 ) A.R.D. - 22.06.1946; 27.04.1946; A.A.G. - 22.12.1947; 23.02.1946.
- ( 101 ) A.R.D. - 20.07.1946; 31.08.1946.
- ( 102 ) A.A.G. - 1.09.1946.
- ( 103 ) A.R.D. - 2.09.1946 (reunião extraordinária). Otávio Soares, antigo membro do Conselho Fiscal (1940-1944) era um elemento não excessivamente ministerialista, e possivelmente aderiu em 1945 às tendências mais progresistas do PTB, pois em todas as assembléias do período suas intervenções são aparentemente as de um democrata. Foi também delegado eleito por assembléia para representar os têxteis na União Sindical dos Trabalhadores do Município de São Paulo. Foi quando, interpelado pelo presidente, Domingos Mano, que alegava serem, pela CLT e pela nova Constituição, as Uniões Sindicais ilegais, respondeu: "(...) a nova Constituição Brasileira dá plenos poderes de reunião e que a assembléia é soberana [e] que devemos realizar a revelia do Departamento [DET], quando se trata da aplicação de fundos de rendas próprias". O presidente advertia que o DET proibira dos itens daquela assembléia que deveriam referendar a adesão do Sindicato dos Têxteis à União Sindical e aprovar a contribuição de 2% para a manutenção desta entidade. Ver A.A.G. - 22.12.1946.
- ( 104 ) A.A.G. - 27.10.1946. Um dos delegados, eleitos por unanimidade, foi Roque Trevisan.
- ( 105 ) O depoente citado na p.p.108,109 deste ítem assim se refere a Roque Trevisan, quando quiz criar uma comissão na sua fábrica: "(...) fui ao sindicato e peguei o orador que eu achava brilhante e era mesmo, o Roque Trevisan. Era muito didático e era muito capaz. Perguntei para êle como organizar uma comissão de salário. Ele me deu as linhas". Cf. Depoimento de artigo militante sindical.
- ( 106 ) Cf. A.A.G. - 16.06.1946.
- ( 107 ) Ver A.R.D. - 11.10.1945.



- ( 108 ) A.A.G. - 16.12. 1945. Nesta assemblêia Melchĩades dos Santos, sentindo-se lesado, isto ẽ sentindo lesado o patrimõnio do sindicato, ameaçou entrar com recurso junto ao Ministério do Trabalho, se o terreno de São Vicente para a futura colõnia de fêrias tivesse sua venda aprovada pela assemblêia.
- ( 109 ) A.A.G. - 11.08.1946. Melchĩades dos Santos foi agraciado com o tĩtulo de sõcio benemêrito quando enfim se deu a posse da diretoria eleita em abril de 1944, sõ em 1.06.1945.
- ( 110 ) A.A.G. - 27.10.1946; 22.12.1946; 23.02.1947. Jã em agosto de 1946, o tesoureiro Otãvio Soares alegou em assemblêia que os planos da então diretoria de construir uma sede mais ampla não poderiam ser cumpridos, diante do decreto pelo qual as diretorias sindicais perderiam em breve seus mandatos. Mas, no entanto, ẽ nas atas do Sindicato dos Têxteis que encontra-se a citação do Decreto-Lei 9.076 de 18.05. 1946, prorrogando por mais um ano os mandatos das então diretorias. Portanto, não faz sentido esta explicação.
- ( 111 ) A.A.G. - 25.02.1945; 10.04.1947; A.R.D. - 10.04.1947, 3.05.1947. Ver RODRIGUES, Albertino - op.cit., pp. 112,152, sobre os vogais de trabalhadores na Justiça do Trabalho.
- ( 112 ) A.R.D. - 20.10.1945; 15.12.1945, 27.12.1945.
- ( 113 ) A.A.G. - 27.10.1946. A comissão eleita era composta por: Luiz Massaro, Roque Trevisan, Josẽ Picaço, Maria Gimenez, Olĩvia Frase, todos da oposiçãõ e membros do MUT, em sua maioria.
- ( 114 ) A.A.G. - 11.03.1945; 24.06.1945; 11.12.1945; 16.12.1945.
- ( 115 ) A.R.D. - 6.07.1946.
- ( 116 ) A.R.D. - 20.07.1946; 21.12.1946.
- ( 117 ) A.R.D. - 20.07.1946.
- ( 118 ) A.R.D. - 7.07.1945; 15.09.1945; 12.01.1946; 19.04.1947.
- ( 119 ) Cf. A.R.D. - 17.05.1947.
- ( 120 ) A.A.G. - 19.05.1947; 26.05.1947.

## CAPÍTULO I - ESTADO E SINDICATO CORPORATIVO (1930-1950)

### 2. A MONTAGEM DA ESTRUTURA SINDICAL

#### 2.5. A Intervenção no Sindicato de 1947 a 1950

Como corretamente assinala Kenneth P. Erickson, no período constitucional que vai de 1946 a 1964, o primeiro momento em que se tornou invariável a aliança PSD-PTB, correspondente à perda do domínio político de Vargas e seus herdeiros, foi o governo Dutra, que, como disse o mesmo autor, foi "francamente antitrabalhista". O funcionamento da estrutura corporativista sequer modificou-se um milímetro, bem como foram acionados todos os mecanismos repressivos disponíveis e os adicionais, a partir da vigência do Decreto-Lei 9.070, de março de 1946. As intervenções nos sindicatos foram os mecanismos disponíveis, mas houve também a proibição, na prática, de eleições sindicais durante a presidência do marechal Dutra ( 1 ). O próprio ministro do Trabalho, Morvan Dias de Figueiredo que assumiu em outubro de 1946, após o fracasso dos ministerialistas no Congresso Sindical dos Trabalhadores, era sui-generis: empresário, dirigente de organizações patronais, mais próximo da UDN, do que do PSD ou PTB. O que não impediu que o PTB continuasse monopolizando os empregos no sistema trabalhista - previdência social, justiça do trabalho e em menor escala nos sindicatos - e, desde logo, a burocracia do PTB não foi desalojada ( 2 ).

A política-econômica do governo Dutra acabou por favorecer a burguesia industrial graças a um rigoroso controle cambial e um sistema seletivo de importações, a partir de meados de 1947. Essa política teve no tratamento dispensado aos sindicatos e à questão social uma importante sustentação, pois para a expansão industrial então registrada o congelamento dos salários contribuiu, e foi possível graças à repressão generalizada de greves, da atividade dos comunistas, e ao controle ministerial e o exercido pela política nos sindicatos ( 3 ).

Vários são os estudos contendo informações que traduzem em número essa situação: aos salários reais decrescentes corresponderam os anos em que a classe operária - a não ser em alguns

(poucos) setores mais combativos - ou realizou greves rapidamente abortadas pela violência, ou não as realizou, optando pelos dissídios coletivos que, no período Dutra, se arrastaram durante mais de um ano, dado que o patronato, desde então, passou a interpor recursos ( 4 ). Isto ocorreu, por exemplo, com a categoria têxtil em São Paulo, o que será mais adiante historiado.

Um breve retrospecto das greves da categoria têxtil de São Paulo no período 1948-1950 indicam um acentuado refluxo na sua capacidade de mobilização, e pois, das chamadas comissões de fábrica, que tendem a se esfacelar em períodos repressivos. Das greves noticiadas, há apenas duas, a mais importante das quais circunscrita a três empresas, reivindicando aumento salarial, organizado por uma comissão de fábrica, e cujo acordo foi direto. Os operários têxteis do interior do Estado e de Santo André tiveram um fôlego grevista maior. No período, ao todo, realizaram seis greves, duas das quais organizadas por comissões, e em número de greves, são os ferroviários se colocam na frente, com sete greves, algumas intermunicipais, mais longas e com violência policial ( 5 ). Como acrescenta Ricardo Maranhão, as comissões de fábrica, onde resistiram e tiveram continuidade, foram uma importante forma de sobrevivência do PCB no meio operário, o que já foi por nós observado no item anterior deste capítulo ( 6 ). Embora estas comissões fossem uma tradição "espontaneísta" entre os têxteis, ( 7 ) eram produto de sua também proverbial explosividade. Além disso, mesmo aquelas comissões de fábrica que seguiram a política do PCB, serviam a diversos fins, como por exemplo, o de aumentar a produtividade. Ainda em março de 1947, a imprensa do PCB chegou a desenvolver o argumento de que a principal função do delegado sindical nas fábricas seria a de cooperar com os empresários nacionais no aumento da produtividade, para que aquelas empresas pudessem competir no mercado externo ( 8 ). É fato que comissões de fábrica e delegado sindical podem ser concepções diferentes de organização dentro da empresa. Mas muitas vezes são formas que se confundem na prática e na teoria ( 9 ). Aliás, no Iº Congresso Brasileiro dos Trabalhado-

res na Indústria, em agosto de 1949, dois anos após a fundação da CNTI - quando os sindicatos estavam sob violento garrote ministerial e da política - a "pelegada", na expectativa de uma nova lei sindical a ser elaborada pelo Congresso Nacional que afinal não passou de conjectura, se dava ao luxo de propor, em detalhes, autonomia sindical. Entre os detalhes, constava: "autonomia para designação de delegado sindical junto às empresas onde trabalham associados do correspondente sindicato, com as prerrogativas inerentes aos dirigentes sindicais" ( 10 ). Propostas estas que democratas de vários matizes assinariam em baixo, o "pelego" também está cheio de boas-intenções, assinando quaisquer declarações de princípios, quando seu poder não está ameaçado, como foi caso exemplar o governo Dutra ( 11 ). Foram anos em que inclusive se fortaleceu uma modalidade diferente de "pelego". Ao lado dos ministerialistas, surgiu o "pelego" patronal, estimulado desde 1946, após a criação do SESI, financiado pela CNI, e cuja missão era cuidar do bem-estar social e moral dos trabalhadores. Por bem-estar os dirigentes do SESI e do seu correlato SESC, entendiam, por exemplo, a ajuda para a eleição de dirigentes ministerialistas nos principais sindicatos e federações ( 12 ).

No período Dutra mais fatos comprovaram quanto a Justiça do Trabalho, criada para ser a instância da equidade entre capital e trabalho, tem seu desempenho determinado por fatores políticos. Esta propensão dos órgãos judiciais trabalhistas para defender, em fases de repressão política os interesses do empresariado, ocorreu até 1943. Em 1944 e 1945, a balança trabalhista pendeu mais para o lado dos trabalhadores, acompanhando a conjuntura sindical liberalizante. Mesmo abstraindo-se esse lado do comportamento político dos Juizes do Trabalho, os trabalhadores perdiam sempre, dado que a lentidão da Justiça do Trabalho a tornava cúmplice dos empregadores e do Estado ( 13 ). Pois bem, este funcionamento não propriamente neutro da justiça, se acentuou no período Dutra, atingindo um nível surpreendente a defesa do patronato. Numa das instâncias do judiciário trabalhista, alegou-se, em sentença negando aumento salarial, que aumentar salários automaticamente baixaria a produtividade, o que estava bem próximo do pensamento do empresariado. Além dos muitos recursos interpostos pelas

empresas aos dissídios coletivos instaurados por vários sindicatos sob intervenção, o que fez o empresariado ganhar tempo e dinheiro, foram necessários três anos para que, finalmente, fosse regulamentado o repouso semanal remunerado, garantido pela Constituição de 1946, mas só tornada lei em janeiro de 1949 ( 14 ). Mas esta regulamentação subordinou aquele direito constitucional à assiduidade integral, que, a partir de então, foi aplicada sistematicamente nos dissídios coletivos, como cláusula. De acordo com tal cláusula, atrasos de minuto davam ao empregador o direito de suprimir meio dia de salário, o aumento salarial já sancionado em dissídios (durante o mês do atraso), e o pagamento dos domingos ( 15 ).

A cláusula de assiduidade integral foi um dos achados do Judiciário Trabalhista para, na prática, invalidar os raros aumentos salariais do governo Dutra, que não decretou um aumento sequer do salário-mínimo ( 16 ). Os domingos remunerados foram tornados lei pelo Legislativo que, no entanto, conferiu ao Judiciário ampla margem de poder normativo, capaz de anular, em cada caso concreto, um dispositivo constitucional, regulamentado por lei suplementar ( 17 ). A lei de greve, de março de 1946, é outro exemplo da importância que adquiriu a Justiça do Trabalho, nas mãos da qual se decidia a questão social. Como o Decreto-Lei 9.070 encaminhava a resolução de conflitos para os dissídios coletivos, interessava a dirigentes amarelos e empresários seguir a lei do mínimo-esforço, sempre à espera da sentença judicial. Era também uma forma de evitar greves nas quais a força de um determinado sindicato pressionasse o empregador. Tecnicamente, tudo passaria a depender não da correlação de forças real entre sindicatos e empresas, mas da decisão do judiciário. Decisão que, em tese, não levaria em consideração o poder de barganha de fato desigual de um sindicato forte e de outro fraco, tornando-os "iguais perante a lei". Esta era a proposta que, entretanto não foi exequível, nem mesmo durante o governo Dutra, como noticia Ingrid Sarti, ao observar que os estivadores foram contemplados com aumento salarial no período (1948-1950) e outras vantagens econômicas, por sua posição na economia e evidente capacidade de organização sindical e política ( 18 ). As próprias atas do Sindicato dos Têxteis contêm inúmeras indicações das características assumidas pelo Judiciário Trabalhista,

e nos basta exemplificar com as duas passagens que se seguem:

"Propõe o presidente mandar uma comunicação ao diretor do Departamento do Trabalho, sobre a dispensa em massa de operários, redução de salários, e abusos de alguns patrões que dizem não existir mais a CLT" ( 19 ).

"Pede a palavra o sr. Antonio Chamorro, pedindo confirmação com referência ao tempo dos dissídios, dizendo textualmente que os trabalhadores não devem crer na Justiça do Trabalho, porque (...) trabalhadores de outras categorias estão sendo espoliados por essa justiça que há mais de um ano não foi capaz de decidir um dissídio" ( 20 ).

Até mesmo Melchíades dos Santos foi compelido a protestar contra as infrações das leis sociais praticada com algum êxito pelo patronato em 1947, talvez aproveitando o sinal verde dado pela escolha de um industrial, como Morvan de Figueiredo para o ministério do Trabalho. O presidente-interventor do Sindicato dos Têxteis se deslocava para o Rio de Janeiro para discutir com o ministro do Trabalho a possibilidade de ser promovido um acordo bilateral estabelecendo 8 e meia horas de jornada na semana, e meio-dia aos sábados, e a questão das férias que muitas empresas pagavam apenas 11 dias, quando o trabalhador tinha apenas uma falta durante o ano. Portanto, a cláusula da assiduidade integral "valia" também para não pagar férias integralmente, além de vincular-se, como já foi aqui registrado, aos aumentos salariais e ao repouso remunerado ( 21 ). Não resta dúvida que havia empenho do patronato e do ministro do Trabalho em aumentar a produtividade do trabalho, e a assiduidade integral era o meio de atingir esse fim. Restou ao presidente-interventor, Melchíades dos Santos, participar de uma comissão, "de alto nível", e de duvidosa eficácia, para amparar os desempregados, e que contava até com o apoio do sindicato patronal e dos secretários da Agricultura e do Trabalho ( 22 ). O período 1947-1950 foi marcado por mais um surto de desemprego na indústria têxtil em São Paulo. Nosso ponto de vista é o de que há duas causas principais do fato. De um lado, a literatura econômica mais recente reconsiderou a dinâmica da economia brasileira neste período. Respalhada

basicamente nos dados da elevada importação de máquinas e equipamentos ocorridos no imediato pós-guerra (1946-1947), se fez a crítica da tese tradicional de que então teriam sido desbaratadas nossas divisas com a importação de bens de consumo de luxo. É sabido que nos dois primeiros anos do governo Dutra viveu-se uma absoluta liberdade cambial e de importações e que, realmente, houve uma brusca expansão na demanda de tecidos, calçados, vestuário, produtos supérfluos enfim. Porém não se pode desconhecer que a indústria têxtil havia procedido sua última renovação tecnológica nos anos 1924-1926 e que, durante pelo menos vinte anos, utilizara sua plena capacidade, e com elevadas margens de lucro. Ao término da guerra, inexoravelmente, e nas condições descritas - folga cambial e liberação das importações - era premente e possível a renovação dos equipamentos, seguramente das grandes empresas do setor e, em condições competitivas com o patamar técnico da indústria têxtil internacional. O que implicava em intensificação de capital e liberação de mão-de-obra. Por outro lado, se durante a guerra a exportação de tecidos foi volumosa, a partir de 1945 o volume exportado teve uma queda abrupta, afetando os índices de produção. A taxa média da produção têxtil acusou um decréscimo de mais de 50% no período 1945-1952, sem dúvida fortemente determinado pela perda de mercados externos ( 23 ). Frente a esta situação, os interventores do Sindicato dos Têxteis foram recebidos pessoalmente por Dutra, que prometeu "tomar providências", informando que já tinham sido dadas ordens de embarque de grande remessa de tecidos para a Argentina, o que, em parte aliviaria a situação angustiosa do momento, convencendo Melchíades dos Santos e Joaquim Teixeira que tudo voltaria ao ritmo normal ( 24 ).

O dissídio coletivo da categoria têxtil foi um verdadeiro "Direito de Nascer", provando que a lentidão da Justiça e dos dirigentes ministerialistas trabalham pelo empregador. O dissídio coletivo da categoria foi cogitado em setembro de 1947. Em outubro de 1949 as empresas têxteis de São Paulo podiam não pagar o estipulado pois o pagamento tinha interposto um agravo no STF (Supremo Tribunal Federal) contestando itens de sentença do TRT (Tribunal Reional do Trabalho) e

do TST (Tribunal Superior do Trabalho). Vale a pena fazer uma rápida cronologia desta "novela" para se ter uma idéia de como a tramitação de um dissídio coletivo era um recurso adicional contra aumentos salariais no período Dutra:

- entre setembro de 1947 e março de 1948 o Sindicato dos Têxteis enviou memoriais ao patronato pedindo aumento. Aguardou resposta, obviamente negativa Convocou assembléia que decidiu tentar acordo direto antes de abrir o processo de dissídio, acordo esse fracassado ( 25 ).
- o presidente-interventor, diante de greves que ocorreram em tres empresas, resolveu, finalmente, convocar assembléia para aprovar abertura do dissídio coletivo, em fevereiro de 48, assembléia essa que sô se realizou em fins de março de 48, e que aprovou os itens que entrariam no dissídio coletivo, envolvendo não apenas aumento salarial. ( 26 ).
- O TRT proferiu sentença em setembro de 1948, mas o Sindicato entrou com recurso no T.S.T. (Tribunal Superior do Trabalho) na tentativa de conseguir decisões mais favoráveis ao trabalhador. O recurso foi julgado em fevereiro de 1949, mas em março o patronato interpôs um agravo no S.T.F. (Superior Tribunal Federal) o que conseguiu deixar tudo suspenso ( 27 ).
- Em março de 49 o presidente se propôs a tentar um acordo amistoso com o patronato, mesmo sabendo do agravo que se processava no STF. Em abril, o ministro do Trabalho mandou telegrama impaciente diante de ameaças de greve frente ao impasse do dissídio ( 28 ).
- Em março de 1949 as empresas têxteis de São Paulo ainda em notificadas para pagar o aumento acordado em setembro de 1948. Em outubro de 1949 o agravo do sindicato patronal no STF ainda não fora concluído ( 29 ).

Antes de qualquer outra consideração, é sabido que o custo de vida entre 1945 e 1952 aumentou 114%. Numa revisão do dissídio coletivo de 1945, em abril de 1946, os salários do operariado têxtil foram majorados em 25%, pois o acordo de maio de 1945 que tinha resultado num aumento concedido a título de abono, ou não foi cumprido, ou os abonos concedidos em 1945 não foram computados no reajuste, feito sobre os salários de 31.12.1944,



em 12.04.1946 ( 30 ).

Em março de 1948 a categoria têxtil reivindicou na petição do dissídio: 1) 60% de aumento sobre os salários de 1.04.1948 computados abonos e prêmios de frequência até então; 2) aumento extensivo aos trabalhadores admitidos após o julgamento do dissídio "a fim de que fique resguardado (...) o princípio constitucional e legal da proibição de diferenças de salário para um mesmo trabalho" ( 31 ); 3) o repouso semanal remunerado, já pago por algumas empresas, deveria continuar a sê-lo, sem prejuízo do aumento; 4) o prêmio de frequência de 5% estabelecido no dissídio de 12.04.1946 deveria continuar a ser pago, e não ser descontado no aumento; 5) " para que o presente aumento não seja burlado" ( 32 ), as tabelas dos preços de produção deveriam se manter nos níveis em vigor em 1.04.1948 - está era uma questão crucial para os que recebiam salário tarefa; 6) garantia, para tarefeiros e horistas de jornada de 8 horas, e duas extras mediante 30% de acréscimo; 7) o tempo gasto na manutenção dos equipamentos de trabalho deveriam ser pagos na base do preço-hora normal de salário e não do preço-hora do salário-mínimo; 8) incorporação definitiva aos salários dos abonos concedidos até 1948. ( 33 ).

Quanto à porcentagem de aumento obtida pela categoria na primeira sentença, nem o Acórdão, nem as Atas do sindicato especificam mas seguramente não atingiu 30%, pois as estatísticas da época apontavam em acréscimo de 41% no custo de vida entre 46 e 48. De qualquer forma, quando o aumento foi pago - em fins de 1949 - o poder aquisitivo dos salários do operariado têxtil diminuíram mais ainda, e a partir de 1950 as porcentagens de aumento do custo de vida, ano a ano, até 1952, tivera, uma elevação maior, atingindo nesse ano 96%, em relação a 1946, segundo levantamento da PMSP (Prefeitura Municipal de São Paulo), com base nos quais se pediam e se concediam aumentos salariais então ( 34 ). Já na sentença de setembro de 1948, o TRT negou uma série de direitos democráticos tais como reajustamento integral aos trabalhadores admitidos após a sentença. Foi abolido o prêmio de frequência de 5% com a seguinte alegação: " esse prêmio não mais se justifica, ante a jurisprudência dos

tribunais trabalhistas, que condicionam sempre o reajustamento de salários à assiduidade de total dos empregados" ( 35 ). Foi negada a manutenção das tabelas dos preços de produção alegando-se que se foi "pedido invocado diante do possível abuso de direito dos empregadores, só pode ser objeto de dissídio individual, examinou-se em cada caso a burla (...); não seria admissível compelir as empresas a manterem tabelas pelo prazo de um ano (...) pois o tribunal impediria a introdução de novos processos e novas máquinas" ( 36 ). Era o aval para as empresas reduzirem os preços por unidade das tabelas de produção, a cada reajuste salarial, redundando muitas vezes em redução dos salários-tarefa. Foi também negado o acréscimo de 30%, nas duas horas-extras, sob o argumento de que eram assuntos já regulados por lei, que não cabiam num dissídio coletivo. A incorporação dos abonos aos salários em sentença de dissídio também foi negada sob o pretexto de incorrer em erro técnico, ao revogar-se lei especial da CLT que permitia abonos a título precário. O aumento foi condicionado à assiduidade integral ( 37 ). Em resumo, cinco itens foram negados e mais dois foram sumariamente ignorados: a) a questão de repouso semanal remunerado e o sistema de pagamento das horas gastas manutenção de equipamentos (fusos, teares, lançadeiras). Assim funcionava a Justiça do Trabalho no período Dutra: rigorosamente contra os trabalhadores.

A questão da uniformização das tabelas de produção sempre foi o problema universal de todos os operários têxteis no Brasil, dos tarefeiros bem entendido e, que, por sua vez foi sempre a fórmula guardada a sete-chaves pelo patronato para reduzir os salários-tarefa, forçando ao mesmo tempo o aumento da produção. O patronato podia sempre alegar que se tratava de amento de produtividade, e que geralmente os salários não se reduziam nominalmente, embora para recebê-los fosse necessário produzir o dobro, e até mais ( 38 ). O outro problema decorrente desse sistema institucionalizado de esbulho, era a disparidade de tabelas e pois de salário-tarefa, entre as várias empresas. Tanto que o presidente-interventor considerou um achado receber do Sindicato dos Têxteis do Rio de Janeiro, tabelas completas para tecelagens, destacando-se nelas os preços de acordo com as batidas, quantidade de fios e lançadeiras ( 39 ). Isso porque, tanto o tecelão como o dirigen-

te sindical não tinham como lutar na medida em que critérios, cálculos e preços por unidade eram informações sonegadas, para dificultar a contestação.

Como o Sindicato dos Têxteis representa um sindicato-padrão da indústria privada, e uma categoria que qualificamos como proletariado fabril típico, sua história se aproxima mais da da quela do Sindicato dos Químicos, e se distância da história dos bancários e estivadores. Sendo assim, é importante reter algumas idéias levantadas por Annez A. Troyano pois que se aplicam em parte à história do Sindicato dos Têxteis. A autora afirma, quanto ao Sindicato dos Químicos que, no decorrer de sua evolução histórica houve "marcantes tendência para o sistema oligárquico de poder sindical, uma vez que a renovação dos quadros dirigentes acontece basicamente com as intervenções do Ministério do Trabalho" ( 40 ). Grosso modo, é verdadeira essa assertiva para o Sindicato dos Têxteis, mas diríamos que até 1957, as intervenções (1937-1939) e (1947-1950) resultam na restauração do poder oligárquico de dirigentes ministerialistas que, após período de interventoria, são eleitos normalmente, dado a baixa representatividade do Sindicato dos Têxteis. As intervenções repõem dirigentes cuja legitimidade vem "de cima", ou seja, do Ministério do Trabalho e do Imposto Sindical, que não é derivada da base sindicalizada ( 41 ).

É fato, como assinala também Annez A. Troyano, que desde 1945 há elementos ministerialistas infiltrados em diretorias de correntes que revelariam outros métodos de ação, no período 1945-1947. O que, além de minar por dentro os movimentos da corrente mais progressista - caso de elementos da diretoria do Sindicato dos Têxteis - possivelmente do PTB, pois a mesma não tinha elementos do PCB, garante a manutenção de indivíduos sob encomenda do Ministério do Trabalho em postos-chave, mesmo em diretorias mais heterogêneas ( 42 ). Por exemplo, o segundo-secretário - Antonio Mendes Brazão - da diretoria 1945-1947, continuou tranquilamente secretário-interventor, foi primeiro-tesoureiro no período 1950-1952, sendo nesse período colocado na Federação da categoria, e rebaixado para o cargo de bibliotecário no período 1952-1955. A pacífica permanência de Antonio Mendes Brazão na diretoria interventora do sindicato é o resultado da infiltração já citada, e no caso

do Sindicato dos Têxteis, não houve sequer surpresa, como ocorreu nos Químicos, onde um membro da diretoria deposta se perguntou como era possível, legalmente, um membro deposto fazer parte da junta interventora ( 43 ). Para ilustrar o poder oligárquico no Sindicato dos Têxteis, basta lembrar que Melchíades dos Santos completou em 1950, dezesseis anos de carreira no sindicato, onze dos quais como presidente. Joaquim Teixeira, embora em posto secundários inicialmente tinha também o mesmo tempo de carreira (1943-1950).

Ilustrando o comportamento típico "pelego" de eliminar iniciativas divergentes, Melchíades dos Santos, logo após sua posse em 1947, tomou duas medidas simultâneas. Despediu seu antigo opositor, Natalino Forli, até então mantido no sindicato como funcionário, e contratou para substituir Forli, um elemento de sua clientela, o ex-presidente do sindicato, Mário Rotta( 44 ). Mário Rotta, como de costume, acabou roubando uns trocados dos cofres do sindicato e foi por esse motivo afastado. ( 45 ). O presidente-interventor reabsorveu vários membros da anterior diretoria, sempre presentes nas assembléias e sempre convidados a servirem de fiscais e escrutinadores. Os não absorvidos foram os que, como José Montarani e Herotildes Guilherme Tubbs (ex-presidente da Federação da categoria), ousaram questionar a legitimidade da prestação de contas da Junta Governativa e o funcionamento da Justiça do Trabalho. Além, é claro, dos membros da oposição antes tolerada - ex-membros do MUT. Um que se comportou bem, e membro da antiga diretoria foi até contratado como funcionário ( 46 ). Tudo feito na medida para neutralizar elementos passíveis de se tornarem oposição consequente.

Uma medida, sem dúvida impressionista, mas de qualquer forma disponível, é a quantidade de assembléias do período de intervenção bem como o número de participantes. O quadro comparado, a seguir mostra que os interventores convocavam menos assembléias do que no período do Estado Novo ( 47 ):

ASSEMBLÉIAS - Sindicatos dos Têxteis										
QUADRO <u>VIII</u>										
	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950
Número de Assembléias (realizadas)	5	5	4	6	5	6	4	2	3	3
Número de sócios presentes mínimo/máximo	30/343	32/110	50/114	38/174	19/330	47/141	38/118	29/99	14/106	27/31

FONTE: A.A.G. - 1941-1950.

A partir de outubro de 1947, as assembléias sō podiam se realizar com verificação e autorização da ordem-do-dia do DET. Em 1948, nas duas assembléias realizadas mantinham a ordem inspetores do DET e investigadores do DOPS. No ano seguinte o DET suspendeu uma assembléia porque membros da oposição convocaram associados, com outra ordem-do-dia ( 48 ). Em 1949, segundo depoimento de antigo militante sindical, ocorreram assembléias da seguinte forma:

"As diretorias não faziam mais assembléias, a não ser para prestação de contas e previsão orçamentária. Em algum lugar se conseguia alguma assembléia através de assinaturas, baseadas nos estatutos. Aí as diretorias soltavam boletins com a ordem-do-dia já determinada. Nós pegávamos os boletins e rodávamos outros com outra ordem-do-dia. A diretoria gritava, denunciava pela imprensa, a polícia vinha e cercava o quarteirão inteiro no dia da assembléia" ( 49 ).

Portanto não havia sō "greves no gancho", como também "assembléias no apito" ( 50 ). Antes de chegar a esse ponto, a oposição tentou atuar moderadamente. Tanto que em 1947 numa assembléia em que se decidiu formar uma comissão para apresentar uma tabela de aumento salarial, antes de abrir dissídio coletivo, vários ex-diretores opinaram, mas não puderam ser integrados na comissão, por veto do DET, como Herotildes G. Tubbs, ex-presidente da Federação dos Têxteis do ESP ( 51 ). No ano seguinte, houve duas intervenções em assembléias de Antonio Chamorro: uma contestando a legitimidade da aprovação de balancetes por 29 associados, o que redundou na recusa em aprová-los por parte 20 associados, e outra protestando contra a Justiça do Trabalho. Foi o bastante para que este associado tivesse a palavra cassada pelo inspetor do DET, em assembléia ( 52 ). Outro associado que propôs a formação de uma comissão de sōcios para verificar os balancetes, teve sua proposta negada, não pelo presidente-interventor, mas pelo inspetor do DET, Luiz Paladino ( 53 ). Essas intervenções em assembléias redundaram na expulsão dos dois associados acima citados e outros tantos, igualmente indesejáveis, invocando-se

a mesma Portaria 99 (14.05.1947) e o Decreto-Lei 23.046 de 7.05.1947 que determinou a intervenção no sindicato, e mais pelo art. 12º dos estatutos da entidade. Como se pode perceber, certos decretos-leis e portarias tinham "mil e uma" utilidades ( 54 ). Mas houve também o que os interventores chamaram de "exclusões", alegando que os sindicatos não pertenciam mais à classe ou tinham mensalidades atrasadas a seis meses. Em janeiro e fevereiro de 48, 353 associados foram excluídos. Mas há depoimentos que afirmam tratar-se, no caso, de expulsão política ( 55 ).

Para se ter uma idéia do vagar da Junta Governativa em filiar novos sócios e prestar serviços assistenciais basta saber que de 1946 a 1949, saíram do sindicato 2.437 associados, sendo que são no ano de 1948, 809, dos quais 359 expulsos. Somente no ano de 1950 demitiram-se do sindicato 4.027 filiados e ingressaram 1.538. Em outubro de 1950, por ocasião das eleições que enfim se processaram, havia 4.558 sócios em condições de votar. Votaram somente 2.794 sócios, sendo que a categoria em São Paulo que pagava imposto sindical, recolhido pelo Sindicato dos Têxteis somava 100.325 trabalhadores. O sindicato tinha, em 1949, por volta de 17.500 associados, e pois em 1950 mais de 23% dos associados desistiram da assistência prestada pelo sindicato ( 56 ). Como assinalou Hans Füchtner o montante imposto sindical se baseia no número de trabalhadores da categoria, e então a situação financeira do sindicato é tanto melhor quanto menor for o número de associados reivindicando serviços de assistência ( 57 ). Os "pelegos" tinham exata noção desta regrinha, e não faziam nenhum esforço para sindicalizar mais trabalhadores, e também não melhoravam a assistência médica e jurídica, na proporção das necessidades da categoria e dos sócios. De 1947 a 1950, os interventores se preocupavam bem mais com a reforma da sede, do campo de futebol (estádio Maria Zélia), compra de mais um automóvel para uso da diretoria, do que com a assistência médica ( 58 ). São em 1950 foi aberto um Departamento Jurídico no Sindicato. Em 1947 a Federação dos Têxteis, sob intervenção também, ofereceu parte das instalações de um prédio no Cambuci, para uso do Sindicato dos Têxteis, como sub-sede. Nessa sub-sede foi instalada a escola de Corte e Costura "Melchíades dos Santos" e um curso de alfabetização,

ficando a instalação de gabinete dentário sempre em projeto. ( 59 ). A diretoria anterior lutou para comprar uma sub-sede no Ipiranga, sem nada conseguir. Os "pelegos" ganharam de presente uma sub-sede, e venderam terrenos em Santos adquiridos para construção de uma colônia de férias, sendo que quando isso foi cogitado pela anterior diretoria, Melchíades dos Santos protestou, brandindo a lei. Os terrenos foram vendidos, aparentemente, ou pelo menos um deles, e o interventor, perguntado em assembléia a respeito, desconversou, respondendo que discutiria o assunto quando estivesse na ordem-do-dia. Como se pode desconfiar, os ministerialistas eram idôneos, aos olhos do Ministério do Trabalho, para cuidar dos bens imóveis do sindicato ( 60 ). Mas nas próprias atas está registrado o "roubo" (expressão literal) na sessão de Assistência Social. Logo em seguida foi marcada assembléia para votar o aumento das mensalidades, proposto em troca de melhorias no regulamento de assistência médica e jurídica. A assembléia aprovou o aumento, e o presidente-interventor se vangloriou de ser "(...) o nosso sindicato o que mais assistência social oferece aos seus associados e estamos procurando, na medida do possível, aumentar a referida assistência" ( 61 ).

Mas a Junta governativa bem mais interessada estava em estreitar suas relações com a CNTI e com a Federação da categoria. Melchíades dos Santos e Joaquim Teixeira compareceram ao Iº Congresso Brasileiro dos Trabalhadores na Indústria, com suas "teses", e de volta, entoaram hinos de louvor à iniciativa, mesmo porque o general Dutra prestigiu o encerramento desse congresso, que transcorreu, como dizem os "pelegos", na maior harmonia ( 62 ). Os interventores também mantiveram boas relações com o SESI, que sempre ajudaria em caso de eleição, e estiveram presentes, com comitiva, no 1º de maio organizado em 1950 por esta entidade patronal( 63 ). Entre 1949 e 1952 a Junta Governativa e o depois presidente Joaquim Teixeira estabeleceram com a União Cultural Brasil - Estados Unidos e com o adido Sindical da embaixada norte-americana ( 64 ), com que finalidade, ignora-se.



Tentamos através da história do Sindicato dos Têxteis, mostrar como, entre 1930 e o final da década dos quarenta processou-se a organização dos sindicatos sob tutela estatal. Tal processo, até o Estado Novo, teve sua fase de constituição, consolidando-se entre 1937 e 1945, pelo menos do ponto de vista da formação de um quadro burocrático interno, com sólidas vinculações com o ministério do Trabalho. Como é sabido, a estrutura sindical corporativa não foi atingida pela mudança de regime ocorrida em 1945. Mesmo com o pequeno hiato de liberdade e democracia interna vivido pelo sindicato entre 1945-1947, o poder permanece nas mãos do mesmo grupo ministerialista, e, como vimos, com os mesmos indivíduos, não havendo sequer rodízio. Foi constituído um "poder oligárquico" dentro do sindicato, com os ministerialistas se apresentando como interventores de 1947 a 1950, utilizando e aperfeiçoando os mesmos recursos policiais para sua permanência à frente do sindicato, criando inclusive condições para sua eleição em 1950. O período no qual o sindicato esteve sob intervenção, repetimos, assistiu à quase inexistência de focos oposicionistas, de tal modo que o poder dos "pelegos" e o funcionamento da entidade caracterizou-se pelo número reduzido de assembléias, geralmente orçamentárias, pela ausência de iniciativas de recrutamento, pela diminuição do número de associados, pela ineficiência na prestação de serviços assistenciais aos filiados. Foi a nosso ver, uma segunda - porém breve - fase de consolidação dos sindicatos, tal como reza o texto de lei corporativista, isto é, mantidos sob estrita vigilância do ministério do Trabalho, e num período de "democracia autoritária", por mais contraditória que possa esta adjetivação parecer ( 65 ).

## NOTAS

CAPÍTULO I

## 2.5. A Intervenção no Sindicato de 1947 a 1950

- ( 1 ) Ver ERICKSON, Kenneth P. - op.cit., pp. 16, 66-67 (Quadro C-4), 70,87; HARDING, Timothy F. - op.cit., pp.224-225.
- ( 2 ) ERICKSON, Kenneth P. - Ibidem, p.89 (Quadro D-2); Idem, Ibidem, pp.225-226.
- ( 3 ) Sobre a política econômica do governo Dutra, ver as linhas principais em SKIDMORE, Thomas E. - op.cit., 96-101; SINGER, Paul- "A política das Classes Dominantes" IN IANNI, Otávio ET ALII - Política e Revolução no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965: 65-125, pp. 87,90; MENDES JR, Antonio & MARANHÃO, Ricardo (orgs.) ET ALII - op.cit., pp.235,236.
- ( 4 ) Sobre a queda dos salários reais no período ver HARDING, Timothy F. - op.cit., p.232; FUCHTNER, Hans - Os sindicatos brasileiros de trabalhadores: organização e função política. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1980, p.79; OLIVEIRA, Francisco de - A economia Brasileira: critica a razão dualista. ESTUDOS CEBRAP 2. São Paulo, Cebrap, outubro, 1972: 3-82, p.47, onde os índices do salário-mínimo real, tomando-se por base 1944=100 (em São Paulo) são: 1945=80,3 (-19,7); 1946=70,9 (-11,7); 1947=53,8 (-24,1); 1948=49,6 (-17,8); 1949=50,4 (+ 1,6); 1950=47,9 (-5,0). Os números entre parênteses representam a variação anual. O salário-mínimo embora (na época) fosse inferior ao salário-médio da categoria têxtil em São Paulo, como veremos no Capítulo II (item 2.1.), e em termos reais, correspondia à remuneração de contingentes ponderáveis da categoria (menores, mulheres, serventem recém-admitidos).
- ( 5 ) Ver WEFFORT, Francisco Correa - Sindicatos e Política - Anexo - Greves (1945-1963), A.12 - A.16; Ricardo Maranhão cita, baseado em depoimento de antigo militante sindical, quatro greves que teriam se realizado no Lanifício Varam entre 1948 e 1952. Acontece que, a rigor, o depoente foi muito impreciso quanto à datas e empresas, de tal sorte que somente consideramos a greve de fevereiro de 1948, sobre a qual Ricardo Maranhão tem mais informações. O depoente se refere muito a greves "na marra", tiradas com piquetes de operários do PCB que não tinham relações sólidas com elementos dentro da fábrica, o que redundou em repressão e demissões desastrosas. Refere-se particularmente, como greve exemplar dessa política, à ocorrida na Tecelagem Santa Celina em 1950 - que não consta em outras fontes - quando, apesar de contar com apoio de comissão interna foi violentamente reprimida: "A Maria Ceresa foi arrastada pelos cabelos no meio da rua pela polícia (...) a Comissão foi presa (...)"

Esta foi uma greve que, segundo o mesmo depoente "liquidou" o PCB por muitos anos naquela empresa. Cf. Depoimento; ver MARANHÃO, Ricardo - op.cit., pp.102, 103,104,105.

( 6 ) Ver MARANHÃO, Ricardo - op.cit., p. 107 e p. 98 do ítem 2.4., deste capítulo.

( 7 ) Ver FAUSTO, Boris - Trabalho urbano e conflito social, p. 203, quando o autor, discorrendo sobre a greve de 1917, enfatiza que espontaneidade pura, sô nos livros de contos de fadas sobre a classe operária.

( 8 ) Ver HARDING, Timothy F. - op.cit., p. 221.

( 9 ) Ver MARANHÃO, Ricardo - op.cit., p.69, onde este autor assevera que o MUT apoiava a eleição dentro das empresas do delegado sindical. Ver também VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., p.259 e RODRIGUES, José Albertino - op.cit., pp. 147-149, que inclusive usa a expressão delegado de empresa ou comitê. É preciso insistir que havia comissões e comissões. Duas empresas, por exemplo, pediram ao sindicato a indicação de nomes de associados para formarem uma comissão interna para prevenção de acidentes. Trata-se de uma organização no local de trabalho, cuja atuação, não é duvidoso, pode ser exclusivamente patronal. Ver A.R.D. - 3.05.1949 (Comissão da Textil Assad-Abdala) e 14.08.1949 (Comissão da Cia Paulista de Aniagens).

( 10 ) Cf. MORAES FILHO, Evaristo de - op.cit., p.289, e 288-291; sobre o Iº Congresso da CNTI ver também HARDING, Timothy F. - op.cit., pp.299-230.

( 11 ) Ary Campista, um dos "pelegos" mais bem sucedidos e expressivos da história sindical brasileira, assim se identificou: "O que é pelego? Acho que é um feltro entre cristais (...) Mas não me defino assim, Sabe por quê? Não tenho a curvatura dos homens que circulam na sala de visitas. Nem a paciência dos que ficam na cozinha. Acho que sou o homem do quarto, onde são tomadas as decisões mais importantes". Cf. AMORIM, Paulo Henrique - op.cit., REVISTA REALIDADE, p. 160. Na época do Congresso - agosto de 49 - 234 sindicatos eram dirigidos por interventores. Ver FÜCHTNER, Hans - op.cit., p. 169; segundo Kenneth P. Erickson em 1942 havia 209 sindicatos sob intervenção e 4 federações. Ver ERICKSON, Kenneth P. - op.cit., pp. 66 (Quadro C-4).

( 12 ) Ver HARDING, Timothy F. - op.cit., p. 152 e RODRIGUES, José Albertino . op.cit., p.151.

- ( 13 ) Ver ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., pp. 265,269 (Quadro XIV), onde há indicações precisas sobre o tratamento dispensado aos trabalhadores e empregadores pela Justiça do Trabalho em São Paulo entre 1941 e 1945; ver também HARDING, Timothy F. - op.cit., pp. 141-142; FÜCHTNER, Hans - op.cit., p.66.
- ( 14 ) Ver HARDING, Timothy F. - op.cit., pp.227,228, onde inclusive, há informações de crescente aceitação de suborno por parte de Juizes do Trabalho, nas várias instâncias; MARANHÃO, Ricardo - op.cit., pp.91-92. Esse autor atribui à regulamentação do repouso semanal o caráter de conquista desse direito, antes de se ter tornado lei, através de greves, não as especificando porêm. Mas a fonte por nós utilizada indica o quanto as greves eram uma defesa contra o retrocesso no cumprimento da legislação social. Além da reivindicação mais frequente - a de aumento salarial - aparecem, em todo o Brasil, greves devido ao atraso de pagamento, pelo abono de Natal e para apressar as sentenças de dissídios coletivos. Não consta nenhuma greve pelo pagamento do repouso semanal remunerado. Ver WEFFORT, Francisco Correa - Sindicatos e Política, Anexo (Greves 1945-1963), A.12 - A.16.
- ( 15 ) Ver TELLES, Jover- op.cit., p. 65.
- ( 16 ) Ver RODRIGUES, José Albertino - op.cit., p.131.
- ( 17 ) Quanto a esta questão da competência normativa do Judiciário Trabalhista, ver RODRIGUES, José Albertino - op.cit., p.113. VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., pp. 269-270. Ver Lei nº 605 - 5.10.1949 e Decreto 27.048 - 12.08.1949, em CAMPANHOLE, Adriano- Consolidação das Leis do Trabalho. 30ª ed. São Paulo, Ed. Atlas S.A, 1971 pp. 260-270 (Legislação Complementar).
- ( 18 ) Ver VIANNA, Luiz Jorge Werneck - op.cit., p.270; HARDING, Timothy F.- op.cit., pp.189,191 e SARTI, Ingrid - op.cit., pp. 55,56, 101-104.
- ( 19 ) Cf. A.R.D. - 18.07.1947..
- ( 20 ) Cf. A.A.G. - 22.03.1948.
- ( 21 ) A.R.D. - 11.11.1947. Ver p. 132 deste ítem, onde se descreve as aplicações da cláusula da assiduidade integral.
- ( 22 ) A.R.D. - 26.05.1947; 14.06.1947; 18.07.1947.
- ( 23 ) Ver MALAN, Pedro S. & BONELLI, Regis ET ALII - Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939/1952). Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977 (Relatório de Pesquisa nº 36), pp. 143, 339, 510 (Tabelas III. 12, V.22, A.V. 9) nas quais se mede o aumento da importação de gêneros industriais. Na segunda tabela, a indústria têxtil é a campeã da importação em quantum (%): 1939/42: - 62,6; 1942/45: -19,4; 1945/47: 532,0 (grifo nosso); 1947/49: -46,4. Ver também, nos mesmos autores pp. 340, 170,

302 (Tabela V.11). Segundo esta última tabela a taxa média de crescimento da produção têxtil decresceu nas seguintes proporções (em % ao ano): 1939/42: 1,9; 1942/45: 9,4; 1945/52: 3,0. Houve desemprego inclusive na indústria metalúrgica em São Paulo, já em 1949, porque as empresas não conseguiram obter licenças para importação de maquinária, Ver HARDING, Timothy F. - op.cit., p.229. Ver a respeito da modernização da indústria têxtil, AURELIANO, Liana Maria - op.cit., pp. 36-38.

( 24 ) Cf. A.R.D. - 5.09.1947.

( 25 ) A.R.D. - 5.09.1947; 1.10.1947; 5.12.1947; 16.02.1948; A.A.G. - 23.09.1947; 19.10.1947.

( 26 ) " O presidente comunica que estrará em entendimento com as firmas empregadoras que desejam dar aumento a seus operários, evitando desse modo o movimento de greve já iniciado (...) ficando então deliberado convocar assembléia geral para aprovação da abertura do Dissídio Coletivo " Cf. A.R.D. - 16.02.1948; A.A.G. - 22.03.1948.

( 27 ) A.R.D. - 1.04.1948; 6.07.1948; 4.09.1948; 4.10.1948; 9.12.1948; 4.01.1949; 4.02.1949.

( 28 ) A.R.D. - 14.03.1949; 6.04.1949; A.A.G. - 14.04.1949.

( 29 ) A.R.D. - 3.05.1949; 1.06.1949; 4.08.1949; 1.10.1949.

( 30 ) Ver p. 95 do ítem 2.4. deste capítulo, bem como as notas (42)

(43) do mesmo ítem. Ver MALAN, Pedro S. & BONELLI, Regis ET ALII - op.cit., p.205 (Tabela IV.3) e p.420 (Tabela A.I.2) com índices do custo de vida em São Paulo 1945/1952 (114%) e variação anual 1939/1952.

( 31 ) Cf. A.A.G. - 22.03.1948.

( 32 ) Idem, ibidem.

( 33 ) A.A.G. - 22.03.1948.

( 34 ) TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO. São Paulo, Acórdão 900/8 - T.R.T. 20/48 - SP - 2.09.1948.

( 35 ) Idem, Ibidem.

( 36 ) Idem, Ibidem.

( 37 ) Idem, Ibidem.

( 38 ) Ver, a respeito LOPES, Juarez Rubens Brandão - Crise do Brasil Arcáico. São Paulo, DIFEL, 1967. pp. 81.94.

( 39 ) A.R.D. - 6.04.1949.

( 40 ) Cf. TROYANO, Annez A. - op.cit., p.132.

- ( 41 ) Em 1957, membros do PCB já ocupam postos na diretoria menos decorativos, muito embora os postos-chave continuem nas mãos de "independentes" (Ianistas), e nacionalistas. A Junta Governativa de 1937-1939, foi renovada nos mandatos de 1939-1941 e 1942-1945, quando Melchã des dos Santos e Joaquim Teixeira foram "eleitos", é bem verdade que com poucos votos. A Junta Governativa de 1947-1950, foi recolocada (em parte) mediante eleição em 1950, e parte de seus membros foram reeleitos em 1952. Ver TROYANO, Annez A. - op.cit., pp.91,92.
- ( 42 ) Idem, Ibidem, pp.91,92, 107-109. Ver também no item 2.4., deste capítulo, pp. 97,98 (49) p. 123.
- ( 43 ) TROYANO, Annez A. - Ibidem, p. 111.
- ( 44 ) A.R.D. - 26.05.1947; Ver RODRIGUES, José Albertino - op.cit., p.153.
- ( 45 ) A.R.D. - 18.07.1947; 5.08.1947.
- ( 46 ) A.A.G. - 19.10.1947; 18.03.1948; 19.06.1949; A.R.D. - 3.05.1949. Os elementos reabsorvidos foram Domingos Mano, Romeu Piva e Miguel Merlo, sendo que o último tornou-se funcionário do sindicato. Luiz Massaro, também convocado para fiscal de assembléia aparentemente não foi expulso, como ocorreu com José Montanari, por exemplo.
- ( 47 ) Ver TROYANO, Annez A. - op.cit., pp.105,108, onde a autora caracteriza o método ministerialista de convocar e não realizar assembléias de preferência.
- ( 48 ) A.R.D. - 1.10.1947; A.A.G.- 19.10.1947; 18.03.1948; 22.03.1948; 11.12.1949; 1.09.1950.
- ( 40 ) Cf. Depoimento de antigo militante sindical. O presidente - interventor realizou a assembléia no ano seguinte ressaltando que o DET suspendera a reunião "por ter sido deturpada a ordem-do-dia por elementos que, associados ou não, agindo de absoluta má-fé, espalharam nas fábricas convites aos associados para se reunirem com outro fim " Cf. A.A.G. - 1.09.1950.
- ( 50 ) Ver MARANHÃO, Ricardo - op.cit., pp. 103,104.
- ( 51 ) A.A.G. - 19.10.1947. Os membros dessa comissão foram: Luiz Massaro, José Montanari, Otávio Soares e Herotildes Guilherme Tubbs se pronunciaram.

- ( 52 ) A.A.G. - 18.03.1948; 22.03.1948. O inspetor do DET, Luiz Paladino assim se manifesta: "(...) alguns elementos (...) fazem tudo para desmoronar os sindicatos, visando fins políticos". Cf. A.A.G.-18.03.1948. Era um paladino da ordem. O presidente-interventor nem precisava falar nas assembléias, era desnecessário, com efeito.
- ( 53 ) A.A.G. - 18.03.1948.
- ( 54 ) Ver A.R.D. - 1.04.1948 registrando a expulsão de Antonio Chamorro, Yolanda Pilsingher (ou Picigher), e José Montanan; e 6.07.1948, registrando a de José Bonachello, Faustina Bonirvani e Juliana (ou Ana) Jodellis. Já em 1935, Roque Trevisan e outros foram expulsos do sindicato, sô com base nos estatutos. Ver ítem 2.1. deste capítulo, pp. 34,35.
- ( 55 ) Ver A.R.D. - 29.01.1948; 16.02.1948; MARANHÃO, Ricardo-op.cit., p.98,105. Segundo o depoimento de antigo militante sindical já citado, esses expulsos provavelmente comandaram a greve têxtil de fevereiro de 1948, quando segundo o mesmo depoente: "(...) não conseguimos reajustes de 25% por cima do Sindicato (...)um prêmio de perfeição na produção (...) e mais uns bagulhos como telha de vidro pra não se trabalhar o dia inteiro de luz acesa. Mas aí veio a polícia e me levaram preso". Cf. Idem.
- ( 56 ) A.R.D. - 1946-1949; 2.01.1951.
- ( 57 ) Ver FÜCHTNER, Hans - op.cit., p. 61.
- ( 58 ) Ver A.R.D. - 05.09.1947; 8.03.1948; 27.04.1948; 8.07.1949; 9.05.1950; 6.06.1950 todas tratando de verbas para reforma da sede, do campo de futebol e compra de automóvel.
- ( 59 ) A.R.D. - 5.12. 1947; 9.01.1948; 21.11.1950; 5.12.1950.
- ( 60 ) Ver pp. 105 e 107, do ítem 2.4. deste capítulo e pp. 112-113 do mesmo ítem: A.R.D. - 104.1948; 6.09.1948; 3.05.1949; A.A.G. - 19.03.1950.
- ( 61 ) Cf. A.A.G. - 19.10.1949; A.R.D. - 4.08.1949.
- ( 62 ) Ver A.R.D. 18.07.1947; 5.08.1947; 16.11.1948; 4.08.1949. Ver FÜCHTNER, Hans - op.cit., p.169.
- ( 63 ) Ver A.R.D. - 604.1949; 4.04.1950.
- ( 64 ) A.R.D. - 8.07.1949; 19.06.1952.
- ( 65 ) Sobre a permanência institucional da legislação corporativa, ver MORAES FILHO, Evaristo de - op.cit., p. 273, o primeiro a detectar a cômoda "esquizofrenia" entre a Constituição de 1946 e a legislação sindical. O termo "democracia autoritária" é também usado pelo mesmo autor. Idem, Ibidem, p. 256.

## CAPÍTULO II - RELAÇÕES DE TRABALHO E SINDICATO

### 1. A ORGANIZAÇÃO INTERNA DA EMPRESA FAMILIAR (1934-1964)

#### 1.1. Os encargos trabalhistas e a modernização da indústria têxtil em São Paulo

Preliminarmente algumas explicações se fazem necessárias sobre a natureza e limitações do material empírico usado neste item, que nos serviu para delinear as relações de trabalho nas indústrias têxteis de São Paulo, conformadas pelas leis e tribunais trabalhistas, no contexto da atuação geral do movimento sindical paulista (principalmente nos anos 50) e, portanto, do Sindicato dos Têxteis de São Paulo.

Trata-se de uma seleção de cinquenta e quatro processos (Acórdãos) tramitados e julgados no Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, juízo em segunda instância, o único cuja documentação se encontra disponível, e a partir de um levantamento de 472 processos do mesmo tribunal, no período 1941-1966. A seleção obedeceu aos seguintes critérios: a maior incidência de determinados tipos de conflito, de preferência nas doze maiores empresas do ramo têxtil no estado ( 1 ), e segundo o valor explicativo (do ponto de vista das relações de trabalho) do histórico de cada processo, individualmente.

Desses três critérios básicos resultou uma amostra, na qual a maioria dos casos se concentra no período entre 1953 e 1960, e não apenas devido à conjuntura política mais geral, de maior liberdade de movimentos para os sindicatos, que, conseqüentemente, estimulavam e se viam obrigados a financiar a defesa trabalhista dos operários. Esta concentração deve ser também referida à conjunção de crise e modernização da indústria têxtil em São Paulo, acarretando situações de conflito diversas das que ocorrem no período anterior (1941-1952), quando então a imobilidade quase completa dos sindicatos - exceção feita para o breve intervalo 1945-1947 - dava margem a expedientes claramente repressivos por parte do patronato, para escapar ao cumprimento dos encargos trabalhistas.

Um segundo passo explicativo é retomar e desenvolver algumas



características históricas da indústria têxtil em São Paulo que devem apoiar nossas afirmações finais neste ítem sobre as relações de trabalho nas empresas e a atuação possível do Sindicato dos Têxteis. Trata-se de uma indústria com plantas produtivas heterogêneas, comportando pois a coexistência de unidades de dimensão e capacidade de técnica diversas e que, no entanto, grosso modo, manteve-se em situação de total ou relativo congelamento tecnológico durante vinte anos, ou seja, de 1926 a 1946, situação essa que se consolidou por várias razões. De 1931 a 1937, a restrição legal para a importação de equipamentos, zelosamente defendida pelas onze maiores empresas têxteis do país, das quais seis eram paulistas ( 2 ), que assegurou o domínio do mercado de tecidos para a região centro-sul. Durante a Segunda Guerra o congelamento tecnológico foi compulsório, e pois involuntário. Finalmente, no governo Dutra, o reequipamento da indústria têxtil foi estimulado por uma política de crédito mais flexível, mas provavelmente só beneficiou as grandes empresas que tradicionalmente controlavam o mercado sulino oligopolisticamente. Desta situação podemos retirar, entre outras, uma característica geral da indústria têxtil em São Paulo: o uso intensivo da mão-de-obra e o seu baixo preço generalizado, o que, em termos de relações de trabalho, redundavam na maior recorrência de conflitos trabalhistas em torno de dispositivos legais de defesa dos operários, os mais elementares, tais como as jornadas de trabalho, as diferenças salariais e as indenizações.

Entre 1955 a 1961, a economia brasileira sofre uma verdadeira revolução industrial. Instalam-se sob a coordenação do Estado os setores industriais de bens de produção, configurando um perfil de industrialização pesada, portanto distinto do período 1933-1955. Até então, em termos absolutos, o setor mais importante na indústria brasileira era o de bens de consumo corrente. Tratava-se do padrão de acumulação capitalista que foi designado como industrialização restringida ( 3 ).

No mesmo período, a indústria têxtil cresce e se moderniza, porém de forma subordinada ao eixo dinâmico da acumulação capitalista, o das chamadas indústrias de base. A política econômica concentra-se, quase com exclusividade, no estímulo à ins-

talação da indústria pesada. O crescimento de indústrias como a têxtil será uma decorrência da expansão geral da economia. Nesse sentido, a indústria têxtil enfrenta dificuldades de crédito, de financiamento e, não se deve ignorar, que se iniciava então a competição com algumas grandes empresas que aqui se instalavam. Se é verdade que os anos 1956-1960 assistem à modernização da economia brasileira, é verdade também que este momento constitui um marco na internacionalização desta economia.

O empresariado têxtil não deixou de apontar as dificuldades vividas naquela época pelo setor:

"O reequipamento da indústria têxtil teve prioridade no campo industrial. O povo brasileiro é um dos que acusam menor consumo de tecidos/per capita no globo. Vestí-lo e calçá-lo é tarefa que supostamente demanda tempo (...)  
Acreditamos ser possível dar-lhe roupas e calçados baratos e duráveis desde que as fábricas de tais artigos de consumo compulsório sejam aparelhadas com equipamentos modernos e possam liberta-se, como no tocante ao ramo de sapatos masculinos e femininos, do pagamento de royalties ao estrangeiro. Essa modalidade de imperialismo já está ultrapassada e se o Banco do Brasil e do BNDE movimentarem-se tornar-se-á fácil adquirir na Alemanha ou em outros países (...) como o Japão, máquinas altamente especializadas e de modelos recentes, cuja produtividade possa permitir superar os obstáculos criados pela inflação no mercado interno e externo" ( 4 ).

Este era o ingênuo apelo de um jornal centenário que se proclamava no cabeçalho "acima de partidos e independentes de grupos" secundando através de vários artigos, as opiniões do então presidente do SIFTG-ESP, Fernando Gasparian. Alguns problemas de realização da indústria têxtil começaram a ser definidos politicamente pelo empresariado em 1958, e já não mais apenas sob o rótulo de super-produção. A IV Convenção Nacional da Indústria Têxtil, naquele ano, responsabilizou expressamen-

te a Carteira de Crédito Industrial do Banco do Brasil pela reduzida e morosa abertura de créditos especiais para o empresariado nacional. Também em 1958, em nome da continuidade do desenvolvimento e da manutenção do nível de emprego, a C.N.I. (Confederação Nacional da Indústria), protestou contra os privilégios de financiamento concedidos às indústrias básicas ( 5 ), não citando a resolução da SUMOC de junho de 1957, que estipulou prêmios adicionais de exportação para produtos têxteis, depositados no Banco do Brasil para financiar importação de maquinaria ( 6 ). Esse tipo de pronunciamento entrara mais do que nunca na ordem do dia, como parte do jogo de pressões dos setores industriais marginalizados no governo Kubitschek, na tentativa de mudar a repartição e destinação do bolo dos financiamentos. Porém, os surtos de depressão, intercalados por períodos mais ou menos longos de crescimento foram a constante da indústria têxtil no pós-guerra. O quadriênio 1947-1950 pode ser considerado recessivo. As exportações que durante a Segunda Guerra representavam 20% (vinte por cento) da população nacional, somavam em 1949, 2% (dois por cento) da mesma ( 7 ). O decréscimo no volume da produção de lã no estado de São Paulo (de 60 por cento entre 1944 e 1950) e da produção de seda no mesmo estado ( de 48 por cento entre 1945 e 1950) ( 8 ), itens que não faziam parte da pauta de exportação, indicam a sub-utilização do equipamento instalado. No entanto, em 1947 foi criado o sistema de licenças de importação preferenciais para equipamentos, e adotada uma política de crédito mais flexível. A indústria têxtil (no Brasil), entre 1946 e 1952, apesar de sô ter mantido níveis produtivos em ligeira elevação e, em alguns anos declinantes ( 9 ), beneficiou-se amplamente com o sistema de licenças preferenciais. Como se pode notar pelo quadro abaixo, o valor das importações de equipamentos aumentou aproximadamente 250% (duzentos e cinquenta por cento) no período:

## QUADRO

IX

## BRASIL INDÚSTRIA TÊXTIL

Importação de Equipamentos (milhões de Cr\$)

1944	82,2
1945	18,4
1947	465,5
1948	541,7
1949	580,5
1950	453,9
1951	467,3
1952	387,8

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA (SEEF - Ministério da Fazenda) ( 10 ).

Entre 1952 a 1955 o crescimento vegetativo da indústria têxtil foi sustentado pela expansão do mercado urbano, acelerada pela implantação das indústrias de bens intermediários e bens de consumo duráveis.

Entretanto, já em 1953, reivindicações como a ampliação do mercado interno e uma quota maior de créditos especiais foram levantadas pela C.N.I., que renovou propostas tais como:

- abertura pela SUMOC de créditos para importação preferencial de materiais primas, equipamentos para substituição de máquinas obsoletas e peças de manutenção.
- financiamento, através do BNDE, do reequipamento industrial pela articulação deste órgãos com entidade congêneres internacionais.
- licenciamento prioritário, franqueado pela Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil de maquinaria destinada a completar o reequipa-

mento de unidades que já tinham iniciado sua renovação.

- medidas mais efetivas, por parte dos poderes públicos, para o cumprimento do art. 27 da Constituição Federal, vedando limitações ao tráfego de qualquer natureza, por meio de tributos interestaduais e intermunicipais.

( 11 ).

Estas redundantes demandas de crédito suplementar fazem sentido a posteriori, pois seus efeitos, como a Instrução 70 da SUMOC de outubro de 1953, protegendo a indústria nacional, seriam anulados nos anos seguintes. O valor das importações de maquinarias e acessórios têxteis, por exemplo, caiu de U\$ 24 milhões em 1953, para U\$ 9 milhões em 1958. Os investimentos realizados no ramo a partir de 1956, sob forma de importações sem cobertura cambial, facultadas pela Instrução 113 da SUMOC, não constituíram reequipamentos, mas sim implantações de novos setores no ramo têxtil ( 12 ).

No ano de 1956 abriu-se uma nova fase de desemprego que, somente no estado de São Paulo foi da ordem 18% (dezoito por cento) nos anos de 1957 e 1958 ( 13 ), bem como (em 1957) um decréscimo no volume da produção, em todos os setores - algodão, lã, juta, linho, seda, rayon -, com exceção do nylon, cuja produção triplicou ( 14 ). Em 1958, a restrição de crédito (temporária) imposta pela instrução 135 da SUMOC tornou ainda mais difícil a situação geral da indústria têxtil. De 1960 em diante, no contexto de uma crescente deterioração dos salários reais e da depressão econômica, este ramo continuou mergulhado numa de suas fases de depressão mais longas, da qual se recuperaria somente após 1968.

No início dos anos 60 voltou a ser proclamada a premência do reequipamento da indústria têxtil paulista ( 15 ), cujas unidades modernizadas já procuravam recuperar seus níveis de lucro via exportação. Mas representavam apenas casos isolados, a confirmar a regra, como demonstrou uma pesquisa da CEPAL ( 16 ). Este trabalho indicou que o estado de São Paulo era a região dotada de uma estrutura produtiva mais

diversificada - em comparação com outros estados - e que concentrava (1960) 44% (quarenta e quatro por cento) da capacidade instalada em fiações de 46% (quarenta e seis por cento) da capacidade instalada de tecelagens bem como o maior contingente de mão-de-obra (53,6%) da região centro sul ( 17 ).

No que se refere ao grau de obsolescência da maquinaria têxtil instalada também na região centro-sul, os níveis mais elevados de automação no estado de São Paulo não impediram precárias condições deste parque industrial, dada a sua heterogeneidade. Por exemplo, no setor relativamente novo das fibras artificiais e sintéticas, praticamente monopolizado por São Paulo - responsável por aproximadamente 90% (noventa por cento) do volume total da produção - somente 30% (trinta por cento) dos fusos, 12% (doze por cento) dos teares mecânicos e 34% (trinta e quatro por cento) dos teares automáticos tinham menos de dez anos de idade. O equipamento restante variava entre dez e trinta anos de idade ( 18 ). O setor de juta, também significativo no parque paulista, apresentava, em seu conjunto, o mais alto grau de obsolescência: 80% (oitenta por cento) dos teares automáticos, por exemplo, tinham mais de trinta anos de idade ( 19 ).

Após equacionar três fórmulas de reequipamento e modernização da indústria têxtil, o estudo da CEPAL previa a partir de 1960 tanto o desemprego decorrente da redução unitária do equipamento recenseado (em consequência da reposição de máquinas), da ordem de 40% (quarenta por cento) nas fiações e tecelagens, como o resultante do aumento das cargas de trabalho por operário, que acarretaria uma redução na demanda de trabalhadores de aproximadamente 30% (trinta por cento) nas fiações e 40% (quarenta por cento) nas tecelagens. Excluindo-se a reabsorção de operários para satisfazer a ampliação do mercado até 1970 ( 20 ), a pesquisa estimou um desemprego total (na região centro-sul) de 40% (quarenta por cento), em relação ao montante de operários ocupados em 1960 ( 21 ).

Aparentemente, portanto, mesmo o estado de São Paulo, gozando de muitas vantagens comparativas em relação a todas as outras

unidades produtoras, principalmente quanto à organização empresarial e tecnologia, esgotou suas possibilidades de crescimento em 1955.

Essa situação da indústria têxtil pode nos ajudar a compreender o fundamento dos conflitos trabalhistas neste período e nos esclarece algo sobre os casos que selecionamos como os tipos mais recorrentes de dissídios trabalhistas nas empresas têxteis. Não por acaso nossa amostra privilegiou os processos trabalhistas ocorridos entre 1953 e 1964. São processos que se acumulam nesta época, e não em outra, e apresentam novas facetas, porque são significativos de uma etapa em que os velhos problemas nas relações de trabalho adquiriram nova dimensão, e novos problemas apareceram, devendo os últimos ser imputados tanto à modernização diferenciada da indústria têxtil, como à crise do ramo têxtil que se torna irreversível por volta de 1960.

É preciso pois ter em mente no período (1953-1960) os problemas já "tradicionais", explicados pela persistência de uma organização interna das empresas baseada na intensidade do trabalho e não na maquinaria, pela débil capacidade organizativa do Sindicato dos Têxteis nas fábricas, para fazer frente à infração das leis protetoras do trabalho, e que se aprofundaram ou adquiriram nova razão de ser. Assim, foi ativada a rotatividade da mão-de-obra, o que pode ser atribuível às práticas empresariais para evitar despesas com indenizações, a saber, os contratos de trabalho por tempo determinado, que implicavam em: dispensas antes dos operários completarem um ano de serviço; aquelas por ocasião de reajustes salariais ou do salário-mínimo; as realizadas aos nove anos de serviço; e, por fim, as dispensas sob as não poucas alegações de "justa causa" que a legislação facultava e que podem ter prevalecido, de forma mais sistemática. Se estes expedientes, a médio prazo, atingiram em maior escala os trabalhadores menores e as mulheres, criou-se em tese, um mecanismo de expulsão/absorção relativa crescente de mão-de-obra feminina e juvenil, mais facilmente substituível, devido à sua baixa qualificação e salários inferiores.

Nesse período estas regras de fato dos contratos de trabalho, que executavam um mecanismo de rotatividade seletiva, se combinaram com problemas mais recentes, tais como: o desemprego (tecnológico e conjuntural); as sobrecargas de trabalho que geralmente se acompanhavam de redução salarial metódica; e a transgressão dos acordos salariais e dos encargos trabalhistas.

A conjunção de problemas decorrentes de um período por vezes simultâneo de crise e de modernização é por si só suficiente para ampliar o exército industrial de reserva no setor têxtil, aumentar a exploração do trabalho, e deprimir ainda mais os níveis salariais do operariado têxtil. Convenhamos que são organizações sindicais representativas e solidamente estruturadas de países capitalistas avançados têm condições de limitar a depressão dos níveis salariais e o desemprego que, via de regra, se realiza através da absorção de reservas de mão-de-obra barata e da automação. Não é esse o caso do Sindicato dos Têxteis, que, além disso, para negociar salários acima do nível de subsistência urbana, dependia em tese - e na prática isso ocorreu, como veremos adiante - da capacidade de mobilização conjunta do operariado de São Paulo, o que, por sua vez, só era factível quando interferiam (nos momentos de negociação) fatores de ordem institucional como a política econômica do governo, e conjunturas de "liberalização" sindical.

Analisando os Acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho, no período que vai de 1942 a 1966, podemos notar, em primeiro lugar, o patronato têxtil desde sempre empenhado em demitir operários alegando justa causa, ou seja, pretendendo eximir-se de pagar as indenizações devidas. A quantidade de reclamações trabalhistas deste tipo e de recursos para anular causas ganhas por operários em primeira instância, supera todas as demais. Sem dúvida, aquela prática tinha amparo em pelo menos três itens suficientemente vagos, que, no texto de lei, caracterizavam a justa causa para demissão: "desídia", "indisciplina ou insubordinação" e "abandono de emprego" ( 22 ).



Um dos métodos correntes era negar licença ao operário comprovadamente doente (tuberculose, sarna), para demití-lo, quando de sua ausência, por abandono de emprego ( 23 ). A acusação de desídia podia se fundamentar, por exemplo, no fato de um operário inutilizar um tecido, mesmo que provasse ter desmaiado após vinte e três horas consecutivas de trabalho ( 24 ). Outro ato qualificado como desídia era a "sabotagem da produção", assim entendida quando o operário (tarefeiro) não atingia o salário-mínimo ( 25 ).

As alegações de indisciplina ou insubordinação como justa causa para demissões mostram os conflitos mais permanentes nas relações de trabalho das empresas e mostram também como o patronato, frente à reação dos operários, enfeixava quase tudo sob o rótulo de "indisciplina", quando, de fato, tais conflitos surgiam porque as empresas se negavam a cumprir a regulamentação do trabalho prevista na C.L.T. Quando operários se recusavam a prestar serviço noturno, não estipulado em contrato, ou pelo fato de não receberem adicional, tal ato podia ser qualificado como insubordinação ( 26 ). A negação do operário em aceitar oito horas ininterruptas de trabalho (proibidas por lei), ou a de trabalhar com teares em maior velocidade, exigindo portanto maior dispêndio de energia sem compensação salarial, configuravam indisciplina ( 27 ). Operários que protestassem pelo fato de não receber adicional noturno e fossem surpreendidos dormindo em serviço ou que reclamassem contra a falta de higiene nas oficinas, incorriam em indisciplina, e estavam sujeitos a ser demitidos sem indenização ( 28 ). Nestes processos, corriqueiros, os operários têxteis tinham ainda que aguardar (meses, anos) o resultado de recursos, geralmente impetrados por empresas, para anular decisões das Juntas de Conciliação e Julgamento, que, considerando muitas demissões injuntas, obrigavam ao pagamento de indenizações, aviso prévio, saldos de salário, férias adicionais, noturno, etc.

Acrescente-se a estes casos, outros, mais originais. As empresas tentavam escapar ao pagamento de indenizações asseverando em juízo que o operário assinara recibo de plena quitação, quando na verdade, ficava patente, após exame, não constar no

recibo (em carteira) as importâncias corretas ( 29 ). Uma alegação pouco comum, mas usada, era demitir operário estrangeiro devido à Lei dos Dois Terços, sem pagar indenização ( 30 ). Um processo historia o eficaz método utilizado por uma empresa para demitir setecentos operários sem pagar o total de indenizações, ao se transferir para outra cidade. Neste episódio, parte dos operários sem aviso anterior, e depois de fechada a fábrica, aceitaram ser transferidos. Os que não aceitaram foram coagidos a assinar no DET, sob ameaça de nada receber ("acordo"), recibos de quitação, por meio dos quais teriam direito às importâncias que a empresa se dispunha a pagar, e, em troca, foram advertidos para não mais reclamar as diferenças devidas (salários vencidos, férias, aviso prévio, indenização) ( 31 ). O motivo que começa aparecer em 58, para as demissões em massa, sem pagar indenização ou pagando pela metade, é a "força maior". Por força maior entendiam várias empresas sua má situação financeira, devida às portarias da SUMOC, e à retração do crédito ( 32 ). Duas variantes eram a demissão de operário que atingisse dezoito anos, para não pagar salário de adulto, e mediante provas de "falta de habilidade profissional" (após anos de uso desta habilidade); e a demissão de operárias no sétimo mês de gravidez, nos dois casos sem Pagamento de indenização ( 33 ).

As tentativas visando a dispensa sem indenização de operários estáveis, eram outra constante do patronato têxtil. Com este objetivo instauravam-se os inquéritos administrativos, para fazer prova de abandono de emprego, insubordinação e atos de improbidade (geralmente incriminação de furto de linhas, metros de tecido, tesouras) ( 34 ). Os inquéritos também usavam como justa causa para demitir, por coincidência, só operários estáveis, o fato destes não comparecerem na fábrica em dia de passeata, como a de 02.09.54 contra a carestia ( 35 ). Para caracterizar determinados operários estáveis como agitadores, os inquéritos os acusavam de pressionar os companheiros a não aceitar imediatamente propostas informais de acordo salarial com os gerentes ( 36 ). A dispensa de operários, porém só os estáveis, sob a alegação de "força maior" era ainda outro expediente, muito embora durante a

tramitassãõ do processo, ficasse claro a normalidade da situação econômica da empresa ( 37 ). Hã processos que se tornaram comuns a partir de 1955, em que ficava caracterizada, atravẽs da demissãõ, a tentativa de impedir a estabilidade de de operãrios, sujeitando a empresa ou ã reintegração ou ao pagamento de indenizações em dobro ( 38 ). Como assinalou Agenor B. Parente, este conflito perpétuo entre empresas e operãrios em torno da questão estabilidade se refletia no número crescente de reclamações trabalhistas de operãrios, estãveis ou não, apõs 1947, e no número estacionário de inquẽritos administrativos desde entãõ ( 39 ).

Outra Modalidade importante era a dispensa sem indenização de operãrios considerados subversivos. Embora o art.432 da C.L.T. (atẽ 1966), que trata da justa causa para rescisãõ do contrato de trabalho pelo empregador, não contivesse clãusulas expressas nesse sentido, outros capítulos davam ampla margem a esta prática, principalmente o referente ã greve ( 40 ), bem como a posição quase sempre unãnime dos Juizes, de apoio ao patronato, embora se perceba, a partir de 60, uma certa complacência por parte daqueles, em se tratando de acusações contra operãrios estãveis. O primeiro passo era a abertura de inquẽrito administrativo para classificar determinado operãrio como "elemento nocivo ã segurança nacional", mesmo sem apresentação de provas ( 41 ). Estas, se reunidas, incluĩam depoimentos de testemunhas (prõ-empresa) acusando operãrios de organizar greves e piquetes, junto aos quais juntavam-se relatõrios do DOPS ( 42 ). A acusação de chefiar movimentos grevistas era lançada sobre alguns, dentre operãrios que paralizavam o trabalho, ou reclamavam junto ã administração por não receberem fãrias, diferenças salariais de dissídios coletivos, etc ( 43 ). Empresas poderosas como a São Paulo Alpargatas S.A. protestavam ser lícito desdobrar reclamações coletivas desse teor (exigindo indenização e saldos de salãrio) em vãrios dissídios individuais, numa evidente manobra para impedir a defesa dos operãrios ( 44 ). Dois processos mostram a forma típica de impedir a permanência de militantes sindicais ou de organizações polítics dentro das fãbricas. No primeiro, o Conselho de Juizes apoiou sua decisão em atos que identificavam

um operário agitador, tais como: "distribuir listas de chamada campanha pela Paz, recolhendo donativos", manifestos de adesão à campanha do Petróleo, e várias prisões atestadas pelo DOPS ( 45 ). No segundo, a empresa interessada em demitir operária estável, retirou do baú fatos passados há anos, para fornecer argumentos às testemunhas arroladas em inquérito. O elenco de crimes atribuídos à operária incluía: venda de jornais, paralização do trabalho por ocasião da morte de Vargas, liderança sindical, simpatia pelos comunistas, pedido de licença sem remuneração, ocultando viagem à Rússia ( 46 ). Se, em 63, o Conselho de Juizes por vezes se recusava a permitir a demissão de operários estáveis pelo fato de participarem de greves, afirmando ser a greve um direito garantido pela Constituição ( 47 ), a partir de 1964, não por acaso, negava-se a operários estáveis (sem militância sindical) participantes de greves a reintegração no emprego ou o direito à indenização ( 48 ). São eventualmente, o Conselho, por maioria, decidia a reintegração de operária estável, apontada como cabeça de greve, quando eram apresentadas provas cabais da intenção da empresa de se descartar de uma operária, dentre cem grevistas ( 49 ).

Um tipo de processo que se repete após 1950 é o pedido de indenização por parte de operários prejudicados pela rescisão unilateral de seus contratos de trabalho. Os fatos apresentados para caracterizar essa situação era a transferência para outras seções - com salário inferior e função diversa da registrada em carteira - o que importava invariavelmente na desqualificação profissional de operários estáveis ( 50 ); e, como demonstra claramente um processo de 1965, em sistemáticas formas de prejudicar operários mais velhos (supressão de gratificação, alteração de horário, atraso de pagamentos) de tal forma a obrigá-los a pedir indenização ( 51 ). O aumento da intensidade de trabalho (do número de teares por trabalhador) resultava também na reclamação de rescisão unilateral de contrato. Em regra, os teceletes recusavam-se a tocar mais teares, mesmo quando isso não implicava em redução imediata de salário, alegando aumento de esforço físico, sempre negado pelas empresas ( 52 ).

Mas há também os processos expressivos do método não apenas de aumento da exploração da força-de-trabalho, como também de redução salarial planejada ( 53 ). Os tecelões reclamantes geralmente pareciam alimentar a ilusão de que, provada a redução salarial, ou passariam a ganhar mais, pelo fato de trabalhar com mais teares, ou seriam restabelecidas as condições anteriores de trabalho. Na melhor das hipóteses, a decisão dos juizes era nesse segundo sentido. Por exemplo, foi considerada procedente a reivindicação de um grupo de tecelãs, as quais, verificando que outro grupo de companheiros responsáveis por quatro teares recebiam uma tarifa horária média mais elevada, recusaram-se a aceitar o regime de trabalho com seis teares, no qual ganhavam menos em média, e pleitearam a volta ao trabalho com quatro teares ( 54 ). A redução salarial planejada se estendia àquelas funções, onde não havia aprimoramento técnico possível, como as de serzideiras. Num dos processos do gênero ficou provado que a modernização dos teares da empresa, importava numa redução de defeitos de 14%. No entanto as tarifas horárias das serzideiras, encarregadas de corrigir defeitos (de forma totalmente manual), foram reduzidas em 20%, quando seus serviços eram pagos na base de metros serzidos e não da quantidade de defeitos a reparar e estavam portanto, na nova situação, serzindo mais metros ( 55 ).

As reclamações trabalhistas reivindicando o pagamento de aumentos salariais já tornados lei em dissídios coletivos se avolumam a partir de 53, bem como aquelas acusando atraso no pagamento de salários, atraso este reclamado mais por operários estáveis ( 56 ). Uma empresa, por exemplo, ignorou a porcentagem de aumento, fixada em dissídio coletivo, fazendo "acordo" com os operários, através do qual vinha pagando (em 54) 25% de aumento, quando o dissídio coletivo (de abril de 53) estabelecera 32% ( 57 ). Em 1957 aparecem os processos em que empresas alegavam ser impossível pagar aumento salarial fixado em dissídio, devido à sua situação financeira ( 58 ). Finalmente, o pagamento da taxa de insalubridade era dificultado por empresas que apresentavam perícia feita por elementos de sua confiança, dispensando os depoimentos dos interessados ( 59 ). Este arrolamento

de casos típicos, convém frisar, nos leva a supor que, de um lado, a categoria têxtil, a partir de 1950, enfrentou os problemas resultantes da organização "irracional" das empresas tradicionais, que tendiam a demitir sempre mais operários e não cumprir os encargos trabalhistas; e, por outro lado, os problemas decorrentes da modernização de empresas menos tradicionais, mas que igualmente dispensavam operários, rebaixavam salários, aumentavam a intensidade do trabalho, etc. É provável até que algumas grandes empresas contemplassem seus operários com os dois tipos de problemas simultaneamente. Nesse contexto, as reivindicações trabalhistas parecem ter adquirido um peso crescente no cotidiano do operário têxtil, que não tinha outra alternativa senão a de recorrer ao sindicato para tentar resolver seus problemas ( 60 ). Porém, a solução desses problemas estava em parte condicionada à capacidade organizativa do Sindicato, que contava, na década de 50, com uma equipe de ativistas sindicais experientes ( 61 ), mas, de qualquer forma, representando uma categoria muito oprimida, em todas as fases de industrialização no Brasil, pelas relações de trabalho que de fato vigoravam nas empresas têxteis, e, além disso, numa indústria que tradicionalmente absorve reservas de mão-de-obra barata, e cujos lucros, até período recente, sempre se basearam mais na intensidade do trabalho do que no potencial dos equipamentos ( 62 ).

Por um lado, o poder de barganha do Sindicato dos Têxteis, quanto a aumento de salários, foi sustentado graças às greves de várias categorias - em 1953 e 1957 - em que os têxteis colheram os frutos de sua militância sindical, recebendo as mesmas porcentagens de aumento que os metalúrgicos. Em 1960, porém, quando o salário médio dos têxteis reduziu-se a ponto de não atingir sequer o salário mínimo local e o desemprego era crescente ( 63 ), o Tribunal do Trabalho destinou à categoria uma porcentagem de aumento mais baixa do que a arbitrada para os gráficos e metalúrgicos ( 64 ).

Isto ocorreu não apenas porque na época se desenvolviam violentas disputas entre várias correntes dentro do movimento sindical em São Paulo ( 65 ). Também, é possível as categorias operárias incluídas na faixa do salário-mínimo ( caso dos

têxteis) dependessem muito mais de pressões diretamente exercidas sobre o governo para manter aquele salário, do que de pressões indiretas articuladas em época de dissídio, pelos sindicatos mais poderosos, representando indústrias do setor dinâmico da econômica, circunstância que, de certa forma, devia pesar sobre a decisão dos tribunais trabalhistas ( 66 ).

Acrescente-se, por outro lado, que as correntes majoritárias do movimento sindical no final dos anos 50 até 64 cerraram fileiras em torno do temário nacionalista, centrando nas reformas de base, relegando a um segundo plano as reivindicações específicas do movimento operário; e mesmo aquelas gerais - como o 13º salário - encontraram ressonância numa conjuntura em que o movimento sindical dispunha de uma capacidade de pressão sobre o governo, que não era a expressão real do contato com a base social sobre a qual acreditava apoiar-se ( 67 ). O Sindicato dos Têxteis, em termos gerais, seguiu esta orientação, muito embora ao mesmo tempo, apoiasse a inclusão, no rol das reivindicações nacionalistas, da luta contra o desemprego tecnológico e de medidas para a defesa da indústria textil ( 68 ). Também seus dirigentes esboçaram propostas visando a solução dos problemas particulares, que atingiam somente o setor têxtil ( 69 ). Porém, em decorrência das características gerais no movimento sindical na época, que implicavam por sua vez em limitados esforços para fortalecer organicamente o operariado, e, além disso, na subestimação das vantagens que adviriam da luta pela institucionalização, em novas bases, dos contratos coletivos de trabalho ( 70 ), as reivindicações da liderança têxtil junto ao governo sã poderiam soar no vazio.

Desse modo, o Sindicato não tinha condições nem políticas nem econômicas para dar resposta aos problemas da classe - tanto os de sempre como aqueles criados pela modernização ( 71 ). Mesmo que os dirigentes têxteis se empenhassem a fundo na luta por reivindicações específicas e por melhores condições de trabalho, seu êxito seria forçosamente esporádico, no contexto das características da indústria têxtil, processo que sã adquiriu novos contornos a partir de 1968.

## NOTAS:

Capítulo II

## 1.1. Os encargos trabalhistas e a modernização na Indústria Têxtil em São Paulo

( 1 ) Respectivamente: S.A. Moinho Santista, S.A. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, Cotonifício Rodolfo Crespi, Fiação e Tecelagem Ipiranga Jafet S.A., Fiação e Tecelagem Tatuapé S.A., São Paulo Alpargatas S.A., S.A. Fiação e Tecelagem Santa Cêlina, Cotonifício Guilherme Giorgi S.A., Indústria Têxtil Calfat S.A., Cotonifício Paulista, Fábrica de Tecidos Labor, S.A. Fiação e Tecelagem Ypiranga-Assad; e no estado de São Paulo: Cia Nacional de Estamparia e S.A. Indústrias Votorantim. Sobre as prerrogativas dos Tribunais Regionais do Trabalho, ver ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de - op.cit., p.269, nota do Quadro XIV.

( 2 ) Em 1945, no setor da produção de algodão (majoritário), as maiores empresas paulistas eram: S.A. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, S.A. Moinho Santista, Cotonifício Rodolfo Crespi, Fiação e Tecelagem Ypiranga Jafet S.A., S.A. Indústrias Votorantim, e Cia. Nacional de Estamparia.

( 3 ) CARDOSO DE MELLO, João Manuel - op.cit., pp. 117,132 e sgts.; AURELIANO, Liana Maria - op.cit., pp. 94-97. Para estes autores entre 1933 e 1955 a economia brasileira move-se numa dinâmica específica de acumulação capitalista: é industrializada não só porque existe o núcleo básico de bens de produção, como também porque é este setor o que apresenta as maiores taxas de crescimento, emprego e lucro. Porém esta industrialização é restringida porque o setor de bens de produção não está plenamente instalado, e a economia esbarra num limite externo à sua própria acumulação: a capacidade para importar. Entre 1955 e 1961, sob a égide do Plano de Metas, a economia brasileira adentra a etapa especificamente capitalista, pois este é o momento da industrialização pesada, com a instalação, de forma concentrada no tempo, do setor de produção (indústria elétrica pesada, máquinas, equipamentos, automobilística, etc.)

( 4 ) CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 23 agosto, 1960.

( 5 ) Ver Indústria Têxtil - problemas atuais e perspectivas. DESENVOLVIMENTO & CONJUNTURA. III (9), set. 1959: 40-42.

( 6 ) Ver CONJUNTURA ECONÔMICA. XI (8), ag. 1957:10.

( 7 ) Ver CONJUNTURA ECONÔMICA. IV (1) jan. 1950: 16-22, e ATINGIU o mais alto nível em 1949 - exposição do Sr. Humberto Reis Costa



na reunião do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem. Diário de São Paulo. São Paulo, 18 de março, 1950.

( 8 ) Ver IBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1950 p.157 , e idem - 1951 - p. 157.

( 9 ) Ver IBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1957 - p.99, no que refere aos anos 1947 e 1951.

( 10 ) CONJUNTURA ECONÔMICA - VIII (9) set. 1954: 19.

( 11 ) Ver CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - I Reunião Plenária da Indústria: Proposições. Rio de Janeiro. 1953, pp.17 -19,23 -24,28,42 , s.ed.

( 12 ) Ver Indústria Têxtil - problemas atuais e perspectivas DESENVOLVIMENTO & CONJUNTURA. III (9) set. 1959: 41, e Reequipamento Têxtil. CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 3 set. 1960.

( 13 ) AUMENTA a produção têxtil paulista e diminui o emprego da mão-de-obra. A Gazeta. São Paulo, 25 dez. 1959. As taxas de desemprego são geralmente discrepantes, razão pela qual sã discutiremos as discordâncias de informação no que se refere à cidade de São Paulo.

( 14 ) A INDÚSTRIA têxtil em São Paulo. Diário Popular, São Paulo, 8 nov. 1958 e IBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1962, p.71 e Idem - 1963, p.124 quanto ao decréscimo da produção brasileira.

( 15 ) Ver URGENTE o reaparelhamento da indústria têxtil paulista O Estado de São Paulo. São Paulo, 5, jan. 1961.

( 16 ) O.N.U. - COMISSÃO ECONOMICA PARA A AMÉRICA LATINA - "A indústria têxtil no Brasil" IN La Indústria Têxtil en América Latina, 1962, vol. 2 (mimeo).

( 17 ) O.N.U. - CEPAL - op.cit., pp. 13,81 .

( 18 ) Idem, Ibidem. p. 101

( 19 ) Idem, Ibidem, pp.101 ,105 ; ver também ARAUJO JR. & PEREIRA, Vera Maria Candido - "Teares sem lançadeira na indústria têxtil" IN ARAUJO, José Tavares de (ed.) - Difusão de inovações na indústria brasileira: três estudos de caso. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976: 7-56, com observações das mais pertinentes sobre as modificações na estrutura técnica de produção da indústria têxtil no Brasil, especialmente nas pgs. 11, 12, 13,16,17, 19, 20, 23, 37.

( 20 ) Ampliação esta baseada no aumento do consumo aparente de produtos têxteis a uma taxa anual de 4%.

( 21 ) O.N.U. - CEPAL - op. cit., XVIII, Introdução.

( 22 ) Ver at. 428, cap. V, C.L.T. - CAMPANHOLE, Adriano - op.cit., pp. 122, 123 .

( 23 ) CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO. São Paulo, 105/42 - Acórdão

268/2 - SP - S.A. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo - 25.5.42. Doravante abreviaremos. CRT-SP-Ac., com os respectivos números e anos de processos e Acórdãos, constando eventualmente processos referentes a empresas do ABC e do interior do Estado.

( 24 ) CRT 660/44 - Ac. 161/45 - SP - 2.2.45 - Lanifício Jafet S.A.

( 25 ) TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO. São Paulo, (TRT) 1444/59 - Ac. 3006/59 - SP - 8.9.59 - Lanifício Asta S.A. - Doravante abreviaremos TRT - SP-Ac., com os respectivos números e anos dos processos e Acórdãos.

( 26 ) CRT 172/45 - Ac. 188/45 - SP - 28.5.45 - Fábrica de Tecidos São Jorge.

( 27 ) TRT 229/48 - Ac. 891/8 - Santo André - 3.9.48 - Fiação e Tecelagem Santo André : TRT 767/49 - Ac. 1080/49 - SP - 10.10.49. S.A. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo.

( 28 ) TRT 3/55 - Ac. 372/55 - SP - 21-3-55 - Lanifício Santa Rosa S.A.; e TRT 395/57 - Ac. 1280/57 - 1.8.57 - S.A. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo.

( 29 ) TRT 1921/61 - Ac. 2623/61 - SP - 19.9.61 - Tecelagem Mansur S.A.; CRT 2944/41 - Ac. 201/2 - SP - S.A. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo.

( 30 ) CRT 129/42 - Ac. 544/2 - SP - 28.8.42 - S.A. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo.

( 31 ) CRT 447/43 - Ac. 235/4 - SP - 12-6-44 - Cia Brasileira de Aniagens.

( 32 ) TRT 2261/58 - Ac. 1793/59 - SP - 14.5.59 - Cotonifício Beltrano S.A.; TRT 1702/59 - Ac. 3551/59 - SP - 16.11.59 - Indústrias de Tecidos Lana Flor S.A.

( 33 ) TRT 456/61 - Ac. 2496/61 - SP - 11.9.61 - Cotonifício Nossa Senhora dos Remédios S.A.; TRT 3858/61 - Ac. 1471/62 - SP - 2.5.62 Org. Têxteis Irmãos Chamma S.A.

( 34 ) CRT 205/41 - Ac. 72/2 - SP - 4.2.42 - S.A. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo; CRT 2001/41 - Ac. 204/2 - SP - 22.4.42 - Cia. Brasileira de Linhas para Coser; CRT 380/42 - Ac. 318/42 - SP - 5.6.42 - S.A. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, TRT 4401/65 - Ac. 1984/66 - SP - 26-4-66 - Ind. de Rendas Rendanyl Ltda.

( 35 ) TRT 264/55 - Ac.465/55-Sorocaba - 23.5.55 - S.A. Indústrias Votorantim; TRT 999/57 - Ac. 226/58 - Taubaté - 20.1.58 - Cia. Taubaté Industrial

( 36 ) TRT 264/55 - Ac. 527/55 - Sorocaba - 10.5.55 - Cia Nacional de Estamparia.

( 37 ) TRT 2806/64 - Ac. 4671/64 - SP - 12.10.64 - Fiação e Tecelagem Irmão Moussalli.

- ( 38 ) TRT 2462/58 - Ac. 959/58 - Mogy das Cruzes - 5.5.58 - Brasiliiana, Produtos Têxteis S.A.
- ( 39 ) Ver PARENTE, Agenor B. - A estabilidade no emprego. REVISTA BRASILIENSE (12) jul. - ag. 1957: 65-70. O autor assinala que em 1947 o número de reclamações propostas por operários na Justiça do Trabalho era de 9.636, passando em 1955 para 24.367, enquanto que o número de inquéritos administrativos nestes dois anos permaneceu o mesmo (respectivamente 215 e 218). Agenor Parente era advogado do Sindicato dos Têxteis e foi um dos que advertia o aumento da exploração do trabalho que decorreria da extinção da estabilidade. Nesse mesmo artigo ele afirmou "É notória a ojeriza dos investigadores estrangeiros à nossa legislação do trabalho que, por mais uma vez tem insistido em que seja modificada, como condições prévias para o aumento de aplicações (grifo nosso)(...); embora os que se erguem contra a estabilidade, não tenham, ainda, dado ao público nenhum plano concreto, fala-se em transformá-la num tipo de seguro social. Segundo tal fórmula, oriunda, ao que parece, do Conselho Nacional de Economia, o empregador, para cada 12 meses de Trabalho, depositaria 1/12 da remuneração anual do empregado, que, ao sair espontaneamente ou ser dispensado, a receberia. E tal seria válido não só para os empregados estáveis, como não estáveis". No entender do autor, esta medida só facilitaria o desvio de fundos, como já vinha ocorrendo com as somas destinadas aos Instituto de Previdência, já então utilizadas como capital de giro.
- ( 40 ) Ver a C.L.T., cap. IV, art. 472, § 3º e seção I. cap. VII art. 723 - CAMPANHOLE, Adriano - op.cit., pp.118 - 119, 193.
- ( 41 ) CRT 276/3 - Ac. 429/3 - SP - 16.7.43 - S.A. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo.
- ( 42 ) TRT 1219/50 - Ac. 1312/50 - SP - 16.11.50 - São Paulo Alpargatas S.A.
- ( 43 ) TRT 1041/50 - Ac. 1407/50 - SP - 11.12.50 - São Paulo Alpargatas S.A.
- ( 44 ) TRT 164/51 - Ac. - 557/51 - SP - 5.4.51 - São Paulo Alpargatas S.A.
- ( 45 ) TRT 1933/56 - Ac. 127/57 - SP - 29.1.57 - Fábrica de Casimiras Adamastor S.A.
- ( 46 ) TRT 63/59 - Ac. 880/59 - SP - 10.3.59 - S.A. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo.
- ( 47 ) TRT 2176/62 - Ac. 446/63 - SP - 16.1.63 - Cotonifício Nossa Senhora dos Remédios S.A.
- ( 48 ) TRT 3582/63 - Ac. 2306/64 - Sorocaba - 8.6.64 - S.A. Indústrias Votorantim.

- ( 49 ) TRT 1167/64 - Ac. 3839/64 - SP - 14.9.64 - Cotonifício Paulista S.A.
- ( 50 ) CRT 363/43 - Ac. 498/3 - SP - 16.8.43-S.A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo , TRT 381/50 - Ac. 576/50 - Itu - 11.5.50 - Brasital S.A.; TRT 1645/53 - Ac. 403/54 - SP - 9.3.54 - Tecelagem Textilia S.A.; TRT 803/57 - Ac. 2048/57 - Santo André - Fiação e Tecelagem Tognato S.A.; TRT 1272/62 - Ac. 2656/62 - SP - 22.8.62 - Cotonifício Guilherme Giorgi S.A.
- ( 51 ) TRT 1679/62 - Ac. 288/63 - SP - 23.1.65 - Linhas Corrente S.A.
- ( 52 ) TRT 910/57 - Ac. 2175/57 - Taubaté - 17.10.57 - Cia. Taubaté Industrial; TRT 834/58 - Ac. 1406/58 - SP - 22.5.58 - Indústrias Têxteis Calfat S.A.; TRT 580/62 - Ac. 1921/63 - 14.5.65 - SP - Têxtil Assad Abdalla S.A.
- ( 53 ) TRT 511/50 - Ac. 956/50 - Atibaia - 10.8.50 - Cia. Têxtil Brasileira; TRT 2021/57 - Ac. 2684/58 - SP - 28.10.58 - Cotonifício Guilherme Giorgi S.A.
- ( 54 ) TRT 412/59 - Ac. 800/61 - Sorocaba - 22.3.61 - Cia. Nacional de Estamparia.
- ( 55 ) TRT 1472/54 - Ac. 2046/54 - SP - 20.12.54 - Lanifício Inglês S.A.
- ( 56 ) TRT 1042/52 - Ac. 1954/52 - SP - 13.11.52 - Fábrica Brasileira de Rayon S.A.
- ( 57 ) TRT 350/54 - Ac. 680/54 - SP - 6.4.54 - Estamparia Caravelas S.A.
- ( 58 ) TRT 1486/56 - Ac. 480/57 - SP - 15.4.57 - Tecelagem Lyonesa de Sedas S.A.; TRT 589/57 - Ac. 1376/57 - SP - 13.8.57 - Tecelagem de Sada Misizim; TRT 2206/59 - Ac. 320/60 - SP - 19.1.60 - Tec. Lyonesa de Sedas S.A.
- ( 59 ) TRT 523/60 - Ac. 1983/60 - SP - 28.6.60 - Lanifício Varam S.A.; TRT 274/62 - Ac. 1789/62 - SP - 8.5.62 - Lanifício Jafet S.A.
- ( 60 ) Em 1956, o Presidente da Justiça do Trabalho em São Paulo declarou que o Sindicato dos Têxteis era responsável pela maioria dos processos trabalhistas em andamento nas Juntas. Ver Ata de Reunião de Diretoria - 27. nov. 1956.
- ( 61 ) Um dos principais organizadores da greve de 53 admitiu que já nesta greve a liderança tinha dificuldade para conduzir a massa não sindicalizada da categoria. Aquela liderança, embora estivesse enraizada em algumas fábricas, devia sua força ao prestígio individual de alguns militantes. Em sua opinião, os têxteis tinham bons quadros sindicais, porém uma equipe de líderes mulheres muito reduzida. Na época, as mulheres formavam a grande maioria na categoria. Acrescentou ainda que os metalúrgi-

cos "eram muito mais compactos" e foram o esteio principal da greve de 53. Cf. Depoimento de antigo militante sindical.

( 62 ) Maurice Dobb apontou, entre várias, uma característica do sistema de salários do capitalismo nos séculos XIX e XX, ou seja: "o baixo nível material de vida é talvez a principal razão para que as condições da oferta de mão-de-obra sejam de tal natureza que permitam manter baixos níveis de salários, pois como diz o ditado popular, "a pobreza gera a pobreza". DOBB, Maurice - Salários - México, Fondo de Cultura Economica, 1965, p.<sup>95</sup> . Não apenas esta regra elementar se aplicaria, a médio prazo, aos operários têxteis, cujo salário médio em 53, na melhor das hipóteses, era apenas 50% mais elevado que o salário mínimo local, como veremos no item 2.1. deste capítulo. Também a legislação protetora das condições de trabalho, na prática acaba protegendo os empréstimos. Como assinalou T. Harding, desde o Estado Novo a tendência generalizada dos Tribunais do Trabalho era a severidade em relação às empresas estrangeiras e a complacência em relação às empresas nacionais. Ver HARDING, Timothy F. - op.cit., p.142.

( 63 ) Ver Quadros XII , p. 179 e XVI , p. 187 .

( 64 ) Ver HARDING, Timothy - op.cit., p. 476 . Além disso, na greve de 57, que resultou num aumento salarial de 25% arbitrado pelo TRT, o patronato recorreu no Tribunal Superior do Trabalho (TST), que reduziu a porcentagem de aumento para 18%. Muito provavelmente as pressões do patronato têxtil sobre o governo, pelo menos nesta área, eram nesta época mais eficazes do que a pressão dos sindicatos (sobre órgãos regionais do governo). O êxito desta última era determinado só indiretamente pela força de cada um dos sindicatos, e mais pela mobilização conjunta de várias categorias. Os metalúrgicos eram tendencialmente os que tinham mais possibilidade de barganha nos tribunais trabalhistas, mesmo em nível regional, não somente porque seu sindicato era o mais poderoso no setor industrial privado, como também porque as empresas do ramo - nacionais e estrangeiras - tinham mais condições financeiras de fazer concessões.

Idem, Ibidem, p. 384.

( 65 ) Idem, Ibidem., p. 471.

( 66 ) Idem, Ibidem., p. 312.

( 67 ) Idem, Ibidem., pp.545-547 ; ver também WEFORT, Francisco Correa - Sindicatos e Política, cap. IV, p.30.

( 68 ) Ver TELLES, Jover - op.cit., Temários do 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Têxteis, 1959, p.94 ; e do 2º Congresso Sindical dos trabalhadores do Estado de São Paulo, 1960, p.104 .

( 69 ) Ver as propostas do Sindicato dos Têxteis para o 2º Con-

gresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo no ítem 2.1., deste capítulo, p. 175 - O Trabalhador Têxtil. (30), 1960.

( 70 ) Em tese, os contratos coletivos de trabalho podem ser considerados como a expressão legal do prolongado conflito direto entre patrões e operários, eventualidade sistematicamente bloqueada pela legislação trabalhista, que desde 43 subordinou os contratos coletivos de trabalho e descentralizou as pressões, instituindo os dissídios coletivos. A respeito, Ver HARDING, Timothy - op.cit., pp. 134, 141, 346.

( 71 ) O despreparo dos dirigentes sindicais para apresentar alternativas de ação ao conjunto da classe pode estar relacionado com alguns indicadores do esvaziamento do Sindicato dos Têxteis. Entre 1954 e 1960 o número de associados do Sindicato reduziu-se em mais de 50% (de 33.000 passou para 14.000), enquanto o número de operários da categoria em São Paulo decresceu 26% no mesmo período. Além disso, na campanha de sindicalização promovida pela Federação da categoria (junho de 1960 a maio de 1961), o Sindicato dos Têxteis de São Paulo - cidade que concentrava 65% dos operários da indústria têxtil do estado - obteve um índice de incremento da sindicalização inferior ao índice médio obtido em todos os centros regionais do estado. Cálculos provisórios elaborados em dados constantes nas Atas de Reuniões de Diretoria do S.T.F.T. - SP. (1950-1954) e BOLETIM DO DIEESE. São Paulo, ano II (4) ag. 1961: 9-11.

## CAPÍTULO II - RELAÇÕES DE TRABALHO E SINDICATO

### 2. A SITUAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA TÊXTIL EM SÃO PAULO (1946-1964)

#### 2.1. O desemprego e a evolução do salário médio na indústria têxtil de São Paulo

O único estudo sistemático (e disponível no momento) sobre relações de trabalho na indústria têxtil é o da CEPAL ( 1 ), publicado no início dos anos 50, e sobre o qual já nos referimos. Cabe comentar algumas observações gerais contidas naquela pesquisa. A persistência da organização tradicional de trabalho em empresas têxteis, se bem que fundamentalmente devida ao excesso de mão-de-obra empregada e ao seu baixo preço generalizado, tinha como causas menores o que foi chamado pela pesquisa de resistência operária às mudanças, a rigidez dos contratos de trabalho e, por outro lado, a alta rotatividade da mão-de-obra. Estes eram alguns dentre os fatores que dificultavam o treinamento e adaptação de operários, pois mesmo em fiações e tecelagens modernas, o uso intensivo dos equipamentos por operários mal adestrados impedia um aumento substancial da produtividade ( 2 ).

A alta rotatividade de mão-de-obra apontada pela pesquisa pode, em termos gerais, ser creditada às práticas empresariais para evitar despesas com indenizações, já discriminadas a saber, os contratos de trabalho por tempo-determinado, resultando em dispensas antes de um ano de serviço, aquelas por ocasião de reajuste anuais ou do salário-mínimo; e as realizadas aos nove anos de serviço, com recontração após um certo intervalo de tempo ( 3 ). Foi se criando o que já chamamos de mecanismo de expulsão e absorção relativa crescente de mão-de-obra feminina e juvenil. Tais regras de fato dos contratos de trabalho e este mecanismo de rotatividade seletiva, aliados ao desemprego (tecnológico e conjuntural) e aos contratos de trabalho estipulando intensificação das cargas de trabalho (número de teares por trabalhador), formam uma conjunção de causas não apenas da deterioração do salário médio da categoria, como também de uma possível resistência dos operários estáveis às ameaças de modificação de seu status profissional. Esta resis

tência parece ter estimulado a atuação sindical de contingentes provavelmente estáveis da categoria, filiados ao Sindicato dos Têxteis, como se pode inferir, pelas propostas que o órgão da entidade de dispôs a levantar no II Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo ( 4 ), e discriminadas a seguir:

- "Redução para oito horas de jornada de trabalho nas empresas têxteis, sem que isso importe em diminuição de salários (...)
- Que, em decorrência da transformação técnica e automatizada no setor têxtil, sejam alterados os métodos de trabalho e salários vigentes, limitando-se o número de máquinas a serem manejadas por operário, e que os salários sejam aumentados na base de percentagem fixa sobre salários anteriores(...)
- Que seja garantido o aproveitamento de todos os trabalhadores (nas empresas modernizadas) (...) mantendo-se em funcionamento o número de máquinas velhas necessárias para que não fiquem desempregados aqueles trabalhadores que não forem aproveitados nas máquinas novas.
- Durante o processo de transformação técnica (...) que se criem escolas de aprendizagem para os antigos operários (...)
- Fixação dos salários profissionais, em base nunca inferior a oitenta por cento além do salário mínimo da região ou sub-região. Para os profissionais que ocupam cargo de mando, dever-se-á garantir percentagem além do salário de seu subordinado imediato (...) ( 5 ).

Note-se que não constam deste rol de propostas as que tentassem impedir tanto a rotatividade de mulheres e menores como o possível desemprego preferencial de mulheres, nem considerando que chamem atenção para o problema. Tentativas de barrar estas duas tendências constituíram condição sine qua non para forçar a redução da oferta de mão-de-obra e, conseqüentemente, impedir a deterioração dos salários. Abstraida a dependência jurídica e política do sindicato frente ao Estado, seria necessário, tendo em vista a negociação de medidas gerais contra o desemprego,



o sólido apoio de setores mais amplos da categoria, não se excluindo pois reivindicações que levassem em conta os problemas que afetavam as operárias (estáveis e não estáveis) e os menores.

Os dados que dispomos indicam que o Sindicato dos Têxteis, incorporando em seu programa de luta apenas reivindicações parciais, tendia a perder suas bases de sustentação em camadas mais amplas da classe. Talvez não por acaso, na campanha de sindicalização organizada pela Federação dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem em Geral do Estado de São Paulo (junho de 1960 - maio de 1961), compreendendo trinta entidades, o sindicato de São Paulo acusou um índice de incremento da sindicalização inferior ao índice médio do Estado ( 6 ). Convém observar porém que estas observações supõem que o setor mais antigo e estável da classe em São Paulo, em meados da década de 50, influía consideravelmente na atuação de seu sindicato.

Os distintos critérios de apuração utilizados pelas fontes que selecionamos - convém frisar - permitiram apenas a formação de algumas séries e, portanto, não podemos estabelecer relações absolutamente precisas entre os fatos indicados nos quadros que a seguir comentaremos. Por outro lado, sendo discrepantes e imprecisas a maioria das fontes estatísticas escolhidas, arriscamos afirmações provisórias sobre os dados. A mesma observação vale para os quadros que apresentaremos mais adiante mostrando a evolução do salário médio no setor têxtil em São Paulo ( 7 ).

As variações anuais do Quadro X mostram um aumento do nível de emprego, significativo somente ao ano de 1949 (15%). Mas no ano de 1952 ocorre um decréscimo daquele nível, também de 15%. No período 1947/52, cotejando as variações anuais positivas e/ negativas, verificamos um aumento do nível de emprego de 8%.

QUADRO X

OPERÁRIOS EMPREGADOS NA INDÚSTRIA TEXTIL PAULISTANA (a)

1946 - 1952

A N O S	Número de Operários	ÍNDICE 46=100	VARIAÇÃO ANUAL (%)
1946	83.656	100	
1947	83.712	100	+ 0,06
1948	83.947	100	+ 0,3
1949	96.947	116	+ 15
1950	100.325	120	+ 3
1951	105.252	126	+ 5
1952	91.167	109	- 15

Fonte: Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado de São Paulo. O SINDICATO da Indústria de Fiação e Tecelagem em face da manifestação dos trabalhadores têxteis Diário de São Paulo, São Paulo, 11. março. 1953.

- (a) O número de operários deste quadro foi computado através da Fôlha de Recolhimento do Imposto Sindical, lançada no mês de abril dos respectivos anos, incluindo, provavelmente, os mestres e contra-mestres.

O Quadro XI mostra que a redução do número de operários empregados em 1957, em relação ao ano anterior (média mensal) é bem maior do que a redução do número de empresas levantadas pela amostra - 2% - não anulando pois a taxa negativa de emprego naquele ano. Em 1958 a tendência ao aumento do desemprego se confirma, pois o número de empresas que a amostra cobriu cresce bem mais (8%) do que a média mensal de operários ocupados, em relação ao ano anterior. Comparando-se as variações anuais positivas e negativas, temos no período 1953/1958 um decréscimo do nível de emprego de 7,6%.

QUADRO XI

MÉDIA MENSAL DE OPERÁRIOS OCUPADOS E EMPRESAS  
INDÚSTRIA TEXTIL - SÃO PAULO  
1952 - 1958 (a)

A N O S	Média Mensal de Operários Ocupados	ÍNDICE 52=100	VARIAÇÃO ANUAL (%)	EMPRESAS	ÍNDICE 52=100
1952	85.257	100		1.180	100
1953	87.878	103	+ 3	893	75
1954	90.050	105	+ 2	880	74
1955	90.207	105	+ 0,1	880	74
1956	90.909	106	+ 0,7	881	74
1957	79.932	93	- 14	859	72
1958	80.440	94	+ 0,6	930	78

Fonte: Para os anos 1952/1955 utilizamos os dados constantes em: I.B.G.E. - C.N.E. - Produção Industrial - São Paulo.

Para os anos 1956/1958 os dados levantados de acordo com os mesmos critérios, foram retirados de: D.E.E. -ESP - Produção Industrial do Estado de São Paulo.

- (a) As fontes acima arroladas incluem na média mensal de operários ocupados os mestres e contra-mestres.

No Quadro XII, o aumento do nível de emprego no ano de 1961 - (7%) em relação ao ano anterior, é totalmente anulado pelas reduções anuais restantes do período 1959-1964, que somam ... 26,2%. Portanto, em termos gerais, o desemprego na indústria têxtil de São Paulo acentuou-se no início da década de 60, embora tenhamos presente que a série anterior (Quadro XI) é prejudicada pela inclusão de mestres e contra-mestres na média mensal de operários ocupados.

QUADRO XII

OPERÁRIOS EMPREGADOS NO MÊS DE ABRIL (a)  
SÃO PAULO - INDÚSTRIA TÊXTIL  
1958 - 1964

A N O S	NÚMERO DE OPERÁRIOS	ÍNDICE 58=100	VARIAÇÃO ANUAL (%)
1958	75.506	100	
1959	69.392	92	- 8
1960	66.432	88	- 4
1961	71.148	94	+ 7
1962	67.721	90	- 5
1963	58.353	77	- 16
1964	58.195	77	-0,2

Fonte: Arquivo do DIEESE (manuscrito)

(a) O número de operários em cada ano refere-se ao mês de abril, mês de recolhimento do Imposto Sindical, e não inclui os mestres e contra-mestres. Trata-se, portanto, da série mais exata dentre as que selecionamos.

QUADRO XIII

INDÚSTRIA TÊXIL - ESTADO DE SÃO PAULO.- PESSOAL OCUPADO NA PRODUÇÃO

em 1.1.1950 (a) e 31.12.1959 (b)

DISCRIMINAÇÃO	PESSOAL OCUPADO NA PRODUÇÃO (c)		
	1.1. 1950	31.12.1959	Índice 1950=100
<b>T O T A L</b>	142.074	146.459	103
Mestres e Contra-Mestres .....	5.993	9.143	152
% sobre o TOTAL .....	4,2	6,2	
<b>O P E R Á R I O S</b>			
<b>TOTAL</b> .....	136.081	137.316	101
% sobre o Total de Ocupados .....	95,7	93,7	
<b>H O M E N S</b> .....	45.064	55.298	122
% sobre o Total de Operários.....	33,1	40,2	
<b>M U L H E R E S</b> .....	91.017	82.018	90
% sobre o Total de Operários.....	66,8	59,7	
<b>OPERÁRIOS MAIORES</b>			
<b>TOTAL</b> .....	105.288	109.115	103
% sobre o Total de Operários.....	77,3	79,4	
<b>HOMENS-MAIORES</b> .....	37.587	48.207	128
% sobre o Total de Maiores.....	35,6	44,1	
<b>MULHERES-MAIORES</b> .....	67.701	60.908	89
% sobre o Total de Maiores .....	64,3	55,8	
<b>OPERÁRIOS MENORES</b>			
<b>TOTAL</b> .....	30.793	28.201	91
% sobre o Total de Operários .....	22,6	20,5	
<b>Homens-Menores</b> .....	7.477	7.091	94
% sobre o Total de Menores.....	24,2	25,1	
<b>Mulheres-Menores</b> .....	23.316	21.110	90
% sobre o Total de Menores .....	75,7	74,8	

Fontes: (a) I.B.G.E - C.N.E. - Censo Industrial, Comercial e de Serviços (1950).

Estado de São Paulo, pp. 38,39.

(b) I.B.G.E. - C.N.E. - VII Recenseamento Geral do Brasil - 1960 -

Estado de São Paulo, pp. 6, 7.

(c) Pessoal ocupado na produção é a designação substitutiva que encontramos para diferenciar o montante de operários incluindo mestres e contra-mestres, do montante excluindo estas categorias.

O Quadro XIII, que trata da composição da mão-de-obra na indústria têxtil paulista, mostra, ao contrário do que seria esperado, o decréscimo do emprego de mulheres e menores na década de 50. A porcentagem de mulheres sobre o total de operários baixou de 66,8% em 1950, para 59,7% em 1959. A mesma porcentagem, porém sobre o total de operários maiores, caiu de 64,3% para 55,8% no mesmo intervalo. Menor é a proporção declinante do emprego de menores, que representam em 1950 22,6% do total de operários, e 20,5% do mesmo total em 1959. Inversamente, cresce a participação dos mestres e contra-mestres no total do pessoal ocupado na produção, bem como - no total de operários e no total de operários maiores - aumenta a participação masculina.

Estes fatos sugerem que em fase de crise, como a que se verificou em meados dos anos 50 na indústria têxtil, o contingente feminino é tendencialmente demitido em maior escala. Em primeiro lugar, porque o montante de indenizações devido às operárias - estáveis ou não - talvez seja inferior, se comparado às somas para aos homens, já que os salários femininos são geralmente mais baixos. Em segundo lugar, porque o trabalho feminino, menos qualificado, é mais facilmente substituível. Porém, as informações levadas pelo DIEESE, relativas à composição da mão-de-obra têxtil no Estado de São Paulo, alteram o quadro acima, no que se refere à cidade de São Paulo, ou seja: a porcentagem de mulheres sobre o total de operários empregados na indústria têxtil paulistana em 1960 era de 67,6%, mais do que o dobro da participação dos homens no mesmo total (32,5%) ( 8 ). Portanto, podemos supor que na década de 50 o desemprego em São Paulo foi menos acentuado que no interior do Estado.

QUADRO XIV

SALÁRIO MÉDIO MENSAL (Nominal e Real) - (em Cr\$ antigos) (a)

OPERÁRIOS TEXTEIS DE SÃO PAULO (b)

1946 - 1952

A N O S	Salário Médio Mensal Nominal (Cr\$)	Salário Médio Mensal Real (A) (Cr\$)	ÍNDICE 1946 = 100	VARIAÇÃO ANUAL (%)
1946	624	624	100	
1947	747	575	92	- 8
1948	870	617	99	+ 7
1949	989	711	114	+ 15
1950	1.080	735	118	+ 3
1951	1.141	718	115	- 2
1952	1.585	809	130	+ 12

Salário Mínimo Médio Mensal (Nominal e Real) - (em Cr\$ antigos) (c)

São Paulo - 1946 - 1952 (d)

A N O S	Salário Mínimo Médio Mensal Nominal (Cr\$)	Salário Mínimo Médio Mensal Real (B) (Cr\$)	ÍNDICE 1946=100	VARIAÇÃO ANUAL (%)	(A) / (B) (%)
1946	390	390	100		+ 60
1947	390	300	77	- 30	+ 92
1948	390	276	71	- 8	+123
1949	390	280	72	+ 1	+154
1950	390	265	68	- 5	+177
1951	390	245	63	- 8	+193
1952	1.123	573	147	+ 134	+ 41

FONTE: O SINDICATO das Indústrias de Fiação e Tecelagem em face da manifestação dos trabalhadores têxteis. Diário de São Paulo, São Paulo, 11. março. 1953.

- a) Os salários médios mensais nominais foram calculados com base nos salários diários apurados pelo sindicato patronal através das folhas de recolhimento do Imposto Sindical (mês de abril de cada ano). Para cálculos dos salários médios reais utilizamos os índices do custo de vida na cidade de São Paulo de DESENVOLVIMENTO & CONJUNTURA, IV (7) julho. 1961: 67-87, levantados pela Prefeitura Municipal de São Paulo (Departamento de Cultura), convertendo o ano-base 1939 em ano-base 1946.
- b) Não havendo nota explicativa sobre a exclusão dos salários de mestres e contra-mestres no cálculo de salários diários acima referido, presumidos a inclusão dos mesmos.
- c) Os salários mínimos reais foram calculados pelo mesmo procedimento acima descrito na chamada (a).
- d) Os salários mínimos nominais foram calculados a partir dos meses e anos em que seus sucessivos aumentos entraram em vigor em São Paulo (datas encontradas no arquivo do DIEESE), que não coincidem com as datas de decretação. Assim, por exemplo, o salário mínimo de Cr\$. 1.190,00, decretado em 24.12.1951 entrou em vigor somente em 1.2.1952. Portanto, o cálculo do salário mínimo médio mensal de 1952 levou em conta o salário não majorado do mês de janeiro daquele ano (Cr\$. 390,00)

Verificamos pelo Quadro XIV que a soma das variações anuais positivas, referentes aos salários médios reais é maior que a soma das variações anuais negativas. Portanto, no período 1947/1952 houve um aumento no salário médio real dos têxteis de 27%. Ao passo que a soma das variações anuais negativas do salário mínimo, no período 1947/1951, revela um declínio em seu valor real de 51%, compensado apenas em 1952. Se tomássemos simplesmente o período 1947/1952, teríamos um aumento de 83% naquele valor real, resultado enganoso, que não expressa a deterioração registrada nos anos anteriores.

O cotejo ano a ano dos dois tipos de salários indica que o salário médio real aos têxteis chegou a elevar-se 193% em relação ao salário-mínimo real. Porém as diferenças crescentes, constantes até 1951, se interrompem no ano seguinte, quando o salário médio real é somente 41% mais elevado que o salário mínimo



real, em 1952. Este fato nos leva a supor que a remuneração de mestres e contra-mestres, mais elevada e incluídas nos salários médios, mesmo ocasionando um desvio importante no valor destes salários, é compensada pela proporção de salários femininos, computados para o cálculo dos salários médios. Na época, os salários femininos na indústria têxtil paulista, segundo dados fornecidos pelo IAPI, representavam 68% dos salários masculinos ( 9 ).

QUADRO *XV*

## SALÁRIO MÉDIO MENSAL (Nominal e Real) - (em Cr\$ antigos) (a)

OPERÁRIOS TEXTEIS DE SÃO PAULO (b)

1952 - 1957

A N O S	Salário Médio Mensal Nominal (Cr\$)	Salário Médio Mensal REAL (A) (Cr\$)	ÍNDICE 1952=100	VERIFICAÇÃO ANUAL (%)
1952	1.515	1.515	100	
1953	1.822	1.493	98	- 1
1954	2.532	1.758	116	+ 17
1955	2.869	1.668	110	- 5
1956	3.962	1.878	124	+ 12
1957	4.258	1.696	112	- 10

## Salário Mínimo Médio Mensal (Nominal e Real) - (em Cr\$ antigos) (c)

São Paulo - 1952 - 1957 (d)

A N O S	Salário Mínimo Médio Mensal Nominal (Cr\$)	Salário Mínimo Médio Mensal REAL (B) (Cr\$)	ÍNDICE 1952=100	VARIAÇÃO ANUAL (%)	(A) / (B) (%)
1952	1.123	1.123	100		+ 35
1953	1.190	975	87	- 15	+ 53
1954	1.745	1.212	108	+ 24	+ 45
1955	2.300	1.337	119	+ 10	+ 25
1956	2.300	1.090	97	- 22	+ 72
1957	3.467	1.381	123	+ 27	+ 23

FONTES: I.B.G.E. - C.N.E - Produção Industrial - São Paulo - 1952 a 1955; Produção Industrial Brasileira - 1956 a 1958.

- a) O cálculo dos salários médios nominais baseia-se na média mensal de operários ocupados e no total de salários pagos em cada ano. Os salários médios reais foram obtidos por meio dos índices de custo de vida da cidade de São Paulo, levantados pela PMSP - (Departamento de Cultura), retirados de CONJUNTURA ECONÔMICA, XIX (1) jan. 1965 - Índices Econômicos, e reconvertidos para o ano base de 1952.
- b) Os salários médios nominais englobam os montantes pagos a mestres e contra-mestres, categoria não excluídas da média mensal de operários ocupados.
- c) Os salários mínimos reais foram calculados pelo mesmo método exposto na chamada (a)
- d) Os salários mínimos nominais foram apurados com base nos meses e anos de vigência em São Paulo de seus sucessivos aumentos. Por este motivo, em 1954 são computamos o aumento do salário mínimo (decretado em maio) no mês de julho, data de sua vigência, o que reduziu o salário mínimo médio mensal daquele ano.

No Quadro XV o salário médio real dos têxteis apresenta variações anuais - tanto positivas como negativas - inferiores às mesmas variações dos salários mínimos reais. Assim sendo, no período 1953/1957 o salário médio real dos têxteis cresceu menos do que o salário mínimo real, isto é, aumentou 13%, ao passo que o aumento do valor real do salário mínimo foi de 25% no mesmo período.

A comparação entre os valores reais em cada ano dos dois tipos de salários mostra que as diferenças entre o salário médio real dos têxteis e o salário mínimo se ampliam quando os aumentos do último entram em seu segundo ou terceiro ano de vigência, isto é, em 1953 e 1956. Inversamente, em 1954, 1955 e 1956 aquelas diferenças decrescem. Por outro lado, no período 1953/1957 podemos admitir a crescente deterioração dos salários médios reais dos têxteis, ao observarmos que em nenhum ano da série estes representam mais que o dobro do salário-mínimo, como foi o caso em anos anteriores.

QUADRO

XVI

SALÁRIO MÉDIO MENSAL (Nominal e Real) - (em Cr\$ antigos) (a)

OPERÁRIOS TÊXTEIS DE SÃO PAULO (b)

1958 - 1964

A N O S	Salário Médio Mensal Nominal (Cr\$)	Salário Médio Mensal Real (A) (Cr\$)	ÍNDICE 1958 = 100	VARIAÇÃO ANUAL (%)
1958	4.470	4.470	100	
1959	5.440	3.971	89	- 12
1960	6.660	3.600	80	- 10
1961	10.920	4.266	95	+ 18
1962	13.400	3.427	77	- 24
1963	25.170	3.712	83	+ 8
1964	45.600	3.596	80	- 3

Salário Mínimo Médio Mensal (Nominal e Real) - (em Cr\$ antigos) (c)

São Paulo - 1958 - 1964 (d)

A N O S	Salário Mínimo Médio Mensal Nominal (Cr\$)	Salário Mínimo Médio Mensal Real (B) (Cr\$)	ÍNDICE 1958 = 100	VARIAÇÃO ANUAL (%)	(A) / (B) (%)
1958	3.700	3.700	100		+ 21
1959	5.900	4.306	116	+ 16	- 8
1960	6.785	3.667	99	- 17	- 2
1961	10.384	4.056	110	+ 10	+ 5
1962	13.216	3.380	91	- 20	+ 1
1963	21.000	3.097	84	- 9	+ 19
1964	40.250	3.174	86	+ 2	+ 13

FONTE: Arquivo do DIEESE (Manuscrito)

- a) Os salários médios nominais desta série foram calculados pelo DIEESE com base na folha de recolhimento do Imposto Sindical (mês de abril). Os salários médios reais foram apurados por meio dos índices do custo de vida em São Paulo (PMSP - DC), retirados de CONJUNTURA ECONÔMICA, XIX (1) jan. 1965 - Índices Econômicos, convertidos para o ano - base 1958.
- b) Os salários médios nominais a que nos referimos na chamada anterior, excluem os montantes pagos a mestres e contra-mestres.
- c) Os salários mínimos reais foram levantados segundo o método exposto na chamada (a).
- d) Os salários mínimos nominais foram obtidos com base nos meses e anos de vigência dos sucessivos aumentos em São Paulo.

O Quadro XVI nos permite concluir que no período 1958/1964 o valor real do salário médio têxtil sofreu uma queda de 23% e que o mesmo valor do salário-mínimo apresentou declínio inferior (18%). Mas o que realmente chama atenção, em 1959 e 1960, é a deterioração do salário médio dos têxteis, a tal ponto nesses dois anos, que não atinge os valores do salário-mínimo. A tendência indicada pelo quadro é a de aproximação contínua entre o salário médio real da categoria e o salário-mínimo real. Podemos acrescentar finalmente que o desemprego acentuado entre 1959 e 1964 - mais de 25% - se acompanhou de uma queda proporcional no salário médio da categoria.

Importa aqui destacar a contínua elevação do salário mínimo médio (real) durante praticamente toda a década de 50. Esta tendência se acompanha de uma elevação, porém inferior, do salário médio (real) do operariado têxtil em São Paulo, que cresceu apenas 13%, ao passo que o aumento do salário mínimo médio em São Paulo foi da ordem de 25% (entre 1953 e 1957), como já constatamos.

As explicações possíveis são a crescente capacidade de mobilização do operariado em São Paulo, ou seja, as greves conjuntas de várias categorias - em 1953 e 1957 - e as campanhas e pressões desenvolvidas pelos sindicatos (em todo Brasil) pelo aumento do salário-mínimo, em 1954 e 1956. Assim, os têxteis puderam manter

reajustes salariais pouco acima do salário-mínimo. Além disso, no último governo de Getúlio Vargas foram decretados dois substanciais aumentos do salário mínimo - em 1951 e 1954 - sendo o mais importante (em termos reais) o de 1951 ( 10 ). Estas majorações faziam parte de sua política de cortejar as massas trabalhadoras, no que teve relativo êxito até 1953. Por outro lado, na década de 50, além de prosseguir seu processo de modernização, a indústria têxtil enfrentou, com os meios que dispunha, a discriminação da política econômica do período Kubitscheck, voltada para as indústrias de base, e concedendo grandes privilégios à entrada do capital estrangeiro. Por outro lado, os patrões se utilizavam da sistemática da legislação trabalhista, e do aumento acelerado da rotatividade da mão-de-obra, criando um mecanismo de expulsão e reabsorção relativa crescente de mulheres e jovens, que podem ter contribuído como fatores adicionais para a queda do salário real da categoria, como procuramos demonstrar.

## N O T A S:

Capítulo II

## 2.1. O desemprego e a evolução do salário médio na indústria têxtil de São Paulo

- ( 1 ) O.N.U. - CEPAL - Produtividade de La mano de obra en la industria têxtil algodoeira de cinco países latino americanos: Ver também LOYOLA, Maria Andrêa Rios Loyola - Trabalho e modernização na indústria têxtil (um estudo de caso sobre atividades operárias em Minas Gerais). Tese de Mestrado. Rio de Janeiro, Museu Nacional - UFRJ, 1972 (mimeo), pp.37 , 75, 83, 136, 156.
- ( 2 ) O.N.U. - CEPAL - op.cit., pp, 12,14.
- ( 3 ) Ver LOPES, Juarez R. Brandão - Crise do Brasil Arcáico. pp. 93,170,171.
- ( 4 ) Ver TELLES, Jover - op.cit., pp.104,105.
- ( 5 ) RUMO AO CONGRESSO SINDICAL: O Trabalhador Têxtil (30), 1960.
- ( 6 ) Ver BOLETIM DO DIEESE, II (4) ag. 1961: 9-11.
- ( 7 ) Ver, sobre as dificuldades de uma avaliação segura da evolução do salário médio industrial, BACHA, Edmar Lisboa & MATA, Milton da ET ALII - Encargos trabalhistas e absorção de mão-de-obra (uma interpretação do problema e seu debate). Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1972 (Relatório de Pesquisa nº 12), pp.108 -110.
- ( 8 ) Ver BOLETIM DO DIEESE, I (9) jan. 1951:5, quadro III - Fontes: SENAI.
- ( 9 ) Ver SALÁRIOS INDUSTRIAIS NOS ESTADOS DO BRASIL - Conjuntura Econômica, III (12) dez. 1949:37. O salário feminino na indústria têxtil paulista alcançava, em média, Cr\$ 604,00 e os salários masculinos Cr\$ 889,00 (ano de 1948).
- ( 10 ) Ver FUCHTNER, Hans - op.cit., p. 170 e os Quadros XIV e XV, p. 182-185 , no ano de 1952.

## CAPÍTULO III - O MOVIMENTO SINDICAL EM SÃO PAULO E O PODER NO SINDICATO DOS TÊXTEIS (1950-1957)

### 1. O MOVIMENTO SINDICAL EM SÃO PAULO (1951-1957)

#### 1.1. INTRODUÇÃO

Algumas observações sobre os governos transcorridos durante o período que abrange este capítulo são preliminares na medida em que a questão nacional e democrática, imbricadas com os rumos da industrialização do país, determinaram na época não apenas o papel assumido pelas Forças Armadas, como o peso relativo das classes sociais, dos partidos e do movimento sindical.

Do ponto de vista da classe operária, de sua liberdade de movimentos e capacidade de pressão, num primeiro momento a questão nacional garantiu a liberdade sindical — durante o governo Vargas. Inversamente, no governo Café Filho, a mesma questão colocou em perigo a democracia, e pois o movimento sindical. Eleito Juscelino Kubitschek, as duas questões foram solucionadas transitoriamente, de tal forma que o movimento sindical ganhou espaço para se organizar, mesmo nos marcos da estrutura corporativa. Como corretamente assinala Maria do Carmo C. de Souza ( 1 ), crises conjunturais, tais como o suicídio de Getúlio Vargas e a eleição de Juscelino Kubitschek, tornando uma vez mais possível a aliança PSD-PTB, deram uma sobrevida de dez anos à política populista, aquela em que a classe operária não detém poder político real, mas, em troca, há maior liberdade de movimento para as organizações sindicais, e vantagens são concedidas aos trabalhadores, tais como o aumento do salário-mínimo e a legislação social e previdenciária ( 2 ).

Conjurado o fantasma nacionalista personificado em Getúlio Vargas, ainda que por ironia, de uma forma totalmente inimaginável, as Forças Armadas suportaram bem o populismo até fins da década de 50. Como ocorrera em 30,37,45, em 50,54,55 novamente foram a instituição — árbitro final a dar posse a Getúlio, a Café Filho, a Nereu Ramos e a Juscelino Kubitschek ( 3 ). Mas o último período de Vargas no poder deu lugar ao surgimento de um forte grupo "entreguista", como então eram chamados os membros da Cruzada Democrática e os que tornaram, em



1952, uma eleição no Clube Militar questão nacional. Também pensaram, de forma semelhante os que assinaram o Manifesto dos Coronéis no início de 1954, os que organizaram o círculo de proteção ao ruidoso Carlos Lacerda e que formaram a "República do Galeão". A UDN, na área civil, acentou sua vocação liberal-conspiratória e estava representada na grande imprensa moralizadora dos costumes políticos — O Estado de São Paulo, O Globo, a cadeira dos Diários Associados. O antigetulismo também gravava entre ministros de Vargas, atingindo João Neves da Fontoura e o general Zenóbio da Costa e, finalmente tomou folego com os vinte e seis decisivos generais do Exército que exigiram a renúncia de Getúlio ( 4 ). O PSD permaneceu "em cima do muro" enfileirando-se sempre com a situação do momento, o PTB ocupava-se como o empreguismo tanto quanto a outra face da moeda varguista (o PSD) e após a transigência de Vargas em afastar João Goulart do ministério do trabalho. Afora talvez os dois últimos estáticos partidos e o PCB, todos os grupos acima citado, e mais a burguesia industrial, interpretam o aumento de 100% no salário-mínimo e o fato de Jango não coibir as greves como o iminente advento do socialismo. Getúlio Vargas atropelou a todos e, na época confidenciou: "Eu estou velho demais para que eles pretendam me desmoralizar. A UDN está preparando o seu banquete. Na hora em que eles setarem à mesa, eu puxo a toalha" ( 5 ). Com efeito o fez, mas após uma sucessão de fracassos em seus malabarismos, sendo o que aqui interessa reter foi aquele de conseguir o apoio da classe operária tendo em mente programa que beneficiaria principalmente a burguesia industrial, e que implicava em ampliar a produção de bens de capital e em vastos investimentos de infra-estrutura, inadiáveis, causadores de pontos de estrangulamento na economia ( 6 ). Um dos problemas era o dos combustíveis. Daí, entre outros motivos, a colocação da Petrobrás na ordem do dia, cuja campanha galvanizou todas as classes sociais, mobilizando de forma inédita os trabalhadores urbanos ( 7 ). A nomeação no início de 1954 de João Goulart para o Ministério do Trabalho, segundo Thomas E. Skidmore, foi antes uma tentativa do presidente de não perder o controle da situação, frente ao ânimo radical demonstrado pelos trabalhadores urbanos, tanto nas greves de 1953, como na campanha da Petrobras ( 8 ). Foi inútil a retórica mais contundente de Vargas durante a cam-

panha presidencial, referindo-se em seus discursos à democracia socialista e dos trabalhadores, pois nos seus dois primeiros anos de governo, o presidente relegou a um segundo plano tanto a organização do PTB, como o Ministério do Trabalho, razão pela qual o Ministro Danton Coelho renunciou ( 9 ).

Apesar das relações de Vargas com o sindicato terem mudado da água para o vinho, se comparadas com o estilo anterior do período Dutra, o fato é que a legislação sindical e trabalhista, tendente a deslocar os conflitos para fora das empresas, na década de 50, rapidamente os convertia num jogo de pressões entre governo e sindicatos ( 10 ). De sorte que os cautelosos apelos de Getúlio Vargas para que o operariado não fizesse greves e não seguisse os agitadores caíram no vazio, já em fins de 51. Isto porque, neste mesmo ano o salário-mínimo decretado em dezembro, não obstante representar um desafogo, pois a última majoração se dera em 1943, só entrou em vigor em fevereiro do ano seguinte, e representou um ganho de 3% em relação ao aumento do custo de vida desde 1943 ( 11 ). Já em 1954, o aumento do salário-mínimo, nominalmente de 100% foi de criação em maio de 1954, só entrando porém em vigor em julho do mesmo ano, e significou um aumento real de 24% em São Paulo, em relação ao ano de 1953 ( 12 ). Chegou o momento em que a classe operária, cortejada com mais energia por João Goulart e pelo presidente, a partir de junho de 53, pressionava por aumentos salariais e, por outro lado, os industriais reivindicavam mais franquias de crédito. Ambos setores pois pretendiam realimentar a inflação, sendo uma necessidade para o governo, adotar medidas antinflacionárias ( 13 ). Getúlio Vargas não podia contemplar aqueles em que pretendia se apoiar, e só conseguia aprofundar a distância em relação às ponderáveis setores da classe média, que protestava inclusive através da oficialidade do Exército, sentindo-se ameaçadas com a inflação e com os acenos que o presidente fazia às classes trabalhistas, sem êxito porém. Mas exatamente os industriais, classe média e Forças Armadas tinham aparentemente mais impulso para se opor ao presidente, do que Vargas tinha para obter o apoio conjunto das forças do capital e do trabalho ( 14 ). Quanto aos trabalhadores, Getúlio Vargas fizera do PTB um instrumento para a sua política de instáveis coalisões não formando um movimento autônomo, como parece ter sido o peronismo, nem um qua-

dro de líderes reconhecidos pela massa trabalhadora, capaz de pesar na balança do poder ( 15 ).

Não obstante, o suicídio do presidente provocou a maior reação popular da história do país, o que deteve por algum tempo as conspiratas de golpistas como Carlos Lacerda e os grupos anti-nacionalistas nas Forças Armadas. No governo Café Filho, a UDN monopolizou quase todo o ministério, identificando com suas posições ou, no mínimo, composto de antigetulistas da primeira hora ou até de última hora, como o ministro do trabalho, Alencastro Guimarães. A exceção era o Ministro da Guerra, general Lott ( 16 ). O que não constava provavelmente dos planos da UDN era o compromisso honrado por Café Filho de realizar normalmente as eleições estaduais e para o Congresso, em outubro de 1954, e as presidenciais, em novembro de 1955.

Em outubro de 1954, tanto o PTB como João Goulart demonstraram sua umbelical ligação com Getúlio Vargas: o PTB teve um acréscimo irrisório de cadeiras no Congresso e Jango não elegeu-se senador pelo Rio Grande do Sul. Jango tentava fazer de sua passagem pelo Ministério do Trabalho patamar para uma carreira política convencional, com concessões como a aumento do salário-mínimo e a tolerância para com as greves. Mas nem mesmo suas ligações com Getúlio o autorizavam perante o eleitorado, que tampouco contemplou o PSD com votações espetaculares ( 17 ). O fenômeno que já se esboçara com a eleição de Jânio Quadros para a prefeitura de São Paulo, ampliou-se com sua vitória na eleição para governador no mesmo outubro de 1954. Com o apoio de pequenos partidos, venceu o repúdio do eleitorado urbano ao poder constituído: ao PSP, ao PSD, à UDN, ao PTB. As coalisões de pequenos e grandes partidos, a cada eleição, ganhariam a partir de 1954 maior importância, desembocando no mosaico de aliança que conduziram tanto à escolha, como à eleição de Jânio Quadros para a presidência ( 18 ). Em outubro de 1954, essa falência dos partidos tradicionais não era visível, e o que veio definitivamente refazer o ânimo golpista da UDN e dos seus correionários nas forças Armadas foi a magra vitória de Juscelino Kubitscheck, que recompôs o velho esquema PSD-PTB ( 19 ), e para isso bastou um ano de governo sob a batuta da UDN, com Café Filho. Porém dois golpes

militares "democráticos" cortaram as asas de comandos da Aeronáutica e de Marinha, de Carlos Luz - o presidente interino entre 8 e 10 de novembro de 1955 - e de Café Filho. O Congresso referendou os dois golpes e a legalidade foi garantida com o estado de sítio, até fevereiro de 1956, quando então Juscelino já tomara posse ( 20 ).

No plano econômico, o governo Café Filho tentou cumprir a risco o programa antinflacionário encarado com simpatia pelo FMI, mas retrocedeu já no início de 1955 diante das pressões exercidas pelos industriais de São Paulo, através de Janio Quadros, o que impediu uma recessão ainda maior no decorrer de 1955. Através do corte drástico das importações e da Instrução 113 da SUMOC, que ao mesmo tempo, privilegiou as importações das empresas estrangeiras, Café Filho equilibrou o balanço de pagamento ( 21 ). De forma que Nereu Ramos entregou a casa em ordem para Juscelino Kubitschek, com o que, nos dois primeiros anos de governo acelerou-se a criação da indústria de bens de capital, e as virtualidades da Instrução 113 foram satisfeitas com a rápida substituição de importações de bens de consumo duráveis e bens intermediários, sem contar com investimentos em infra-estrutura - energia elétrica e transportes - e a construção de Brasília. Todas essas metas foram cumpridas com inflação razoavelmente contornada pelo governo até meados de 1958 ( 22 ).

Passando às questões mais diretamente ligadas ao movimento sindical, os anos 50 foram aqueles em que os sindicatos usufruíram de grande liberdade, em função da conjuntura política que esboçamos da década mais democrática da história brasileira. Houve apenas um pequeno hiato mal-sucedido de frear o movimento sindical, durante a questão de Alecastro Guimarães (outubro de 54-novembro de 1955). A organização sindical atrelada ao Estado continuou a mesmíssima, mas foi compelida a politizar-se, a tomar partido em questões de política econômica, a defender as prerrogativas democráticas, porque o próprio sistema trabalhista, como já acentuamos anteriormente, retira os conflitos do âmbito das empresas ( 23 ). Da maior liberdade desfrutada pelos sindicatos, derivou a intensa mobilização de setores da classe operária, e a alteração da organização sindical de

fato, como teremos ocasião de historiar, quanto ao Sindicato dos Têxteis nos itens subsequentes deste capítulo. A democracia dos anos cinquenta, dando margem também ao exercício da greve, aumentou portanto a pressão reivindicatória das classes trabalhistas, que obtiveram assim conquistas salariais importantes, até por volta de 1957 ( 24 ).

Em todo o período, com exceção do interregno Café Filho, ampliou-se a liberdade da classe operária nos níveis mais baixos. O que não significou - para as correntes que dividiam o poder nos sindicatos mais expressivos no estado de São Paulo - ligadas ao PTB e ao PCB, incorporando também ministerialistas minoritários a partir de 1953, que o controle político tradicional dos amarelos tenha sido ameaçado nas federações e confederações ( 25 ). A partir de 1955 os sindicalistas do PCB começaram a penetrar em algumas federações como veremos mais adiante, no caso, na dos têxteis. Mas só pouco antes do golpe militar de 64 é que a CNTI esteve ameaçada de escapar das mãos de Diocleciano de Holanda Cavalcanti. Na década de 50, as federações e confederações foram mais do que nunca o reduto dos "pelegos" não somente pela sua própria forma de constituição e funcionamento, como também, porque muitos deles foram derrotados nas eleições sindicais e lá se refugiaram a espera da próxima safra de intervenções ( 26 ).

Só durante o governo Vargas, durante a gestão Segadas Vianna e João Goulart no ministério do Trabalho (setembro 1951 - fevereiro 1954) houveram atritos entre, por exemplo, a CNTI e o governo. Também o Ministro Nelson Omegna, que esteve à frente do ministério do Trabalho no período de estado de sítio (novembro 1955 - fevereiro 1956), tentou coibir a corrupção de Diocleciano de Holanda Cavalcanti, sem sucesso ( 27 ).

Mas o fundamental é que nos anos 50 nenhum presidente, e o Congresso Nacional em nenhuma ocasião, pelas informações que dispomos, tentou mudar a forma de eleição nas federações. Era pois consenso que os principes dos "pelegos" tais como Diocleciano e Ary Campista serviam. Juscelino Kubitschek não teve o apoio da CNTI para sua eleição. Não obstante a ruidosa saída de Ary Campista do MNPT - Movimento Nacional Popular Trabalhista - organização eleitoral que se comprometera a apoiar a chapa Juscelino-Jango em 1955, e que sacralizou a aliança

PTB-PCB, tanto o presidente como Jango se recompuseram rapidamente em 1956 com a CNTI ( 28 ).

Mas os que presidiam federações e a CNTI, já não exerciam seus mandatos através de sucessivas reeleições, sem perder prestígio. Foi na década de cinquenta que os sindicatos paulistas, e são dis-  
pomos de material sobre São Paulo, pressionaram continuamente o governo em torno de diversas questões de organização sindical e previdenciária, bem como de legislação do trabalho, a saber: as campanhas contra a pluralidade sindical, pela extinção do Fundo Social Sindical, contra a cláusula da assiduidade integral, contra o voto do presidente Café Filho à aposentadoria aos 55 anos e 35 de serviço, e, finalmente as campanhas todo fim de ano pelo abono de Natal, que se tornou lei em dezembro de 1961 ( 29 ), durante a gestão Franco Montoro no Ministério do Trabalho. Note-se que se tratam de problemas estritamente do interesse das direções e bases sindicais, não sendo pois totalmente verdadeiro que o movimento sindical do período populista desde o início privilegiou a mobilização política em favor de vários governos, relegando a um segundo plano o compromisso de representar os interesses econômicos da classe operária ( 30 ). Como acentuou J. Albertino Rodrigues: "jamais o sindicato deixou de ser político, aqui como em qualquer outro lugar". Os temas de política econômica e as prerrogativas democráticas, são a razão de ser de qualquer organismo da sociedade civil, e porque os sindicatos operários, mesmo dentro do sistema corporativo, estariam invertendo suas funções, se a separação entre reivindicações econômicas, de um lado, e reivindicações políticas, de outro, é tão esquemática que nada explica? ( 31 ).

Historiando as principais supra citadas, uma das primeiras pedras que a UDN tentou colocar no sapato de Vargas foi a reintrodução da pluralidade sindical, através de projeto-lei aprovado em comissões do Senado em 1952. Nesta conjuntura uniram-se PTB, PCB, ministerialistas e até mesmo intelectuais do PSB ( 32 ). A movimentação em São Paulo contra a instituição de pluralidade sindical reuniu sindicato e federações, invocando-se na época as resoluções do I Congresso Brasileiro dos Trabalhadores na Indústria (em 1949) que reafirmara os princípios de autonomia e unici-

dade sindical. Joaquim Teixeira, então presidente do Sindicato dos Têxteis, apoiou enfaticamente todos os atos contra a pluralidade sindical ( 33 ). Esta campanha incluiu assembléias de protesto em vários sindicatos têxteis do interior de São Paulo, e no Sindicato dos Têxteis da capital, onde militantes do PCB ofereceram seu apoio em troca de participação na campanha junto com a diretoria, o que o "pelego" Joaquim Teixeira recusou, não impedindo porém a criação de comissões nas fábricas para angariar assinaturas contra a pluralidade sindical ( 34 ).

Outra forma que os sindicatos de São Paulo encontravam de combater o poder dos "pelegos" foi a campanha pela extinção do famigerado Fundo Social Sindical, gerido pela Comissão do Imposto Sindical, por sua vez composta por membros indicados pelas confederações, nomeados pelo Ministro do Trabalho. A este fundo destinava-se 20% da arrecadação do imposto sindical (nacional). Era público e notório que se tratava de um fundo para o clientelismo, pois o Ministério do Trabalho podia, por lei, aplicá-lo sem prestar contas a ninguém, e pois corromper dirigentes e eleições sindicais, no mínimo ( 35 ). A destinação das verbas do imposto sindical pertencentes aos sindicatos, era, e ainda é, ao contrário, estipulada com todas as minudências na CLT, e rigorosamente controlada ( 36 ). A campanha contra a aplicação do Fundo Social Sindical começou quando Vargas censurou publicamente seu ministro do trabalho, Segadas Vianna, pelo fato deste último prestigiar conhecidos "pelegos", prometendo uma reforma no Ministério do Trabalho, a futura participação dos sindicatos na administração previdenciária, apurar as denúncias de tráfico de influência com dinheiro do imposto sindical, e aumentar as verbas e serviços previdenciários para liberar os sindicatos de prestar assistência médica. Em troca, os trabalhadores deveriam não fazer greves e cooperar com o governo ( 37 ). Na verdade estas boas intenções serviram como senha para combater a renitente "pelegada" dos sindicatos, com o apoio do jornal Última Hora, e o ministro Segadas Vianna, acusado de conivência com o "parasitismo sindical" ( 38 ). O PSB deve munição para a UDN e para Jânio em 1954, e além de denunciar o Fundo Social Sindical, propunha a extinção do imposto sindical, "instrumento nefando de corrupção,

que enfraquece nosso movimento sindical (...) estimulante poderoso do desenvolvimento da praga pelequista" ( 39 ). Em julho de 1953, Jango, recém-empossado, cortejava líderes sindicais anunciando a suspensão das atividades tanto da CIS (Comissões do Imposto Sindical) como da CTOS (Comissões Técnica de Orientações Sindical), e Nelson Rusticci; então presidente do Sindicato dos Têxteis aplaudiu a medida em declarações a Última Hora ( 40 ). Em 1955, a campanha contra o Fundo Social Sindical foi reativada, na época da formação do MNPT, que propunha a sua abolição ( 41 ). O Sindicato dos Têxteis, em julho de 1955, inquiria por telegrama o Ministro Alencastro Guimarães sobre uma verba proveniente do Fundo Social Sindical, que provavelmente estava sendo desviada para fins eleitorais ( 42 ). Mas em 1957, o mesmo sindicato dos Têxteis recuava e propunha em reunião do PUI (Pacto de Unidade Intersindical), ao invés da extinção: "Que o Fundo Social Sindical tenha uma melhor aplicação, sendo que 10% do total arrecadado seja distribuído para os sindicatos mais necessitados, fundamentalmente os do interior e aos que tenham no sentido geral grandes gastos com Assistência Social" ( 43 ).

A longa luta do movimento sindical em São Paulo para a extinção da cláusula da assiduidade integral, vinculada aos reajustes salariais é um episódio que a maioria dos estudiosos não dá importância ( 44 ). No caso dos têxteis, porém, essa conquista era fundamental, pois após o regime de guerra ao qual foram subordinadas as indústrias têxteis ( 45 ), a jurisprudência trabalhista veio de encontro a super-exploração do trabalho, a que estavam acostumados os empresários têxteis de São Paulo. Por outro lado, mesmo sem o acesso a material das empresas sobre a questão, é possível que a estabilidade e o sistema de salários-tarefa fossem fatores combinados, ou separadamente, de aumento do absentismo. De qualquer forma, com base na cláusula de assiduidade integral não eram pagas férias integrais, o repouso semanal remunerado e os reajustes salariais. Como a categoria têxtil teve que lutar com sempre maior intensidade para assegurar direitos trabalhista e contra reduções salariais, a supressão da assiduidade integral era, no início da década de 50, uma reivindicação universal do operariado têxtil, tanto quanto o abono de Natal ( 46 ). Um dos primeiros organismos intersindicais



criados nos anos 50, teve como finalidade específica a de combater a assiduidade integral. Foi a CISCAI (Comissão Intersindical contra a Assiduidade Integral) formada no Rio de Janeiro e em São Paulo e que desenvolveu atividades em âmbito nacional em 1952, e formou o grupo de pressão para que o projeto de lei do deputado Lúcio Bitencourt, extinguindo a cláusula, fosse aprovado, mas a supressão de fato só se consumou por volta de 1955. Em 1951, 1952 e 1953 o Sindicato do Têxteis tentou impedir a vigência da assiduidade integral nos dissídios coletivos da categoria, mas foi vencido pelo patronato ( 47 ). Em 1954 prosseguiu a campanha e o Sindicato dos Têxteis conseguiu obter um acordo segundo o qual a assiduidade não excluía o direito a 2 faltas consecutivas para mulheres e 1 falta para homens, ao que parece, por ano, o que não fica explícito, pois o patronato ofereceu, antes do acordo, a proposta de cláusula da assiduidade, porém semanal ( 48 ). Nesse ano ficou claro que a assiduidade integral visava os tarefeiros, geralmente tecelões, pois um artigo do jornal Última Hora esclareceu: "Argumento maior contra a assiduidade: 60% dos têxteis serão beneficiados com o salário-mínimo e este não contém assiduidade; só 40% dos tecelões carregarão a cláusula" ( 49 ). Talvez por isso mesmo é que em 55 a assiduidade foi suprimida: porque os têxteis deveriam conter uma porcentagem ainda maior de operários recebendo apenas o salário-mínimo, tarefeiros ou horistas. Em 1955, 56 e 57, nos acordos salariais do têxteis não constou mais assiduidade integral ( 50 ).

Quanto à campanha pelo abono de Natal, antiga reivindicação que surgiu em São Paulo no surto previsto de 1945-1947 ( 51 ), ela prosseguiu nos anos cinquenta, intensificando-se a partir de novembro de cada ano, quando então parte do patronato concedia abonos em dinheiro ou mercadorias e pode-se afirmar que o 13º salário, foi uma das grandes conquistas do movimento sindical no período democrático que se estendeu até março de 1964.

Há outra questão nos anos cinquenta que concerne ao movimento sindical: a de como a velha fórmula varguista de governar através da coalisão PTB + PSD, eventualmente somando-se ao PSP e ao PCB nas eleições, repercutiu sobre a vida sindical e junto a classe operária. Durante o último governo de Vargas, medidas facultando

liberdade de fato foram cruciais para o movimento sindical. A primeira delas foi a abolição do atestado de ideologia, em setembro de 1952, o que beneficiou diretamente a política sindical do PCB. A segunda foi a diminuição dos mecanismos de controle do Ministério do Trabalho - através das DRTs (Delegacias Regionais do Trabalho) sobre a vida sindical em geral e especialmente sobre as assembleias ( 52 ). A terceira e mais importante foi a reconquista do direito de greve de fato, que se manteria até 1964. Na gestão João Goulart na pasta do Trabalho, especialmente, executaram-se outras tantas medidas, favoráveis aos trabalhadores, e não foi por acaso, que uma das primeiras cabeças pedidas foi a de Jango. Em seu lugar foi colocado o inócuo burocrata do Ministério do Trabalho, Hugo Faria, em fevereiro de 1954, que não se arriscava à esquerda mesmo para conter a radicalização, como Goulart, que intervinha pessoalmente nas greves, e mudou a composição, por exemplo, das Comissões Regionais do Salário-Mínimo, para que fosse aprovado o aumento de 100% ( 53 ). Mas a conduta esquerdizante de Jango nesse período, não excluía absolutamente em sua atuação a moeda corrente do PTB e do PSD: o empreguismo mormente nos anos pré-eleitorais (1954), como demonstra Kenneth P. Erickson ( 54 ). Não fosse o denominador comum desses dois partidos, qual seja o clientelismo, ocorreria a longo prazo o que vaticinou Aberlado Jurema: "O PSD sem o PTB irá para a reação, e o PTB sem o PSD, irá para a revolução". ( 55 ).

O governo Café Filho foi uma reedição mal-sucedida do estilo — Dutra de tratar as questões trabalhistas. "pelegada", entrenchurada nas federações e confederações apoiou as muitas intervenções em eleições sindicais, realizadas por Alencastro Guimarães, especialmente naquelas entidades em que o PCB ganhava influência, dentre os quais se inclui o Sindicato dos Têxteis. A política trabalhista de Café Filho foi o maior cabo-eleitoral de Juscelino Kubitschek: conseguiu unir PTB, PSP, PSD, PTB, a nível regional, todos contra a UDN ( 56 ). Além disso, Café Filho primou pelas iniciativas impopulares, como o veto à aposentadoria aos 55 anos e 35 anos de serviço, o que imediatamente conseguiu reunir gregos e troianos do movimento sindical, contra a UDN ( 57 ). O Sindicato dos Têxteis foi um dos alvos preferidos de Alencastro Guimarães, sendo obrigado a con-

vocar quatro eleições, e realizar duas entre outubro de 1954 e abril de 1955, e em assembléias da entidade ficou muito claro o quanto a federação da categoria ajudou a torpedear as eleições e como foram acionados os mecanismos repressivos através da DRT, valendo a pena transcrever uma proposta de assembléia:

"8.<sup>a</sup> : Que se officie ao Delegado Regional do Trabalho (...) a fim de que o mesmo exonere todos os funcionários que tenham seus nomes relacionados nas folhas de pagamento do DOPS, e também que seja afastado daquela delegacia o sr. Raul Nogueira de Lima" ( 58 ).

Eleito Juscelino Kubitscheck a questão social e os sindicatos foram até 1957 deixados em parte a cargo de Jango, que se pautou por uma conduta mais moderada. Juscelino não deixou porém, em 1957, a quem interessasse, de dar provas do seu anticomunismo. Foi assim quando fechou o sindicato dos Portuários e a Liga de Emancipação Nacional, com o fim de, ao mesmo tempo, impedir que o PCB se opusesse frontalmente a seu governo, ciente de que João Goulart sabia lidar com os comunistas. ( 59 ). Por outro lado, o primeiro Ministro Trabalho de Juscelino, Parsifal Barroso, tentou impedir que o PCB controlasse os sindicatos, usando também expedientes como anulação de eleições e intervenções ( 60 ). Juscelino destinava à Previdência Social e ao Ministério do Trabalho parte ínfima do orçamento nacional, com exceção do ano pré-eleitoral de 1957, quando também o Ministério do Trabalho serviu como "cabide" de empregos. Em 1954, o governo devia bilhões de cruzeiros à Previdência Social, bem mais do que governo anteriores ( 61 ). Até 1957, para a classe operária, em seu conjunto, o declínio dos salários reais não ocorrera. A partir de 1958, os salários médios industriais começaram a se aproximar mais e mais do salário-mínimo e principalmente nas chamadas indústrias tradicionais ( 62 ), onde os têxteis de São Paulo (município) perfaziam o maior contingente.

Resta avaliar os movimentos e partidos atuantes no movimento sindical em São Paulo, as alianças interpartidárias e o principal organismo intersindical dos anos cinquenta, o PUI. A aliança mais sólida foi a do PTB com o PCB, que não excluiu,

até 1955, o simultâneo modus vivendi e conflito com "pelegos" de 1º grau - nos sindicatos. Após 1955, as bases da convivência do PCB (principalmente) com os "pelegos" mudaram, porque os últimos tentaram recuperar o terreno perdido, nas federações, e se tonaram cada vez mais democratas, recebendo orientação e fundos (possivelmente) não mais apenas do SESI, SESC e do Ministério do Trabalho, mas também dos adidos sindicatos do consulado e da embaixada americana em São Paulo e Rio de Janeiro, para seguir a política anti-comunista da ORIT (Organização Regional Interameciana de Trabalhadores), financiada por sua vez pela AFL (Federação Americana do Trabalho) e pela ICFTU (International Confederation of Free Trade Unions). Estas Instituições distribuíram verbas e proporcionavam treinamento para "pelegos", janistas e "democraticos" ( 63 ). Também inexpressivo Partido Social Brasileiro (PSB), que qualificava os militantes sindicais do PCB como "neo-pelegos", em 1954 se escorou no janismo para ganhar influência no movimento sindical, crescer eleitoralmente, e mantinha cordiais relações, por exemplo, com George Meany, presidente do AFL-CIO ( 64 ). João Goulart não poupou esforços entre 1956 e 1959 para manter o modus-vivendi entre "pelegos", PTB e PCB, mas este último partido, após ajudar a eleger Juscelino Kubitscheck, através do MNPT em 1955, viu se frustrarem suas expectativas de legalização, e anistia para Luiz Carlos Prestes, restando-lhe manter a coalisão com o PTB nos sindicatos e federações ( 65 ). Para o PTB a aliança com os militantes sindicais comunistas, consolidada após a morte de Vargas e com o vitória de Juscelino, era cômoda, pois o PCB trabalhava de forma disciplinada, não exigia empregos, em excesso talvez, e como partido ilegal, dependia da chancela do PTB para realizar legalmente sua política sindical ( 66 ). O PTB por outro lado, servia de guarda-chuva para os "independentes" tais como Nelson Rusticci, presidente do Sindicato dos Têxteis de 1952 a 1957, que devia em parte seu prestígio ao trabalho dos miliantes sindicais do PCB na entidade mas sempre os combateu. Desde o início, demonstrou suas pretensões políticas, ao licenciar-se do cargo de presidente para concorrer à vice-prefeitura de São Paulo em fevereiro de 1953. Às vésperas das eleições de outubro de 1954, Nelson Rusticci apoiou publicamente a condadatura Prestes Maia ( 67 ). A partir de 1957, tornou-se membro do MRS-Movimento Re

novador Sindical - fruto de cisão dentro do PCB, da reunião de católicos de esquerda, e "independente" como Nelson Rusticci. Os renovadores formariam afora o PSB e outros grupúsculos, a corrente mais expressiva de apoio a Janio no movimento sindical em 1959, quando então Nelson Rusticci não mais pertencia a diretoria do Sindicato dos Têxteis ( 68 ). Já os socialistas tinham se convertido ao janismo em 1954, alardeando em seu jornal as evidentes qualidades revolucionárias de Janio Quadros: "o elemento polarizador das forças populares de conteúdo democrático-revolucionário" ( 69 ).

Estas sumárias observações sobre o janismo, a rigor, só tem valor explicativo, para indicar que 1957 é o último ano da década em que o PCB teve como competidores, e aliados também, apenas PTB e os "pelegos". A partir de então o movimento sindical em São paulo tornou-se a arena de uma feroz disputa ideológica face à crescente importância das decisões políticas de interesse das massas trabalhadoras ( 70 ).

Os estudos sobre o movimento operário que simplificaram o tema, analisando exclusivamente a política sindical do PCB são muitos e nesta monografia não cabe perguntar e responder porque a história não foi como deveria ser ( 71 ). O Sindicato dos Têxteis, nos anos 50, seguiu em parte a orientação de militantes sindicais do PCB, não obstante seus atritos frequentes com os "pelegos" de 1º grau, e com dirigentes "independentes" a serviço do partido mais conveniente na eleição próxima - tais como Nelson Rusticci. Está é a razão pela qual a política sindical do PCB nos interessa. Convém pois reter um dos seus aspectos mais infelizes que foi a decantada aliança com a burguesia nacional. Em 1954 esta aliança era expressa de maneira ainda envergonhada: "A burguesia brasileira será uma aliada vacilante e inconstante dos bolchevistas" ( 72 ). Em 1955 foi formulada de forma paradoxal, mas, acreditando que os fatos fizeram juz à fórmula de aliar-se à burguesia sem cessar de combatê-la ( 73 ), principalmente nos anos 50. No Sindicato dos Têxteis, nenhuma ata registra qualquer menção a esta famosa aliança. No jornal da entidade em 1957, há artigo propondo soluções para a crise da indústria

têxtil, manifestando disposição de colaborar, o que interessava muito concretamente os operários têxteis porque eram sugestões de como combater o desemprego em massa:

"Que se diria de um comerciante que (...) fizesse discriminação em relação a seus fregueses? Que não quizesse vender fósforo, cigarros, arroz, feijão (...) a este ou aquele fregues sō porque tratava com um integralista, ou um católico, um comunista ou espírita? (...) No mínimo esse negociante seria um pēssimo homem de negōcio. É o que o Brasil é, seus filhos passam fome, o desemprego é uma realidade (...) e nada de reatarmos relações comerciais com todos os países do mundo (...). Porque não vendemos tecidos à República Popular da China"?

( 74 ).

No mesmo jornal, um artigo assinado encarava em 1957 a questão do desemprego da seguinte forma:

"Os empregadores para atingirem seus objetivos (...) usam de todas as formas métodos criando situações de 'calamidade' (...) É o que está ocorrendo (...) principalmente na indústria têxtil (...) Quantos empregados existem desempregados, na Capital ou no Estado de São Paulo? Os patrões variam, uns dizem que existem 100, outros 150 mil (...). Quais são os objetivos dos patrões? É criar um clima psicológico e tem como objetivo o pânico (...); pretendem 'afrouxar' a luta dos trabalhadores, principalmente agora que estão terminando a maioria dos acordos salariais. Com esta campanha patronal o operário desavisado (...) cede às ambições patronais, que tiram proveito, propondo:

- 30 ou 40% das indenizações a que o operário tem direito, e não pagamento das horas-extras
- atrasam o pagamento dos salários
- pagamento de férias, ou indenizações em prestações, demissão de maiores e substituição por menores, com salários inferiores; e impedir que os trabalhadores lutem por aumento de salários e outras reivindicações

dicações (...) Não devemos nos intimidar" ( 75 ).

Para arrematar, este trecho não confirma nem desmente se a política sindical do PCB era mais realista do que o rei em matéria de defesa da estrutura corporativa:

"Os patrões têxteis em sua maioria de defesa da estrutura abusaram do 9.070 (...); cantaram hinos à Justiça do Trabalho, como um instrumento de Paz Social e agora desacatam, desrespeitam a Justiça do Trabalho e jogam por letra a Paz Social (...). Os representantes das classes dominantes (...) arrotam que as leis em nosso país são as mais adiantadas, (...) mas nós trabalhadores sabemos que para cumprí-las, no que toca a nossa parte, são com esforços sobrehumanos. Pergunto ao Senhor Presidente da República, ao Ministro Parsifal, ao senhor governador Janio Quadros e ao Delegado do Trabalho Irineu Mendonça: Nós não somos iguais perante a lei?

Sim, somos iguais somente no papel. Na prática as Leis que aí estão, são para serem aplicadas contra os trabalhadores" ( 76 ).

Além da aliança que o PCB teria feito com a burguesia nacional, sua política sindical nos anos 50 seria, segundo estudiosos, a principal responsável pela subordinação da classe operária ao Estado, porque realimentou o controle sobre os trabalhadores, impostos pela estrutura sindical oficial, e não estimulou a organização pela base. De antemão, ao penetrar na estrutura sindical oficial, o PCB teria sufocado a autonomia da classe ( 77 ). Mas o interessante é verificar que os próprios militantes comunistas forneceram cronologicamente antes os argumentos em voga sobre a política sindical do PCB:

" O movimento sindical continua subordinado ao Ministério do Trabalho (...) Essa situação intolerável coloca na ordem-do-dia a luta pela liberdade e autonomia sindical.

(...) Os comunistas mantiveram uma atitude falsa, no fundamental, para com as conquistas parciais da

classe operária (...) Não lutamos com a necessária energia pelo gozo dos direitos consignados em lei (...); os comunistas permanecem em grande parte na atividade de cúpula, não aproveitando as liberdades democráticas para ir às massas e organizar o movimento sindical nas fábricas.

(...) É frequente vermos camadas, uma vez eleitos para as direções passarem a atuar de forma burocrática e rotineira (...) Manifestam-se em muitos casos tendenciais oportunistas de direita. Alguns camaradas (...) concluem que os comunistas devem desempenhar uma função apasiguadora, amortecedora, diante da luta de classes.

(...) ainda se verifica entre alguns comunistas a tendência a (...) desrespeitar a democracia sindical. Pretendem por vezes uma unidade que representaria na prática a subordinação mecânica de outras correntes às palavras de ordem dos comunistas.

(...) A organização dos trabalhadores nos próprios locais de trabalho (...) é o passo decisivo para estreitar os laços entre os sindicatos e a massa de associados ( 78 ).

Realmente, após 1957, o PCB preocupou-se mais em penetrar na estrutura sindical oficial, como esclarecem esses dois militantes:

"Os comunistas devem conceder a maior atenção ao fortalecimento das federações e confederações sindicais, atuar nesses organismos (...) tendo em vista ligá-las mais estreitamente aos sindicatos e melhorar sua ação em prol da classe operária ( 79 ).

(...) Nós ficamos muito no terreno agitativo (...) Perdemos senso de organização no local de trabalho. Nós ficamos na cúpula pensando que isso decidia (...) ( 80 ).

Não resta a menor dúvida que há grandes diferenças entre declarações, propósitos, e prática. Mas essas afirmações são sem dúvida fruto de uma análise de prática anterior, demonstram que



o PCB tinha alguma consciência do impasse que criava com sua política sindical, mas preferindo compreender, e não avaliar, faço minhas as palavras de Ingrid Sarti:

"Se hoje esse tipo de sindicalismo não é visto como estrategicamente correto, na época representava uma tentativa de atuar além dos marcos institucionais mais estabelecidos e expressava a vontade (...) de transformar as condições vigentes de trabalho e de luta sindical" ( 81 ).

No caso do Sindicato dos Têxteis, a partir de 1955, foi aplicada a tática acordada entre o PUI e o PCB de alinhar-se com os "pelegos" concorrendo às eleições nas federações e confederações. O PUI empenhou-se menos do que o PCB nesta tática ( . 82 ). Em fins de 1956 Luiz Firmino de Lima tornou-se secretário da Federação dos Têxteis de São Paulo. Seria eleito em 1959 presidente do Sindicato dos Têxteis, e substituído na Federação da categoria por Antonio Chamono. É possível que o rumo tenha se perdido a partir daí, nesse trabalho de cúpula, além de ambigüidade de básica de que padeciam tanto o PCB como os pactos intersindicais, segundo Annez A. Troyano: a de visar o rompimento da estrutura oficial, com a criação de uma organização de fato nova para a classe operária, articulada horizontalmente e multiprofissionalmente - o que pressionaria o governo a reformular a organização sindical - mas, ao mesmo tempo contar com a estrutura sindical oficial para exercer aquela pressão, que quase tomou forma no projeto de lei Aurélio Vianna em 1964 ( 83 ).

O PUI, do qual participou o Sindicato dos Têxteis, do início ao fim, foi o mais importante organismo intersindical dos anos cinquenta. Segundo Timothy F. Harding o PUI foi responsável pela organização em dezembro de 1952 da campanha pró-abono de Natal, mas na verdade já vinha exercendo atividades desde 1951 sob a liderança dos bancários, e até 1954 era chamado Aliança Intercindical ou PAC (Pacto de Ação Comum) ( 84 ). Em 1954 tomou o nome de PUI e chegou a congregar 214 sindicatos, 3 federações e outras entidades (associações de bairro, estudantes e mulheres). Tinha uma estrutura relativamente democrática, pois cada sindicato tinha direito a um voto. Além da

campanha pela melhoria do salário-mínimo em 1954 e 1956, o PUI coordenou a greve de 1957 em São Paulo, e seu principal e a nosso ver mais importante o objetivo era forçar a unificação das datas-base de dissídio das varias categorias, e as campanhas salariais.

Foi este o empenho que presidiu a greve de 1957, sobre a qual nos deteremos no item subsequente deste capítulo. Graças as greves de várias categorias que setores tradicionais do operariado, como por exemplo, os têxteis e gráficos, demonstraram uma capacidade de pressão que isoladamente não tinham, e o Sindicato dos Têxteis - como devia acontecer com outros membros do PUI - a cada ano sofria maiores pressões para negociar em separado aumentos salariais, como teremos ocasião de demonstrar no item seguinte deste capítulo. O PUI além disso, barrava a entrada de federações em seus quadros, em desacordo com a posição dos militantes do PCB, que eram a favor dessa participação. O auge do PUI foi o ano de 1957, e após ter sua atuação esvasiada pelo governo estadual e pelo Ministério do Trabalho, foi dissolvido em 1959. O PCB não detinha a hegemonia no PUI, o que é indicativo de um certo grau de democracia, e por isso o movimento operário perdeu força em São Paulo com a extinção desta organização horizontal ( 85 ).

Após este esboço do contexto político mais geral que se refletiu na história da entidade, das principais questões a unir e dividir partidos e grupos, que disputavam hegemonia no movimento sindical em São Paulo, passaremos a avaliar o papel do Sindicato dos Têxteis na conjuntura grevista que se estende até 1957.

## N O T A S:

Capítulo III

## 1.1. Introdução

- ( 1 ) Ver SOUZA, Maria do Carmo Campello de - op.cit., pp.146, 147.
- ( 2 ) Ver ERICKSON, Kenneth P. - op.cit., pp.80, 81, 82.
- ( 3 ) Ver SKIDMORE, Thomas E. - op.cit., pp 78, 136, 157,185, 191-197.
- ( 4 ) Sobre a questão nacional, as eleições para a presidência do Clube Militar, a Cruzada Democrática, o Manifesto dos Coronéis, a UDN, a grande imprensa marron e os que ajudaram a débâcle final, ver SKIDMORE, Thomas F. op.cit., pp. 117-121, 129-132, 138-141, 162, 163-167,160-179. Sobre o Manifesto dos Coronéis e seu signatários, bem como o atentado de Toneleros e a "República do Galeão" ver MENDES JR., Antonio & MARANHÃO, Ricardo (orgs) ET ALII - op.cit., pp. 254 (nota 40 ), 255, 256.
- ( 5 ) Cf. ALVES, Roberto - HISTÓRIAS de um confidente. IN FOLHETIM nº 31. Folha de São Paulo. São Paulo, 21/8/77, s.o. APUD MENDES JR., Antonio & MARANHÃO, Rocardo (orgs) ET ALII - op.cit., p.256 . Sobre o PSD e o PTB, ver SKIDMORE, Thomas F. - op.cit.,pp 103, 105, 109-110, 135 e 106, 109, 147-149, 174.
- ( 6 ) Ver HARDING, Timoty F - op.cit., p. 248 ; SKIDMORE, Thomas E. - op.cit., pp. 116-117, 122-127,132 ; SINGER, Paul I. - O "milagre brasileiro" : causas e consequências. Cadernos CEBRAP 6. São Paulo, CEBRAP, 1972.
- ( 7 ) Ver SKIDMORE, Thomas E. - op.cit., pp. 129-131.
- ( 8 ) Idem, Ibidem, pp. 148, 149.
- ( 9 ) Idem, Ibidem, pp. 127,135,147. Ver também HARDING, Timothy F. - op.cit., p. 250.
- ( 10 ) Ver HARDING, Timothy F. - op.cit., pp. 189-193 (sobre o mecanismo do dissídio coletivo), 258, 248-249.
- ( 11 ) Ver SKIDMORE, Thomas E. - op.cit., pp. 145,146 . Tomando-se como base 1943=100, o custo de vida entre 1944 e 1951 aumentou 131%, sendo que a elevação real do salário mínimo-médio-mensal em 1952, relativamente a 1951 foi de 134%, segundo os cálculos que apresentamos no item 2.1. do capítulo II, desta monografia p.182-183.Para o cálculo do aumento do custo de vida de 1944 a 1951 utilizamos os índices de MALAN, Pedro S. & BONELLI, Regis ET ALII - op.cit., p. 420 , Tabela A.1.2., que conferem com os índices de aumento do custo de vida que serviram de base às series salariais contidas no item supra citado do capítulo II.

- ( 12 ) Ver ítem 2.1. do capítulo II, desta monografia, p.185,186 com a variação anual do salário-mínimo, nominal, médio mensal. Ver também OLIVEIRA, Francisco de - op.cit., ESTUDOS CEBRAP 2, p.47 onde a variação anual do salário-mínimo real em São Paulo discrepa do nosso cálculo, pois em 1952 esse acréscimo é de 135% em relação a 1951 e em 1954 de 36% em relação a 1953. Ver SKIDMORE, Thomas E. - op.cit., p.171 que apresenta a cifra de 54% de aumento real, segundo estimativa da ONU.
- ( 13 ) Ver SKIDMORE, Thomas E. - op.cit., pp.122,123,127,145,146, 149,172-173. MENDES JR., Antonio & MARANHÃO, Ricardo ET ELII - op.cit., p. 253 (nota 36 ).
- ( 14 ) Ver SKIDMORE, Thomas E. - op.cit., p.150, 165,174,175.
- ( 15 ) Ver Idem, Ibidem, p. 109.
- ( 16 ) Ver Idem, Ibidem, pp.181-182.
- ( 17 ) Idem, Ibidem, pp.182-183 ; ERICKSON, Kenneth P. - op.cit., p. 84.
- ( 18 ) Idem, Ibidem, pp.154,183,231-232; SOUZA, Maria do Carmo Campello de, - op.cit., p. 159.
- ( 19 ) SKIDMORE, Thomas E. - op.cit., pp.184-188.
- ( 20 ) Idem, Ibidem, pp. 188-197.
- ( 21 ) Idem, Ibidem, pp. 127, 198-202.
- ( 22 ) Idem, Ibidem, pp 204-206,216-217 e SINGER, Paul, J. - O "milagre brasileiro": causas e conseqüências. Cadernos CEBRAP 6, pp. 47-49.
- ( 23 ) Ver TROYANO, Annez A. - op.cit., pp. 87-88 ; RODRIGUES, Leôncio Martins - Conflito industrial e sindicalismo no Brasil. São Paulo, DIFEL, 1966, pp. 191-193.
- ( 24 ) Ver TROYANO, Annez A. - op.cit., pp. 176.
- ( 25 ) Idem, Ibidem, p. 78 e ERICKSON, Kenneth p. op.cit. p.86, 99.
- ( 26 ) Ver ALBERTINO, José Albertino - op.cit., pp. 108, 109 e 153,154 ; HARDING, Timothy F. - op.cit., pp. 244-246 . Ver também FUCHTNER, Hans - op.cit., p. 171 , onde há menções da criação das considerações e crescimento do número de federações entre 1947 e 1952.
- ( 27 ) Ver AMORIM, Paulo Henrique - op.cit., REVISTA REALIDADE, p. 157 ,onde Deócleciano de Holanda Cavalcanti relata seus conflitos com Segadas Vianna e Nelson Omega, com costumeiras falsidades, tais como a afirmação de que ele derrubara Segadas Vianna do Ministério. Ver também HARDING, Timothy F. , op.cit., pp. 251-252, 266.
- ( 28 ) Ver AMORIM, Paulo Henrique - op.cit., REVISTA REALIDADE, p.153-157,159-160.Igualmente sobre o MNPT, ver HARDING, Timothy F. - op.cit., 291, 293, 294, 295, 296, e 326-327;

e SKIDMORE, Thomas E. - op.cit., 196,197 onde o autor afirma que João Goulart se viu forçado a jurar publicamente que não fizera barganha política alguma com o PCB, para garantir a posse de Juscelino. As acusações nesse sentido partiam de Diocleciano de Holanda Cavalcanti, Ary Campista, e de Segadas Vianna ex-Ministro do Trabalho.

( 29 ) Sobre a greve de dezembro de 1961, pressionando o Congresso Nacional a votar a lei do décimo-terceiro salário ver HARDING, Timothy, F. - op.cit., pp. 546-547.

( 30 ) Ver WEFFORT, Francisco Correa - Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra). Estudo CEBRAP 4, p.86.

( 31 ) Ver RODRIGUES, José Albertino - op.cit., p. 154 e 159-162. onde o autor qualifica corretamente o processo de politização dos Sindicatos, durante sucessivos governos populistas; e WEFFORT, Francisco Correa. Ibidem. Estudos CEBRAP 4, p. 86.

( 32 ) Ver HARDING, Timothy F. - op.cit., p. 252; MORAES FILHO, Evaristo de - op.cit., pp.319-322 onde o autor defende a unicidade sindical, em nome do PSB.

( 33 ) ÚLTIMA HORA. São Paulo, 9. agosto. 1952, p.6; 13.agosto. 1952, p.10, 1º caderno; 20.agosto.1952, p.10, 1º caderno

( 34 ) A.A.6 26.08.1952. Cabe transcrever o diálogo travado nesta assembléia. "Pede a palavra o associado Antonio Chamomo para aplaudir a iniciativa do protesto contra a pluralidade sindical, mas acha que outras reivindicações também são necessárias, como seja, a liberdade sindical (...) e também sugere a formação comissões de fábrica para acompanhar os trabalhos em conjunto com a diretoria (...) Pede a palavra o Sr. Joaquim Teixeira para esclarecer que a coluna-mestra do movimento já está formada (...) e que as comissões (...) são formadas pelas federações. Modificar qualquer situação e criar caso, o que nós não queremos". Cf. Idem, Ibidem. Ainda em 1953 esta questão foi debatida em assembléia no sindicato dos Textéis: A.A. 6. - 31.05.1953. Ver também ÚLTIMA HORA. São Paulo, 6.junho.1953, p.2, noticiando ato público contra a pluralidade sindical.

( 35 ) Ver FUCHTNER, Hans - op.cit., p. 62.

( 36 ) Ver RODRIGUES, Albertino - op.cit., p. 111.

( 37 ) Ver HARDING, Timothy F. - op.cit., pp. 246,247,251,252. Com efeito, no período Vargas o orçamento destinado à previdência social foi aumentado, especialmente até 1952. Ver ERICKSON, Kenneth P. op.cit., 106,108. (Quadro D-5)

( 38 ) EXPULSÃO em massa dos "pelegos" que assaltavam os cofres do sindicato. Última Hora, São Paulo 8.outubro.1952, p.6, 1º caderno ;

- REBELAM-SE : os sindicatos contra os "pelegos". Idem;  
 11.outubro.1952, p.6, 1ª caderno ; ÚLTIMA HORA, São Paulo, 24.outubro.  
 1952, p.4, 1ª caderno, onde a reportagem aponta as pressões de Diodeciano  
 de Holanda Cavalcanti (CNTI) e presidentes de federações - como Luis  
 Augusto de França e Lindolfo de Azevedo Pequeno - junto a Segadas Vianna,  
 para cessarem as investigações sobre o Fundo Social Sindical, acusando  
 o Ministro de desampará-los e ceder diante das acusações de imprensa  
 ( 39 ) EXTORSIVO e corruptor o imposto sindical. Folha Socialista. São Paulo, Comissão Estadual de São Paulo do P.S.B., V (19), 20  
 março. 1954, p.5  
 ( 40 ) GOULART conta com o apoio dos trabalhadores por acabar  
 com a maroteira do Fundo Sindical. ÚLTIMA HORA, São Paulo, 15.julho.1953,  
 p.2, 1ª caderno . Quanto à CTOS em 1943, e FUCHTNER, Hans - op.cit.,  
 p. 62.  
 ( 41 ) Ver HARDING, Timoth F. - op.cit., p.293.  
 ( 42 ) A.A.G. - 31.07.1955 e 27.11.1955. Na última data foi  
 anunciada a extinção do Fundo Social Sindical, o que não ocorreu.  
 ( 43 ) Nossa colaboração ao Pacto de Unidade O Trabalho Têxtil. São Paulo, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tece-  
 lagem de São Paulo, (nova fase) I (5) fevereiro 1957, p. 2 ; A.A.G. -  
 26.08.1952 onde Antonio Chamorro, futuro representante do Sindicato dos  
 Têxteis na Federação da categoria, já transigia, defendendo o imposto sin-  
 dical, já que os serviços eram calamitosos; A.A.G. - 6.06.1955 em que  
 está registrada o protesto contra o projeto de Carlos Lacerda tratando  
 da extinção do imposto sindical; RODRIGUES, José Albertino - op.cit.,  
 pp.154,155 , contendo a transcrição do ponto de vista da Federação  
 dos Têxteis, a favor da manutenção daquele imposto em 1961, retirada de  
 folheto possivelmente redigido por Antonio Chamorro que na época era  
 secretário da entidade; CUNHA, Antonio - O momento político. O Traba-  
 lhador Têxtil. São Paulo, I (12) setembro 1957, p.3 , com argumentos  
 petebistas a favor do imposto sindical: "sabem os eternos inimigos do  
 presidente Getúlio que sem o imposto sindical, os sindicatos não so-  
 breviverão e sem o sindicato, o trabalhador ficará à mercê das injustiças  
 sociais, dos tubarões impiedosos".  
 ( 44 ) Ver TELLES, Jover - op.cit., p. 65 , que não é um so-  
 ciólogo ou historiador e sim um militante. Há citações esparsas como a  
 de TROYANO, Annez A. - op.cit., p. 82 . Sobre a cláusula da assidui-  
 dade integral, ver item 2.5. , do capítulo I desta monografia p. 132,  
 133, 136 e 137 e p.136 , com a sentença do Dissídio Coletivo  
 da categoria, em setembro de 1948.

- ( 45 ) Ver ítem 1.1. do capítulo I desta monografia pp.12 e 13.
- ( 46 ) Sobre as infrações da legislação trabalhista em empresas têxteis de São Paulo, ver ítem 1.1. do capítulo II desta monografia.
- ( 47 ) A acordo resultante da campanha salarial dos têxteis em 1951, segundo o então presidente do sindicato, foi uma "grande vitória", porque aboliu a cláusula da assiduidade integral. Mas nos anos subsequentes a cláusula voltou a vincular-se dos reajustes, muito embora nos acordos resultantes da greve de março-abril de 1953 não conste explicitamente a vinculação do reajuste à assiduidade integral. Ver A.A.G. - 27.01.1952 e MOISES, José Alvaro - Greve de massa e crise política (estudo da greve dos trezentos mil em São Paulo 1953-1954). São Paulo. Ed. Polis, 1978, Anexos: pp. 156,157-160 . Porém o T.S.T. (Tribunal Superior do Trabalho) ao julgar o recurso patronal introduziu a cláusula da assiduidade, vinculada ao aumento e com efeito retroativo a partir de 15 de abril de 1953 . Ver A.A.G. - 13.09.1953; ÚLTIMA HORA. São Paulo, 2 de setembro 1953, p. 6 , 1º Caderno, 14 setembro de 1953, p. , 1º Caderno; 3 dezembro 1953, p. 7 , 1º Caderno.
- ( 48 ) Ver A.A.G. 24.01.1954, 14.03.1954; 27.06.1954; 19.09.1954; 28.11.1954.
- ( 49 ) FIRMES os têxteis no combate à assiduidade. Última Hora. São Paulo, 16.junho.1954, p. 5 , 1º Caderno.
- ( 50 ) A.A.G. - 4.12.1955; O TRABALHADOR TÊXTIL. São Paulo, I (2) outubro 1956, pp. 1,2 ; Idem I (10) agosto 1957, p. 1 ; Idem, II (14) novembro 1957, p. 6 ; A.A.G. - 13.10.1957; 24.10.1957.
- ( 51 ) Ver ítem 2.4. do capítulo I, Quadro VI , p. 99 p.
- ( 52 ) Ver, sobre o atestado de ideologia, ERICKSON, Kenneth P. - op.cit., p. 99 e FUCHTNER, Hans - op.cit., p. 171 e sobre a liberação da vida sindical ver HARDING, Timothy F. - op.cit., pp.245,265-266.
- ( 53 ) Ver HARDING, Timothy F. - op.cit., pp.265-267 , ERICKSON, Kenneth P. - op.cit., p. 95.
- ( 54 ) Ver ERICKSON, Kenneth P. - op.cit., pp. 106-107,111-112.
- ( 55 ) Cf. JUREMA, Abelardo - Juscelino e Jango - PSD e PTB. Rio de Janeiro, Arte nova, 1954,p.50.APUD MENDES JR., Antonio & MARANHÃO, Ricardo (orgs) ET ALII - op.cit., p. 237 ; SOUZA, Maria do Carmo Campello de - op.cit., p. 147 ; SKIDMORE, Thomas E. - p. 198 . Sobre os métodos demagógicos clientelísticos de João Goulart, quando ministro do Trabalho, ver ÚLTIMA HORA. São Paulo, 10.fevereiro.1954, p. 7 , 1º Caderno.
- ( 56 ) Ver HARDING, Timothy F. - op.cit., pp. 282-287 ;

ERICKSON, Kenneth P. - op.cit., pp. 66-67.

( 57 ) Ver ERICKSON, Kenneth P. - op.cit., pp. 96,107-108 , (Quadro D-5); ÚLTIMA HORA, São Paulo, 13.dezembro.1954, p. 3 , 1º Caderno; A.A.G. - 23.01.1955

( 58 ) Cf. A.A.G. - 4.12.1955 . Ver A.A.G. - 29.08.1954; 20.11.1955.

( 59 ) Ver SKIDMORE, Thomas E. - op.cit., pp. 196,210,213 ; HARDING, Timothy F. - op.cit., pp.325, 329 ; EXPOSIÇÃO da liga de Emancipação Nacional apresentada ao Sr. Presidente da República. Última Hora. São Paulo, 19.junho.1956, p. 5, 1º Caderno; A.A.G. - 17.06.1956, propostas 2.<sup>a</sup> e 9.<sup>a</sup>.

( 60 ) Ver ERICKSON, Kenneth P. - op.cit., pp. 60-67, onde estão registradas 29 intervenções em sindicatos operários e nenhuma em federações e p. 97.

( 61 ) Idem, Ibidem, pp.107-108,111-112 , FUCHTNER, Hans - op.cit., p.84.

( 62 ) Ver HARDING, Timothy F. - op.cit., pp.310-313 e item 2.1. do capítulo II desta monografia, QUADRO XVI , pp.187-188.Ver também RODRIGUES, José Albertino - op.cit., p. 178 , que relaciona a intensa atividade sindical dos anos 50 com a estimativa de um crescimento de 100% no valor real.

( 63 ) Ver HARDING, Timothy F. op.cit., pp. 329-330 e 416 .Sobre os "democráticos" (do MSD) ver Idem, Ibidem, pp. 500-505,523-524, 565-566 ; ver também TELLES, Jover - op.cit., p. 288.

( 64 ) SINDICALISMO livre em todo mundo. Fôlha Socialista. São Paulo, V (22) 5.maio.1954, p. 5.

( 65 ) Sobre o MNPT, ver p. 196 deste item; HARDING, Timothy F. - op.cit., pp.291-297,327-329,contendo o substancial sobre a política trabalhista aparentemente contraditória de Juscelino.

( 66 ) Idem, Ibidem, p. 326 ; RODRIGUES, Leôncio Martins - op.cit., pp. 190,191 , SIMÃO, Azis - op.cit., p. 232.

( 67 ) A.R.D. - 25.02.1953; ÚLTIMA HORA. São Paulo, 18.setembro.1954, p. 3 , 1º Caderno; 20.setembro.1954, p. 4 , 1º Caderno.

( 68 ) Ver HARDING, Timothy F. - op.cit., pp. 331-333,335,338-349,469-461 . Vale a pena observar as similitudes entre o MRS, a atual FNT (Frente Nacional do Trabalho) e o atual PT, tanto no que diz respeito a questões programáticas, como na atuação prática, com uma, entre outras, diferença: MRS não abrigava lideranças sindicais representativas. Sobre o jianismo em geral ver SKIDMORE, Thomas E. - op.cit., pp.154, 181,182,231-233



( 69 ) Cf. FOLHA SOCIALISTA. São Paulo, V (19) 20.março.1954, p. 3 e 7 (22) 5.maio.1954, pp.1,2,6,7 ; (25) 10.julho.1957, pp.3, 5, 7, 8 . Para uma correta apreciação sobre o janismo, ver SARTI, Ingrid. - op.cit., p. 127.

( 70 ) Ver HARDING, Timothy F. - op.cit., p. 331 e SOUZA, Maria do Carmo Campello de - op.cit., p. 159.

( 71 ) Ver WEFFORT, Francisco Correa, Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após guerra). Estudos CEBRAP 4; Idem. - Sindicatos e Política; MOISES, José Alvaro - op.cit., capítulos 3,4,5, PASSIM MUNHOZ, Fábio A. - Sindicalismo e democracia populista: a greve de 1957. São Paulo, CEDEC, 1977, (mimeo), PASSIM, SPINDEL, Arnaldo - op.cit., PASSIM.

( 72 ) Cf. FRENTE popular para convulsionar o país! Última Hora São Paulo, 3.janeiro.1953, p.3, 1º Caderno; HARDING, Timothy F. - op.cit., p. 267 .

( 73 ) HARDING, Timothy F. - op.cit., p. 297.

( 74 ) Cf. UM BILHETE às autoridades. O Trabalho Têxtil. São Paulo, I (7) abril.1957, p. 3 . Sobre esta questão das relações comerciais do Brasil, - PTB era outro partido, fora o PCB que defendia o mesmo ponto de vista. Ver LUTA do PTB em defesa dos humildes e oprimidos. Última Hora, 0.março.1954, p. 3, 1º Caderno. Ver também O TRABALHADOR TÊXTIL. São Paulo, I (4), janeiro.1957, pp.1,2 , com telegrama ao presidente, em defesa da indústria têxtil nacional e protestando contra a importação (contrabando) de meias de nylon; também Idem, I (5) fevereiro.1957, pp. 1,2, com o programa do PUI, do qual constara o ítem Defesa da Indústria e Comércio Nacional: "Nós trabalhadores estamos de acordo em lutar em defesa da indústria e comércio nacional, contra a concorrência desleal, contrabando, etc. Estamos de acordo que o governo conceda facilidades em conseguir divisas para aquisição de máquinas e matérias primas e facilidades para exposição (...) Mas nós os trabalhadores, em torno de nossos Sindicatos não abdicamos sem lutas de nossos direitos. assim como não estamos dispostos a carregar o fardo, de uma má política administrativa do governo ou dos empregadores"; Idem, I (9) junho.1957; p. 8 , com propostas da Federação da categoria para a crise da indústria têxtil; Idem, I (10) julho 1957, pp. 1,2 , com propostas do mesmo teor, dirigidas ao presidente Juscelino e assinadas pela CNTI, federações e sindicatos da categoria no Rio de Janeiro, Distrito Federal, Recife, Belo Horizonte, Caxias do Sul.

( 75 ) CHAMARRO, Antonio - O desemprego e a chantagem patronal. O Trabalhador Têxtil. São Paulo, I (10), julho.1957, p. 2. Ver também Idem, I (10) julho.1957, p.2 , artigo sobre as justificativas patronais

para despedir operários estáveis, mediante acordos lesivos aos operários e ilegais.

( 76 ) CHAMORRO, Antonio - "Todos iguais perante a lei". O Trabalhador Têxtil. São Paulo, II (15) dezembro. 1957, p.3.

( 77 ) Ver MOISÉS, José Álvaro - op.cit., capítulos 3,4,5. PASSIM e MUNHOZ, Fabio Antonio - op.cit., PASSIM. Convém lembrar que lideranças da atualidade, como Luis Inácio da Silva, se formaram dentro da estrutura sindical oficial, sem por isso serem responsáveis pela subordinação, ainda atual, da classe operária ao Estado. A permanência dessas lideranças dentro daquela estrutura é que foi bloqueada pelo atual regime, cujas elites tem memória fresca a respeito do movimento sindical atrelado ao Estado até 1964. Ainda hoje ninguém conseguiu descobrir como se faz a "construção da autonomia organizatória e da independência política da classe", e a posterga, socialisticamente, para um futuro longínquo.

( 78 ) Resolução aprovada na reunião nacional dos comunistas, realizada no mês de setembro de 1959. In: TELLES, Jover - op.cit., pp. 286-292.

( 79 ) Idem, Ibidem, p. 293

( 80 ) Depoimento de antigo militante sindical já citado no item 2.4., do capítulo I, pp. 108 e seguintes.

( 81 ) Cf. SATI, Ingrid - op.cit., p. 75

( 82 ) Quanto a penetração de militantes do PCB na Federação dos Têxteis ver A.A.G. 30.10.955; 20.11.1955; A.R.D. - 19.10.1955; 4.11.1955. Ver JARDING, Timothy F. - op.cit., 379

( 83 ) Ver TROYANO, Annez A. - op.cit., pp. 79,80

( 84 ) Ver HARDING, Timothy F. - op.cit., pp. 255 e LOSACCO, Salvador Romano - A central operária livre dos anos 50 (Entrevista a Lia Ribeiro Dias) MOVIMENTO, São Paulo, (232) 10-16. dezembro.1979: 8-9. Também há referências a uma intersindical chamada União Sindical de São Paulo (UST), em 1954, no jornal Última Hora, que provavelmente correspondia ao PAC/PUI.

( 85 ) Ver HARDING, Timothy F. - Ibidem, pp. 379, 383, 385,399-401; LOSACCO, Salvador R. Ibidem. MOVIMENTO, pp. 8,9. A posição do PCB em 1959 a respeito do PUI era cristalina e não deixa dúvidas sobre as consequências futuras, já transcritas neste item p. 208-209: "Tais formas de acordo intersindicais não podem, ser colocadas em contraposição à atual estrutura sindical existente no país, nem servir de pretexto para desviar o movimento sindical dos sindicatos, federações e confederações. Ao contrário, os diversos tipos de pactos intersindicais, para cumprirem plenamente seu pa-

papel unitário, devem contribuir, sem qualquer exclusivismo, para que sejam encontradas as formas de organização que permitam coordenar melhor o movimento operário dentro da estrutura sindical legal "Cf. TELLES, Jover - op.cit., p.293; ver também RODRIGUES, José Albertino - op.cit., pp. 163-164, contendo a melhor síntese do significado do PUI. Desde o início este pacto foi combatido pelas federações de São Paulo. Ver FIRME união na luta pelo salário-mínimo. Última Hora. São Paulo, 9.março.1954, p. 3, 1º Caderno; Idem, 13.março.1954, p. 3, 1º Caderno.

### CAPÍTULO III - O MOVIMENTO SINDICAL EM SÃO PAULO E O PODER NO SINDICATO DOS TÊXTEIS ( 1951-1957 )

#### 1. O MOVIMENTO SINDICAL EM SÃO PAULO (1951-1957)

##### 1.2. Os movimentos grevistas da categoria e o papel do sindicato nas greves de 1953 e 1957

Iniciamos este ítem com o Quadro XVII a seguir, que trata das greves do operariado têxtil, e aquelas de todas as categorias no estado de São Paulo. O que interessa colocar em destaque, em primeiro lugar, é decréscimo brusco de greves por empresa, se compararmos com os surtos grevistas já arrolados no primeiro capítulo : 1917-1920; 1930-1935; 1945-1947 ( 1 ), e a participação maciça, que a seguir veremos, da categoria nas duas grandes greves gerais no estado de São Paulo, e na história do movimento operário: a de 1953 e a de 1957. Em segundo lugar, nota-se uma ligeira variação no elenco de reivindicações, como, por exemplo, as greves por empresa contra redução salarial e aumento de teares por tecelão num contexto de crise bem diverso daquele dos anos 1930 a 1932, quando estas reivindicações eram também causa de muitas greves ( 2 ).

Ver Quadro XVII, p.220

QUADRO

XVII

GREVES DO OPERARIADO TEXTIL

1951-1957

São Paulo (capital)

e no Estado de São Paulo ( de todas as categorias )

ANO	Número de greves por empresa	Motivos recorrentes	Outros Motivos	Nº de operários total ou parcial	Duração máxima	Organismos atuantes	Nº de greves em várias empresas ou estaduais	Motivos	Nº de operários total ou parcial	Organismos atuantes	Duração máxima	Nº de greves de todas as categorias no ESP
1951	-	-	-	-	-	-	50 (a)	-	"25.000"	Comissões de Fábrica/Comissão de Salários do Sindicato	1	11 (b)
1952	1	-	Vantagens econômicas	-	-	Comissões de fábrica (provavelmente)	3 (c)	aumento salarial (3 greves) contra assiduidade integral (1 greve)	-	Comissões de Fábrica/Comissão de Salários do Sindicato	9	10
1953	-	-	-	-	-	-	3 (d)	aumento salarial libertação de presos	"300 mil"	Comissões de Fábrica e de Salários/PAC / DRT - Políticos	29	10 (e)
1954	-	-	-	-	-	-	1 (f)	contra carestia	"1 milhão" (?)	PUI Sindicatos	1	4
1955	9 (g)	aumento salarial (2 greves) redução salarial (2 greves)	horário de trabalho; aumento de teares por tecelão	-	-	Comissões de fábrica (provavelmente)	-	-	-	-	-	20
1956	1	aumento do nº de teares por tecelão	-	-	16	idem	-	-	-	-	-	10 (h)
1957	2	idem (2 greves)	-	-	19	idem	3	aumento salarial; contra a carestia; cumprimento da sentença do TRT; abono de natal	-	Comissões de Fábrica, PUI, Sindicatos CGG (Comando Geral de Greve) TRT - Políticos	5	13 (i)

FONTES: WEFFORT, Francisco Correa - Sindicatos e Política.

Artexo Greves 1945-1963: A.17- A.25

- O TRABALHADOR TÊXTIL. São Paulo I (3) dezembro 1956. pp.1,2 (1956)  
I (12) setembro 1957, pp.4,8  
(1957)
  - TELLES, Jover - op.cit., pp. 65, 66, 70, 72.
  - A.A.G. - 16.12.1957; 21.06.1953; 29.08.1954; 2.09.1954; 16.10.1955
  - ÚLTIMA HORA. São Paulo, 10. julho. 1953, p.3, 1º caderno; Idem, 28. agosto. 1954, p.2, 1º caderno; Idem, 3. setembro. 1954, p.4, 1º caderno;  
Idem, 4. setembro. 1954, p.2, 1º caderno.
- (a) Estã greve sã consta em TELLES, Jover - op.cit., p. 65 e A.A.G. - 16.12.1951, anunciada para 20.12.1951. Deve pois ser aceita com reservas.
  - (b) Inclusive a ũnica greve dos tẽxteis e a primeira grande greve - geral - sob a vigẽncia do Decreto-Lei 9.070, a dos bancãrios, em setembro de 1951, com o PAC ainda embrionãrio.
  - (c) Todas as greves se deram em janeiro e fevereiro de 1952, ĩpoca em que corria na DRT o dissĩdio coletivo de 1951 da categoria.
  - (d) Inclue a greve, geral / estadual de março-abril de 1953 e greves de protesto contra o não pagamento do aumento arbitrado em 32%
  - (e) Inclue a greve nacional dos marĩtimos de junho de 1953 e duas greves constantes em TELLES, Jover - op.cit., p. 66.
  - (f) Esta greve contra carestia consta, como convocãção da A.A.G. - 29.08.1954; em TELLES, Jover - op.cit., p. 70, inclusive com a cifra apoteĩtica de "um milhão", bem como em ÚLTIMA HORA. São Paulo, agosto, setembro, 1954.
  - (g) Estas greves por empresa constam em TELLES, Jover - op.cit., p.72, e em A.A.G. - 16.10.1955
  - (h) Inclue a greve nacional dos aeroviãrios em julho de 1956 e a dos marĩtimos em setembro de 1956
  - (i) Inclue a greve geral/estadual de outubro de 1957 e a greve nacional dos aeroviãrios em novembro de 1957

Finalmente, embora o quadro não expresse, a questão que levantamos é que foram estes - 1951 a 1957 - os últimos anos em que a categoria e o Sindicato dos Têxteis formaram parte importante dos movimentos grevistas em São Paulo, que se estenderam até março de 1964. Os operários têxteis longe de representar o eixo das greves gerais no período, o qual foi deslocado no setor industrial para os metalúrgicos, não obstante, continuaram a ser o rastilho de pólvora, pelo menos na greve de 1953. O que também o quadro supra não mostra é que, após 1957m a categoria foi chamada a participar, e, não se sabe até que ponto o fez, de duas grandes greves gerais - em 1961 e 1963 - e, o que é mais importante: registrou três greves, em três empresas diferentes entre 1959 e 1963, período em que quase todas as categorias de trabalhadores, e algumas até pela primeira vez, faziam greves ( 3 ). Se no caso dos estivadores poucas greves se acompanharam de conquistas econômicas palpáveis ( 4 ), em meados dos anos 50, no caso dos têxteis ocorreu o contrário, pelos dados que dispomos: poucas greves e perda (de fato) paulatina mas constante dos mais elementares direitos, tais como estabilidade, pagamento de salários em dia, pagamento de reajustes e inden-

zações integralmente, sō citando os mais relevantes. O que nos leva a concluir que estes sete anos - 1951 a 1957 - foram aqueles em que a crise e modernizaçāo simultânea das empresas tradicionais - caso das empresas têxteis principalmente no municĩpio de São Paulo - ainda não determinava o refluxo grevista dos setores mais combativos da categoria, nem a incapacidade, talvez inevitável, dos dirigentes sindicais têxteis de enfrentar com êxito a conjunçāo de desemprego derivado da jã citada crise/modernizaçāo, que nos anos 50, se tornou crônica na indústria têxtil quando todas as crises anteriores foram curtas e conjunturais, e, sō citando duas : a de 1929 a 1932, e a de 1947 a 1949.

Como corretamente observa Hans Füchtner, nos anos 50 e até 64 o resultado das greves dependia mais das relações de um reduzido grupo de dirigentes sindicais com o governo do que da classe operária com o governo, e menos das relações daquela classe com os patrões ( 5 ). Como a lei de greve tendia a nivelar por baixo o poder de sindicatos, fossem eles fortes ou fracos, aqueles mais fortes emprestavam sua força concreta (econômica) nas negociações conjuntas, de várias categorias ( 6 ). Ainda assim, a pressão ainda que indireta das categorias mais fortes, acabou por ganhar peso crescente ( 7 ). Porque tanto política como economicamente, os dirigentes sindicais metalúrgicos, por exemplo, representavam uma categoria maior, mais qualificada no setor industrial e na medida mesmo em que tanto a, indústria como os empresarios do ramo também adquiriam crescente importancia, não desqualificável pela Justiça do Trabalho. O inverso ocorria com os dirigentes sindicais têxteis, cujo patronato entrava em relativa decadência política, e não apenas econômica. Assim sendo, por melhores que fossem as relações dos dirigentes têxteis do estado de São Paulo com o governo, após 1957, creio que os sindicatos patronais e de trabalhadores têxteis somariam ao se aliar, quando eventualmente isso ocorresse (de fato), suas recíprocas debilidades, advindas, por parte do patronato da antiga política oligopolista, e sempre pronta a fraudar a legislação trabalhista, e da deliberação do governo Kubitscheck de favorecer mais outros setores industriais.



Assim, por mais apoio do governo que as greves tivessem, e até mesmo uma certa tolerância do patronato, por mais força que tivessem os piquetes, "instituição"iversamente proporcional à falta de organização interna - estável - nas fábricas, e prova do poder de polícia ilimitado do patronato intramuros, e, por fim, por mais que as greves gerais (após 1957) coincidissem com fases de queda dos salários reais, o operariado têxtil se debatia não só com problemas salariais, mas com condições de trabalho cada vez mais penalizadas, o que impede, a longo prazo, a continuidade de movimentos grevistas ( 8 ). Os estudos que focalizam greves como a de 1953 e a de 1957 e, de um modo geral, aqueles sobre o sindicalismo brasileiro criam uma generalização: a de que a "organização pela base", a pura e salutar "espontaneidade operária" e que surge só nas conjunturas grevistas são a prova cabal de que o operariado poderia romper as amarras que o prendiam aos sindicatos, e portanto ao Estado, se conduzindo fosse por um verdadeiro partido da classe operaria ( 9 ). Essa generalização dá margens à confusões tais como a de que a greve de 1953:

"apresentou a importante característica de um movimento sindical de massas, com uma sólida organização pela base, (grifo nosso) graças à ação das comissões de empresa. Esses organismos internos as fábricas, mais conhecido como 'Comissões de Salários', preparavam as discussões da pauta reivindicatória, com ampla participação dos trabalhadores (...)[;] preparavam a mobilização da categoria para as assembléias sindicais" ( 10 )

Seria interessante distinguir as Comissões de Salário, das vagas comissões de fábrica, que, em todo o período por nós estudado, são mais comissões de greve e daí surgirem e desaparecerem sempre ( 11 ). O Sindicato dos Têxteis foi, no período 1951-1957, "campeão" de Comissões de Salários, Comissões de Greve e de Piquetes, comissões de fábrica - esta sempre muito fluidas -, em delegados de empresa, em comissões para os mais variados fins, eleitas em assembléias, compostas seguramente (em sua maioria) por militantes sindicais do PCB. As Comissões de Salários, que continham a "nata" dos dirigentes comunistas eram organismos de pressão sobre as diretorias da entidade, e que procuravam fazê-las prestar contas de seus atos. Junto com diretores da entidade, as Comissões de Salário negociavam acordos, convocavam e organizavam greves e sempre nas assembléias,

propunham a ação conjunta de várias categorias através do PAC e do PUI, combatendo os acordos isolados nas greves, contra a orientação das diretorias nas campanhas salariais. Tinham forças já desde 1951, foram duramente combatidas pelo então presidente Joaquim Teixeira, e em 1953, 1954, 1955 por Nelson Rusticci (presidente) secundado pelo "pelego" de 1º grau, João Ferri (tesoureiro na gestão 1952-1955) e futuro interventor do Sindicato, a partir de 13 de abril de 1964 ( 12 ). Mas eram organismos, com um certo respaldo nas fábricas e prestígio junto à categoria, principalmente após a greve de 1953, e vale a pena citar o fim de uma assembleia para se ter uma idéia de quanto as Comissões de Salário não davam tréqua à diretoria de 1953, empurrando o sindicato para uma vida interna mais democrática, em relação ao passado, diga-se de passagem:

" [feita] a leitura da ata da assembleia geral anterior, que posta em discussão, não foi aprovada por unanimidade (... ) fizeram uso da palavra alguns associados, protestando e exigindo a entrada dos não associados que encontravam-se fora do recinto, havendo seria manifestação no plenário (...) a mesa procurou esclarecer (...) que a assembleia é específica e exclusiva a associados, mas (...) nada foi possível salvar, a ordem, e a disciplina costumeira desapareceu, chegando mesmo os associados a sérios desentendimentos com a diretoria (...) A essa altura dos acontecimentos, o sr. presidente deu por suspensa a assembleia" ( 13 ).

Após esta assembleia foram expulsos e suspensos associados, tanto que na assembleia seguinte houve pedidos de anistia para eles. As Comissões de Salário defendiam sempre a participação de não associados em assembleias ( 14 ). Até a posse da diretoria eleita em abril de 1955, o que só ocorreu em setembro de 1955, as Comissões de Salário pareciam funcionar como um segundo poder dentro do Sindicato, dominando as assembleias e adiantando-se sempre nas propostas, e com uma agilidade de ação que a diretoria longe estava de possuir. Em 1957, como ocorrera em outras campanhas salariais, Comissões de Salário representavam vários sindicatos no PUI, o que nos leva a concluir que eram também órgãos de sustentação do PUI, já que as diretorias, e no caso, sabemos a do Sindicato dos Têxteis (até setembro 1957) não prestigiavam o PUI e, particularmente em 1954, pretestaram ser indispensável manter independência política em relação àquela intersindical, princi-

palmente nas épocas de renovação de dissídio coletivo ( 15 ), para ter mais liberdade para firmar acordos salariais em separado.

Não obstante a continuidade e a ampliação de funções das Comissões de Salario dentro do Sindicato, as chamadas comissões de fábrica, se fossem uma realidade consolidada, não haveria tantos apelos por parte de muitos membros das Comissões de Salario, para que fossem formadas e se reunissem no sindicato, particularmente em momentos de pré-eclosão de greves. Seria enfadonho expor aqui as enfáticas conclamações em assembléias. Mas a dúvida cabível, é porque logo após uma greve de início considerada vitoriosa, como a de outubro de 1957, Antonio Chamorro, membro da Comissão de Salarios do Sindicato, se obrigava a pronunciar em assembléia quase as mesmíssimas palavras, desde 1957 encontradas nas atas, em intervenções e propostas:

"(...) Antonio Chamorro (...) mostra que o resultado dessa greve representa a vitória de seis categorias unidas(...) [mas] a luta ainda não chegou ao seu final, conquistamos o aumento, mas precisamos lutar pela sua aplicação (...) Finaliza conclamando os trabalhadores a se organizarem mais e mais nos locais de trabalho afim de obterem a conquista de outras reivindicações" ( 16 ).

A partir de 1956 as comissões de fábrica começaram a ter uma designação nova - delegados sindicais - mas artigos do jornal da entidade ainda prescreviam as régras de atuação desses representantes:

"Os delegados devem participar de todos os movimentos feitos pelo Sindicato, comparecer em todas as assembléias e reuniões (...) no primeiro domingo de cada mês, na sede do sindicato, e esclarecerem os trabalhadores (...) [;]voces (...) foram escolhidos pelos seus companheiros de trabalho para isso" ( 17 ).

Em algumas empresas as comissões ou delegados sindicais obtinham êxitos, aparentemente, sem a interferência da Justiça do Trabalho. O jornal do sindicato noticia em 1957 que em diversas empresas conseguiu-se a suspensão do aumento de teares por

tecelão; revisão de horário de trabalho; pagamento das horas gastas com limpeza de maquinaria; pagamento de salários atrasados; e protestos foram feitos contra a suspensão de companheiros, através de paralização ( 18 ). No mesmo ano, a diretoria do biênio 1955-1957, afirmava que criava um " corpo de delegados sindicais eleitos nas empresas e reconhecidos pelo ministério do Trabalho (grifo nosso)" ( 19 ). A mesma diretoria, em artigo mostrando suas realizações, asseverava que afora os 400 delegados sindicais eleitos os "Conselhos e Comissões existentes nas fábricas conquistavam (...) melhor fiscalização nos locais de trabalho" ( 20 ). Estudiosos clássicos, como J. Albertino Rodrigues, quando se referem, no período à organização dentro das empresas, usa a expressão delegado de empresa ou comitê, e só cita como exemplo o Sindicato dos Têxteis de São Paulo, cuja preocupação com a continuidade desta forma orgânica é antiga, embora possa ter se tornado uma formalidade, principalmente após 1957 ( 21 ), o que o limite cronológico desta monografia não nos permite mais que uma suposição.

Encerrando esta questão, volto a afirmar que as comissões de fábrica servem a qualquer política. O lúcido advogado Almir Pazzianotto, auxilia meu argumento, comentando a criação, nos dias de hoje da comissão de fábrica da Ford do Brasil. Esclarece que entre as suas finalidades está a de melhorar as relações entre a empresa e o Sindicato, solucionar conflitos diretamente sem a mediação da Justiça do Trabalho, e civilizar as relações entre operários e supervisores. O mesmo articulista fala na "ambicionada" comissão de fábrica, reivindicação pois atualíssima, mas alerta os trabalhadores que, se proliferam tais iniciativas, não se pode descartar a hipótese de tratar-se de: "uma significativa, sutil e penetrante tendência, capaz de provocar transformações na ideologia do melhor das nossas organizações sindicais, as quais poderão ser levadas (...) a se ternarem um veículo a mais de ajustamento entre o capital e o trabalho (grifo nosso)". O que, aliás, está previsto pelos analistas sindicais americanos e europeus e pela O.I.T., cuja doutrina reformista é notória, segundo o mesmo artigo observa ( 22 ). Nesse caso, o presente ensina o passado, e mostra que transformar as comissões de fábricas numa espécie de "messias" da autonomia operária, é empobrecer o passado, o presente e o futuro.

Nosso próximo passo são comentários em torno da greve de março-abril de 1953, uma das mais importantes do movimento operário em São Paulo, e a primeira, desde 1917/1919 a reunir várias categorias, o que, em nossa opinião tornou essa greve um marco importante da década de 50. Toda e qualquer greve coloca em questão o sistema trabalhista, montado para adiantar-se ao confronto direto entre capital e trabalho. Mas em março-abril de 1953 significativo, também do ponto de vista político e orgânico do movimento operário, foi a participação maciça dos trabalhadores em comissões de greve, e a forma democrática que assumiu a tomada de decisões, durante o conflito, através de grandes assembléias. O direito de greve, já vinha se exercendo desde 1951, mas em 1953 ficou demonstrado cabalmente o quanto a organização sindical corporativa trabalha no sentido de tornar uma simples reivindicação salarial um levante de massas. Pois o sistema trabalhista não admite que a classe operária apresente diretamente suas reivindicações ao governo ou ao patronato, mas sim que ela se represente através dos sindicatos. Estes não tem como fonte de legitimidade a escolha livre das massas trabalhadoras, sendo antes uma imposição histórica que, afinal, se consolidou. A greve de 1953 foi realizada, a despeito dos sindicatos, que dela participaram e em parte a fizeram, no velho estilo inaugurado em 30: "antes que o povo o faça" ( 23 ). Durante a greve, diretores do Sindicato dos Têxteis revelaram divergências de fundo com a Comissão de Salários do Sindicato dos Têxteis, que a certa altura do conflito passou a formar parte da Comissão Intersindical de Greve, organismo que centralizou as decisões a serem tomadas em meados de abril. Inúmeros pronunciamentos, contra a Comissão de Salários (ou de Greve) do Sindicato, e não apenas de elementos notoriamente amarelos da diretoria do Sindicato dos Têxteis, como João Ferri (1º tesoureiro), não deixam margem de dúvida. O presidente do Sindicato, Nelson Rusticci, procurou em muitas fases "restaurar a ordem" a todo custo, usando inclusive de insinuações policiaiscas, pouco mais discretas do que os comunicados do DOPS que a imprensa publicava. Nelson Rusticci foi o primeiro a propor aceitação de uma das propostas patronais, a qual foi em assembléia rejeitada por unanimidade. O presidente do Sindicato dos Têxteis saiu desgastado desta greve,

e não mediu esforços, daí por diante para boicotar e desautorizar a Comissão de Salários da entidade, que de fato também representou os têxteis nas principais fases de negociações, e que atuou, na ocasião, como Comissão de Greve. Esforços que selavam até 1954 o compromisso do presidente Nelson Rusticci, e do 1º tesoureiro (João Ferri) de combater, por todos os meios, os membros do PCB atuantes no Sindicato, e da Comissão de Salários ( 24 ).

Em todas as fontes que consultamos, há apenas um protesto formal do presidente do Sindicato dos Têxteis contra a repressão, quando se sabe das incontáveis prisões, espancamentos, tiroteios, invasões de locais de reuniões. Seria aqui redundante enumerar todos os métodos repressivos usados pelo governo do estado, mas note-se que foram inúmeros, inéditos, e típicos do que salientamos em relação ao raciocínio das classes dominantes frente às greves gerais, ou seja, que greve é sinônimo de insurreição. Aliás, no extremo oposto, um estudioso dessa greve também a interpreta desta maneira imputando ao PCB grande parte das não poucas tentativas de conter as massas ( 25 ). Para se ter uma idéia do clima de greve civil criado então, há notícia de que em 6 de abril de 1953, a polícia percorreu São Paulo prendendo camelôs, engraxates, "arruaceiros" e conseguiu arrecadar 51 presos ( 26 ). A questão social tornou a ser tratada também como caso de polícia, e a Delegacia Regional do Trabalho e Segadas Vianna, então ministro, limitaram-se a dificultar a movimentação dos grevistas e a definir o conflito como obra de comunistas ( 27 ).

Aliás parecem ter sido os próprios órgãos da Justiça do Trabalho os que concordavam com um acordo válido para todas as categorias envolvidas, contanto que mantivessem seu poder de arbitrar. O patronato metalúrgico estava disposto a aceitar porcentagem mais alta de aumento do que o Sindicato patronal têxtil - o mais irredutível - e que, depois, então com recurso no TST (Tribunal Superior do Trabalho) ( 28 ). O recurso no TST condicionou o reajuste à cláusula da assiduidade integral, anulando praticamente a sentença do TRT de abril de 1953, prejudicando por exemplo, os tarefeiros e, eximindo o patronato do interior de São Paulo de cumprir o acordo ( 29 ). A categoria têxtil acabou derrotada, após ter sustentado uma das maiores greves do operariado em São Paulo, com sua capacida-

de de mobilização, e de granjear a solidariedade da população, demonstrando enfim uma combatividade, que retirou provisoriamente a iniciativa do influente patronato têxtil de São Paulo, que, a partir de 1953, retomava no TST, quase tudo o que fora obrigado a ceder sobre pressão de greves.

Como observou Salvador Romano Losacco, presidente do PUI desde 1954, já em 1953 "os trabalhadores perceberam que as categorias não poderiam mais lutar sozinhas" ( 30 ). Esta lógica se tornou realidade na greve de 1957, quando então tentou-se unificar - via greve - as bases de várias categorias e as desigualdades de reajuste salarial entre diferentes setores industriais, reflexo já da nova fase de industrialização que se abre em 1955, e sobre a qual já nos referimos ( 31 ). O movimento operário - basicamente através do PUI - tentava contrapor-se à diferenciação salarial entre indústrias tradicionais e "de ponta" e, diga-se a bem da verdade, foi a última tentativa, cujo êxito não foi total, como veremos mais adiante, principalmente no que se refere aos têxteis. A categoria - como em 1953 - teve seu reajuste salarial rebaixado. Por isso mesmo, antes de entrarmos no histórico propriamente do papel exercido pelo Sindicato dos Têxteis em 1957, cabe um parêntese, tomando como verdade uma afirmação contida em depoimento, segundo a qual o Sindicato dos Têxteis nunca foi um sindicato forte, e no entanto nas duas maiores greves dos anos 50, a participação do sindicato de uma categoria como os têxteis - muito oprimida e talvez por isso mesmo explosiva - foi importante ( 32 ).

Cabe destacar, que na história do Sindicato dos Têxteis, a greve de 1957 foi uma espécie de apogeu, do ponto de vista político. Parede de âmbito, entre os têxteis estadual, (como em 1953), a categoria unida enfrentou o sindicato patronal, como sempre o mais irredutível. O Sindicato dos Têxteis jogou nessa greve todas as forças de que dispunha e, inclusive contou com a firme adesão dos mestres e contra-mestres de São Paulo, sindicato separado, criado legal e politicamente para dividir, e que já vinha cerrando fileiras com os tecelões pelo menos desde o início de 1957 ( 33 ). Nessa greve o sindicato contou também com o PUI ( 34 ) e, principalmente, com o "apoio" inédito do governador Janio Quadros (até o dia 17 de outubro), do prefeito Ademar de Barros, do general Lott, do então comandante em São Paulo do IIº Exército, e, principal-

mente com a atitude conciliat6ria do presidente. Enquanto Jânio lavara as mãos, sem deixar de mandar prender grevistas, sob o pretexto de que fábbricas estavam sendo depredadas e invadidas e sob press6o da FIESP, que apelava para que o II9 Exército interviesse, já que a Força Pública não conseguia enfrentar os piquetes, os partidários de Juscelino e Jango e do candidato à presidência, general Lott, acusavam o governador de discretamente tentar colocar o Exército contra os grevistas. O PUI tratou de advertir os trabalhadores para que não aceitassem provocações, alegando ainda que não convocara greve geral em São Paulo - quando a greve atingiu categorias, como os químicos, não incluídas inicialmente. Jânio, logo após estas denúncias, tirou outro coelho de sua cartola : o vice-governador Porfiri6 da Paz, que tornou-se piqueteiro-chefe na "ala-de-frente" do chamado piquete-monstro, que, em 22 de outubro de 1957, paralizou a São Paulo Alpargatas, e que com milhares de operários, transformou-se em passeata. Este resumo de alguns momentos da greve apenas exemplificam o quanto este movimento se tornou arena de uma avaliação geral de forças por parte dos partidos e coligações, bem como das correntes dentro do movimento sindical ( 35 ).

Foi intensa a participação da categoria e do Sindicato dos Têxteis nesta greve. Membros da diretoria recém-eleita, como Eulina de Oliveira lideravam piquetes em fábbricas metalúrgicas ( 36 ). O advogado Rio Branco Paranhos, figura fundamental em todas as greves dos têxteis desde 1945, porque advogado do sindicato e militante, foi carregado nos ombros e ovacionado por milhares de operários ao fim da greve, quando chegou-se ao acordo de 25% de aumento, sem teto, e com a perspectiva de combater uma nova cláusula dos dissídios: a insuficiência econômica que o patronato alegava para não pagar reajustes salariais ( 37 ). As vitórias menores, do ponto de vista dos têxteis, foi parar a São Paulo Alpargatas que há sete anos não entrava em greve e a participação entusiástica e maciça de mulheres, mais do que na greve de 1953, onde também fora fundamental ( 38 ).

Mas ainda no período de euforia o jornal do sindicato publicou artigo que afirmava:



" [categoria] minada por uma propaganda diuturna em torno da alegada crise e do desemprego (...) tinha-se a impressão que os tecelões eram infensos à greve e que não marchariam ao lado de outras categorias. Em todo o período que antecedeu o início da greve, os tecelões se mostravam sisudos, sérios (...) numa atitude de reserva (...) ( 39 ).

O artigo em seguida descreve o entusiasmo e atividade febril dos tecelões na greve. Mas a "vitória" desabou sobre a classe logo, com dispensas nas fábricas têxteis a partir do dia 26 de outubro de 1957. Por isso mesmo um militante sindical disse que os têxteis eram "barulhentos" e os metalúrgicos "compactos" ( 40 ). Já em dezembro de 1957 o patronato têxtil tentava forçar operários a aceitarem reajuste de 15%, quando o arbitrado fora de 25%, e ainda foram feitas conclamações greve em 15 de janeiro de 1958, que não se realizou ( 41 ). Um artigo no jornal do sindicato protestou contra a sentença obtida pelo patronato têxtil no T.S.T.:

"(...) alguns cidadãos em nosso país, a quem incumbia velar pela lei, são os primeiros a violá-la. Entre eles (...) o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (...) [que] se pronunciou com palavras que ficariam mais ou menos bem, na boca de um delegado de polícia (...). E o resultado, como é de conhecimento (...) num 'critério científico' nos tiraram 7% e nos impuseram o famigerado teto"

Continuava o artigo afirmando que os trabalhadores foram ameaçados no tribunal: se fizessem greve abalariam os alicerces constitucionais, subvertendo a ordem e desacatando o Judiciário. Mesmo esta última sentença que baixou para 18% o reajuste dos têxteis, não tivera acolhida entre alguns patrões, que se negavam igualmente a pagar 18%. O artigo se perguntava o que faria o TST contra tais patrões e onde estava a política de paz social ( 42 ). Em resumo, em sua última greve geral (estadual) os têxteis quase voltaram ao ponto morto em que estavam em 1920: nenhuma conquista e uma enorme capacidade de mobilização, a indicar, como ocorreu em 1920, um ponto de inflexão: a categoria, salvo se outros dados demonstrarem o contrário, perderia até mesmo a capacidade de ser derrotada, através de grandes greves ( 43 ).

Aliás, as duas campanhas salariais da categoria que coincidiram com as campanhas pelo aumento do salário-mínimo - em 1954 e 1956 - e mais a de 1955, foram árduas: a de 1954 começou a ser negociada em março de 1954 e chegou a um acordo somente em novembro de 1954, devido em parte à insistência do então presidente do Sindicato dos Têxteis e do 1º tesoureiro de negociar em separado, e não de acordo com o reajuste único aprovado pelo PUI e às pressões nesse último sentido por parte da Comissão de Salários da entidade ( 44 ). A campanha salarial de 1955 teve um desfecho adiado sine die, em função também da incerteza em que vivia o Sindicato, com sua nova diretoria eleita que não tomava posse. Dessa situação tirou proveito o patronato, só se firmando acordo em dezembro de 1955, numa conjuntura política de mais desafogo para os sindicatos. A reivindicação de 35% de aumento foi deixada de lado e o acordo fixou em 20% a porcentagem de reajuste ( 45 ). A campanha salarial de 1956 foi antecipada devido ao reajuste do salário-mínimo, em julho, embora este só tenha entrado em vigência em março de 1957, e a porcentagem de aumento foi mais baixa porém que a do salário-mínimo ( 46 ). Na verdade, desde 1953, a maioria do operariado têxtil recebia pouco mais que o salário-mínimo, segundo os dados fornecidos pelo Sindicato dos Têxteis ( 47 ). Os têxteis foram a típica categoria cujos salários, a cada majoração do salário-mínimo, tinham sua média salarial mais se aproximando do salário-mínimo de tal sorte que poucos na categoria, que recebiam acima do salário-mínimo, foram beneficiados em 1956 com o reajuste antecipado, pois o patronato só passou a ser obrigado a pagar o salário-mínimo reajustado em março de 1957 ( 48 ).

A deterioração dos salários médios dos têxteis era o reflexo da redução salarial sistemática à que já nos referimos no capítulo anterior. Os tecelões, principalmente, passaram a apelar cada vez mais para a Justiça do Trabalho e para o departamento jurídico do Sindicato dos Têxteis na tentativa de se defender dessa redução dos salários-tarefa, o que não era inédito, mas tornou-se um problema insolúvel, e mais do que

outras categorias, os têxteis conheciam o funcionamento excessivamente moroso da Justiça do Trabalho em São Paulo, principalmente em dissídios individuais, e protestavam contra essa situação, reivindicando uma fiscalização mais efetiva ( 49 ).

Procuramos mostrar o quanto a década de 50 foi crucial para o destino político e econômico dos operários têxteis, e por extensão, para o Sindicato dos Têxteis que, a partir de 1957, perderia, acreditamos, a força que se baseava em parte na combatividade, mesmo que intermitente da categoria. Como veremos no próximo item deste capítulo, não obstante terem os militantes sindicais do PCB alcançado postos mais importantes na gestão 1955-1957, e nos anos seguintes, isso não significou o fortalecimento do Sindicato dos Têxteis. O contrário é que foi verdadeiro: enquanto os militantes sindicais do PCB combateram os situacionistas - entre 1951 e 1957 - a entidade manteve parte da categoria organizada e dispondendo ainda de meios jurídicos de defender-se. Após 1957, nossa suposição é que o Sindicato dos Têxteis perdeu talvez a capacidade antes demonstrada de vincular-se aos setores mais combativos da categoria e de integrá-los nas lutas travadas no período mais crítico do movimento sindical: mais precisamente até 1964.

## NOTAS

CAPÍTULO III

## 1.2. Os movimentos grevistas da categoria e o papel do sindicato nas greves de 1953 e 1957

- ( 1 ) Ver item 2.4, do capítulo I desta monografia, Quadro VII, p. 101.
- ( 2 ) Ver item 2.2. do capítulo I desta monografia, Quadro IV, p. 50, e item 2.4 do mesmo capítulo, Quadro VI, p. 99.
- ( 3 ) Nossa fonte para essa afirmação é a mesma do quadro anterior: WEFFORT, Francisco Correa - Ibidem, A.26-A.64. É possível que neste levantamento tenham escapado greves aqui e ali por empresa. Mas a crise e modernização da indústria têxtil e a possível paralisia do Sindicato dos Têxteis, para enfrentar os problemas das decorrentes, além da política do PCB de forçar as "grandes soluções", do tipo reforma agrária, medidas nacionalistas, reformas de base enfim, podem ser fatores a mais para explicar tanto marasmo, numa época de liberdades democráticas asseguradas e da parte de uma categoria tradicionalmente explosiva.
- ( 4 ) Ver SARTI, Ingrid - op.cit., pp. 57-68.
- ( 5 ) Ver FÜCHTNER, Hans - op.cit., p. 90-92; ERICKSON Kenneth P. - op.cit., pp. 192,193, HARDING, Timothy F. - op.cit., pp. 188,384.
- ( 6 ) Ver HARDING, Timothy F. - op.cit., pp. 191-192.
- ( 7 ) Ver item 2.5, do capítulo I desta monografia, pp. \_\_\_\_\_, onde o peso político e econômico também dos estivadores determinaram tratamento especial do governo Dutra em relação ao setor, em Santos.
- ( 8 ) Ver ERICKSON, Kenneth P. - op.cit., pp. 141, 190-191; RODRIGUES, Leôncio Martins - op.cit., p.93; FUCHTNER, Hans - op.cit., pp. 91-92.
- ( 9 ) Ver MOISÉS, José Alvaro - op.cit., capítulos 3 e 5, PASSIM; MUNHOZ, Fabio Antonio - op.cit., PASSIM; MARANHÃO, Ricardo - op.cit., pp. 65-69,113.
- ( 10 ) Ver MENDES JR. Antonio & MARANHÃO, Ricardo (orgs.) ET ALII-op.cit., p. 243.
- ( 11 ) Ver itens 2.2. pp. 48, 49, 2.5., p. 146 nota ( 9 ).
- ( 12 ) Sobre os conflitos entre Joaquim Teixeira e a eventual aliança Nelson Rusticci - João Ferri contra as Comissões de Salário ver: A.A.G. - 30.09.1951; 7.11.1951; 9.11.1951; 18.11.1951; 19.11.1951; 2.12.1951; 16.12.1951; A.R.D. - 18.12.1951; A.A.G. - 27.01.1952; A.A.G. - 11.01.1953; 15.02.1953; 22.02.1953; 15.03.1953; A.R.D. - 17.05.1953; 31.05.1953; 15.11.1953; A.A.G. - 27.06.1954; 19.09.1954; 28.11.1954; 23.01.1954.

- ( 13 ) Cf. A.A.G. - 18.10.1953; A.R.D. - 19.10.1953.
- ( 14 ) A.R.D. - 19.10.1953, onde consta que também o advogado do Sindicato, dr. Rio Branco Paranhos, receberia "uma advertência"; A.A.G.- 16.12.1951; A.R.D. - 18.12.1951; A.A.G.- 11.01.1953; 8.03.1953.
- ( 15 ) Ver O TRABALHADOR TÊXTIL. São Paulo, I (11) agosto. 1957, p. 12, contendo a convocação de Comissões de Salários de várias categorias para reunião. É interessante observar que, por decisão de assembléia, membros da Comissão de Salários passaram a ter remuneração fixa durante a época de campanha salarial, o que indica que as Comissões de Salário tinham nessa iniciativa mais um elemento para sua continuidade. Quanto às restrições sempre renovadas da diretoria do Sindicato dos Têxteis até 1955 e aquela que a sucedeu, onde elementos do PCB eram minoritários, ver A.R.D. - 6.05.1954; 30.07.1954; 4.08.1954; A.A.G.- 17.06.1956; 4.07.1956; 29.07.1956 quando em assembléias eram aprovadas propostas renovando irrestrita solidariedade ao PUI. Era nas assembléias que atuavam e exerciam toda sua capacidade de pressão as Comissões de Salários do Sindicato.
- ( 16 ) Cf. A.A.G. - 24.10.1957. Encontramos apelos idênticos em A.A.G. - 4.11.1951; 1.02.1953; 8.03.1953; 16.08.1953; 24.01.1954; 29.08.1954; 31.07.1955; 30.10.1955; 8.04.1956; 29.07.1956.
- ( 17 ) Cf. O DEVER dos delegados. O Trabalhador Têxtil. São Paulo, I (2) novembro de 1956, p. 2.
- ( 18 ) O TRABALHADOR TÊXTIL. São Paulo, I (4) janeiro. 1957, p.6.
- ( 19 ) Idem. São Paulo, I (8) maio. 1957, p.4.
- ( 20 ) Idem. São Paulo, I (10) julho. 1957, p. 5.
- ( 21 ) Ver RODRIGUES, José Albertino - op.cit., pp. 147-150; ERICKSON, Kenneth P. - op.cit., p.64.
- ( 22 ) PASSIANOTO PINTO, Almir - As comissões de fábrica. Fôlha de São Paulo, São Paulo, 31.janeiro. 1982, p.38, 5º caderno. Sobre as comissões de fábrica e seu papel na década de 50. ver MOISÉS, José Alvaro - op.cit., caps. 3 e 5, PASSIM.
- ( 23 ) Ver, sobre a greve de 1953, MOISÉS, José Alvaro - op.cit., cap. 3, PASSIM.
- ( 24 ) Sobre a Comissão Intersindical da greve de 1953, ver FÔLHA DA MANHÃ. São Paulo, 12.abril.1953, p.4, 1º caderno; sobre os conflitos de João Ferri e de Nelson Rusticci com os grevistas em assembléias com a Comissão de Salários, em torno principalmente da questão de princípios fundamental da greve, a de não negociar acordos em separado, há muitas fontes: A.R.D. - 9.04.1953; 27.04.1953; 9.05.1953; ÚLTIMA HORA, São Paulo, 25.março.1953, p.5, 2º caderno; Idem, 2.abril.1953, p. 3, 1º caderno; Idem, 4.abril.1953, p. 2, 1º caderno; Idem, 14.abril.1953, p. 6, 1º caderno; FOLHA DA MANHÃ. São Paulo, 3.abril.1953, p.3, 2º caderno; Idem,

11.abril.1953, p.8, 1º caderno.

( 25 ) Ver MOISÉS, José Alvaro - op.cit., caps. 3,4,5 PASSIM.

( 26 ) Sobre a repressão brutal e disfarçada (da DRT) durante o período de greve ver: ÚLTIMA HORA. São Paulo, 26.março.1953, pp. 4,5, 1º caderno, Idem, 1.abril.1953, p. 1, 1º caderno; Idem, 2.abril.1953, pp. 3,6, 1º caderno; Idem, 6.abril.1953, p. 5, 1º caderno; Idem, 20.abril.1953, p.3, 1º caderno; Idem, 22.abril.1953, p. 7, 1º caderno ; Idem, 28.abril.1953,p.4, 1º caderno.

( 27 ) FÔLHA DA MANHÃ. São Paulo, 8.abril.1953, p. 8 e 1º caderno. O Ministro providenciou também o congelamento das contas bancárias dos principais sindicatos envolvidos na greve. Ver A.R.D. - 9.04.1953.

( 28 ) Sobre a intransigência do patronato, ver ÚLTIMA HORA. São Paulo, 10.abril.1953, p.2, 1º caderno, Idem, 20.abril,1953, p.3, 1º caderno; FOLHA DA MANHÃ. São Paulo, 24.abril.1953, p.8, 1º caderno.

( 29 ) Ver A.A.G. - 17.05.1953; 31.05.1953; 21.06.1953; 13.09.1953; A.R.D. ~27.04.1953; ÚLTIMA HORA. São Paulo, 14.setembro.1953, p.7.

( 30 ) Cf. LOSACCO, Salvador Romano - op.cit., MOVIMENTO, p.9; o único estudo específico de que dispomos sobre a greve de 1957 é o de MUNHOZ, Fábio A. - op.cit., porém na medida em que contém afirmações em sua maioria sem citação de fontes, não podemos, infelizmente nele nos basear, mas apenas tomá-lo como ponto de partida. O melhor relato desta greve está contido em HARDING, Timothy F. - op.cit., pp. 379.385.

( 31 ) Ver capítulo II desta monografia; PASSIM.

( 32 ) Cf. Depoimento de antigo militante sindical.

( 33 ) Sobre a unidade estatal dos têxteis nessa greve, o que já ocorrera em 1953, mas não de forma tão planejada ver: A.A.G. 13.10.1957 e 24.10.1957; LOURENÇO, Manuel (presidente do Sindicato dos Mestres e Contra-Mestres na Indústria de Fiação e Tecelagem de São Paulo) - Unidade. O Trabalhador Têxtil . São Paulo II (15) dezembro de 1957, p.6.

( 34 ) Salvador Romano Losacco acusa o PCB de ter precipitado a greve, criando uma aliança intersindical paralela e forçado o PUI para que assumisse a greve. Temos elementos para avaliar a veracidade desta afirmação, que é assembléia de 13 de outubro de 1957 em que se ratificou por unanimidade a solidariedade à Aliança Intersindical para que a greve, fosse deflagada dia 15; O TRABALHADOR TÊXTIL, 11 (14) novembro de 1957, pp. 1 e 2, onde se ignora a existência do PUI. Naquele ano instaurava-se nos sindicatos e dentro mesmo do PUI uma feroz disputa prē-eleitoral e que depois ganharia contornos ideológicos mais claros com as disputas

dentro dos sindicatos entre o MRS (Movimento Renovador Sindical) e janistas em geral (socialistas, "pelegos" ameaçados) e, de outro, petebista e comunistas. O fato é que o PUI não sobreviveu às eleições parlamentares de 1958 e extinguiu-se em 1959, após sofrer pressões de todos os lados: de Janio Quadros, de Jucelino Kubitschek, de Jango, do ministro Parsifal Barroso, e de Samuel Wainer. A respeito, ver LOSACCO, Salvador Romano - Ibidem. MOVIMENTO; p.9; A.A.G. - 13.10.1957; e HARDING, Timothy F. - op.cit., pp. 385, 400-401, onde Salvador Losacco acusa o PCB de tentar sistematicamente manipular o PUI em proveito próprio, mas, por outro lado, como assinala o autor, acaba superestimando a força do PCB e conferindo ao PUI uma "neutralidade" política impraticável.

( 35 ) Ver HARDING, Timothy F. - op.cit., pp. 384-385; JANIO cruza os braços ante a greve. ÚLTIMA HORA. São Paulo, 14.outubro . 1957, p. 2, 1º caderno; INDUSTRIAIS pedem proteção de tropa do IIº Exército: (alarmados ante o relaxamento da polícia) Idem, São Paulo, 16. outubro . 1957, p.4, 1º caderno; DISPERSADO a tiros o "piquete" de grevistas. Idem, São Paulo, 16.outubro.1957, p.4, 1º caderno, Idem, São Paulo, 16.outubro.1957, p.4, 1º caderno, TRABALHADORES e o Exército com objetivos comuns e patrióticos (Salvador Losacco, presidente do Pacto) Idem, São Paulo, 17.outubro.1957, p.4., 1º caderno ; FORÇAS do ódio tramam contra os trabalhadores (Manifesto do Pacto de Unidade Intersindical revela ao povo) Idem, 18.outubro.1957, p.4, 1º caderno; CONTINUA pacífica greve em São Paulo. Idem, São Paulo, 18.outubro. 1957, p.3, 1º caderno, onde se afirma: "Seria plano da política situacionista ver agravada a luta operaria, na esperança de que ela degenerasse em conflitos e ameaças. Nesse caso (...) as autoridades do Exército se veriam na contingência de uma intervenção no sentido de garantir a ordem pública (...); os situacionistas então (...) procurariam incompatibilizar com o povo, e de uma só vez, o IIº Exército na pressa do general Hascket Hall (...), o ministro de Guerra (...) e, finalmente o presidente da República"; Idem, São Paulo, 21.outubro .1957, p.4, 1º caderno, quando então Jânio recuou proclamando : " Fundamental, me parece, é afastar qualquer influência politico-partidária e ideológica do movimento (...) Não é o Governo do Estado 'guarda pretoriana ' do povo" . No dia seguinte, o vice-governador de Jânio se transformou em piqueteiro.

( 36 ) ÚLTIMA HORA, São Paulo, 16.outubro.1953, p.4, 1º caderno, onde há em cabeçalho: "Sejam homens, parem mesmo 'disse a tecelã' Eulina de Oliveira a centenas de metalúrgicos de Arno (e os homens pararam mesmo)".

( 37 ) ÚLTIMA HORA, São Paulo, 25.outubro.1953, p.4, 1º caderno.

- ( 38 ) O TRABALHADOR TÊXTIL. São Paulo, II (14) novembro, 1957, pp.8,9.
- ( 39 ) PARANHOS, Rio Branco. A grande greve. O Trabalhador Têxtil. São Paulo II (14) novembro 1957, p.10.
- ( 40 ) Cf. Depoimento de antigo militante sindical; sobre a euforia dos tecelões nessa greve ver A.A.G.- 24.10.1957. Sobre as demissões, ver ÚLTIMA HORA. São Paulo, 26.outubro. 1957,1953, p.5, 1º caderno.
- ( 41 ) Ver A.A.G. - 15.12.1957, O TRABALHADOR TÊXTIL. São Paulo, II (15) dezembro.1957, pp.1,2,7,8.
- ( 42 ) Cf. CHAMORRO, Antonio - Julgados de hoje e julgadores de amanhã. O Trabalhador Têxtil, São Paulo, II (17), fevereiro.1958, p.3; Timothy Harding acrescenta que os operários tiveram que devolver aos patrões o que já tinham recebido de acordo com a setença do TRI. Ver Idem - op.cit., p. 383.
- ( 43 ) Ver FAUSTO, Boris - Trabalho urbano e conflito social p. 163-164, 182.
- ( 44 ) Ver A.A.G. - 14.03.1954; A.R.D. - 6.05 1954, 9.06.1954; A.A.G. - 27.06.1954; 18.07.1954; A.R.D. - 30.07.1954; A.A.G. -28.11.1954; ÚLTIMA HORA , São Paulo 12.junho.1954, p.2, 1º caderno.
- ( 45 ) Ver A.A.G. -20.11.1955.
- ( 46 ) O TRABALHADOR TÊXTIL. São Paulo, I (1) outubro. 1956, pp.1-2.
- ( 47 ) Ver ÚLTIMA HORA. São Paulo, 19.março. 1953, p.4, 1º caderno onde há a informação de que o salário médio têxtil era de Cr\$ 1.590,00; e O TRABALHADOR TÊXTIL. São Paulo, II (13) outubro de 1957 onde consta um salário médio dos médio de Cr\$ 3.804,00. Ambas informações discrepam de nossos cálculos sobre o salário-médio têxtil, no ítem 2.1, do capítulo II, Quadros XV , XVI , pp.185, 187 .
- ( 48 ) A vigência do salário-mínimo pode ter sido sustada, entre outros motivos porque a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro impetrou Mandado de Segurança contra o aumento de salário-mínimo em 1956. Ver O TRABALHADOR TÊXTIL, São Paulo, I (1) outubro 1956, p.4.
- ( 49 ) Sobre a questão do salário-tarefa ver LOPES, Juarez Rubens Brandão- op.cit., pp. 84-88; A.A.G. - 14.03.1954; 27.06.1954; 18.07.1954. Já em 1957 o que estava em jogo era assegurar o salário-mínimo para os tarefeiros geralmente tecelões; ver O TRABALHADOR TÊXTIL, São Paulo I (14) janeiro.1957, p.7; Idem, São Paulo, II (13) outubro. 1957, p.2. Sobre os protestos contra o funcionamento da Justiça do Trabalho em São Paulo, ver Idem, São Paulo, I (9) junho. 1957, p.4; Idem, São Paulo, I (10) julho. 1957, p.4.



CAPÍTULO III - O MOVIMENTO SINDICAL EM SÃO PAULO E O  
 PODER DO SINDICATO DOS TÊXTEIS (1951-1957)

1. O MOVIMENTO SINDICAL EM SÃO PAULO (1951-1957)

1.3. Relações de acordo e confronto entre membros da direção  
 (1951-1957)

Trataremos neste final de capítulo da lógica interna de poder presidido o Sindicato dos Têxteis nos anos 50, entando em detalhes até a eleição de agosto de 1957, e voltando ao tema do poder oligárquico que se criou em sindicatos corporativos( 1 ). Como assinalou Annez A. Troyano, a conjuntura política tem reflexos quase imediatos na vida sindical, mas o mesmo não ocorre necessariamente com a mudança das correntes que compuseram as direções sindicais no pós-45 e cuja força ou fraqueza relativa tem uma lógica própria. O poder oligárquico dos ministerialistas, seriamente abalado - ao nível dos sindicatos - na década de 50, teve, para se reequilibrar que, recorrer às alianças com os chamados "independentes", os quais possibilitariam que a oposição - no caso dos têxteis formada basicamente por militante do PCB - retirasse forças dos mesmos ministerialistas, aos poucos, pois eram exatamente os "independentes" os mais passíveis de se compor tanto com a oposição como com a situação. O caso exemplar desse processo foi Nelson Rusticci, presidente do Sindicato dos Têxteis que já qualificamos como "independente" (até 1959), a título provisório, por falta de maiores indicações ( 2 ). Membro inicialmente da diretoria eleita em 1952, tornou-se presidente da entidade sem grande esforço, pois Joaquim Teixeira morreu em dezembro de 1952 e Nelson Rusticci o substituiu na presidência pelo fato de ser o 1º secretário. Mas, de qualquer forma, fora recrutado por Joaquim Teixeira, um ministerialista notório, e para um posto não secundário. Paulatinamente, durante a gestão 1953-1955 Nelson Rusticci se afastaria dos ministerialistas, embora, como veremos a seguir, com eles concordasse de fato. Mas, poder reeleger-se nas sucessivas eleições de 1954 e 1955, e continuar na direção do sindicato na gestão 1955-1957, não titubeou em desligar-se dos antigos aliados.

Antes de passarmos à gestão 1953-1955, que foi um ponto de inflexão na história do Sindicato, cabem comentários sobre a

gestão 1950-1952 formada pelo triunvirato, dos antes interventores: Joaquim Teixeira - João Ferri - Antonio Mendes Brazão. O segundo era um novo e diligente quadro ministerialista, que foi inclusive reaproveitado com interventor no Sindicato dos Têxteis em 13 de abril de 1954. O funcionamento do sindicato parecia ser o mesmo dos bons tempos do Estado Novo e do período Dutra, isto é, - com distribuição farta de verbas aos comparsas, tais como um "auxílio-pecuniário" ao "venerando" Melchíades dos Santos até o fim do mandato da então diretoria, equivalente a tres salários-mínimos, bem como o pagamento de seus débitos de aposentado. Os cargos essenciais de carreira ministerialista de 1º grau - delegado-eleitor do IAPI e vogal na Justiça do Trabalho foram repartidos entre Joaquim Teixeira e Antonio Mendes Brazão ( 3 ).

Mas o triunvirato Teixeira-Ferri-Brazão adaptaram-se mal aos novos tempos, com a campanha de moralização dos costumes sindicais liderada por Getúlio Vargas, em que constavam apelos à sindicalização. Tanto o tesoureiro, Antonio Mendes Brazão, quanto o secretário João Ferri sō dificultaram a entrada de associados e optaram por cortes nas verbas de assistência social. Apesar de todos seus esforços em contrário, aumentou em 20% o número de associados sō em 1951 ( 4 ). Na campanha salarial de 1951 Joaquim Teixeira foi obrigado a concordar com a formação de uma Comissão de Salários que iria acompanhar a diretoria e o advogado do Sindicato - Rio Branco Paranhos - nas negociações com o patronato. Esta Comissão passou praticamente a conduzir as assembléias, tomando iniciativa nas propostas, reunindo-se com representantes do Ministério do Trabalho, desautorizando enfim Joaquim Teixeira perante os patrões, que nele depositavam confiança. Já em dezembro de 1951, Antonio Chamorro, expulso do sindicato no período de intervenção, já fazia propostas com a mesma desenvoltura da Comissão de Salários, e contrápôs às propostas patronais as comissões de greve, e greve de 24 horas em dezembro. Estas e outras pressões conduziram à solução do dissídio, afinal homologado. Mas a Comissão de Salários foi extinta pelo presidente sem demora, embora em assembléia tenha declarado durante a campanha estar a diretoria coesa com aquela Comissão, quando percebeu que este organismo atráia milhares de operários para as assembléias. A portas fechadas porém declarava que a mesma comissão disvirtuava o movimento. Em 1952, a palavra de associados, como

Antonio Chamorro, foi cassada na primeira assembléia e sô voltou a ser dada quando iniciou-se a movimentação contra a pluralidade sindical ( 6 ).

Sempre seguindo a lógica de manter-se, mesmo que pagando outro preço, Joaquim Teixeira acabou se compondo em pelo menos dois membros da extinta Comissão de Salários de 1951. Integravam a chapa única das eleições de 1952 Nelson Rusticci (1º secretário), Carlos Pinto Ferreira (2º secretário) e Luis Firmino de Lima (bibliotecário) ( 7 ). Até 1957, Luis Firmino de Lima representou uma "infiltração" das Comissões de Salário dentro da diretoria, pois apoiava todas as iniciativas daquele órgão de pressão dentro do sindicato e, porisso mesmo, na gestão 1953-1955 disputaram terreno, palmo a palmo, Nelson Rusticci aliado ao "pelego" João Ferri quando se tratava de combater a Comissão de Salários e Luis Firmino de Lima. Este último em alguns momentos aliou-se a Nelson Rusticci para enfrentar os golpes de gabinete que João Ferri promoveu, particularmente no governo Café Filho.

Devemos situar outras divergências e convergências do jogo de poder interno no Sindicato dos Têxteis, após a morte de Joaquim Teixeira. Mas breves comentários sobre o fato dão uma pista sobre a origem do recrutamento dos "pelegos". Joaquim Teixeira morreu em Viena, onde estava representando o Brasil como delegado, no Congresso Mundial da Paz. A chegada do corpo do presidente e o velório, foi reportada por Última Hora. O artigo insinuava que Joaquim Teixeira era informante de polícia, tal o número de investigadores do DOPS presentes. Mas essa especulação ainda que não totalmente desprovida de sentido, era questão menor quando se descobriu que Joaquim Teixeira com a conivência de Antonio Mendes Brazão dera um desfalque nos cofres de Cr\$ 95.000,00 pouco antes da posse da nova diretoria, e depois também quantia esta arrancada, sob pressão, de um funcionário que alegou: " ter relutado na entrega da importância, mas acabou se rendendo porque se tratava de um dos mais antigos diretores e porque era um presidente que mandava e desmandava " ( 8 ). A nova diretoria resolveu cobrar o

desfalque da família do sindicalista e proibir a diretoria de retirar "vales", como antes era de praxe.

Voltando à gestão 1953-1955, João Ferri e Nelson Rusticci firmaram um pacto, após a greve de 1953 para eliminar Luiz Firmino de Lima da diretoria e esvaziar a Comissão de Greve - ou de Salários como era chamada. Usaram de todo tipo de manobras de grau policialesco variável, alegando que Firmino de Lima viajara para a União Soviética sem pedir licença que a DRT devia autorizar sua reintegração, antes que assembléia de associados o fizesse por votação, após aprovação de uma proposta dos associados contra a eliminação de Luis Firmino ( 9 ). Ferri e Rusticci se uniam sempre que se tratasse de boicotar a Comissão de Salários que se opunha a acordos salariais separados do PUI, como queriam os dois diretores. Rusticci estava ciente de que João Ferri preparava golpes a todo momento e denunciou tentativa do 1º tesoureiro de conseguir com João Goulart a intervenção no sindicato ( 10 ).

Nelson Rusticci também sabia que João Ferri e sua clientela próxima não tinham eleitorado. Na eleição anulada pelo ministro do Trabalho, Alencastro Guimarães - em outubro de 1954, essa prova dos nove foi feita. A chapa da qual João Ferri fazia parte perdeu por razoável diferença de votos. O mesmo se confirmou na eleição de abril de 1955 quando os "pelégos" fizeram uma chapa "unitária", que obteve menos de 500 votos.(11) Alguns elementos, incluindo João Ferri, formavam o "estoque" de "pelégos" disponíveis na época, e , depois em 1964. São para citar quatro, vejamos a progressão de seus postos:

- João Ferri: Vogal da Justiça do Trabalho em 1949; 1º secretário (1950-1952); 1º tesoureiro (1952-1955); derrotado nas eleições de outubro de 1954, abril de 1955 e agosto de 1957; interventor de 13. abril de 1964 a 4 de julho de 1965.
- Alfredo Zancarli: suplente de diretoria (1952-1955) derrotado nas eleições de 1954 e 1955 na mesma chapa de João Ferri; junto com este último foi interventor em abril de 1964.

- João Rodrigues de Camargo: diretor (1942-1945); Conselho Fiscal (1950-1952); derrotado nas eleições de abril de 1955 e agosto de 1957 na chapa de João Ferri; membro da Junta Governativa empossada em 4.07.1965.
- José Augusto Rodrigues: diretor (1934-1936) e (1939-1941); derrotado na mesma chapa de João Ferri em outubro de 1954 e abril de 1955; membro da Junta Governativa em 4.07.1965.
- Humberto Merzari: Conselho Fiscal (1950-1952); derrotado na mesma chapa de João Ferri em outubro de 1954; membro da Junta Governativa em 4.07.1965.

Assim sendo, Nelson Rusticci preferiu compor-se em 1954, 1955 e 1957 com a chapa, provavelmente - não dispomos de dados precisos - formada por elementos do PTB e do PCB, seguindo a lógica da manutenção no poder não importa a que preço.

As eleições de outubro de 1954 foram anuladas por Alencastro Guimarães, o que obrigou o Sindicato a impetrar mandato, de segurança contra a decisão, junto ao TSR (Tribunal Superior de Recursos). As pressões que o Sindicato teve que enfrentar e exercer para que a chapa eleita em outubro de 1954 pudesse concorrer em 1955 foram muitas, além do boicote claro exercido pelo IAPI na época contra o Sindicato dos Têxteis, negando-se a fornecer empréstimo à entidade para reforma da sede. Finalmente o Sindicato obteve ganho de causa em abril de 1955 e a mesma chapa, encabeçada por Nelson Rusticci, foi eleita. Durante todo esse período de impasse foram feitas várias ações de que pairava sobre o Sindicato ameaça de intervenção, o que certamente João Ferri aprovaria ( 12 ), e a conjuntura política sobre a qual já nos referimos neste capítulo era propícia. A posse da diretoria eleita em abril só se deu em setembro de 1955. Este processo, que envolvia a defesa das liberdades democráticas em geral, só fortaleceu o segundo-poder dentro do Sindicato: A Comissão de Salários, com a qual teve que se arreglar Nelson Rusticci.

Dois personagens foram fundamentais no Sindicato dos Têxteis no desenrolar dos anos 50: o advogado Rio Branco Paranhos e Antonio Chamorro. Rio Branco Paranhos era ouvido por todas as

correntes dentro do sindicato, sempre estava presente nas assembleias, era o defensor preferido dos tecelões nas Juntas de Conciliação e Julgamento, e nenhum acordo salarial, desde 1945, em todas as suas fases, foi feito sem a sua orientação e presença física ( 13 ). Antonio Chamorro, parece, substituiu Roque Trevisan como eminência parda até fins dos anos 50, e era particularmente combatido por Nelson Rusticci ( e vice-versa talvez ). Todas as opções sindicais e políticas do Sindicato dos Têxteis passaram pelo crivo desses dois personagens que, se não "mandavam e desmandavam" como Joaquim Teixeira, "faziam e desfaziam" . Embora as atas não descrevam essa ascendência, a forte presença de Chamorro e Rio Branco Paranhos nas greves, assembleias, e no jornal do sindicato não deixam margem de dúvida.

Já afirmamos ao longo deste capítulo a liberdade desfrutada pelo movimento operário nos anos 50, e também a representatividade dos militantes do PCB na entidade, enquanto eram minoritários na diretoria. Pois bem, nem assim foram feitos esforços sistemáticos de sindicalização, e, afora campanhas esporádicas e vagas exortações em assembleias, em 1957 a diretoria passou a pensar seriamente no assunto devido ao problema muito concreto que reduziu as rendas do sindicato: o desemprego ( 14 ).

Nos tres quadros que se seguem temos ocasião de verificar que, em termos de participação, a presença de correntes outras que não os "pelegos", aumentou a sindicalização até 1957, bem como o número de assembleias e de participantes (até 1953). Finalmente, verifica-se que de 1950 a 1957 o número de votantes em eleições sindicais tende a decrescer, além de permanecerem porcentagens reduzidas no total de associados:

## QUADRO XVIII

ANO	Número de Associados	CATEGORIA	% de Associados sobre total da categoria Variação anual (%)	Associados Variação anual (%)
1950	17.000	100.000	17,0 -	-
1951	21.000	105.000	20,0 (+ 3,0)	+ 23,5
1952	25.000	91.000	27,4 (+ 7,4)	+ 19,0
1953	30.000	87.000	34,4 (+ 7,0)	+ 20,0
1954	33.000	90.000	36,6 (+ 2,2)	+ 10,0
1957	42.000	79.000	53,1 (+ 16,5)	+ 27,2
1959	15.000	69.000	21,7 (- 31,4)	- 64,2
1960	14.000	66.000	21,2 (- 0,5)	- 6,6
1950	17.000	100.000	17,0	
1960	14.000	66.000 (- 34,0)	21,2 (+ 4,2)	- 17,6

FONTES: A.R.D. - 1950-1954; O TRABALHADOR TEXTIL. São Paulo, I (10) julho. 1957, p. 5;

A.R.D. - 1959, 1960

O SINDICATO da Indústria de Fiação e Tecelagem em face da manifestação dos trabalhadores. Diário de São Paulo, São Paulo, 11. março. 1953. (1950-1952)

I.B.G.E. - C.N.E. - Produção Industrial - São Paulo ( 1953-1954/1957 )

Arquivo do DIEESE (manuscrito) (1959/1960).

QUADRO XIX

SINDICATO DOS TEXTEIS		ASSEMBLÉIAS						
		1941 - 1957						
ANOS	1941 - 1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957
Número de Assembléias (realizadas)	43	10	4	14	14	20	14	7
Número de sócios presentes mínimo/máximo	14/343	35/3.000 (a)	16/181	145/1300 (b)	37/115 (c)	30/334	40/128	38/61

FONTE: A.A.G. - 1941-1950, 1951-1957

(a), (b): O número máximo de sócios presentes nesses dois anos inclui não sindicalizados

(c): a partir desse ano - 1954 - não há registro de presentes nas assembléias, na maioria extraordinárias, de tal sorte que só temos os dados das assembléias ordinárias (três ou duas por ano), tal como ocorre no ano de 1952.



QUADRO ~~XX~~

ANOS	Número de Associados	Número de Associados Votantes em Eleições/Plebiscitos	% de Votantes no Total de Associados e Variação Anual (%)
1950	17.000	2.700	15,8
1952	25.000	5.000	20,0 (+ 4,2)
1954	33.000	6.900	20,9 (+ 0,9)
		7.500	22,7 (+ 1,8)
1957	42.000	8.700	20,7 (- 2,0)

FONTES: A.R.D. - 1950, 1951, 1952, 1954; 4.11.1952

O TRABALHADOR TEXTIL. São Paulo I (10) julho 1957, p. 5 (1957)

ATAS GERAIS DE APURAÇÃO. São Paulo, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem, 16. outubro de 1950; 26. agosto. 1952; 7.março. 1954;

15. outubro. 1954; 21. agosto. 1957 (manuscrito).

Como observou Annez A. Troyano os sindicatos conservaram alguma funcionalidade naqueles setores industriais onde a CLT é fraudada sistematicamente e onde a carência de serviços assistenciais encaminha os operários para o sindicato. Esta carência torna o sindicato uma organização de grande importância para os trabalhadores ( 15 ), o que independe da corrente política que esteja na direção da entidade. Essa é a relação que os tres quadros anteriores mostram, e mais a expansão dos serviços assistenciais do Sindicato dos Têxteis documentada pelo jornal da entidade, onde se percebe que, por mês eram atendidos mais associados do que os votantes das cinco eleições supra arroladas. Em 1956, o Sindicato dos Têxteis era a organização que tinha mais processos em andamento na Justiça do Trabalho ( 16 ). Talvez, os segredos nunca desvendados das eleições sindicais, concretamente, esteja o de manter um eleitorado seguro. Mas ainda assim, essa estagnação do eleitorado demonstra, na década mais rica da história do Sindicato dos Têxteis, uma diminuição real de participação na vida sindical.

Não quero dizer com isso que as diretorias até 1957 não trataram da sindicalização. Mas passaram a se preocupar mais com vários aspectos da participação, quando o Sindicato dos Têxteis passou a ter seu patrimônio material ameaçado, via desemprego. Por exemplo, no caso das mulheres e menores sua existência e sua importância são claramente reconhecida em 1956, pelo menos através do jornal, que passa a tratar das condições de trabalho especiais - e piores - das mulheres (velhas e moças) e dos menores ( 17 ). Foi criado um Departamento Feminino no sindicato em 1958, com militantes conhecidas, mas que, parece, passou a funcionar como uma extensão do Departamento Recreativo. Em 1957 foi instituído um concurso da Rainha dos Trabalhadores Têxteis, que era um campeonato de coleta de fundos para a construção da nova sede ( 18 ). Porém o tom paternalista dos artigos no jornal do sindicato expressa a tardia constatação de que, afinal, as mulheres eram, no mínimo, a metade da categoria. Sempre foram ignoradas, constatando-se

portanto quão limitada, mesmo no período mais democrático do sindicato, era a participação de ponderáveis contingentes da categoria.

Outros artigos do jornal revelam um autoritarismo incompatível com uma verdadeira participação, principalmente das mulheres. Vejamos trechos de um deles prescrevendo a receita do "bom associado":

- "1) Assistir, se possível todas as reuniões (...)
- 3) Não deixar de comparecer ainda que chova ou faça frio (...)
- 6) Não se aborrecer caso seja indicado seu nome em qualquer comissão e desempenhar esse cargo da melhor maneira possível" ( 19 ).

É preciso enfatizar que as mulheres tecelãs, geralmente militantes do PCB, desde 1951, estavam presentes em todas as Comissões, para os mais variados fins, intervinham tanto quanto os homens nas assembléias, nas greves eram valentes e grandes piqueteiras. Faziam o chamado "trabalho pesado". A este trabalho corresponderam pouquíssimos cargos nas diretorias dos anos 50: eram suplentes, membros do Conselho Fiscal. Em resumo, nenhum cargo de responsabilidade ( 20 ). Um antigo militante sindical, que tantas críticas fez aos erros cometidos, jamais se perguntou por que as mulheres, tantas na categoria, e tão combativas quando militantes, nunca foram direção nessa época. Este militante afirmou, a respeito:

"aquelas que a gente ganhou pra greve eram infernais. Ganhou pra luta, ninguém pode com elas. Nós tivemos aí mulheres extraordinárias. Mas (...) uma equipe reduzida " ( 21 ).

Diga-se, de passagem, a mentalidade vigente no meio de militantes do PCB era lastimável em relação às mulheres, e temos um exemplo:

"Afim de atrair as mulheres à vida sindical, podem ser criados cursos de corte e costura, e culinária" ( 22 ).

Em conclusão, como tentamos avaliar ao longo deste trabalho, o Sindicato dos Têxteis dificultou até 1945 associações em geral e, em particular de estrangeiros. Depois de muitas greves, as direções do período mais democrático passaram a cogitar se as mulheres eram e deveriam ser tratadas como iguais. Isso, no entanto, não se traduziu em cargos. Portanto a mentalidade continuou a ser a seguinte: as mulheres trabalham igual - frequentemente mais - fazem greves igualmente, mas devem continuar a não decidir, embora possam votar. Pergunta-se: em que setor do operariado urbano se localizaria o sindicalismo burocrático de massas que, durante tanto tempo, a tantos excluiu? ( 23 ). No setor operário têxtil de São Paulo, não obstante a institucionalização dos sindicatos, o sindicalismo de massas foi pouco menos efêmero do que aquele da década dos vinte, porque seu feitio burocrático manteve o Sindicato dos Têxteis como instituição pública de assistência social.

## NOTAS

CAPÍTULO III

## 1.3. Relações de acordo e confronto entre membros da direção (1951-1957)

( 1 ) Esta questão já foi tratada no ítem 2.5 do capítulo I desta monografia pp. 138, 139 e baseia-se em TROYANO, Annez A.-op.cit., p.132.

( 2 ) Ver quanto ao Sindicato dos Químicos um processo semelhante de composições e infiltrações em TROYANO, Annez Andraus - op.cit., p.

( 3 ) A.R.D. - 16.11.1950; 5.12.1950; 3.04.1951; 7.08.1951; 7.10.1952; 21.10.1952; A.A.G. - 15.04.1951.

( 4 ) A.R.D. - 8.05.1951, 3.07.1951; 5.08.1951.

( 5 ) A.A.G. - 30.09.1951; 4.11.1951; 7.11.1951; 9.11.1951; 18.11.1951; 19.11.1951. Faziam parte dessa Comissão Nelson Rusticci e Luis Firmino de Lima, depois figuras-chave no jogo interno de poder no Sindicato.

( 6 ) A.A.G. - 18.11.1951; 6.12.1951; 16.12.1951; 18.12.1951; 27.01.1952; 26.08.1952.

( 7 ) Nelson Rusticci presidiu o sindicato até 1954, filiando-se em 1957 ao MRS, como já salientamos no ítem 1.1. deste capítulo, p. \_\_\_\_\_ Luis Firmino de Lima após ocupar posto aparentemente secundário na gestão 1953-1955 (arquivista-bibliotecário), foi escolhido como representante da entidade na Federação da Categoria e foi presidente do Sindicato de 1959 a 1963.

( 8 ) Cf. A.R.D. - 18.01.1953; em termos nominais e cruzeiros velhos a quantia somava 80 salário-mínimos; ver LÁGRIMAS de dor sobre o esquife do tecelão. ÚLTIMA HORA, São Paulo, 9.janeiro.1953, p.6, 1º caderno; A.R.D. - 15.04.1952 e 9.12.1952.

( 9 ) A.R.D. - 18.01.1953; 18.03.1953; 27.04.1953; 9.05.1953; 13.07.1953; 13.08.1953; 2.02.1954; 4.03.1954; A.A.G. - 24.0o.1954; 7.03.1954.

( 10 ) A.R.D. - 18.06.1953.

( 11 ) ATAS GERAIS DE APURAÇÃO S.T.I.F.T. - SP, São Paulo - 15.10.1954; 13.10.1955; 21.08.1957.

( 12 ) A.A.G. - 23.10.1955; 3.04.1955.

( 13 ) Ver TROYANO, Annez Andraus - op.cit., p.95, observando a importância assumida pelo advogado trabalhista nos sindicatos.

( 14 ) A.A.G. - 17.11.1957 onde esse assunto é debatido, sem no entanto ser colocada a sindicalização como alternativa; ver também A.A.G. - 7.05.1953; 24.01.1954; 14.03.1954; 24.01.1956 tratando de sindicalização.

- ( 15 ) Ver TROYANO, Annez A. - op.cit., p.86,113 (nota 3); RODRIGUES, José Albertino - op.cit., pp. 174, 175.
- ( 16 ) O TRABALHADOR TÊXTIL, São Paulo, I (1) outubro de 1956, p. 2; Idem, p.6. mostrando o movimento mensal de assistência médica e dentária (7.900 associados em agosto de 1956); Idem, I (5), fevereiro de 1957, pp. 2,3 mostrando o atendimento jurídico do ano de 1956 (mais de 4 mil consultas, processos e homologações) e médico-dentário (30.580 atendimentos); e A.R.D. - 27.11.1956.
- ( 17 ) Ver O TRABALHADOR TÊXTIL. São Paulo I (1) outubro 1956, pp.8,7; Idem, São Paulo, I (2) novembro de 1956, pp.3,6; Idem, São Paulo I (3) dezembro de 1956 pp.1,2 ; Idem, II, São Paulo,(17) fevereiro. 1958, pp. 2,9, Idem, São Paulo II (18) abril.1958, contendo questões sobre o trabalho feminino. Sobre menores, o mesmo jornal contém muitas denúncias.
- ( 18 ) O TRABALHADOR TÊXTIL . São Paulo, II (17) fevereiro. 1958, p. 8; Idem, São Paulo, I (6) março.1957, pp.1,2.
- ( 19 ) Dez Mandamentos do Bom Associado. O Trabalhador Têxtil, São Paulo, II (13) outubro.1957, p. 7.
- ( 20 ) Sobre a participação de mulheres nas mais variadas comissões, são tantas que sô poderemos indicar A.A.G. - 1951-1957. Fiz uma contagem de líderes, sempre presentes em assembléias e comissões: eram 50, e a partir de 1955 começaram a ser suplentes.
- ( 21 ) Cf. Depoimento de antigo militante sindical.
- ( 22 ) Ver Resolução aprovada pela reunião nacional dos comunistas, setembro de 1959 APUD TELLES, Jover - op.cit., 292.
- ( 23 ) Ver a mesma observação em RODRIGUES, Leôncio Martins-op.cit., pp. 97,98,188 e SIMÃO, Azis - op.cit., p. 228-229.

## LIVROS E ARTIGOS

- AGOSTINHO, C. - Nova crise de tecidos? - O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, 1 (13) fev. 1937: 24-25.
- ALMEIDA, Maria Hermínia B. Tavares de - O Sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas . - DEBATE & CRÍTICA, São Paulo, (6) julho 1975: 49-74.  
 - Movimento Sindical e democracia. São Paulo, 1978, (mimeo) Comunicação apresentada no Simpósio Problemas atuais dos movimentos sociais urbanos na América Latina , XXX Reunião Anual da S.B.P.C.  
 - Estado e classes trabalhadoras no Brasil (1930-1945). São Paulo, Tese de Doutorado, FFCL-USP, 1978, (mimeo)
- ARAÚJO JR., José Tavares de & PEREIRA, Vera Maria Cândido - Teares sem lançadeira na indústria têxtil. IN ARAÚJO, JR, m José Tavares de (editor) - Difusão de inovações na indústria brasileira (três estudos de caso). Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976: 7-56.
- ARAÚJO, Oscar Egydio de - Padrão de vida de operários em São Paulo . O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO
- AURELIANO, Liana Maria - No limiar da industrialização. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.
- BACHA, Edmar L. & MATA, Milton et. alii - Encargos trabalhistas e absorção de mão-de-obra. (Uma interpretação do problema e seu debate). Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1972 (pp. 81-119; 151-177)
- BASTOS, Humberto - Indústrias paulistas. - O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, 8 (96) jan. 1944: 33-42.
- BRANDÃO, Otávio - Combates da classe operária. REVISTA BRASILIENSE nº 46, São Paulo, março-abril 1963:62-81

- CAMPANHOLE, Adriano - Consolidação das Leis do Trabalho, 30ª ed. São Paulo, Ed. Atlas S.A., 1971.
- CANEDO, Letícia Bicalho - O sindicalismo bancário em São Paulo (no período 1923-1944: seu significado político). São Paulo, Símbolo, 1978.
- CANO, Wilson - Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo, DIFEL, 1977.
- CANO, Wilson & CINTRA, Luis Carlos - Algumas medidas de política econômica relacionadas à industrialização brasileira (1874-1940). Campinas, IFCH-DEPE, 1975, (mimeo)
- CARDOSO, Fernando Henrique - Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico. São Paulo, DIFEL, 1964.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel - O capitalismo tardio. Campinas, Tese de Doutorado, IFCH-DEPE-UNICAMP, 1975 (mimeo).
- CARONE, Edgar - A República Velha (Instituições e classes Sociais). São Paulo, DIFEL, 1970.
- A República Velha (Evolução Política). São Paulo, DIFEL, 1971.
  - A República Nova (1930-1937). São Paulo, DIFEL, 1974.
  - O Estado Novo (1937-1945). São Paulo, DIFEL, 1976.
  - A Terceira República (1937-1945). São Paulo, DIFEL, 1976.
- CHAMORRO, Antonio - O desemprego a chantagem patronal. O Trabalhador Têxtil. São Paulo, I (10) julho. 1957, p.2.
- Todos iguais perante a lei - O Trabalhador Têxtil. São Paulo, II (15) dezembro, 1957, p.3.
- Julgados de hoje e julgadores de amanhã. - O Trabalhador Têxtil, São Paulo, II (17), fevereiro 1958, p.3.
- CHILCOTE, Ronald H. - The Brazilian Communist Party - Conflict and Integration (1922-1972). New York, Oxford, University Press, 1974.



- COHN, Amélia - Previdência Social e processo político no Brasil. São Paulo, Ed. Moderna, 1980
- CUNHA, Antonio - O momento político. - O Trabalhador Têxtil. São Paulo, I (12) setembro 1957, p.3.
- DEAN, Warren - A Industrialização de São Paulo. São Paulo, DIFEL, 1971.
- DRAIBE, Sonia Miriam - Rumos e metamorfoses - Um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização brasileira, São Paulo, Tese de Doutorado, FFCL-USP, 1981. (mimeo)
- DOBB, Maurice - Salários. México, Fondo de Cultura Económica, 1965.
- DULLES, John W.F. - Anarquistas e Comunistas no Brasil - (1900-1935). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.
- ENGELS, Friedrich - La Situation de la Classe Laborieuse en Angleterre. Paris, Ed. Sociales, 1961.
- ERICKSON, Kenneth Paul - Sindicalismo no Processo Político no Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979.
- FAUSTO, Boris - Pequenos Ensaios de História da República (1889-1945). Cadernos Cebrap nº 10. São Paulo, CEBRAP, 1972.  
- Trabalho Urbano e Conflito Social. São Paulo, DIFEL, 1976.
- FUCHTNER, Hans. - Os sindicatos brasileiros de trabalhadores: organização e função política. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1980.
- HARDING, Timothy F. - Political History of Organized Labor in Brazil. Michigan, University Microfilms Ltd., Ann Arbor, 1975.

- HAYDU, José Silva - Em prol das indústrias têxteis.  
Diário de São Paulo, 3 de fevereiro de 1937
- IÓRIO, Oswaldo - Evolução do salário na indústria .  
MENSÁRIO/ESTATÍSTICO/ATUARIAL. São Paulo, IAPI, fevereiro,  
1954: 9-13
- LEVINE, Robert M. - O regime de Vargas. Os anos críticos  
(1934-1938). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- LOPES, José Sérgio Leite - Fábrica e Vila operária: considera-  
ções sobre uma forma de servidão burguesa. São Paulo,  
CEDEC - IIº Seminário de Relações do Trabalho e Movimentos  
Sociais, 26-28 abril 1978, (mimeo)
- LOPES, Juarez R. Brandão - Crise do Brasil Arcáico. São Paulo  
DIFEL, 1967.  
- Desenvolvimento e Mudança Social. 2a. ed., São Paulo  
Ed. Nacional, 1970.
- LOSACCO, Salvador Romano - A central operária livre dos anos  
50 (Entrevista a Lia Ribeiro Dias) MOVIMENTO, São Paulo,  
(232) 10-16. dezembro. 1979: 8-9.
- LOYOLA, Maria Andrea Rios - Trabalho e modernização na indústria  
têxtil. (um estudo de caso sobre atitudes operárias em Minas  
Gerais) Rio de Janeiro, Tese de Mestrado, Museu Nacional -  
UFRJ, 1972 (mimeo).
- LOURENÇO, Manuel - Unidade. O Trabalhador Têxtil. São Paulo,  
II (15) dezembro de 1957, p.6.
- MALAN, Pedro S. & BONELLI ET. ALII. - Política econômica exter-  
na e industrialização no Brasil (1939-1952). Rio de Janeiro,  
IPEA/INPES, 1977 (Relatório de Pesquisa nº 36)

- MALOY, James M. Previdência Social e classe operária no Brasil. (uma nota de pesquisa). Estudos CEBRAP nº 15, jan/fev/março 1976: 117-131. São Paulo, Ed. Brasileira de Ciências Ltda, 1976.
- MARAM, Sheldon Leslie - Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MARANHÃO, Ricardo - Sindicatos e Democratização. (Brasil 1945-1950), São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979.
- MENDES JR., Antonio & MARANHÃO, Ricardo ET ALII - Brasil História Texto & Consulta - Era de Vargas. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.
- MOISÉS, José Álvaro - Greve de massa e crise política (estudo da greve dos trezentos mil em São Paulo 1953-1954). São Paulo, Ed. Polis, 1987.
- MORAES FILHO, Evaristo - O problema do Sindicato Único no Brasil: seus fundamentos sociológicos . 2a. Ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1978.
- MINHOZ, Fábio A. - Sindicalismo e democracia populista: a greve de 1957. São Paulo, CEDEC, 1977. (mimeo)
- NOGUEIRA, Oscar Pupo - A indústria em face das Leis do Trabalho São Paulo, Escolas Salesianas, 1935.  
 - Em torno de uma estatística industrial. O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. Rio de Janeiro, ano 1 (12) jan. 1937: 19-21.  
 - As indústrias têxteis. O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO, 9 (105) aq. 1944: 50-53
- OLIVEIRA, Clovis de - Do CIESP à FIESP: História de uma Instituição do Empresariado Paulista. São Paulo, FIESP/CIESP, 1969.

- OLIVEIRA, Francisco de - Economia brasileira: crítica à razão dualista. ESTUDOS CEBRAP Nº 2. São Paulo, CEBRAP, out. 1972: 5-82.
- PARANHOS, Rio Branco - A grande greve. O Trabalhador Têxtil. São Paulo, II (14) novembro 1957, p.10.
- PARENTE, Agenor - A estabilidade no emprego. Revista Brasileira. São Paulo, (12) jul. - ago. 1957: 65-70.
- PAZZIANOTO PINTO, Almir - As comissões de fábrica. Folha de São Paulo. São Paulo, 31 janeiro 1982, p. 38, 5º caderno.
- PEREIRA, Vera Maria Candido & ARAÚJO JR., José Tavares de - "Teares sem laçadeira na indústria têxtil" IN: ARAÚJO JR., José Tavares de - (de.) - Difusão de inovações na indústria brasileira: três estudos de caso. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976 (monografia nº 24): 7-56.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio & HALL, Michel M. (comps.) - A Classe Operária no Brasil - Documentos (1889-1930). O Movimento Operário. São Paulo, Ed. Alfa-Omega. 1979.  
- A Classe Operária no Brasil - Documentos (1889-1930). Vol. II - Condições de vida e de trabalho, relações com os Empresários e o Estado. São Paulo. Ed. Brasiliense - FUNCAMP, 1981.
- RODRIGUES, José Albertino - O II Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo. Revista Brasileira. São Paulo (29) mai. - jun. 1960: 73-78.  
- Situação econômico-social da classe trabalhadora no Brasil. Revista de Estudos Sócio-Econômicos. São Paulo, ano 1 (1) set. 1961: 9-11.  
- Sindicato e Desenvolvimento no Brasil. São Paulo, DIFEL, 1968.
- RODRIGUES, J. - A indústria de tecidos. O Observador Econômico e Financeiro. Rio de Janeiro, ano 9 (105) out. 1944: 17-22.

- RODRIGUES, Leôncio Martins - Conflito industrial e sindicalismo no Brasil. São Paulo, DIFEL, 1966.
- "Classe operária e sindicalismo no Brasil". (In) RODRIGUES, Leôncio Martins - (org.) - Sindicalismo e Sociedade. São Paulo, DIFEL, 1968.
  - Industrialização e atitudes operárias. São Paulo, Brasiliense, 1970.
  - Trabalhadores, sindicato e industrialização. São Paulo, Brasiliense, 1974.
- ROWLAND, Robert - Classe operária e Estado de Compromisso - (Origens estruturais da legislação trabalhista no Brasil). ESTUDOS CEBRAP Nº 8. São Paulo, CEBRAP, abr. - mai. - jun. 1974: 7-37.
- SARTI, Ingrid - Porto Vermelho: os Estivadores Santistas no Sindicato e na Política, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- SILVEIRA FILHO, Guilherme da - Memória sobre a Situação da Indústria Têxtil Brasileira. Rio de Janeiro, Muniz, 1947.
- SIMÃO, Azis - Sindicato e Estado. São Paulo, Dominus Ed. 1968.
- SINGER, Paul I. - "A política das classes dominantes", IN Política e Revolução Social no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965 (pp. 65-125).
- Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana, São Paulo, Ed. Nacional, 1968.
  - O milagre brasileiro: causas e consequências. CADERNOS CEBRAP 6. São Paulo, CEBRAP, 1972.
- SKIDMORE, Thomas - Brasil: de Getúlio a Castelo. 6ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1970.
- SOLA, Lourdes - "O golpe de 37 e o Estado Novo". IN: MOTA, Carlos Guilherme - org. - Brasil em Perspectiva, São Paulo, DIFEL, 1968: 287-315.

- SOUZA, Maria do Carmo Campello de - Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964). São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- SPINDEL, Arnaldo - O Partido Comunista na Gênese do Populismo (Análise de Conjuntura da Redemocratização no Após-Guerra). São Paulo, Ed. Símbolo, 1980.
- STEIN, Stanley Jr. - The Brazilian Cotton Manufacture. Textile Enterprise in a Underdeveloped Area (1850-1950). Cambridge, Harvard University Press, 1957.
- TELLES, Jover - O Movimento Sindical no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Vitória, 1962.
- TROYANO, Annez Andraus - Estado e Sindicalismo. São Paulo, Símbolo, 1978.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira - Problemas de Direito Sindical. Rio de Janeiro, Max Limonad Ltda., 1943.
- VICTOR, Antonio da Silva - Política social da indústria Têxtil. Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral, 1949.
- VILLELA, Anibal Villanova e SUZIGAN, Wilson - Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira (1889-1945). Rio de Janeiro. IPEA/INPES, 1973.
- WEFFORT, Francisco Correa - Raízes sociais do populismo em São Paulo. Revista Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, ano I (2) maio 1965: 39-60.
- Estado e Massas no Brasil. REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, I (7) maio 1966: 137-158.
- Sindicatos e Política. São Paulo, tese de Livre Docência, FFLCH-USP, 1972, (mimeo).
- Origens do sindicalismo populista no Brasil (A Conjuntura do após-guerra). ESTUDOS CEBRAP 4. São Paulo, Cebrap, maio-junho 1973: 67-105.
- O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

WERNECK VIANNA, Luiz Jorge - Liberalismo e Sindicato no Brasil.  
Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

## ARQUIVOS, SINDICATOS, JORNAIS E REVISTAS

A CONSTITUIÇÃO de 46 - trinta anos depois.

(Depoimento de Prudente de Moraes Neto. O Estado de São Paulo. São Paulo, 19. setembro. 1976.

A INDÚSTRIA Têxtil em São Paulo. Diário Popular. São Paulo, 8. novembro. 1958.

A PLATEIA. São Paulo, 1930-1932.

ATAS DE ASSEMBLÉIAS GERAIS. São Paulo, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo, 1933-1957 (manuscrito).

ATAS GERAIS DE APURAÇÃO. São Paulo, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo, 1934-1957 (manuscrito).

ATAS DE REUNIÃO DE DIRETORIA. São Paulo. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo, 1934-1957 (manuscrito).

ATAS DE REUNIÃO DO DEPARTAMENTO RECREATIVO. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo, 1943-1945 (manuscrito).

AUMENTA a produção têxtil paulista e diminui o emprego da mão-de-obra. A GAZETA. São Paulo, 25. fevereiro. 1959.

BOLETIM DO DIEESE - I (2) junho 1960; I (7) novembro. 1960; I (9) janeiro. 1961; II (2) junho 1961; II (4) agosto 1961.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - I Reunião Plenária da Indústria: Proposições. Rio de Janeiro, 1953.

- Alguns Problemas da Atualidade. Rio de Janeiro, 1955



CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas I (1947) a ano XVI (1966).

- Indústria têxtil II (5) maio 1948: 9-12
- Tipos de salário na indústria, III (10) outubro 1949:39-40
- Salários industriais nos estados do Brasil, III (12) dezembro 1949:37-39
- Indústria têxtil, IV (1) janeiro 1950:20-21
- Preços e Salários na indústria, IV (1) janeiro 1950:22
- Indústria têxtil, V (1) janeiro 1951:67-68
- Salário-Mínimo Social, V (10) outubro 1951:38-44
- Trabalho, VI (1) janeiro 1952:60
- Índices Econômicos, VI (12) dezembro 1952:9
- Índices Econômicos, VII (3) março 1953:7
- Índices Econômicos, VIII (1) janeiro 1954:7
- Indústria têxtil, VIII (1) janeiro 1954:42-43; 123
- Causas do aumento da produtividade, VIII (9) setembro 1954:17-22
- Trabalho, X (1) janeiro 1956:173-174
- Crise na indústria têxtil, XI (2) fevereiro 1957:43-45
- Solução dada à crise da indústria têxtil, XI (8) agosto 1957:10
- Indústria, XII (2) fevereiro 1958:43-45
- Índices de ocupação, XII (2) fevereiro 1958:189-190
- Novo índice de custo de vida de Conjuntura Econômica, XII (3) março 1958:37-39
- Índices Econômicos, XII (4) abril 1958
- Indústria têxtil, XV (5) maio 1961:63-69
- Índices Econômicos, XIX (1) janeiro 1965

CONTINUA pacífica greve em São Paulo. Última Hora, 18.outubro. 1957, p.3, 1º caderno.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 23.agosto.1960.

DESENVOLVIMENTO & CONJUNTURA. Rio de Janeiro, Confederação Nacional da Indústria - I (1957) a IX (1965)

- Custo de vida - novos índices, III (7) julho 1959:175-195
- Índices do custo de vida em São Paulo, III (11) novembro 1959:141

- Indústria têxtil - problemas atuais e perspectivas, III (9) setembro 1959:27-42
- Ameaçada a indústria de lã no Brasil, IV (2) fevereiro 1960:97-104
- Índices de Custo de vida em São Paulo, IV (2) fevereiro 1960:66
- Remuneração do trabalho no estado da Guanabara, V (7) julho 1961:67-87

DEZ mandamentos do bom associado. O Trabalhador Têxtil. São Paulo II (13) outubro.1957, p. 7.

DISPERSADO a tiros o "piquete" de grevistas. Última Hora, São Paulo, 16.outubro.1957, p.4.

ESTUDOS ECONÔMICOS. Rio de Janeiro, Departamento de Economia da C.N.I., I (3 e 4) setembro/dezembro 1950:132

EXPULSÃO em massa dos "pelegos" que assaltavam os cofres do sindicato. Última Hora, São Paulo, 8.outubro.1952, p.6, 1º caderno.

EXTORSIVO e corruptor o imposto sindical. Folha Socialista. São Paulo, Comissão Estadual de São Paulo do P.S.B., V (19), 20.março.1954, p.5.

FEDERAÇÃO E CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Departamento de Política Econômica. São Paulo, 1944.

- São Paulo na Economia Nacional, São Paulo. Serviço de de Publ. da FIESP-CIESP, 1958
- Desenvolvimento Industrial Paulista. Relatório da Diretoria. quinquênio 1967-1971. São Paulo, 1972.

FIRME união na luta pelo salário-mínimo. Última Hora. São Paulo, 9.março.1954, p.3, 1º caderno.

FIRMES os têxteis no combate à assiduidade. Última Hora. São Paulo, 16.junho.1954, p.5, 1º caderno.

FOLHA DA MANHÃ. São Paulo, março/abril.1953.

FOLHA SOCIALISTA. São Paulo, Comissão Estadual de São Paulo do Partido Socialista Brasileiro, maio.julho.1954.

FORÇAS do ódio tramam contra os trabalhadores (manifesto do Pacto de Unidade Intersindical revela ao povo). Última Hora. 18.outubro.1957, p.4, 1º caderno.

FRENTE popular para convulsionar o país! Última Hora. São Paulo, 3.janeiro.1953, p.3, 1º caderno.

GOULART conta com o apoio dos trabalhadores para acabar com a maroteira do Fundo Sindical. Última Hora. São Paulo, 15. julho.1953, p.2, 1º caderno.

INDUSTRIAIS pedem proteção de tropa do IIº exército! (alarmados ante o relaxamento da política). Última Hora, São Paulo, 16.outubro.1957.

LÁGRIMAS de dor sobre o esquife do tecelão. Última Hora, São Paulo, 9.janeiro.1953, p.6, 1º caderno.

NOSSA colaboração ao Pacto de Unidade. O Trabalhador Têxtil. São Paulo, I (5) fevereiro.1957, p.2.

O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO - As indústrias de tecelagem de seda, juta e lã. OEF 1 (13) fevereiro 1937:141-144  
 - Superprodução industrial? OEF 2 (14) março 1937:91-103  
 - Superprodução de tecidos. OEF 3 (35) dezembro 1938:107-124  
 - A exposição anti-comunista. OEF 3 (36) janeiro 1939:124-152  
 - As indústrias paulistas. OEF 7 (81) outubro 1942:19-37  
 - O Brasil na guerra. OEF 7 (80) setembro 1942:41-57  
 - Indústria do Algodão. OEF 7 (81) outubro 1942:82-84

O TRABALHADOR TÊXTIL. São Paulo. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo (nova fase) I, II, 1956-1958.

REBELAM-SE os sindicatos contra os "pelegos", Idem, Ibidem, 11.outubro.1952, p.6, 1ª caderno.

Resoluções do Primeiro Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo. São Paulo, s.ed., janeiro 1946.

RUMO ao Congresso Sindical. O Trabalhador Têxtil. São Paulo 1960, nº 30.

SINDICALISMO livre em todo mundo. Folha Socialista. São Paulo, V (22) 5.maio.1954, p.5.

TRABALHADORES e o Exército com objetivos comuns e patrióticos (Salvador Losacco, presidente do Pacto). Última Hora. São Paulo, 17.outubro.1957, p.4, 1ª caderno.

ÚLTIMA HORA. São Paulo, 1952-1957.

UM BILHETE às autoridades. O Trabalhador Têxtil. São Paulo, I (7) abril.1957, p.3.

## FONTES OFICIAIS

- BRASIL - MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - Alguns aspectos da política do salário-mínimo. Rio de Janeiro, Gráfica Vitória, 1946.
- BRASIL - MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - COMISSÃO EXECUTIVA TÊXTIL ( CETEX ) - Indústria Têxtil Algodoeira. Rio de Janeiro, MTIC, 1946
- Guia da Indústria Têxtil Brasileira. Rio de Janeiro, MTIC, 1948.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - Anuário Estatístico do Brasil. 1941-1964.
- Censo Industrial, Comercial e de Serviços. Série Regional, vol. XXV, tomo 3. Estado de São Paulo, 1950.
  - Produção Industrial - 1952. Rio de Janeiro, 1954.
  - Produção Industrial - 1953. Rio de Janeiro, 1955.
  - Produção Industrial - 1954. Rio de Janeiro, 1956.
  - Produção Industrial - 1955. Rio de Janeiro, 1957.
  - SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO - VII Recenseamento Geral do Brasil, Série Regional, vol. III, tomo 6 Estado de São Paulo (1960).
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA ( CEPAL ) - Produtividad de la mano de obra en la industria textil algodонера de cinco países latinoamericanos. Nova Yorque, 1951
- A indústria têxtil no Brasil, IN: La Industria textil en America Latina. 1962, vol. 2.
- SÃO PAULO (Estado). Anuário Estatístico. Departamento de Estatística. Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (1940-1942; 1944-1946; 1950; 1951; 1955-1963).
- SÃO PAULO (Estado). CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO ( CRT ) - Acórdãos: 1942-1946.

SÃO PAULO (Estado). Boletim do Departamento Estadual de Estatística de São Paulo.

- Análise comparativa da indústria norte-americana de 1937 e da indústria paulista de 1942. VIII (3). 3º trimestre de 1946:97-1945.
- IX (2) 2º trimestre de 1947:226 (estatística de salários em 1945 no município de São Paulo)
- XIV - Boletim Especial (2) 1952: Produção industrial de São Paulo - indústria têxtil (fiação e tecelagem) 1947: pp.37-40.
- Produção industrial do Estado de São Paulo - 1950 XV (3) 1953:37-41
- Situação Econômica, XVI (4) 4º trimestre de 1954:47-50

SÃO PAULO (Estado). Boletim Informativo do Departamento Estadual do Trabalho. Departamento Estadual do Trabalho. Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo (1948-1951).

SÃO PAULO (Estado). Estatística Industrial do Estado de São Paulo. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo, 1943, pp. 104-175.

SÃO PAULO (Estado). Produção Industrial do Estado de São Paulo - 1956. Departamento Estadual de Estatística. São Paulo, 1958.

- Produção Industrial de São Paulo - 1957. Departamento Estadual de Estatística. São Paulo, 1959.
- Produção Industrial do Estado de São Paulo - 1958. Departamento de Estatística do Estado de São Paulo, São Paulo, 1960.

SÃO PAULO (Estado). TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO (TRT). Acórdãos: 1946-1965.